UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA –
PROLAM/USP

MARCELLE CRISTINE DE SOUZA

O silêncio da menina-mãe:

Uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do
Brasil e do Chile

SÃO PAULO

2017

MARCELLE CRISTINE DE SOUZA

O silêncio da menina-mãe:

Uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas.

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S731s Souza, Marcelle Cristine de
O silêncio da menina-mãe: uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile / Marcelle Cristine de Souza ; orientador Renato Braz Oliveira de Seixas. - São Paulo, 2017.
247 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. Aborto. 2. Abuso sexual infantil. 3. Jornalismo. 4. Chile. 5. Brasil. I. Seixas, Renato Braz Oliveira de, orient. II. Título.

Nome: SOUZA, Marcelle Cristine de.

Título: O silêncio da menina-mãe: Uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Caio, que me incentivou todos os dias desses dois anos de mestrado, me deu forças quando estava cansada demais, ouviu meus lamentos e minhas comemorações, discutiu comigo ideias e conceitos, e me ajudou na revisão desta dissertação.

Aos meus pais, Marcio e Erami, que mesmo discordando das minhas posições políticas e em relação ao aborto torceram por mim todos os dias da minha vida. À minha irmã Marianne, que me ensinou a dividir, a compartilhar e a amar.

Ao professor Renato Seixas, que iluminou as minhas ideias nas suas aulas e nos encontros de orientação, que fez uma leitura sensível e criteriosa desta dissertação, que me disse palavras de conforto quando parecia estar difícil, que sempre acreditou na minha pesquisa e na minha capacidade de fazer este trabalho.

A todas pessoas que prontamente me receberam para entrevistas ou para tirar dúvidas sobre experiências de aborto e abuso sexual infantil no Brasil e no Chile: Pilar Gutierrez, Bya Albuquerque, Luiza Quezada, Marcela Labraña, Paola Dragnic, Anibal Faúndes, Constanza Fernandez, Ramiro Molina, Andrea Alvarez e outros pesquisadores da Universidad de Chile, Marcela Miranda, Monica Maureira Martínez, Gisele Gobbetti, Jefferson Drezett e a equipe do Ambulatório de Violência Sexual e de Aborto Legal do Hospital Pérola Byington.

À professora Cremilda Medina, que desde a graduação me inspira tanto no fazer jornalístico e quanto na pesquisa acadêmica.

Às professoras Maria José Rosado e Cristiane Cabral, pelos questionamentos e orientações feitos durante a banca de qualificação.

Aos professores Eclea Bosi, Heloisa Buarque de Almeida e Carmen Simone Grilo Diniz, que me apresentaram ricas bibliografias e possibilitaram debates motivadores durante as disciplinas que cursei durante o mestrado.

Aos meus amigos Guilherme, Hendrick, Anne, Bruno, Patrícia, Fabrício, Karine, Nathaly, Marina, Ana Paula, Rosângela, Mariana, Tiago, Samantha, Ligia, Giuliana, que me abraçaram e disseram que eu ia conseguir completar esta jornada; e Romy e Anna Lopes, que também me ajudaram nas traduções.

Aos meus amigos do UOL: Karina, Bruna, Lucas, Hugo, Irineu e Cristiane, que me apoiaram quando eu tinha que dividir meu tempo entre a redação e o mestrado.

À Capes, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao professor Alexandre Barbosa e aos alunos do 4º semestre de jornalismo da ECA-USP, que me receberam e tanto me ensinaram durante o estágio docente no segundo semestre de 2016.

À ECA-USP, pela concessão da bolsa PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino).

Ao Prolam, pela oportunidade de realização do curso de mestrado, e aos técnicos, Rodrigo e William, que sempre me ajudaram nos procedimentos da pós-graduação.

Aos muitos professores da vida e da escola que acreditaram em mim e me ensinaram saberes diversos, dos afetos às contas matemáticas.

“Um fotógrafo-artista me disse outra vez: Veja que pingô de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” (BARROS, 2008, p. 109)

*“Eu não sei nada sobre as grandes coisas do mundo, mas sobre as pequenas eu sei menos”
(BARROS, 2008, p. 101)*

RESUMO

SOUZA, Marcelle Cristine de. **O silêncio da menina-mãe: Uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile.** 2017, 240 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta dissertação trata de uma leitura crítica sobre a cobertura dos jornais chilenos La Tercera e El Mercurio e dos brasileiros Folha de S.Paulo e O Globo, entre os anos de 2009 e de 2014, sobre a possibilidade de aborto quando a gravidez é resultante de abuso sexual infantil. O objetivo principal deste trabalho é verificar se a cobertura sobre aborto em caso de abuso sexual infantil, no período e nos jornais selecionados no Brasil e no Chile, se aproximou da complexidade da experiência das meninas e mulheres que passaram por esse tipo situação. Para tanto, utilizamos uma abordagem metodológica complexa, inter e transdisciplinar, com ferramentas de leitura cultural (narrativa de protagonismo, diagnósticos e prognósticos, contexto social e histórico do caso tratado) associadas à análise do discurso. Além disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres que passaram pela experiência do aborto e/ou do abuso sexual infantil. A partir de tal metodologia, verificamos que os jornais priorizaram as fontes médicas, religiosas, do Executivo e do Legislativo, em detrimento do protagonismo das vítimas. Reduziram o debate entre pró *versus* contra o aborto, sem se aprofundarem nas consequências do abuso e da gravidez para a criança ou a adolescente em questão. Nos poucos casos em que as mulheres foram ouvidas, percebe-se que as reportagens alcançaram um debate mais humano, contextualizado e complexo sobre o tema.

Palavras-chave: aborto; abuso sexual infantil; jornalismo; Chile; Brasil

RESUMEN

SOUZA, Marcelle Cristine de. **El silencio de la niña-madre: Una lectura crítica de la cobertura sobre aborto en caso de abuso sexual infantil en periódicos de Chile y Brasil.** 2017, 240 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tesis de maestría trata de una lectura crítica sobre la cobertura de los periódicos chilenos La Tercera y El Mercurio y de los brasileños Folha de S.Paulo y O Globo, desde el año de 2009 hasta el año de 2014, sobre la posibilidad del aborto cuando el embarazo es resultante del abuso sexual de niñas. El principal objetivo de este trabajo es verificar si la cobertura sobre el aborto en caso de abuso sexual, en el lapso y en los periódicos seleccionados en Brasil y Chile, se acerca a la complejidad de la experiencia de las niñas y mujeres que pasaron por este tipo de situación. Por lo tanto, utilizamos un abordaje metodológico complejo, inter e transdisciplinário, con herramientas de lectura cultural (narrativa de protagonismo, diagnósticos y pronósticos, contexto social e histórico en el caso tratado), asociadas a algunas herramientas de análisis del discurso. Además, realizamos entrevistas en profundidad con mujeres que pasaron por la experiencia del aborto y/o del abuso sexual cuando niñas. A partir de esta metodología, verificamos que los periódicos priorizaron las fuentes médicas, religiosas, del Ejecutivo y del Parlamento, en desventaja del protagonismo de las víctimas. Estos periódicos redujeron el debate entre pro versus contra el aborto, sin profundizar en las consecuencias del abuso y el embarazo para niñas o adolescentes. En los escasos momentos en que los periódicos oyeron las mujeres, percibimos que los reportajes desarrollaron un debate más humano, contextualizado y complejo sobre el tema.

Palabras clave: aborto; abuso sexual de niñas; periodismo; Chile; Brasil

ABSTRACT

SOUZA, Marcelle Cristine de. **Silence of the child mother: a critical review of news coverage made by Chilean and Brazilian newspapers on abortion when the pregnancy results from child sex abuse.** 2017, 240 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis focuses on a critical review of news coverage made by the Chilean newspapers La Tercera and El Mercurio, as well as the Brazilian newspapers Folha de S.Paulo and O Globo, between 2009 and 2014, on the possibility of abortion when the pregnancy results from child sex abuse. The main goal of this research is to understand if the aforementioned news coverage addressed the complexity of experiences suffered by the girls and women involved, as victims, in this kind of assault. We used a complex methodological approach, both inter- and trans-disciplinary, and tools of cross-cultural reading (narratives of protagonism, diagnostics and prognostics, social and historical contexts) associated with discourse analysis. Besides this, in-depth interviews were conducted with women that experienced abortion and/or sexual abuse as children. From this methodological perspective, we discovered that these newspapers prioritized medical, religious, governmental and legislative sources over the victims' own protagonism. Media coverage often reduced the debate by polarizing it between pros and cons regarding abortion, without delving into the consequences of abuse and pregnancy for the child or teenager in question. In the few cases where women were heard, news articles appeared to reach a more humane, contextualized and complex debate on the subject.

Keywords: abortion; child sexual abuse; journalism; Chile, Brazil

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AVS – Atendimento a vítimas de violência sexual
CAISM – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CISAM – Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros
CLADEM – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNN - Cable News Network
DC – Democracia Cristiana
DIU – Dispositivo Intrauterino
DST – Doença Sexualmente Transmissível
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Escola de Jovens e Adultos
EUA – Estados Unidos da América
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIGO – Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia
IML – Instituto Médico Legal
INE – Instituto Nacional de Estadísticas
IVC – Instituto Verificador de Circulação
MILES – Movimiento por la Interrupción Legal del Embarazo
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PE – Pernambuco
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNA – Pesquisa Nacional de Aborto

PPD – Partido por la Democracia

PUC – Pontifícia Universidade Católica

QI – Quociente de Inteligência

RN – Renovación Nacional

RO - Rondônia

SENAME – Servicio Nacional de Menores

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TVN – Televisión Nacional de Chile

UDI – Unión Demócrata Independiente

UNFPA – Fundo de Populações das Nações Unidas

UPE – Universidade de Pernambuco

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– Reprodução do quadro *Frida y la cesárea*

FIGURA 2– Reprodução do quadro *Frida y el aborto*

FIGURA 3 – Reprodução do quadro *Mi nacimiento*

FIGURA 4 – Reprodução do quadro *Hospital Henry Ford*

FIGURA 5 – Reprodução do quadro *Yo y Mi muñeca*

FIGURA 6 – Página 9, sobre o caso da menina Belén, da edição do dia 10 de jul. 2013 do jornal La Tercera

FIGURA 7 – Página da edição de 5 de nov. 2014 do La Tercera com a entrevista com dois médicos sobre aborto em caso de abuso sexual infantil

FIGURA 8 – Reportagem *La Belén de Alto Hospicio* foi publicada em 1º de set. 2013

FIGURA 9 – Nota sobre o caso da menina Belén publicada pelo jornal El Mercurio no dia 6 de jul. 2013

FIGURA 10 – Publicação do dia 14 de julho de 2013 do jornal El Mercurio sobre a possibilidade de aborto em caso de estupro de uma menina de 11 anos

FIGURA 11 – El Mercurio publica reportagem sobre aborto no dia 30 de nov. 2014

FIGURA 12 – Folha publica reportagem sobre o caso da menina de 9 anos que engravidou após ser abusada pelo padrasto em Alagoinha (PE)

FIGURA 13 – Publicação do dia 7 de mar. 2009 na Folha de S.Paulo sobre caso da menina de Alagoinha (PE)

FIGURA 14 – Reportagem da Folha de S.Paulo sobre uma mulher que foi abusada por 29 anos

FIGURA 15 – Reportagem publicada pelo jornal O Globo no dia 7 de mar. 2009 sobre o caso da menina de Alagoinha (PE)

FIGURA 16 - Reportagem do jornal O Globo de 19 de mar. 2009 apresenta dados e entrevistas sobre casos em que o abuso sexual infantil resulta em gravidez

FIGURA 17 – Reportagem publicada no dia 22 de mar. 2009 pelo jornal O Globo sobre a rede de aborto legal no Brasil

SUMÁRIO

1 DO “EU PESQUISADORA” AO SILÊNCIO DA MENINA-MÃE	15
1.1 PREÂMBULO	15
1.2 INTRODUÇÃO	21
2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS, METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	29
2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS E AS DIMENSÕES DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	30
2.1.1 <i>Quando o abuso resulta em gravidez: a possibilidade de aborto no Brasil e no Chile</i>	35
2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA	42
2.2.1 <i>Em busca da reportagem em profundidade</i>	45
2.2.2 <i>As ferramentas para mapear os protagonistas e os silêncios no discurso jornalístico</i>	49
2.2.3 <i>Uma aproximação entre Brasil e Chile</i>	55
3 EM BUSCA DO PROTAGONISMO: VOZES FEMININAS SOBRE ABORTO E ABUSO SEXUAL INFANTIL	58
3.1 PILAR GUTIERREZ ORTEGA: A DOR PRIVADA CAPAZ DE MOBILIZAR O PODER POLÍTICO	58
3.2 BYA ALBUQUERQUE: UMA HISTÓRIA DE SILÊNCIOS	62
3.2.1 <i>A inocência russa</i>	63
3.2.2 <i>Entre o real e o imaginário</i>	65
3.2.3 <i>Dor e sangue no banheiro da USP</i>	66
3.2.4 <i>O mau cheiro da humilhação</i>	68
3.2.5 <i>Sem paixão, mas com amor</i>	68
3.2.6 <i>A solidão em Ribeirão Preto</i>	69
3.3 FRIDA KAHLO: A ARTE QUE EXPRESSA A DOR DO FILHO QUE NÃO VEIO ...	70
3.4 LUISA NUNCA TEVE O SONHO DE SER MÃE	77
3.5 HOSPITAL PÉROLA BYINGTON E O ABORTO LEGAL EM SÃO PAULO	81
3.5.1 <i>Quando o registro começa na polícia</i>	83
3.5.2 <i>Elas carregam no ventre o filho da violência</i>	84
3.6 QUANDO ABORTAR NÃO É PERMITIDO: ADOLESCÊNCIA, MATERNIDADE E NEGAÇÃO	86
3.7 PAOLA DRAGNIC: A JORNALISTA VIROU NOTÍCIA	89
3.7.1 <i>A história que gera empatia e rompe o silêncio</i>	90
4 UMA LEITURA CRÍTICA DA COBERTURA DA IMPRENSA NO BRASIL E NO CHILE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ABORTO EM CASO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL	92
4.1 LA TERCERA (CHILE)	92
4.2 EL MERCURIO (CHILE)	105
4.3 FOLHA DE S.PAULO (BRASIL)	119
4.4 O GLOBO (BRASIL)	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
APÊNDICES	169
APÊNDICE A - ENTREVISTA: ANIBAL FAÚNDES	169
APÊNDICE B - ENTREVISTA: LUISA IRENE QUEZADA QUEZADA	180
APÊNDICE C - ENTREVISTA: MARCELA LABRAÑA	191
APÊNDICE D - ENTREVISTA: PAOLA DRAGNIC.....	201
APÊNDICE E - ENTREVISTA PILAR GUTIERREZ ORTEGA.....	209
APÊNDICE F - ENTREVISTA: RAMIRO MOLINA.....	217
APÊNDICE G - ENTREVISTA: BEATRIZ ARBUQUERQUE.....	223
ANEXOS	235

1 DO “EU” PESQUISADORA AO SILÊNCIO DA MENINA-MÃE

1.1 PREÂMBULO

— Hola, estoy buscando un libro que se llama *Aborto en Chile* — disse ao visitar a quinta barraca de livros usados naquela tarde fria em uma praça no centro de Santiago.

— No. No tengo libros de este tema - respondeu logo o vendedor.

Não foi rude o senhor de uns 60 anos, mas falou sem sorrir, com a expressão fechada de quem queria mostrar que não gostava do tema do livro que eu buscava com tanta paciência. Diante de tal negativa, agradeci com um breve sorriso, segui para as tendas seguintes e comecei a pensar que aquele homem simbolizava bem os muitos questionamentos, a desconfiança e até a reprovação que a possibilidade de debater o aborto causa em muita gente.

— Abortion? — Perguntou de forma enfática um jovem de Singapura, enquanto gesticulava indicando uma gravidez, durante uma conversa em um hostel no norte do Chile.

Respondi que sim, que esse era o meu tema de pesquisa, e ele decidiu mudar os rumos da conversa. Assim, com silêncio, também foram as respostas a alguns dos meus pedidos de entrevista. Foi um processo lento e delicado perceber os silêncios que envolvem a interrupção voluntária da gestação no Chile e no Brasil. Ao encontrá-los, decidi que deveriam ser incorporados como mais uma justificativa para tratar nesta dissertação de um assunto cheio de tabus, moralismos e embates frontais, como percebido nas sociedades latino-americanas.

Para tanto, foi necessária uma mudança no olhar e um desnudar-se dos preconceitos e suposições que se aproximam do tema, como propõe Restrepo:

Dirijamos nuestra mirada a esos momentos silenciados, donde, a la sombra, se guarnece la ternura, pero donde también, sin que lo registren los noticieros o los periódicos de gran tiraje, se la aplasta a diario. Preguntémonos por los espacios donde abundan las violencias sin sangre, esas que no producen contusiones en el cuerpo que puedan ser detectadas por los legistas pero que no por ello dejan de producir sufrimiento y muerte. Abrámonos a una analítica de la cultura y la interpersonalidad donde la política pueda ser pensada desde la intimidad, ámbito oculto a la mirada fisgona que muestra la realidad desde un ángulo perceptivo y comunicativo donde el *thymós* o afectividad adquiere una importancia tan grande o mayor que aquella que le atribuimos al nous o intelecto. Inversión que supone pasar de la vista como sentido ordenador de la realidad al tacto como analizador privilegiado de la cercanía. (RESTREPO, 1994, p. 5, grifo nosso)

No percurso de pesquisa, percebi e registrei algumas dessas “violencias sin sangre”, a que refere Restrepo, e que fazem parte das experiências de meninas e mulheres que foram abusadas ou que tiveram que interromper uma gestação. Os sinais e as representações dessas violências foram captados a partir dos livros e dos filmes, mas surgiram principalmente nos

encontros com os sujeitos da pesquisa, nos espaços que percorri e nas emoções que senti fora das bibliotecas. Esse movimento em busca dos silêncios e do tema desde a afetividade foi concretizado em perguntas — desconstruídas ou respondidas durante esta investigação. Onde estão os silêncios sobre o aborto e sobre o abuso sexual? A sociedade e os jornais compartilham das mesmas sombras quando tratam dos casos de gravidez decorrente de um abuso? Quem fala publicamente sobre aborto? Quem são as fontes em casos de abuso sexual infantil? Quais são os medos, as dúvidas, as certezas que permeiam a decisão de interromper uma gestação? Quais elementos fazem parte da complexa teia de consequências físicas, psicológicas e sociais que envolve uma gestação decorrente de um abuso sexual? Quem são as meninas grávidas sem nome e sem rosto que viram o centro de debates entre “autoridades” e “especialistas”?

Tais inquietações, nem todas possíveis de serem respondidas nesta pesquisa, serviram para um mergulho na complexidade do tema desta dissertação. Foi um mergulho consciente, mas limitado pelo tempo do calendário e do relógio. Na busca pelos elementos e sentimentos que fazem parte da experiência do aborto e do abuso sexual, tentei me desfazer de preconceitos e das teorias, a meu ver, reducionistas sobre o tema.

“A palavra complexidade só pode exprimir nosso incômodo, nossa confusão, nossa incapacidade para definir de modo simples, para nomear de modo claro, para ordenar nossas ideias” (MORIN, 2005, p.5). Tratava-se então de uma busca pelos elementos que compõem o problema do abuso e do aborto, para, em seguida, investigar, como eles são apresentados pela imprensa. Um esforço que não visava encontrar, ao final, a completude e a certeza, mas descobrir os desafios e, quem sabe, propor formas de superá-los.

Ao longo desse mergulho, uma pergunta pedia sua resposta: Por que esse “objeto de pesquisa”?

Confesso que sempre me atraíram os temas e as pesquisas que causam desconforto, que não têm respostas simples e que nem sempre trazem sorrisos na primeira explicação. Poderia, desse modo, usar folhas e folhas desta dissertação para desenvolver uma justificativa da escolha do meu “objeto” de estudo. Tanto esforço, porém, não seria suficiente para dar uma resposta exata e convincente. Talvez porque até a conclusão desta dissertação eu não saberia informar com precisão em que momento eu decidi que estudaria o debate sobre aborto em caso de abuso sexual infantil nos jornais do Brasil e do Chile.

Não se trata de fugir de uma justificativa para tal escolha, mas de uma tentativa de mostrar que o percurso acadêmico não está isento dos mistérios que formam a sensibilidade humana. Nesse caminho, faço minhas as palavras de Contrera (1996), que tão bem ilustrou no

início do seu livro *O mito na mídia* a intimidade e a magia que certas vezes unem pesquisador e tema de pesquisa:

Apesar de esse texto ser o resultado de uma pesquisa acadêmica, pretendi evitar a agressão de um discurso que tentasse convencer o leitor, preferindo deixar que o tema mesmo se fizesse representar, para que ele seduzisse o leitor da mesma maneira que me seduziu. Seduziu e escolheu, já que provavelmente somos nós os escolhidos por nossos temas, e não o contrário. (CONTRERA, 1996, p. 15)

Na aproximação com os sujeitos dessa pesquisa, senti-me como Contrera narra, seduzida e escolhida pelo tema desta dissertação. Talvez a minha relação com o abuso sexual e com o aborto tenha começado muito antes da seleção do mestrado, na infância de uma garota que cresceu em um Estado de fronteira, na construção de uma mulher em suas múltiplas identidades, na sua relação com os outros e nos caminhos que se transformaram em experiências.

Desse modo, não seria honesto para esta pesquisa ignorar o fato de que me reconheço feminista. Assumir essa postura não significa um olhar direcionado e limitador sobre aborto e abuso sexual. Ao contrário, ao reconhecer tal identidade, deixo claro para o leitor que falo desde uma experiência limitada do que é ser mulher e que a partir dela, a pesquisa tenta extrapolar essas fronteiras e sanar as deficiências inerentes a um determinado percurso acadêmico e pessoal.

Se não conhecesse o feminismo, o monitoramento do tamanho da minha saia ou o controle da minha vida sexual poderiam significar “proteção”. Ao questionar o “o instinto materno”, as desigualdades salariais, as violências cotidianas, percorri o caminho que me levou à pesquisa sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil.

Descobri muito jovem que o fato de ser mulher me fazia alvo de ataques sexuais, não importa que roupa vestisse ou como me portasse. Não me lembro da primeira vez em que ouvi alguém me mandar sentar e fechar as pernas – só muitos anos depois, entendi que pais, professoras e tias me mandavam fazer aquilo, porque “sentar como um menino” poderia ser visto como um “convite” por algum homem que visse meu sexo de criança.

Por ser mulher, fui apalpada em festas, no ônibus, na rua a caminho de casa, por um chefe enquanto trabalhava. Já acordei inconsciente na casa de um garoto e só muitos anos depois entendi que aquilo era estupro e que a culpada não era eu por beber demais.

No Brasil, 90,2% das mulheres têm medo de sofrer violência sexual (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015) e uma em cada três mulheres é vítima desse tipo de agressão ao menos uma vez na vida (FAÚNDES ET AL, 2006). Isso indica que o medo é real, faz parte da experiência de ser mulher (seja ela heterossexual, homossexual, transexual) e se justifica

pelo número de ocorrências desse tipo: 47.646 estupros¹ foram registrados no Brasil em 2014, ou seja, uma pessoa foi estuprada a cada 11 minutos no país (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015). A cifra, apesar de alarmante, não retrata a realidade, já que estudos apontam que apenas de 10% casos de estupro são denunciados e um número muito menor alcança uma punição de fato (CERQUEIRA, COELHO, 2014).

Então decidi estudar abuso sexual infantil porque a vítima² poderia ter sido eu, porque o estupro poderia ser comigo, porque havia mais chances de isso acontecer se tivesse menos de 13 anos, porque eu poderia conhecer o autor, porque a violência poderia ter acontecido na minha casa e porque desde os 11 anos, se fosse estuprada, eu poderia engravidar.

Não se trata aqui de forçar uma vitimização das mulheres. Ao contrário, os dados, as pesquisas, os relatos e as experiências são nesta pesquisa uma forma de apontar para a necessidade de discussão cada vez maior do tema e, dessa forma, uma tentativa de combater a cultura do estupro. Ao trazer o tema do abuso sexual para a América Latina, o esforço é de mostrar que essa violência não acontece só na Índia — onde o documentário *India's Daughter* (2015) relata o caso chocante da jovem que morreu em 2012 após um estupro coletivo e mobilizou protestos por todo o país —, mas que ameaça inclusive mulheres em situação de comando, em círculos militares e em universidades dos Estados Unidos — como tão bem registrados em dois filmes de Kirby Dick (2012; 2015).

Em um esforço para tentar indicar os porquês da escolha por esse tema, penso também no caminho de aproximação com essas meninas sem nome, imaginárias e reais: o meu primeiro estágio em uma organização não-governamental (ONG) de Direitos Humanos, a vivência no jornalismo diário, a descoberta das limitações, violências e preconceitos que significavam culturalmente ser mulher. Mas talvez todos esses ingredientes não fossem suficientes para despertar a vontade de pesquisa sobre o tema em outras pessoas. Foram os meus olhos que um dia brilharam quando pensei em transformar em pesquisa os meus questionamentos ao ver no jornal uma menina grávida, vítima de um estupro, que o Estado chileno tinha negado o direito a um aborto. Eu fui escolhida por esse tema, não foi ele quem me escolheu.

¹ Segundo o artigo 213 do Código Penal (BRASIL, 2009), é estupro “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Isso significa que o crime não está restrito à penetração nem ao gênero da vítima.

² O termo “vítima” é utilizado neste trabalho como correspondente a pessoas que sofrem/sofreram uma violência. Apesar de adotar tal nomeação, não entendemos esse sujeito alvo da violência como um ser sem reação ou incapaz de se defender. Ao contrário, entendemos que, em menor ou maior grau, há algum tipo resistência, mesmo que essa resposta seja incapaz de pôr fim ao abuso. “As mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles” (SAFFIOTI, 2001).

Não me lembro exatamente qual foi a primeira vez que falei com alguém sobre aborto. Em casa, tínhamos a histórica edição sobre o tema da Revista *Veja* de 1997³, com mulheres famosas e anônimas contando as suas experiências sobre interrupção da gravidez.

Dez anos depois, outro episódio reacendeu o debate sobre aborto no Brasil. Era um domingo de abril de 2007, quando, sentada na sala de casa, assisti à reportagem que “denunciava” o funcionamento de uma clínica de planejamento familiar acusada de realizar abortos na cidade em que morava, Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. De um Estado machista e com economia alicerçada na produção rural, emergiram daquele consultório quase dez mil registros de mulheres, que deveriam ter diferentes idades, histórias e formações. Algumas delas tiveram que responder na Justiça por ter interrompido uma gestação indesejada⁴.

Na escola, o tema sempre aparecia na feira de ciências, com aquelas imagens horríveis de fetos abortados tardiamente. Nas poucas vezes em que meus pais falavam sobre o tema, indicavam sua repulsa. Tratei então de não pensar nisso até que, no ensino médio, uma amiga me pediu ajuda para fazer um teste de gravidez. Devíamos ter uns 16 ou 17 anos, estudávamos em um colégio particular de Campo Grande e a sua menstruação estava atrasada. Matamos aula e fomos comprar um teste. Aqueles longos minutos no banheiro da escola nos fizeram pensar muita coisa. E se ela estivesse grávida? O que faria? Abortaria, dizia ela, que no percurso entre a farmácia e o banheiro já pensava nas formas de conseguir o dinheiro para fazer o procedimento em uma clínica segura. O frio na barriga era adolescente, mas as consequências daquele resultado mostravam bem a complexidade das escolhas da vida adulta. Deu negativo. Respiramos juntas aliviadas e seguimos nossas vidas. Eu mesma fiz pelo menos três testes de gravidez até este momento da minha vida reprodutiva. Nunca deram positivo.

Mais tarde, durante esta pesquisa, descobriria com outras mulheres que não há decisão única, resposta correta sobre uma gestação. Cada uma tem sua história, seus medos, sonhos, e ninguém melhor do que elas para falar sobre quando dizer “sim” ou “não” para a maternidade.

Ni genética, ni bioquímica, ni inmunológicamente, hay dos seres iguales en el gran concierto del mundo biológico. En el caso del ser humano, a estas diferencias debemos sumar aquellas que se producen por poseer un cerebro altamente abierto a lo aleatorio, con posibilidad de organizar de manera diferente los miles de millones de sinapsis, por lo que es imposible encontrar dos seres humanos con un sistema nervioso idéntico.

³ Em setembro de 1997, a Revista *Veja* publicou a capa “Eu fiz aborto”, com fotos de mulheres famosas como a atriz Cássia Kiss, a cantora Elba Ramalho, a escritora Maria Adelaide Amaral, a cineasta Tata Amaral e a apresentadora Marília Gabriela. A reportagem traz relatos de mulheres, famosas ou não, sobre suas experiências de medo, angústia, culpa e as motivações que levaram cada uma delas a tomar a decisão de abortar. Para Miguel (2012), essa edição histórica da *Veja* foi “uma iniciativa corajosa e importante no sentido de romper o preconceito e colocar o tema em debate”.

⁴ Posteriormente, o caso foi amplamente analisado por uma organização internacional de Direitos Humanos, que apontou violações de direitos das mulheres indiciadas (IPAS BRASIL, 2008) e mostrou, a partir de relatos das envolvidas, o estigma vivido por elas (GALLI ET AL, 2010).

No podemos llamamos a engaño. La generalización es tan solo un momento del conocimiento, que para ser válida debe articularse a una fase de contextualización, a una aventura praxeológica, pues solo la sensibilidad nos orienta para interactuar correctamente con la singularidad de los seres y los entornos. (RESTREPO, 1994, p. 40)

Mas e se fosse o contrário? E se os nossos namorados da época tivessem que enfrentar as mesmas inseguranças e a mesma responsabilidade das consequências de um dia de atraso da menstruação? É isso que o diretor Lincoln Péricles questiona no *Filme de Aborto* (2015). O filme experimental mostra, a partir de enquadramentos não-convencionais, hiatos de silêncios e diálogos fora do contexto, um jovem casal da periferia de São Paulo que descobre que terá um filho. Pensam na falta de dinheiro, no trabalho que consome todo o tempo e nos planos que ainda sonham para cada um. Aqui, porém, é o homem que veste o avental branco e precisa decidir se deve abortar.

A experiência estética desconfortável do *Filme de Aborto* faz com que o público se questione sobre o porquê das práticas sexuais e das escolhas reprodutivas resultarem em consequências, em boa parte dos casais brasileiros, que têm impacto apenas na vida das mulheres. Desde aquele dia no banheiro da escola, percebi que a balança era pesada demais para o lado das mulheres.

É como se esses temas, mesmo que não sejam discutidos abertamente, estivessem sempre presentes na vida de uma mulher. Como no filme *Paula* (2015), em que a jovem descobre que está grávida, mas a palavra “gravidez” não é dita nenhuma vez durante a exibição do longa-metragem, assim como “aborto”, que não é mencionada por nenhuma das personagens, apesar da narrativa deixar claro que foi essa a decisão tomada pela jovem. Mesmo diante do silêncio, basta aos espectadores perceber o desespero da jovem, a faixa na barriga para esconder a gravidez dos patrões e a sala de espera do lugar onde ela poderia resolver o seu problema. A mulher sem rosto que a recebe na clínica pergunta há quanto tempo ela não menstrua, diz que são 8 mil pesos e manda embora a jovem que não tem o dinheiro para pagar. Paula recebe carícias do patrão com certa frequência. Ela decide contar ao namorado que está grávida e ele diz que não tem dinheiro e não pode fazer nada. Fica sozinha, como milhares de mulheres quando o teste dá positivo. Trata-se de uma narrativa sobre a solidão e os silêncios de uma gravidez não desejada, não planejada. Paula parece não pensar sobre a gestação, não há o que decidir e, sem dizer, ela mostra que ninguém pode questionar os seus motivos mais íntimos para não querer o filho.

Decidi estudar o aborto porque eu poderia (e ainda posso) engravidar na hora errada, porque os métodos contraceptivos podem falhar, porque conheço mulheres que decidiram

interromper uma gestação, porque a minha mãe ouviu de muitas pessoas que deveria interromper a gravidez e, mesmo assim, decidi dizer sim para mim.

1.2 INTRODUÇÃO

Diante do exposto no Preâmbulo que antecede esta Introdução, motivos pessoais, profissionais e acadêmicos levaram à construção do **tema desta dissertação**, que é *uma leitura crítica sobre a cobertura dos jornais chilenos La Tercera e El Mercurio e dos brasileiros Folha de S.Paulo e O Globo, entre 2009 e 2014, sobre a possibilidade de aborto quando a gravidez é resultante de abuso sexual infantil*. Tal trabalho justifica-se, para além dos argumentos já apresentados, porque essas situações de abuso sexual e aborto fazem parte das realidades das sociedades do Chile e do Brasil. Essa aproximação entre os dois países, portanto, visa estabelecer semelhanças e especificidades da cobertura dos jornais citados sobre o tema.

Para tanto, fez-se necessário estabelecer conceitos e ferramentas metodológicas para viabilizar uma leitura crítica e aprofundada dos casos em questões. Desse modo, utilizamos a definição da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) (2002, p.8), para a qual “abuso sexual infantil” se trata de:

[...] uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física.

Morgado (2012, p. 47) ainda apresenta exemplos de atos que podem ser definidos como abuso sexual:

O abuso sexual pode se dar com contato físico ou sem contato físico. Com contato físico, pressupõe: a) os atos físicos em si; b) sadismo; c) pornografia e prostituição. Sem o contato físico, envolve: a) expressão verbal, nas quais o adulto conduz conversas ligadas ao sexo, visando despertar ou estimular o interesse da criança ou adolescente para o assunto; b) voyeurismo: situações em que o adulto constantemente observa, por exemplo, banhos e trocas de roupa da criança; c) exibicionismo: quando o adulto faz questão, dentre outros episódios, de mostrar sua genitália à criança.

É importante destacar que o abuso sexual infantil se trata de um fenômeno que atinge da mesma forma todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas (DREZETT, 2002) (SAFFIOTI, 1995), uma violência cometida, de modo geral, por homens adultos contra meninas, em especial as que possuem entre 7 e 13 anos (SAFFIOTI, 1995). A bibliografia sobre o tema indica ainda que o crime acontece na maioria das vezes na casa da vítima ou do agressor, que frequentemente é o pai, o padrasto, o avô ou o tio da criança.

Segundo Drezett (2002), dentre as consequências de um estupro, “a gravidez se destaca pela complexidade das reações psicológicas, sociais e médicas que determina”. O autor afirma que essa gestação é encarada como uma segunda violência, muitas vezes intolerável para as vítimas, e

[...] apesar da proteção fisiológica que a maioria das crianças desfruta, condicionada pela ausência do primeiro evento menstrual, parcela significativa das gestações decorrentes de estupro alcançará meninas entre 10 e 12 anos (Idem, p. 59).

Crianças e adolescentes que engravidam de um abuso sexual, no entanto, podem ter futuros bem distintos, segundo a legislação que vigora em cada um dos países observados nesta dissertação. No Chile, elas são obrigadas a manter a gestação, já que a legislação em vigor proíbe o aborto em qualquer situação. O Código Penal chileno (CHILE, 1874) prevê a criminalização da mulher e do profissional que realizarem o procedimento.

Apesar da proibição existente no Código Penal, o Chile chegou a ter uma lei que permitia o “aborto terapêutico”. Tratava-se de um artigo do Código Sanitário, promulgado em 1931 pelo presidente Carlos Inez, que dizia: “sólo se puede interrumpir el embarazo o efectuar una intervención para esterilizar una mujer cuando los objetivos son terapéuticos” (HTUN, 2010). O texto, que não definia o que seriam os “objetivos terapêuticos”, vigorou até 1989, quando o então presidente Augusto Pinochet decidiu revogar o Código Sanitário.⁵

Já no Brasil, a legislação (BRASIL, 1940) permite o aborto em caso de estupro, de risco de morte para a mulher e, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2012, se o feto for anencéfalo. Nas demais situações, é considerado crime. Nos dois primeiros casos, a interrupção é autorizada desde 1940, quando o Código Penal brasileiro entrou em vigor. Apesar disso, o serviço de aborto legal no país só foi regulamentado em 1999, com a publicação de uma norma técnica pelo Ministério da Saúde.

Nos serviços legais de abortamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o perfil mais comum é de vítimas de estupro, que representaram 94% dos procedimentos realizados pelo sistema de saúde (MADEIRO e DINIZ, 2015), o que reforça a importância de estudar a relação entre aborto e abuso sexual infantil.

Chile e Brasil estão inseridos no contexto de maior ocorrência de abortos inseguros do mundo: a América Latina. Um estudo do Guttmacher Institute e da Organização Mundial da Saúde (2012) aponta que 4,4 milhões de mulheres entre 15 e 44 anos fazem abortos anualmente

⁵ A Lei 18.826 fez apenas uma alteração no Código Sanitário do Chile, alterando a redação do artigo 119 para: “No podrá ejecutarse ninguna acción cuyo fin sea provocar un aborto” (CHILE, 1989).

na América Latina; quase todos (95%) são realizados de forma insegura. O referido Instituto calcula que o aborto inseguro é causa de 13% das mortes maternas em todo o mundo.

O relatório acima citado destaca ainda que leis altamente restritivas contra o aborto não estão associadas a taxas de aborto mais baixas. Para justificar a afirmação, o estudo cita a América Latina, onde leis restritivas convivem com a maior taxa proporcional de ocorrências no mundo: 32 abortos a cada mil mulheres de 15 a 44 anos.

Na verdade, as poucas e seguras evidências disponíveis no cenário das pesquisas em saúde no Brasil comprovam a tese de que a ilegalidade traz consequências para a saúde das mulheres, que não coíbe a prática e perpetua a desigualdade social. (DINIZ, 2007, p. 1992)

Diante desse contexto, identificamos os seguintes **problemas centrais desta pesquisa:** *A imprensa tende a polarizar o debate entre contrários ou não ao aborto, em detrimento de uma abordagem verdadeiramente polifônica e polissêmica dos casos tratados? Os jornais tendem a dar visibilidade apenas à temática do aborto ou problematizam a sua relação com o abuso sexual? Ao tratarem do aborto em caso de abuso sexual infantil, as reportagens apresentam a vítima como protagonista da história, o contexto social e as raízes históricas do fato noticiado?*

A partir da bibliografia consultada, estabelecemos a **hipótese** a ser verificada neste trabalho, como segue: *Os meios de comunicação e os jornalistas brasileiros e chilenos se limitaram a uma cobertura baseada na oposição pró versus contra o aborto deixando de atuar como mediadores sociais para a construção de narrativas complexas, profundas, polifônicas e polissêmicas ao tratarem de aborto em caso de abuso sexual infantil.*

A presente pesquisa buscou, a partir das questões levantadas acima, preencher uma lacuna na bibliografia sobre abuso sexual infantil e aborto – já que é possível encontrar uma vasta produção sobre cada uma das áreas, mas há pouca literatura sobre a relação entre as duas problemáticas, em especial sobre como ela se apresenta nos jornais, compreendidos aqui como mediadores simbólicos e culturais.

Além disso, o momento para tal discussão se mostra especialmente oportuno, uma vez que o tema está em pauta nos dois países pesquisados. No Brasil, o estudo se **justifica**, entre outros motivos, porque a epidemia do vírus zika, relacionado a casos de microcefalia, reacendeu o debate sobre mudanças na lei em vigor sobre aborto.

Outro fato importante é a tramitação do projeto de lei 5.069/2013 (BRASIL, 2013), de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB), que pretende aumentar a punição para quem cometer, induzir ou instigar um aborto. O texto, aprovado em 2015 pela Comissão de

Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, também dificulta a interrupção da gravidez em caso de violência sexual, definindo a exigência de um boletim de ocorrência sobre o estupro para que a interrupção seja realizada. Atualmente, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2005a), o relato da vítima é suficiente para comprovar a violência sexual, não sendo necessária a apresentação de registro policial para a realização do aborto legal.

É importante destacar que durante a realização desta pesquisa, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil, Dilma Rousseff, sofreu um golpe e o Congresso que aprovou seu impeachment é o mais conservador desde o início da Ditadura Militar, em 1964 (SOUZA, CARAM, 2014). Nesse contexto, um dos principais objetivos dos parlamentares conservadores é o aumento das penas e a proibição do aborto nos poucos casos em que ele já está previsto em lei (CARVALHO, PERON, CARDOSO, 2016).

No Chile, o Congresso e a sociedade civil discutem desde 2014 um projeto de lei apresentado no início de 2015 que descriminaliza o aborto em três situações: se a gravidez oferece risco de morte para a mãe; se o feto apresenta uma má formação congênita ou genética de caráter letal; ou se a gravidez é fruto de um estupro. O debate gerou acalorados embates entre religiosos, congressistas, representantes dos movimentos de mulheres e profissionais da saúde. O projeto é de autoria do Executivo, sob o comando da presidente Michelle Bachelet, e o tema foi uma das pautas dos debates presidenciais em 2013.

Desse modo, estudar o debate sobre o aborto na mídia, especialmente quando se trata da gravidez de meninas com menos de 14 anos, é importante porque os veículos noticiosos podem, a partir da humanização, apresentar aos leitores e à sociedade histórias reais de meninas grávidas vítimas de abusos, contribuindo de forma mais ética, sensível e responsável para uma discussão mais complexa sobre o tema.

Por outro lado, a imprensa também pode produzir e reforçar estereótipos ao dar visibilidade apenas a argumentos reducionistas, baseados apenas na disputa “pró *versus* contra o aborto”, em detrimento de um debate polifônico e polissêmico sobre o assunto. Baseado apenas no prisma religioso e moral, sem um olhar contextual sobre o caso e sem uma história capaz de dar vida ao debate proposto, o jornalismo deixa de cumprir com o seu papel de mediador cultural.

O **objetivo principal** deste trabalho, portanto, é verificar se a cobertura sobre aborto em caso de abuso sexual infantil, no período e nos jornais selecionados no Brasil e no Chile, se aproximou da complexidade da experiência das meninas e mulheres que passaram por esse tipo situação. Tal estudo se mostra importante para verificar se jornais e jornalistas observam o tema

a partir da oposição pós *versus* contra o aborto ou se, a partir da polifonia, da polissemia e da humanização, tratam esses casos de forma complexa.

Definido o objetivo principal, foram estabelecidos os **objetivos secundários** deste trabalho. São eles: identificar quem são os protagonistas do debate sobre o aborto em caso de violência sexual infantil nos jornais chilenos e brasileiros; identificar se as fontes ouvidas e se o espaço dedicado a cada uma delas nas reportagens sobre aborto permitiram ou não um debate polifônico e polissêmico sobre o assunto; identificar a presença ou não de contexto social, raízes histórico-culturais e diagnósticos e prognósticos nas reportagens analisadas; identificar os silêncios da cobertura sobre o tema; ouvir as narrativas das vítimas e de outros agentes importantes para a compreensão do tema e estabelecer relações com as reportagens jornalísticas que tratam de aborto em caso de abuso sexual infantil.

Com vistas a atingir os objetivos listados acima, dividimos os elementos textuais desta dissertação em cinco partes. A primeira, reúne o Preâmbulo e esta Introdução, e tem a finalidade de apresentar ao leitor as motivações, justificativas e as principais perguntas que orientaram esta pesquisa.

Essas e outras definições e conceitos foram aprofundadas na **Parte 2** desta dissertação, onde também desenvolvemos a metodologia adotada para este trabalho, que envolve as ferramentas da leitura cultural, complementada por alguns elementos da análise do discurso.

Ao adotar tais metodologias buscamos uma abordagem complexa, a partir da qual sejamos capazes de captar a situação do aborto em caso de abuso sexual infantil como um “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos” (MORIN, 2005, p. 13). Não se trata, porém, de aspirar o conhecimento completo do tema proposto, o que seria impossível, mas de mergulhar em um mundo de incômodos e incertezas, assumindo assim a nossa incapacidade de reduzir o tema a uma solução única e simples.

Antes de mais nada, devo dizer que a complexidade, para mim, é o desafio, não a resposta. Estou em busca de uma possibilidade de pensar através da complicação (ou seja, as infinitas inter-retroações), através das incertezas e através das contradições” (Idem, p. 102).

Além disso, adotamos nesta pesquisa uma abordagem inter e transdisciplinar, que a nosso ver, é a mais capaz de nos aproximar da complexidade do tema proposto. Sendo assim, **interdisciplinaridade** é aqui utilizada como a abordagem que permite ultrapassar as disciplinas, mas que ainda está inscrita na pesquisa disciplinar (NICOLESCU, 1999). Segundo o autor, ela deve ser definida como “aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas,

através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”.

Por sua vez, a via **transdisciplinar** deve atender a três características fundamentais: rigor, abertura e tolerância.

O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às ideias e verdades contrárias às nossas. (FREITAS; MORIN; NICOLESCU, 1994, art.14)

Além disso, na abordagem transdisciplinar não estão excluídos “o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos” (FREITAS; MORIN; NICOLESCU, 1994).

A partir desses contextos, definimos a seleção de reportagens entre os anos de 2009 e 2014 nos jornais La Tercera e El Mercurio, do Chile, e Folha de S.Paulo e O Globo, no Brasil. A escolha dos periódicos chilenos e brasileiros se deve a dois fatores: todos têm alcance nacional e estão entre os mais lidos em seus países. Apenas notícias e reportagens foram submetidas à leitura crítica, e não textos de opinião, já que nos interessa o investimento direto dos quatro jornais citados em produções aprofundadas sobre o assunto.

Quanto ao recorte temporal, o período estabelecido leva em conta dois fatos relevantes que marcaram a cobertura da imprensa nos dois países: em 2009, o caso da menina de 9 anos grávida de gêmeos após ser abusada pelo padrasto em Alagoinha (PE), no Brasil, e 2014, quando o tema voltou ao debate no Chile por causa do projeto apresentado no ano seguinte pela presidente Michelle Bachelet ao Congresso que pretende descriminalizar o aborto em três situações: quando há risco de morte para a mãe, em caso de inviabilidade fetal ou violência sexual.

Para separar as reportagens para análise, primeiro foram realizadas buscas nos sites dos jornais citados acima, dentro do período referido, com base em palavras-chave (em suas traduções para espanhol quando necessário): abuso sexual, menina grávida, aborto. Do material levantado, selecionamos apenas os textos que foram publicados nas versões impressas e que tratavam da possibilidade de aborto nos casos em que a gravidez era (ou suspeitava-se que era) resultante de um abuso sexual. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter qualitativo, exploratório, realizado a partir de reportagens jornalísticas selecionadas conforme os critérios apresentados acima e também por saturação, de forma que sua amostragem não é representativa do universo de casos de gravidez resultante de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Feita a seleção do material, definimos as ferramentas da leitura cultural (MEDINA, 2003) como principais ferramentas metodológicas e, associadas a elas, alguns elementos da análise do discurso. Tal **metodologia** se mostrou mais adequada, porque proporciona um olhar complexo e aprofundado sobre o tema deste trabalho.

Por leitura cultural compreendemos o exercício de olhar as reportagens em busca de quatro elementos que, segundo MEDINA (2003), constituem “uma narrativa mais tensa e densa”. São eles: protagonismo anônimo, prognósticos e diagnósticos, raízes histórico-culturais e contexto social.

Trata-se, portanto, de um modo de verificar se o jornalista se comportou como um leitor cultural durante a cobertura sobre o tema, alguém capaz de interpretar a contemporaneidade e produzir sentidos e significados diante de um acontecimento social (MEDINA, 2007, p.32):

O leitor cultural observa, colhe informações dos acervos e de fontes vivas, cria elos de contexto e elege o protagonismo daqueles que vivem a situação de sua narrativa. E aí se consuma a humanização como eixo central da leitura cultural. Se o jornalista distribui nas mídias apenas os sentidos oficiais, ele não passa de um mero administrador da renda simbólica estratificada. Mas além de exercer a função de um simples administrador, pode ousar a renovação e até a reestruturação plena dos significados em voga – o que revela a grandeza de um leitor cultural.

Como sujeito cultural, o papel do jornalista deve ser o de produzir, renovar ou administrar, de forma responsável e consciente, os sentidos que permeiam a realidade, sejam eles vocalizados ou não pelas fontes de informação ouvidas na reportagem (MEDINA, 2006).

Associada à leitura cultural, utilizamos técnicas de análise do discurso a fim de identificar quem são os agentes com voz nas matérias, de onde e com que frequência eles falam e de que forma se referem à vítima e à possibilidade de aborto.

Como discurso, compreende-se o trabalho simbólico de mediação entre o sujeito (neste caso, jornalista) e a sua realidade cultural e social, como lugar de relação entre a língua e a ideologia (PÊCHEUX, 1988). Desse modo, a questão principal da análise do discurso não é “o que esse texto tem a dizer”, mas “como esse texto significa” (ORLANDI, 1999).

Além disso, **muito nos interessam os silêncios na cobertura sobre o tema**. Compreendemos, dessa forma, que a dedicação de pouco ou nenhum espaço aos casos podem ser indícios de invisibilidade ou termômetros do tamanho do investimento em reportagem quando se trata do assunto. Para identificá-los, utilizamos uma concepção não negativa do silêncio, ou seja, ele “não é o nada, não é o vazio sem história”, é “significante” (ORLANDI, 2007).

A **Parte 3** deste trabalho reúne histórias de mulheres e de profissionais que vivenciaram ou que acompanharam de perto experiências de abuso sexual infantil e/ou de aborto. As

narrativas, construídas a partir de entrevistas em profundidade realizadas no Brasil e no Chile, são um esforço de aproximação desta pesquisa da realidade e dos sentimentos de quem passou por essas situações. Elas não têm o objetivo de alcançar conclusões sobre o problema do abuso sexual infantil e do aborto nos dois países pesquisados, mas são uma forma de trazer mais emoção e empatia ao tema em questão. Trata-se de um diálogo permeado pelos critérios científicos, por vezes duros e impessoais, com pessoas que têm nome e uma história para contar.

Tais narrativas, associadas aos conceitos e às ferramentas metodológicas desenvolvidas na **Parte 3**, serviram para viabilizar uma leitura crítica fundamentada não só nos textos acadêmicos, mas também na observação das experiências dos sujeitos desta pesquisa. Para tanto, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, no modelo entrevista-diálogo, conforme definição de MORIN (1973, p. 129):

Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistado e o entrevistador colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.

Embebidos dos aportes teóricos e das emoções de personagens reais, convidamos o leitor à **Parte 4** deste trabalho, onde foi realizada uma leitura crítica de reportagens selecionadas, a partir dos critérios já explicitados, nos jornais El Mercurio, La Tercera, Folha de S.Paulo e O Globo e publicadas entre 2009 e 2014. À análise, seguem as considerações finais deste trabalho, desenvolvidas na **Parte 5**.

Tal divisão é uma sugestão de percurso e organização da leitura desta dissertação. Não se trata, portanto, de um roteiro fixo, mas um convite à experimentação pelo leitor de cada parte deste trabalho, que está aberto a novas possibilidades.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS, METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Aquí en Santa Fe se podía vivir bonito, rodeada de los geranios que siembra mi abuela en latas de manteca, viendo desde arriba a la ciudad completa con su tránsito de madrugada, su Reforma llena de luces y su montón de anuncios. Pero ahora Santa Fe se ha podrido, desde aquel día en que **mi papá usó mi cuerpo de niña**⁶ con la misma fuerza con que los cien perros de la manzana se le echan encima a “La Negra” cuando está en cielo. Lo peor no fue que mi padre me hiciera eso mientras mi cuerpo helado de terror hundía en los colchones de basura que juntamos los miércoles. Me dolía más ver cómo me rehuía mi madre, cómo evitaba mis ojos por miedo al cuchillo de mi padre, a los empujones que nos daba cada vez que le contábamos algo que no quería oír. Mis hermanos empezaron a decir que andaba yo rara. Cada día me apartaba más de sus juegos, me sentía embarrada de mugre, con el sexo lleno de comida podrida, he hediondez que me salía por debajo de la piel. Poco a poco acabé con el mundo afuera. ¿Para qué contarles de mis pesadillas, donde mi padre era mitad demonio, mitad cabra desnuda sin calzones? ¿A quién le importaban mis escalofríos y mi angustia cuando lo oía llegar, borracho en la noche, tropezándose con todo? Después empecé con los mareos. Ahí fue que mi mamá agarró fuerzas. **Justo en marzo, cuando iba yo a cumplir los trece, salimos a denunciarlo**; entendimos qué era eso de AVISE, AVISE⁷. Allí conocí a Laura, la trabajadora social. Ella calmó a mi mamá, le dijo que ya no llorara, que **ese niño – ¿mi hermano? ¿mi hijo? – no tenía que venir a sufrir con nosotros**. Laura vino a ser como mi hada madrina. Sólo ella lograba que no me golpeará yo contra las piedras después de los interrogatorios. Me enseñó a mirar de frente, a dejar temblar, a no orinarme en los calzones cuando los agentes me preguntaban si no tenía otros noviecitos, si no me daba gusto complacer a mi papi. **Lo del aborto lo tuvimos que hacer a escondidas**. Fuimos a ver a un doctor amigo de Laura porque el permiso legal tardaba mucho. Le juré que nunca le iba yo a decir a nadie quién nos ayudó. Pese a mi esfuerzo por ocultarlo todos en Santa Fe se enteraron. Fue entonces cuando decidí ya no sacarle la vuelta al problema. A mi abuela y mi mamá se les cae la cara de vergüenza, ¿que por qué le hago caso a esa Laura, que para qué voy al radio y a la tele a hablar de nuestras cosas? A ratos, ni yo misma sé qué pensar. Por ejemplo, cuando ese señor se puso a gritar que era yo una criminal por matar a mi hijo y todos empezaron a decir cosas. **No me dejaron hablar. Yo nada más quería decirles que yo tampoco quería abortar, que sólo necesitaba que me quisieran, que me dejaran ser una niña feliz**, como cuando me paseaba solita por las colinas de Santa Fe. (ORTIZ ORTEGA, 1994, p. 254-255, grifo nosso)

A história da menina de Santa Fe é um convite à imersão neste tema que envolve violências, sentimentos diversos e muitos silêncios. No caso citado, a menina de 13 anos é estuprada pelo pai e vive o conflito representado, de um lado, pelo cuidado que essa relação deveria significar e, do outro, pela imagem real do “demônio” que a violou. Há ainda um mergulho íntimo, um encarceramento pela mudez da garota violentada, que não é acolhida pela mãe e não consegue brincar como antes. Em seguida, seu percurso após a denúncia mostra as

⁶ Esta narrativa foi inspirada no caso real de uma menina atendida no Hospital de la Mujer, no México. O texto faz parte de uma coletânea formada por artigos, entrevistas e relatos de mulheres sobre aborto no país sob diversas perspectivas.

⁷ Agência encarregada de dar ajuda e terapia a vítimas de crimes sexuais no México (nota do autor).

violências que o sistema de saúde e de segurança pública podem significar a uma vítima de abuso, além da clandestinidade de um aborto diante da inércia do Estado (no caso, trata-se do estado mexicano, mas poderia facilmente representar a realidade de outros tantos na América Latina). Adiado o papel da maternidade, os passos posteriores ainda reservam à menina a vergonha, os preconceitos e os ouvidos tapados de uma sociedade que a criminaliza. A partir desse breve relato, é possível inferir quão cheio de nuances é falar da intersecção entre abuso sexual infantil e aborto.

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS E AS DIMENSÕES DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A partir desse caso que tão bem exemplifica o tema tratado nesta dissertação, torna-se necessário estabelecer para o leitor alguns conceitos e marcos teóricos que servem de guia para esta pesquisa acadêmica.

Os primeiros conceitos importantes são os de criança e adolescente. Serão utilizados os existentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990a), que considera a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela que possui entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Mesmo se tratando de lei brasileira, esses conceitos podem ser usados para delimitar o espectro etário de crianças e adolescentes de outros países latino-americanos, pois os aludidos conceitos são reforçados pela Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990b), adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelos Estados brasileiro e chileno em 1990, que se refere a “todo ser humano com menos de dezoito anos de idade”. Para esta pesquisa, no entanto, interessam-nos os casos que tratem de crianças e adolescentes do sexo feminino com menos de 14 anos, idade em que, de acordo com o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), o estupro é presumido, ou seja, não há consentimento da vítima em uma relação sexual. A mesma idade também serve de marco para a lei chilena (CHILE, 1874), que prevê pena maior nos crimes de violência sexual quando a vítima tem menos de 14 anos. Sabemos que há vasta literatura sobre a relação entre consentimento e ato sexual, mas, precisando estabelecer recortes para esta pesquisa decidimos adotar os conceitos legais como acima explicitado.

Outro conceito importante para esta pesquisa é a definição de aborto, que aqui adotamos como a interrupção da gravidez até a vigésima semana ou até a vigésima segunda semana quando o feto pesar menos de 500g (BRASIL, 2005b). Tal normativa é a utilizada pelo Brasil e pelo Chile a partir do estabelecido pela OMS. Além disso, consideramos também o primeiro significado atribuído pelo Dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008) para o

verbo abortar, que se aproxima do sentido coloquial do uso da palavra: “Abortar (a.bor.tar) v. 1. Expulsar o feto antes que ele esteja suficientemente desenvolvido para que possa viver: Minha gata abortou”.

O terceiro conceito que usaremos nesta pesquisa é violência sexual infantil, caracterizada como um “abuso de poder por parte do adulto, em que ele usa a criança ou o adolescente para satisfazer-se sexualmente, induzindo ou forçando a práticas sexuais, com ou sem uso de força física” (ANDI, 2009). Esse tipo de violência engloba tanto o abuso como a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este trabalho, no entanto, limita-se ao estudo da violência sexual infantil apenas a partir de casos de abuso sexual, que se diferencia da exploração porque não tem fins comerciais. Desse modo, as narrativas e os conceitos desenvolvidos ao longo deste trabalho não se referem a situações em que há um aliciador, um adulto que explore financeiramente a sexualidade de crianças e adolescentes, por exemplo.

Dito isso, em primeiro lugar, utilizamos parcialmente o conceito de Chauí (1985) sobre violência para aprofundar na discussão sobre abuso sexual infantil. Para a autora, violência não é violação ou transgressão de normas, regras e lei, mas sim a:

[...] conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de operação. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. (CHAUÍ, 1985, p. 35)

Nos casos de abuso sexual infantil, essa assimetria, também chamada por Saffioti (1995) de “relação díspar”, se dá em duas dimensões: na geracional (adulto-criança) e na de gênero (homem-mulher)⁸. No primeiro, a diferença entre gerações (caracterizada culturalmente pela hierarquia de obediência, força, autoridade etc. da criança em relação à pessoa mais velha) é convertida pelo adulto em ferramenta de poder usado nas situações de abuso com fins de dominação para que a vítima⁹ satisfaça os seus desejos sexuais.

A segunda dimensão é uma relação assimétrica de gênero, termo que utilizamos a partir da definição de Rubin (1986) de que sistema sexo/gênero é o “conjunto de disposiciones por el

⁸ Para este trabalho, como já dito, trataremos apenas dos casos envolvendo meninas. Sabemos que os meninos também são vítimas de abuso sexual infantil, mas nos baseamos em estudos que indicam que a maioria dos crimes é cometido por homens contra crianças do sexo feminino (ABRÁPIA, 2002; SAFFIOTI, 1995; SAFFIOTI, 1997; FRANÇA JUNIOR, 2003).

⁹ O termo “vítima” é utilizado neste trabalho como correspondente a pessoas que sofrem/sofreram uma violência. Apesar de adotar tal nomeação, não entendemos esse sujeito alvo da violência como um ser sem reação ou incapaz de se defender. Ao contrário, entendemos que, em menor ou maior grau, há algum tipo de resistência, mesmo que essa resposta seja incapaz de pôr fim ao abuso. “As mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles” (SAFFIOTI, 2001).

que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas”. Nesse sentido, há uma relação hierárquica entre homem e mulher (neste trabalho representada pela menina) que se baseia nas diferenças do sexo biológico, mas na verdade são construídas culturalmente e convertidas em um novo meio de dominação. Para Moore (1994), as representações de violência, e aqui situamos o abuso sexual infantil, são altamente sexualizadas, estão inscritas nas noções de gênero e, portanto, também nas noções de diferença de gênero.

However, gender difference is not the only form of difference employed in the representation of violence. Other forms of difference, notably class and race, are crucial in the formation of discourses on social identity, and will thus be constitutive of modes of subjectivity in the same way as gender. (MOORE, 1994, p. 154).

Depois que define a violência como uma diferença convertida em relação hierárquica com fins de dominação, Chauí (1985) diz que o conceito tem uma segunda dimensão, que é a “ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência ” (CHAUÍ, 1985, p. 35). Desse modo, a “violência perfeita”, para a autora, é a que, além de se basear em uma relação assimétrica, resulta em “alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam” (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Para Saffioti (1995), porém, no caso do abuso sexual infantil a segunda parte do conceito de Chauí para violência não poderia aplicada, já que a criança não teria autonomia e liberdade para decidir.

Ora, pela lei e pelos costumes, a criança é definida como heterônoma, necessitando, pois de proteção do adulto. As ciências afirmam que seu desenvolvimento físico, emocional e moral está em curso, não podendo, portanto, ser comparado com o do ser humano adulto. Desta sorte, não há fonte da qual a criança possa retirar autonomia para se construir e se constituir em sujeito. Todas as portas estão fechadas, porque são de natureza social, ainda que a criança seja superdotada e as ciências tenham se equivocado. Em seu estatuto de imaturo, a criança já se encontra dentro de um círculo. Quando dominada pela vontade de adulta de explorá-la sexualmente, sobretudo se se tratar de parente próximo, investido de autoridade, a criança situa-se no interior de um circuito fechado. (SAFFIOTI, 1995, p. 285)

No abuso sexual, esses aparatos sociais são usados para justificar a sujeição da criança ou do adolescente, o que não significa, no entanto, que esse poder seja unidirecional, homogêneo e que não tenha enfrentamento. Discordamos, portanto, da definição de Chauí sobre a relação entre violência e passividade ou inércia. Preferimos adotar a ideia de Foucault (2008), para o qual “onde há poder há resistência”. É fato que essas resistências na maioria das vezes não são suficientes, sozinhas, para fazer romper esse circuito de violência, mas mostra que elas

existem e se manifestam por meio do grito, do choro, da negativa, da depressão, da fala, do silêncio, entre outras formas de reação.

O abuso sexual se insere, portanto, em uma relação assimétrica e autoritária entre o adulto e a criança ou o adolescente. Para a Abrapia (2002, p.8), trata-se de:

[...] uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física.

E Morgado (2012, p. 47) exemplifica os atos que podem ser definidos como abuso sexual:

O abuso sexual pode se dar com contato físico ou sem contato físico. Com contato físico, pressupõe: a) os atos físicos em si; b) sadismo; c) pornografia e prostituição. Sem o contato físico, envolve: a) expressão verbal, nas quais o adulto conduz conversas ligadas ao sexo, visando despertar ou estimular o interesse da criança ou adolescente para o assunto; b) voyeurismo: situações em que o adulto constantemente observa, por exemplo, banhos e trocas de roupa da criança; c) exibicionismo: quando o adulto faz questão, dentre outros episódios, de mostrar sua genitália à criança.

O abuso sexual também é tratado aqui como uma violação aos Direitos Humanos, um ato que vai contra o direito de proteção e de desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, um ato que descumpre, portanto, a Convenção dos Direitos das Crianças (BRASIL, 1990b)¹⁰ e a Conferência do Cairo (CIPD, 1994)¹¹, entre outras normativas internacionais.

De acordo com a Abrapia (2002), sete crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia no Brasil. Apesar da frequência assustadora, a instituição aponta que apenas uma em cada quatro meninas e um em cada cem meninos denunciam a violência. Muitos casos só chegam à polícia, à Justiça ou aos conselhos tutelares por estarem relacionados a outros problemas familiares, como separação dos pais, violência doméstica, abandono e maus-tratos. Desse modo, só alcançam os meios de comunicação os casos envolvendo comunidades que vivem em situação de pobreza e que sofrem outras violações de direitos. Estudos apontam, no entanto, que o fenômeno atinge da mesma forma todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas (DREZETT, 2002) (SAFFIOTI, 1995). Desse modo, a diferença estaria na forma com que o abuso é percebido, silenciado e problematizado em cada uma dessas esferas sociais.

¹⁰ Diz o artigo 19: “1. Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.”

¹¹ Na ação 6.9, o documento define: “Os países devem tomar efetivas providências para evitar o abandono assim como todo tipo de exploração e abuso de crianças, adolescentes e jovens, como rapto, estupro e incesto, pornografia, traficância, abandono e prostituição. Os países devem, sobretudo, tomar medidas apropriadas para eliminar abusos sexuais de crianças dentro e fora de suas fronteiras.”

O abuso sexual infantil caracteriza-se, como já dito, por uma violência de gênero, já que é cometido, de modo geral, por homens adultos contra meninas, em especial as que possuem entre 7 e 13 anos (SAFFIOTI, 1995). O fato de mais de 60% dos abusos atingirem crianças de 7 a 13 contraria a ideia, segundo Saffioti (1997) de que os homens são atraídos pelas adolescentes, que estão começando a desenvolver caracteres sexuais secundários. “A preferência por crianças aponta para o abuso sexual enquanto afirmação de poder, e não como resultado de uma pulsão sexual irreprimível” (SAFFIOTI, 1997 p. 171).

A bibliografia sobre o tema indica ainda que o crime acontece na maioria das vezes na casa da vítima ou do agressor, que frequentemente é o pai, o padrasto, o avô ou o tio da criança. “As estatísticas sobre abuso sexual de crianças permanecem o que eram há um século: o mais perigoso lugar para a criança é o lar, o mais provável agressor, seu pai” (GORDON, 1988¹² apud SAFFIOTI, 1995, p. 294). Tal indicativo mostra, uma vez mais, que o autor do abuso é alguém que age de maneira pensada e espera o momento propício para não ser flagrado por outros familiares. Não se trata do “monstro insaciável”, nem do homem alterado por drogas ou álcool.

Não se aceita o argumento de que a sexualidade masculina é incontrolável, enquanto a feminina é domável. O estuprador escolhe lugares ermos ou escuros para agarrar sua presa. O agressor sexual familiar abusa das filhas ou de outras parentas, em geral, menores, quando a mãe não está em casa ou está muito absorta numa atividade como cuidar de um outro filho doente ou amamentá-lo. Assim, e isto está amplamente comprovado ao nível internacional, a agressão sexual, sobretudo a intrafamiliar, é planejada com antecedência. [...] Dessa sorte, o agressor não ataca sua vítima em todos os momentos em que experimenta desejo sexual. Este é controlado sempre que testemunhas possam presenciar o fato e até impedir sua realização. Há um verdadeiro mito da sexualidade irrefreável do macho, cuja função precípua consiste em beneficiá-lo. (SAFFIOTI, 1997, p. 173).

O crime, portanto, acontece no ambiente doméstico, envolve uma pessoa muito próxima à menina, que acaba envolvida pela relação permeada por admiração, dependência, autoridade, amor e repulsa. Essas características indicam que normalmente trata-se de um segredo muito bem guardado no seio da família, segredo este que também acaba protegido pela culpa e a vergonha que as vítimas carregam. Isso porque elas costumam ouvir dos seus algozes que elas incitaram determinado tipo de violência. Para Saffioti (1997) uma das consequências mais dolorosas, que pode ser um processo sem volta, é que, no abuso sexual, a vítima perde os referenciais do que é a família.

Obviamente, a abordagem do pai significa um abuso de poder, percebido, aliás, pela filha, que, todavia, é incapaz de lhe impor limites. Mas, diferentemente do estupro,

¹² GORDON, Linda. The Politics of Child Sexual Abuse: Notes from American History. In: Family secrets/child sexual abuse. Feminist Review, nº 28, 1988.

ocorre no seio de uma relação afetiva e representa uma afirmação de que aquele tipo de “amor” é o único possível por parte do pai. [...] Ser seduzida deixa consequências muito mais deletérias do que ser estuprada. Nesta última circunstância, como a vítima não é dependente social e psicologicamente do estuprador, tem total liberdade para odiá-lo. O mesmo não se passa com a filha em relação ao pai. Além de suas dependências, a filha alimenta culpa por não haver sido capaz de opor resistência ao pai. A explicação do segredo corre nesta trilha. A menina sente gigantesca responsabilidade na preservação da integridade da família. Este seu poder/dever funciona como um ato de expiação da culpa, que a mantém solitária e envergonhada. (SAFFIOTI, 1997, p. 181)

Os elementos que caracterizam o abuso sexual apresentados até aqui apontam para a necessidade de um tratamento complexo e humano do tema não só pela imprensa como por esta pesquisa. A necessidade de um olhar multidimensional pode ser verificada pela forma com que as políticas de prevenção e atendimento a casos de abuso sexual infantil são articuladas em rede, de maneira interinstitucional, no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013). De acordo com o documento, no atendimento, por exemplo, devem ser levados em conta “aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicoemocionais dos indivíduos envolvidos, e que não poderão/deverão ser respondidas por uma única instituição ou política pública” (p.24).

As principais consequências do abuso sexual para a criança, segundo a Abrapia (2002), são o sentimento de culpa e vergonha, a internalização da ideia de que é uma pessoa má, suja e de pouco valor, depressão e perda da confiança em outras pessoas. Na vida adulta, também são percebidos sintomas como impotência sexual e frigidez, depressão, suicídio e tentativas de suicídio, dificuldades de se relacionar com outras pessoas e de alcançar conquistas pessoais e profissionais.

2.1.1 Quando o abuso resulta em gravidez: a possibilidade de aborto no Brasil e no Chile

Como citado anteriormente neste capítulo, o abuso sexual pode ser dar por meio de um contato físico ou não. Em poucos casos, o abusador chega a ter relações sexuais (mais frequentes são contatos físicos sem penetração) e, em situações mais raras, o ato sexual resulta em uma gravidez, situação para a qual é direcionado olhar desta pesquisadora. Para se ter a dimensão do problema tratado, tomamos como exemplo o número de crianças e adolescentes atendidas em 2015 pelo Servicio Nacional de Menores (Sename), ligado ao Governo do Chile:

de todos os registros por proteção¹³, 61.909 eram meninas, das quais 527 estavam grávidas, sendo que em 28 casos a gestação era fruto de uma violência sexual (SENAME, 2015).

Tal ocorrência quase invisível às pesquisas quantitativas interessa-nos por sua gravidade e pela especificidade de somar as consequências do abuso sexual e de uma gravidez indesejada, que pode oferecer riscos à saúde da menina-mãe. Segundo o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2013), 200 meninas morrem por dia em todo mundo por complicações da gravidez precoce.

De acordo com o médico ginecologista e obstetra Jefferson Drezett (2002), dentre as consequências de um abuso sexual, “a gravidez se destaca pela complexidade das reações psicológicas, sociais e médicas que determina”. O autor afirma que essa gestação é encarada como uma segunda violência, muitas vezes intolerável para as vítimas. Drezett (2002, p. 59) destaca ainda que

[...] apesar da proteção fisiológica que a maioria das crianças desfruta, condicionada pela ausência do primeiro evento menstrual, parcela significativa das gestações decorrentes de estupro alcançará meninas entre 10 e 12 anos.

No Chile, essa relação violenta entre o abuso sexual e uma gravidez indesejada também é destacada por médicos que pesquisaram o tema:

Las violaciones tienen serias repercusiones, más aún que otros delitos. Además de las secuelas de tipo psicológicas, las más graves, y que perduran por toda la vida, existe la posibilidad del contagio de una enfermedad de transmisión sexual, y el riesgo de embarazo secundario a la agresión. Este último fenómeno no es de transcendental importancia, si consideramos, que el principal grupo afectado, son las niñas mayores y las adolescentes, la gran mayoría de ellas sin haber empezado vida sexual voluntaria. Ellas se enfrentan en forma violenta por primera vez con su sexualidad. Cuando se produce un embarazo se crea el dilema, de abortar, o proseguir con él y tener el niño, o entregarlo en adopción. El camino a seguir dependerá de las creencias, mitos, concepciones filosóficas, influencias religiosas y las disposiciones legales vigentes. Cualquiera de los caminos tomados producirá importantes cambios en su personalidad y la vida futura. En la mayoría de los casos en Chile, la mujer que queda embarazada no tiene otra opción que tener el niño” (MOLINA ET AL, 1995, p. 75)

Tal fenômeno é o que o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) chama de “embarazo infantil forzado”, ou seja, “cuando una niña (para este estudio, menor de 14 años) queda embarazada sin haberlo buscado o deseado y se le niega, dificulta, demora u obstaculiza la interrupción del embarazo” (CLADEM, 2016, p. 9). Note-se que o comitê destaca que a violência é ainda mais grave quando a possibilidade de aborto é negada a essa menina.

Dessa posição do CLADEM, podemos aproximar a defendida pelo ministro brasileiro Carlos Ayres Britto durante a votação da Arguição de Descumprimento de Preceito

¹³ No mesmo período, o Sename também atendeu 1.303 crianças e adolescentes em situação de adoção e 33.792 em conflito com a lei.

Fundamental (ADPF) 54 no Supremo Tribunal Federal. No texto, Ayres Britto não trata especificamente de crianças e adolescentes, mas se refere à violência que significa a obrigação da manutenção de uma gravidez fruto de uma relação não consentida:

[...] o estupro é para a sociedade em geral e para o Direito em especial uma ação humana da maior violência contra a autonomia de vontade do ser feminino que o sofre. Uma aberração! Uma hediondez! O instante da mais aterradora experiência sexual para a mulher, projetando-se no tempo como uma carga traumática talvez nunca superável, principalmente se resultar em gravidez da vítima. Pois o fato é que seu eventual resultado em gravidez tende mesmo a acarretar para a gestante um permanente retorno mental à ignomínia do ato em que foi brutalizada. Uma condenação do tipo *ad perpetuam rei memoriam* (para a perpétua memória da coisa), no sentido de que a imposição do estado de gravidez em si e depois a própria convivência com um ser originário do mais indesejado conúbio podem significar para a vítima do estupro uma tão perturbadora quanto situação de tortura. Daí que vedar à gestante a opção pelo aborto caracterize um modo cruel de ignorar sentimentos que, somatizados, têm a força de derruir qualquer feminino estado de saúde física, psíquica e moral (aqui embutida a perda ou a sensível diminuição da autoestima). (AYRES BRITTO, 2012)

O CLADEM afirma ainda que normalmente os dados oficiais não separam as gestações frutos de violência das que resultam unicamente da iniciação sexual precoce. Essa falta de diferenciação afeta, por um lado, as políticas de educação sexual e prevenção da gravidez na adolescência e, por outro, as ações estatais de atendimento às vítimas grávidas após sofrer um abuso sexual (que demandam o trabalho de equipes de saúde, assistência e atenção psicossocial), de prevenção e de criminalização dos autores desses estupros. Para esta dissertação, essa ausência de dados mostra a pouca atenção dos Estados latino-americanos a situações de intersecção entre aborto e abuso sexual infantil e não permite medir a dimensão real desse tipo de caso.

La realidad de las niñas que viven embarazos y maternidades forzadas aún no ha sido visibilizada con la fuerza que amerita. Hasta la fecha, su situación queda englobada en las cifras y diagnósticos sobre embarazo y maternidad adolescente, a pesar de que tanto las causas como las consecuencias de ambas situaciones suelen ser, en su mayoría, diferentes. (CLADEM, 2016, p. 7)

Como 97% das latino-americanas vivem em países onde o aborto é proibido com distintos níveis de restrição (GUTTMACHER INSTITUTE, OMS, 2012), quando a gravidez é denunciada ao Estado, muitas dessas meninas acabam impedidas de interromper a gestação por conta da legislação vigente ou por barreiras ilegais¹⁴ impostas por serviços e profissionais de saúde. Um dos caminhos dessas pequenas mães são abrigos públicos ou de instituições parceiras. Trata-se, portanto, de uma nova forma de violência contra essas meninas:

¹⁴ Segundo pesquisa de Madeiro e Diniz (2015), dos 37 serviços brasileiros que realizam interrupções de gestação previstas em lei, 14% pedem boletim de ocorrência, 8% exigem laudo pericial e 8% só o fazem mediante alvará judicial. Tais documentos, no entanto, são dispensados às mulheres vítimas de violência sexual, de acordo com a norma técnica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005) que regulamenta esse tipo de atendimento.

El encierro de las niñas en una institución hasta el momento del parto, la prohibición legal de interrumpir el embarazo, o la presión de la familia, las obliga a una maternidad forzada. Si el embarazo dura 9 meses, la maternidad dura toda la vida y las transforma de manera trascendental. Obligar a una niña que no ha terminado de crecer a llevar a término un embarazo, ser madre y criar a un bebé debe ser considerado tortura o trato cruel, inhumano y degradante, según los casos, en los términos de la Convención de la Tortura y otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes y del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. (CLADEM, 2016, p. 8, grifo do autor)

Esse tipo de tortura pode ser observado em países como o Chile, que, ao lado de Honduras, Haiti, Nicarágua e República Dominicana, está na lista dos países mais restritivos da América Latina, onde o aborto é proibido em qualquer situação, mesmo quando a gestação é fruto de um estupro, mesmo se é cometido contra uma criança ou adolescente. O Código Penal chileno (CHILE, 1874) prevê entre os artigos 342 e 345 a criminalização da mulher e do profissional que realizarem o procedimento. A pena, porém, é reduzida se a mulher praticar o aborto para ocultar a sua desonra:

Art. 344. La mujer que causare su aborto o consintiere que otra persona se lo cause, será castigada con presidio menor en su grado máximo. Si lo hiciere por ocultar su deshonra, incurrirá en la pena de presidio menor en su grado medio. (CHILE, 1874)

Apesar da proibição existente no Código Penal, o Chile chegou a ter uma lei que permitia o “aborto terapêutico”. Tratava-se de uma possibilidade prevista no Código Sanitário, promulgado em 1931 pelo presidente Carlos Inez, que dizia: “sólo se puede interrumpir el embarazo o efectuar una intervención para esterilizar una mujer cuando los objetivos son terapéuticos” (HTUN, 2010). A norma, que não definia o que seriam os “objetivos terapêuticos”, vigorou até 1989, quando o então presidente Augusto Pinochet decidiu revogar este artigo do Código Sanitário.¹⁵

Antes disso, no entanto, a falta de exatidão da lei foi utilizada como argumento para uma interpretação mais flexível do Código Sanitário. Na prática, um grupo de médicos de Santiago chegou a realizar interrupções legais em mulheres que tomavam a decisão por diversos motivos: econômicos, sociais, porque tinham sido vítimas de um estupro etc. Eles entendiam que, ao levar uma gravidez indesejada adiante a saúde mental e física dessas mulheres estava ameaçada, como narra o médico chileno Aníbal Faúndes (2016)¹⁶:

Já no fim dos anos 1960, a gente viu que não ia conseguir acabar com os abortos e seguiam chegando meninas novinhas com complicações, chegavam com infecções tão terríveis que a gente tinha que tirar as trompas, os ovários, era uma coisa terrível. Tinha uma UTI pequena que estava constantemente cheia com moças que tinham complicações seríssimas, se não morriam e a gente conseguia salvar, salvava, mas

¹⁵ A Lei 18.826 fez apenas uma alteração no Código Sanitário do Chile, alterando a redação do artigo 119 para: “No podrá ejecutarse ninguna acción cuyo fin sea provocar un aborto” (CHILE, 1989).

¹⁶ FAÚNDES, Aníbal. [2 de maio de 2016]. Campinas. Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação.

tirava as trompas, os ovários, com 15, 16 anos ficavam estéreis para sempre, sem nenhuma possibilidade [de ter filhos]. Daí a gente decidiu que não podíamos mais continuar desse jeito e que de fato a mulher que chegava e dizia “eu vou provocar um aborto”, essa gravidez estava colocando em risco a sua vida, porque a gente tinha mortes semanais, então decidimos que estava dentro da lei interromper a gravidez, porque se essa gravidez colocava em risco a sua vida, que era o que dizia a lei, essa mulher entrava dentro da lei. A partir desse momento, a gente começou a colocar na história clínica a mulher provocava um aborto, portanto, coloca em risco a sua vida e se interna de acordo com a lei. Informamos o serviço nacional de saúde. Primeiro, houve uma discussão interna dentro do hospital, não foi uma coisa de momento, os colegas que trabalhavam na área de aborto estavam todos de acordo, todo o pessoal.

Após o golpe de Estado ocorrido no Chile 1973, Faúndes teve que sair do país, porque era visto como uma ameaça pelo governo Pinochet, já que coordenou o Programa de Saúde da Mulher no primeiro ano do governo de Salvador Allende. O médico passou três anos na República Dominicana e em 1976 foi contratado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde deu aulas para médicos reconhecidos pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como Jefferson Drezett.

Até 1989, continuou em vigor o Código Sanitário, que permitia o aborto terapêutico no Chile, mas, segundo Lagos (2001, p. 25), “durante el gobierno militar el aborto no fue um tema de preocupación especial”. Isso porque os médicos progressistas estavam no exílio e prevaleciam convicções como a de Jaime Guzmán, um dos assessores de Pinochet e fundador da Unión Demócrata Independiente (UDI), partido que tem participação expressiva atualmente no Parlamento chileno. Para Guzmán, a gravidez resultado de um aborto deveria ser interpretada como “una cruz de Dios” e “por trágica que sea la situación en que se vea envuelta la madre [...], ella está obligada siempre a tener el hijo”. E acrescenta:

La madre debe tener el hijo aunque éste salga anormal, aunque no lo haya deseado, aunque sea producto de una violación o, aunque de tenerlo, derive su muerte. Una persona no puede practicar jamás legítimamente un aborto, porque es un homicidio, y todas las consecuencias negativas o dolorosas que se siguen de asumir las responsabilidades descritas las entiende simplemente como el deber de sujetarse siempre a la ley moral, cualquiera que sea el dolor que ello acarree, pues constituye, precisamente, lo que Dios ha impuesto al ser humano. (CHILE, 1974, p.121)

Foi só depois que o “No” venceu o plebiscito em outubro de 1988, marcando que a população não queria a continuidade do governo Pinochet, que o aborto virou um tema de maior importância para a Junta Militar. A partir daí, seria necessário, de acordo com os militares, tornar ilegal todo tipo de aborto a fim de “evitar la debacle moral que se aproximaba” com a volta da democracia no país (LAGOS, 2001). Assim, 1989 o Executivo altera o Código Sanitário e proíbe desde então o aborto em qualquer circunstância no país.

No dia 31 de janeiro de 2015, a presidente Michelle Bachelet apresentou um projeto de lei para descriminalizar o aborto em três situações: risco de morte para a mãe, inviabilidade

fetal e em caso de estupro. Quase um ano depois de chegar à Câmara, o projeto foi aprovado pelos deputados chilenos. Até a apresentação desta dissertação, o texto permanecia em discussão no Senado.

No Brasil, a legislação (BRASIL, 1940) permite o aborto em caso de estupro, de risco de morte para a mulher¹⁷ e, após uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2012¹⁸, se o feto for anencéfalo. Nas demais situações, é considerado crime. Nos dois primeiros casos, a interrupção é autorizada desde 1940, quando o Código Penal brasileiro entrou em vigor. Apesar disso, o serviço de aborto legal no país só foi regulamentado em 1999, com a publicação de uma norma técnica pelo Ministério da Saúde.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) mostrou que ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto no Brasil (DINIZ, MEDEIROS, 2010). Nesse contexto, Diniz (2008) aponta que essas mulheres têm, em média, de 20 a 29 anos, vivem em união estável, têm até oito anos de estudo, trabalham, são católicas e usam métodos contraceptivos. Nos serviços legais de abortamento do SUS (Sistema Único de Saúde), o perfil mais comum é de vítimas de estupro, que representaram 94% dos procedimentos realizados pelo sistema de saúde (MADEIRO e DINIZ, 2015), o que reforça a importância de estudar a relação entre aborto e abuso sexual infantil.

Chile e Brasil estão inseridos no contexto de maior ocorrência de abortos inseguros do mundo: a América Latina. Um estudo do Guttmacher Institute e da OMS (2012) aponta que 4,4 milhões de mulheres entre 15 e 44 anos fazem abortos anualmente na América Latina; quase todos (95%) são realizados de forma insegura. O referido Instituto calcula que o aborto inseguro é causa de 13% das mortes maternas em todo o mundo.

O relatório acima citado destaca ainda que leis altamente restritivas contra o aborto não estão associadas a taxas de aborto mais baixas. Para justificar a afirmação, o estudo cita a América Latina, onde leis restritivas convivem com a maior taxa proporcional de ocorrências no mundo: 32 abortos a cada mil mulheres de 15 a 44 anos.

Na verdade, as poucas e seguras evidências disponíveis no cenário das pesquisas em saúde no Brasil comprovam a tese de que a ilegalidade traz consequências para a saúde

¹⁷ Segundo o Art. 128 do Código Penal (BRASIL, 1940): “Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

¹⁸ Em seu voto, o ministro Marco Aurélio MELLO (2012), relator da ADPF 54, diz que “não cabe impor às mulheres o sentimento de meras ‘incubadoras’ de gestações ‘fadadas ao fracasso’”. E afirma: “O ato de obrigar a mulher a manter a gestação, colocando-a em uma espécie de cárcere privado em seu próprio corpo, desprovida do mínimo essencial de autodeterminação e liberdade, assemelha-se à tortura ou a um sacrifício que não pode ser pedido a qualquer pessoa ou dela exigido”.

das mulheres, que não coíbe a prática e perpetua a desigualdade social. (DINIZ, 2007, p. 1992)

Segundo pesquisa de Heilborn et al. (2012), os processos de tomada de decisão e os itinerários até a realização do aborto são distintos entre jovens de classes médias e populares. As primeiras costumam ter o apoio emocional e financeiro da família e procuram clínicas seguras para o procedimento, já as pobres se arriscam muitas vezes sozinhas em chás e se submetem às curiosas (como são chamadas popularmente as mulheres que realizam abortos).

Tal situação dramática foi vivida por Thainá, de 24 anos, moradora do Rio de Janeiro, sem emprego formal e que não completou o ensino fundamental, segundo Heilborn et al. (2012, p. 174, grifo do autor):

Na tentativa de aborto, primeiramente ela toma Misoprostol; sem sucesso, procurou uma “curiosa”. A sonda utilizada perfurou os rins e o intestino. O feto sobreviveu sem sequelas. Thainá ficou em coma por três dias e afirma que “quase morreu”. Vivendo em um relacionamento violento, ela se separa do parceiro. Aos 21 anos, engravida de novo, em uma relação sexual ocasional. Mais uma vez, faz uso de diversos procedimentos para interromper a gestação: chás de “buchinha do norte”, de maconha, de cachaça com arruda, de cogumelo fervido com vinho, de folha de café; Misoprostol, mas nada funcionou. Foi então que recorreu a outra “curiosa”, que utilizou um líquido e talo de mamona. Vinte e quatro horas depois de ter feito o procedimento, passando muito mal, com cólica e febre, resolveu ir para o hospital: *umas duas a três horas do negócio já em mim, eu já comecei a sentir cólica... sangrando, aí começou a me dar febre. Fui parar no hospital [...] Me deu convulsão, até então eu tava naquela que o feto ia descer... E o feto já estava morto dentro de mim e eu não sabia. Devido a ele já estava morto, a dor veio, mas eu num..., ele tava agarrado na placenta.*

Os autores ainda afirmam que o hospital público se recusou a recebê-la e seu pai teve que acionar a polícia para que o atendimento fosse realizado.

Arriscar a vida na tentativa de interromper uma gestação indesejada, porém, não é exclusividade das mulheres dos séculos XX e XXI. No Brasil, por exemplo, Del Priore (2009) afirma que mulheres de todas as épocas usaram desde ervas até distintos ferramentas e métodos danosos para fazer um aborto:

Algumas delas [drogas abortivas eram] tão perigosas, que sua ingestão requeria vontade férrea. Por conseguinte, as mortes duplas, de mãe e filho, não eram inusuais. Ao tentar livrar-se do fruto indesejado, as mães acabavam por matar-se. O consumo de chás e poções abortivas acabava por envenená-las. Além dos procedimentos farmacológicos para arrancar o fruto ainda verde de sua vide, existiam também aqueles mecânicos, de mais fácil emprego, golpes aplicados no próprio ventre, pulos de alturas variadas, o hábito de carregar fardos pesados ou de arrastar-se de barriga pelo chão; relações sexuais violentas, vômitos e diarreias instigadas propositadamente, abstinência. Todos os gestos que pudessem matar multiplicavam-se, até que a criança abdicasse. (DEL PRIORE, 2009, p. 256-257)

A autora diz ainda que na época colonial, “não devia ser incomum que as mulheres tentassem introduzir elementos cortantes ou pontiagudos para interromper a gestação” (DEL

PRIORE, 2009, p. 260). Assim como naquela época, esses instrumentos, capazes de causar sérias infecções e até a morte, continuam sendo utilizados por mulheres pobres no Brasil.

Em todo o mundo, 3,2 milhões de abortos são realizados por ano em jovens com menos de 18 anos de forma insegura. As adolescentes têm mais chances de ter complicações decorrentes de interrupções de risco, como hemorragias, lesões em órgãos internos, tétano, infecções, esterilidade e morte do que as mulheres adultas que abortam usando os mesmos procedimentos (UNFPA, 2013).

Ao ter negado o direito a um aborto legal e seguro, as meninas que decidem manter a gestação são expostas a riscos durante o parto, têm maior chance de repetência e abandono escolar, e perdem as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional (UNFPA, 2013). Há ainda os impactos na vida social e psicológica dessa menina.

Ao decidir estudar casos de gestações decorrentes de abuso sexual contra meninas e sua relação com as legislações do Brasil e do Chile, compreendemos que se trata da imersão em um cenário com dados quantitativos escassos, incompletos ou inexistentes em muitos países (UNFPA, 2013). Apesar dos números serem importantes ferramentas para indicar caminhos para políticas de prevenção e enfrentamento desse tipo de violência, são as meninas que nos interessam. Isso porque cada menina-mãe conta uma história e, por mais que sejam poucas, proporcionalmente, dentro de um cenário de 7,3 milhões de gestações adolescentes no mundo, eles merecem ter seus direitos de crianças e de mulheres preservados.

A partir dessa visão qualitativa sobre o tema, a cobertura da imprensa e o interesse de pesquisa se justificam pela complexidade e pela necessidade de um olhar humano e sensível para os envolvidos nesse tipo de ocorrência. Isso porque entendemos que os números jamais seriam capazes de compreender as dores, os medos e as perdas dessas meninas.

2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Diante do cenário apresentado até agora, definimos que, para atingir os objetivos desta pesquisa, a metodologia não poderia ser um exercício asséptico e restrito à revisão bibliográfica sobre comunicação no Brasil e no Chile. Optou-se então por uma abordagem trans e interdisciplinar, conceitos fundamentais para este trabalho, que a nosso ver forneceria subsídios mais adequados para uma análise aprofundada das reportagens publicadas nos dois países citados sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil. Por isso, a metodologia utilizada baseia-se em entrevistas em profundidade, na observação-experiência,

na revisão da literatura e em ferramentas da leitura cultural e análise do discurso para o exame das publicações escolhidas para esta pesquisa.

Como **interdisciplinaridade** definimos a abordagem que permite ultrapassar as disciplinas, mas que ainda está inscrita na pesquisa disciplinar (NICOLESCU, 1999). Segundo o autor, o método interdisciplinar pode ser determinado em três graus distintos: de aplicação, epistemológico e de geração de novas disciplinas. Ainda de acordo com Nicolescu (1999, p.11), a abordagem interdisciplinar deve ser definida como “aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”.

Por sua vez, a via **transdisciplinar** deve atender a três características fundamentais: rigor, abertura e tolerância.

O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às ideias e verdades contrárias às nossas. (FREITAS; MORIN; NICOLESCU, 1994, art.14)

Além disso, na abordagem transdisciplinar não está excluído “o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos” (FREITAS; MORIN; NICOLESCU, 1994).

Tal opção metodológica se fez necessária porque percebemos que o modelo baseado na divisão rígida entre as disciplinas não alcançaria as muitas dimensões inscritas na intersecção entre abuso sexual infantil e aborto. Essa fragmentação dos saberes, diz López Segrera (2000), dificulta a aproximação de respostas possíveis diante dos problemas contemporâneos de uma realidade complexa.

Las disciplinas tradicionales de las ciencias sociales están dejando de representar campos de estudio acotados. La complejidad actual sólo puede aprehenderse mediante la transdisciplinariedad. En el punto de saturación alcanzado por este sistema histórico, sólo nuevas alternativas podrán desbloquear un modelo de acumulación y de sociedad agotado. (LÓPEZ SEGRERA, 2000, p. 117)

E o autor acrescenta:

En resumen, las vanguardias del pensamiento científico hoy, tanto en las ciencias sociales como en las naturales, parecen coincidir en la importancia de la transdisciplinariedad. Es necesario eliminar las fronteras tajantes y artificiales no sólo entre disciplinas propias de las ciencias sociales, historia, economía, derecho..., o de las ciencias duras, física, matemática, biotecnología..., sino incluso entre ciencias sociales y humanas y las exactas y naturales. Esto no implica, en absoluto, renunciar a la especialización propia de cada disciplina. (LÓPEZ SEGRERA, 2000, p. 118)

Essa abordagem inter e transdisciplinar estabelece-se como uma resposta à **crise de paradigmas** que vive o projeto de modernidade, que teve início no século XVII, baseado em uma ciência objetiva, universal, marcada por rígidas fronteiras entre as disciplinas, que separa razão e emoção e sobrepõe conhecimento científico aos outros modos de produção de conhecimento, inclusive ao saber popular.

À época do seu surgimento, esse paradigma buscava legitimar os Estados modernos e a colonização de países na África, América Latina e Ásia, a partir da criação de modelos de conhecimento que se baseavam em dualidades como tradicional-moderno, primitivo-civilizado, europeu-não-europeu, e na naturalização de desigualdades de gênero, classe e raça. Nesse sentido, esse saber científico foi utilizado para justificar as hierarquias, a dominação do homem sobre a natureza e do europeu sobre os demais povos colonizados. Diz Lander:

Esta cosmovisión tiene como eje articulador central la idea de modernidad, noción que captura complejamente cuatro dimensiones básicas: 1) la visión universal de la historia asociada a la idea del progreso (a partir de la cual se construye la clasificación y jerarquización de todos los pueblos y continentes, y experiencias históricas); 2) la “naturalización” tanto de las relaciones sociales como de la “naturaleza humana” de la sociedad liberal-capitalista; 3) la naturalización u ontologización de las múltiples separaciones propias de esa sociedad; y 4) la necesaria superioridad de los saberes que produce esa sociedad (‘ciencia’) sobre todo otro saber. (LANDER, 2000, p. 9)

Desde aquele contexto, o saber científico se insere no espaço público, reservado aos brancos e aos homens nas sociedades ocidentais. Constitui-se uma dicotomia entre os conhecimentos populares, concentrados por mulheres e líderes de religiões consideradas pagãs pelos cristãos, e a ciência moderna, alcançada, em sua maioria, por homens da burguesia. O último passa a ser considerado o saber válido, autorizado como verdade absoluta, obtida por meio da objetividade, racionalidade e imparcialidade. Os primeiros perdem o reconhecimento social, porque são associados às “bruxas”, ao saber feminino e, por isso, inferior; porque não se baseiam em testes científicos, mas em percepções, afetos e experiências cotidianas.

Esse paradigma moderno, que atingiu seu ápice no fim do século XIX com o desenvolvimento das sociedades industriais, encontra-se atualmente em uma profunda crise, segundo Santos (1989). O autor critica o distanciamento e a estranheza do discurso científico em relação às narrativas produzidas pelo senso comum e a reprodução desse distanciamento e dessa estranheza dentro da própria comunidade científica, por causa da acentuada especialização. Esse movimento, segundo Santos, “torna impossível ao cientista, e já não apenas ao cidadão comum, compreender o que se passa (e por que se passa) à volta do habitáculo (cada vez mais estreito) em que vive” (SANTOS, 1989, p. 13).

Para tanto, o autor defende a reflexão hermenêutica na ciência pós-moderna, para a qual não é possível compreender as partes de uma realidade social sem observar como funciona o todo, e vice-versa. Esse recurso torna-se necessário para:

[...] transformar a ciência, de um objeto estranho, distante e incomensurável com a nossa vida, num objeto familiar e próximo, que, não falando a língua de todos os dias, é capaz de nos comunicar as suas valências e os seus limites, os seus objetivos e o que realiza aquém e além deles, um objeto que, por falar, será mais adequadamente concebido numa relação eu-tu (relação hermenêutica) do que numa relação eu-coisa (a relação epistemológica) e que, nessa medida, se transforma num parceiro da contemplação e da transformação do mundo. Compreender assim a ciência não é fundá-la dogmaticamente em qualquer dos princípios absolutos ou a priori que a filosofia da ciência nos tem fornecido [...] Ao contrário, trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados. (SANTOS, 1989, p. 13)

Essa transição para um novo paradigma exige, portanto, uma postura científica que leve em conta uma leitura inter e transdisciplinar, uma relação sujeito pesquisador e sujeito pesquisado (rompendo a visão sujeito-objeto), em busca das multicausalidades, das emoções e das complexidades do tema tratado.

A partir das definições apresentadas, definiremos a seguir as ferramentas metodológicas utilizadas nesta dissertação.

2.2.1 Em busca da reportagem em profundidade

Para este trabalho, foram selecionadas reportagens dos jornais **La Tercera** e **El Mercurio**, do Chile, e **Folha de S.Paulo** e **O Globo**, no Brasil, publicadas entre 2009 e 2014.

A escolha dos dois periódicos chilenos se deve a dois fatores: ambos têm alcance nacional e são os mais lidos no final de semana em todo o país¹⁹, o que mostra que são os preferidos dos leitores que buscam análises e reportagens mais aprofundadas. El Mercurio é um dos jornais mais tradicionais da América Latina e é conhecido na região por adotar uma linha editorial conservadora e politicamente à direita. La Tercera afirma que exerce o jornalismo “desde una perspectiva independiente y crítica”²⁰; destaca a sua autonomía política, mas, assim como El Mercurio, foi um dos apoiadores do Golpe Militar de 1973 no Chile.

¹⁹ Dados referentes ao segundo semestre de 2015, segundo pesquisa da Valida (Asociación de Investigación de Mercado). Disponível em <http://www.valida-chile.cl/valida/site/artic/20160316/asocfile/20160316140127/boletin_de_circulacion_2do_semestre_2015_1.pdf> Acesso em 16 de jan. 2017.

²⁰ Editorial publicado no dia 1º de agosto de 2010. Disponível em <<http://diario.latercera.com/2010/08/01/01/contenido/opinion/11-34084-9-las-razones-de-nuestro-cambio.shtml>> Acesso em 16 de jan. 2017.

No Brasil, Folha de S.Paulo e O Globo são os dois periódicos de circulação nacional mais lidos, com média diária, respectivamente, de 175.441 e 183.404²¹ exemplares impressos, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Foram escolhidos para esta pesquisa pelo alcance nacional e por serem reconhecidos pela prática da reportagem²². A seleção dos dois periódicos nos garante ainda dois pontos de vista distintos, de acordo com a localização geográfica: Folha tem sede em São Paulo e O Globo, no Rio. Folha se apresenta como um jornal “crítico, pluralista e apartidário”, enquanto O Globo se define como independente politicamente, laico e afirma que “isenção” é um dos principais pilares do jornalismo que exerce²³.

Quanto ao recorte temporal, o período estabelecido leva em conta dois fatos relevantes que marcaram a cobertura da imprensa nos dois países: em 2009, o caso da menina de 9 anos grávida de gêmeos após ser abusada pelo padrasto em Alagoinha (PE), no Brasil, e 2014, quando o tema voltou ao debate no Chile por causa do projeto apresentado em janeiro de 2015 pela presidente Michelle Bachelet ao Congresso que pretende descriminalizar o aborto em três situações: quando há risco de morte para a mãe, em caso de inviabilidade fetal ou violência sexual.

Para separar as reportagens para análise, primeiro foram realizadas buscas nos sites dos jornais citados acima, dentro do período referido, com base em palavras-chave (em suas traduções para espanhol quando necessário): abuso sexual, menina grávida, aborto. Do material levantado, selecionamos apenas os textos que foram publicados nas versões impressas e que tratavam da possibilidade de aborto nos casos em que a gravidez era (ou suspeitava-se que era) resultante de um abuso sexual. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter qualitativo, exploratório, realizado a partir de reportagens jornalísticas selecionadas conforme os critérios apresentados acima e também por saturação, de forma que sua amostragem não é representativa do universo de casos de gravidez resultante de violência sexual contra crianças e adolescentes.

As descrições listadas acima baseiam-se nos atributos e argumentos publicados pelos jornais sobre o seu fazer jornalístico. Elas nos servem apenas como apresentação e situação dos periódicos em cada país, mas a ideologia desses jornais não será objeto desta pesquisa. Isso

²¹ Dados referentes à média diária de janeiro a dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/#>> Acesso em 16 de jan. 2017.

²² “O que distingue a notícia da grande reportagem é o tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar. A matéria que amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofunda o fato no espaço e no tempo, e esse aprofundamento (conteúdo informativo) se faz numa interação com a abordagem estilística. A reportagem seria então ‘uma narração noticiosa’”. (MEDINA, 1988, p. 115).

²³ Os princípios editoriais do Grupo Globo estão disponíveis no endereço <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>> Acesso em 8 de nov. 2016.

porque, como veremos adiante, entendemos que as forças econômicas e políticas das empresas jornalísticas são apenas uma entre as várias dimensões relacionadas ao processo de produção da reportagem, que conta ainda com o jornalista, que é inexoravelmente um autor que impregna na matéria com sua sensibilidade autoral e constrói sentidos a respeito do que noticia; e com os leitores, que vão receber a notícia e submetê-la a complexos processos de interpretação e de ressignificação a partir de seus respectivos repertórios culturais.

Isto posto, justificamos a escolha dos quatro periódicos que têm circulação nacional, estão entre os mais lidos nos dois países pesquisados e são reconhecidos pelo exercício da reportagem. A partir daí, definimos que só serão submetidas ao olhar desta investigação as notícias e as reportagens, ficando de fora do nosso recorte os editoriais, as cartas dos leitores, as charges, os artigos, as colunas e demais espaços de opinião. A escolha se deve também ao limite de tempo para a realização desta dissertação e ao nosso interesse em verificar o investimento de cada um dos veículos em reportagens que proporcionam discussões sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil.

É fato que dentro do material selecionado há muitas notícias no formato pirâmide-invertida²⁴, mas nos interessa em especial saber *se e como* esses jornais produzem reportagens em profundidade sobre o tema pesquisado. Esse seria, a nosso ver, um indicativo de que tais publicações buscaram uma narrativa mais densa, criativa e elaborada, o que Leandro e Medina (1973) chamam da possibilidade de “aprofundamento do conteúdo informativo no tempo e no espaço”:

Na passagem de um jornalismo puramente informativo para jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia registra o aquí, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico. (LEANDRO, MEDINA, 1973, p. 25, grifo do autor)

Como já dito, esta investigação também não tem a finalidade de discutir a relação entre a cobertura sobre o tema em questão e a linha editorial de cada um dos jornais escolhidos, já que entendemos o fazer jornalístico como um “jogo dialético” (MEDINA, 1978), formado por uma massa que participa enviando uma demanda “difusa, mas penetrante”, a empresa

²⁴ Pirâmide-invertida é uma técnica de construção da notícia que se difundiu na América Latina na segunda metade do século XX, a partir da influência das agências norte-americanas. Ela se baseia na ideia de que a notícia deve seguir o caminho da informação “mais importante” (no primeiro parágrafo) para a “menos importante” (últimos parágrafos). (GENRO FILHO, 1987).

jornalística e seus interesses econômicos e políticos, e o jornalista, que atua como mediador e produtor de sentidos.

Entendemos que o processo de comunicação envolve uma disputa simbólica constante entre empresas de comunicação, sociedade, Estado e os poderes econômicos e políticos. É o que Jean Lohisse define como “criação anônima”, submetida a três forças agentes:

[...] os *arquétipos*, fatores biogenéticos, elementos sociogenéticos ou mitos que por serem universais entram no coletivo é o antropos universal; os *osmotipos* que procedem da corrente da relação cultural, contatos, convergências de valores, ritos, símbolos, formas, estilos e conteúdos das sociedades, grupos e culturas particulares; e os *lidertipos*, desencadeados dos centros industrialmente mais equipados, com maiores recursos financeiros e políticos, ou então, segregações próprias de um determinado contexto em relação à novas situações. Não há, pois, possibilidade de um sistema fechado, de um conformismo, entre “servilismo”, padronizado numa cultura com essas componentes dinâmicas que se interagem. (MEDINA, 1988, p. 37, grifo do autor)

Além disso, não entendemos o processo comunicacional como linear e unidimensional, no modelo emissor-mensagem-receptor, inserido no velho paradigma da ciência moderna, mas sim como um processo circular e dialógico, que “se desvela em um cenário de múltiplos conflitos que chegam até mesmo aos cerceamentos e atrofias regidas pelo poder interno do profissional, passando pelo contexto social e pelas raízes culturais” (MEDINA, 2006, p. 96).

A audiência das reportagens, por sua vez, não deve ser percebida pela lente apocalíptica de homogeneização das ideias nem pela idealização romântica. “Nem indivíduos soberanos, nem massas uniformes”, diz García Canclini (2008, p. 17). Isso porque não há uma só experiência do leitor com o conteúdo publicado em um jornal. “Condicionamentos parecidos não geram gostos nem comportamentos semelhantes em pessoas que se socializaram na leitura durante a época da televisão ou da internet” (Idem).

O repórter, portanto, é o centro dessa negociação simbólica e é ele o ponto possível de ruptura e de mediação entre as forças agentes (arquétipos, lidertipos e osmotipos). De acordo com Medina (1991, p. 196), o jornalista participa do processo na captação de “conceitos, comportamentos da sociedade — a realidade cultural imediata a que está exposto — e os representa na notícia, na reportagem ou em qualquer peça jornalística”.

Descartamos, a partir do exposto até agora, a ideia da “objetividade” na produção da notícia, que seria um retrato “fiel” da “realidade”. Isso significa que, ao invés desse jornalista mero “transmissor” da informação, entendemos que a atividade desse profissional é a de um mediador simbólico e cultural, sem esquecer que ele está inserido em um contexto de disputas pelo poder. Entendemos, portanto, que o jornalista imprime seu caráter autoral no exercício da

reportagem e atua na produção de sentidos, de maneira mais complexa ou reducionista, respondendo ou não à demanda da sociedade em que está inserido.

É importante destacar que as reportagens analisadas nesta dissertação também levam em conta o contexto de produção jornalística no Brasil e no Chile, marcados atualmente pela redução de profissionais, pelas longas jornadas de trabalho, pelos cortes de verbas para grandes deslocamentos e pela falta de tempo para a dedicação a processos profundos de investigação.

2.2.2 *As ferramentas para mapear os protagonistas e os silêncios no discurso jornalístico*

A partir do material selecionado, aplicamos o método da **leitura cultural**, que consiste na análise das reportagens em busca de quatro elementos que, segundo Medina (2003), constituem “uma narrativa mais tensa e densa”. São eles: protagonismo anônimo, prognósticos e diagnósticos, raízes histórico-culturais e contexto social.

Para os fins desta pesquisa, entendemos “protagonismo anônimo” como a capacidade do jornalista de dar visibilidade a histórias de gente comum, de dar o protagonismo a quem não está normalmente nas manchetes dos jornais, narrar histórias e tirá-las do anonimato. Esse elemento é importante porque as narrativas de protagonismo são capazes de aproximar o tema em debate do cotidiano do leitor, de contribuir para um olhar com mais empatia sobre o que acontece na vida do sujeito retratado, é a história com nome e sobrenome estampadas no jornal (mesmo que eles tenham sido trocados para garantir a segurança do personagem) que ganham eco e têm a força de alcançar os leitores.

Essas narrativas de protagonismo podem ser inspiradas na Literatura, que a partir da ficção consegue muitas vezes aproximar com maestria o leitor de outras épocas, culturas e histórias. Tomamos como exemplo um trecho da entrevista do escritor uruguaio Eduardo Galeano ao programa *Sangre Latino*, exibido pelo Canal Brasil em 2009. No trecho reproduzido a seguir, o autor responde sobre qual seria a função da Literatura, que aqui propomos como um exercício possível também para o jornalista enquanto mediador social:

Hace poco, en una entrevista que me hicieron en Madrid, un periodista me dijo: “Yo leyendo tus libros siento que tú tienes un ojo en el microscopio y otro en el telescopio”. Me pareció una buena definición, por lo menos desde mis intenciones, lo que me gustaría hacer escribiendo, ser capaz de mirar lo que no se mira, pero que merece ser mirado, las pequeñas, las minúsculas cosas de la gente anónima, de la gente que los intelectuales suelen despreciar, ese micro-mundo donde yo creo que debieras se alienta la grandeza del universo y al mismo tiempo ser capaz de contemplar el universo, desde el ojo de la cerradura, o sea, desde las cosas chiquitas asomarme a las cosas más grandes, a los grandes misterios de la vida, al misterio del dolor humano, pero también al misterio de la humana persistencia en esta manía a veces inexplicable de pelear por un mundo que sea la casa de todos y no la casa de poquitos y el infierno de la mayoría, y otras cosas más. (GALEANO, 2009)

Ao deslocar o protagonismo da notícia de fontes já conhecidas — como políticos, especialistas, governos, instituições e seus representantes — para pessoas que estão nas sombras do exercício diário do jornalismo, o repórter mostra que aquela situação poderia ter ocorrido com algum familiar ou amigo do leitor, é “usar o microscópio” para ver histórias cotidianas, de “gente comum”, e relacioná-las a coisas maiores, sentimentos e emoções universais, que só poderiam ser vistas pelo telescópio, como dito por Galeano.

Hay una poeta norteamericana, una mujer que murió hace unos años que se llamaba Muriel Rukeyser, dijo una frase que a mí siempre me pareció espléndida. ‘Sí, sí, como no, es así que el mundo está hecho de átomos. El mundo no está hecho de átomos, está hecho de historias’, dijo eso. Yo creo que sí, el mundo debe estar hecho de historias, porque son las historias que uno cuenta, que uno escucha, que uno recrea, que uno multiplica, son las historias que permiten convertir el pasado en presente y las también que permiten convertir lo distante en próximo, lo que está lejano en algo próximo, posible y visible. (GALEANO, 2009)

Para contar essa história de protagonismo, é preciso lançar mão de outros dois elementos que Medina (2003) defende na leitura cultural: as raízes histórico-culturais e o contexto social. De modo geral, os fatos viram notícia porque são vividos ou terão impacto, em algum nível, na vida das pessoas. Cada pessoa tem uma história, está inserida em uma cultura e em um contexto social. Um mesmo fato pode ser percebido e vivido de modo diferente em distintas culturas e períodos históricos. O que acreditamos, portanto, é que o jornalista deve fazer essa leitura mais complexa da notícia, apresentando o contexto em que o fato está inserido e mostrando as relações entre o evento narrado e outras esferas da realidade.

Esse tratamento complexo do tema deve levar em conta, segundo Medina (2003), a necessidade de fazer um diagnóstico do problema. Para tanto, importamos o significado comum da palavra usada na medicina, ou seja, identificar um problema (ou doença) a partir dos elementos (ou sintomas) que a situação apresenta. Esse diagnóstico pode ser feito a partir de entrevistas com “especialistas”, como são chamados na imprensa os estudiosos ligados a instituições de ensino, representantes de ONGs, da sociedade civil ou entidades do governo, que têm pesquisas ou largo contato cotidiano com o problema apresentado. Essas fontes poderão apontar relações entre elementos apresentados — a narrativa de protagonismo, o contexto social, as raízes históricas e culturais —, e os componentes que caracterizam determinado fato social.

Essas entrevistas podem subsidiar outro elemento defendido por Medina (2003) para a leitura cultural: o prognóstico, que é o exercício de projetar consequências futuras do fato noticiado. Para Medina (2006), os diagnósticos e os prognósticos dos especialistas podem dar

“caminhos coletivos para as histórias de vida abordadas”, isto é, podem extrapolar a situação específica e indicar a sua relação com outros problemas e outras esferas da sociedade.

Juntas, essas ferramentas — protagonismo anônimo, raízes histórico-culturais, contexto social, e prognósticos e diagnósticos — indicam, segundo Medina (2007), que o jornalista se comportou como um leitor cultural durante a cobertura sobre um determinado tema, alguém capaz de interpretar a contemporaneidade e produzir sentidos e significados diante de um acontecimento social:

O leitor cultural observa, colhe informações dos acervos e de fontes vivas, cria elos de contexto e elege o protagonismo daqueles que vivem a situação de sua narrativa. E aí se consuma a humanização como eixo central da leitura cultural. Se o jornalista distribui nas mídias apenas os sentidos oficiais, ele não passa de um mero administrador da renda simbólica estratificada. Mas além de exercer a função de um simples administrador, pode ousar a renovação e até a reestruturação plena dos significados em voga — o que revela a grandeza de um leitor cultural. (MEDINA, 2007, p.32)

O jornalista, portanto, é um agente inserido na teia de produção simbólica que é a cultura. Como sujeito cultural, seu papel, segundo Medina (2006) deve ser o de produzir, renovar ou administrar, de forma responsável e consciente, os sentidos que permeiam a realidade, sejam eles vocalizados ou não pelas fontes de informação ouvidas na reportagem.

O desafio do repórter é então o de captar os conflitos de determinada situação, sair em busca da complexidade do fato em diversos níveis, deixando de se fixar apenas nos opostos pró ou contra determinado assunto. Desse modo, essa mediação social não deve assumir a forma de difusão de juízos de valor, tampouco deve ser realizada sob a ótica da “objetividade” e da “imparcialidade” — já que entendemos que esse paradigma já foi superado por diferentes pesquisadores da comunicação social (MEDINA, 1988). Essa mediação do jornalista deve, sim, ser usada para a construção de um texto que reúna as múltiplas causas e que busque a dialogia social e a compreensão mais profunda e complexa do acontecimento noticiado.

Associada à leitura cultural, utilizaremos algumas técnicas de análise do discurso a fim de identificar quem são os agentes com voz nas matérias selecionadas para esta dissertação, de onde e com que frequência eles falam e de que forma se referem à criança ou adolescente que sofreu abuso sexual e à possibilidade de aborto nesses casos.

Como discurso, compreende-se o trabalho simbólico de mediação entre o sujeito (neste caso, jornalista) e a sua realidade cultural e social, como lugar de relação entre a língua e a ideologia (PÊCHEUX, 1988). Desse modo, a questão principal da análise do discurso não é “o que esse texto tem a dizer”, mas “como esse texto significa” (ORLANDI, 1999).

O discurso atua, portanto, na esfera de produção de sentidos, na qual se instala a tensão entre os processos de paráfrase e de polissemia. Para ORLANDI (1999), a paráfrase representa a estabilização, “o retorno aos mesmos espaços de dizer”, as “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”, enquanto a polissemia “joga com o equívoco”, o deslocamento, a “ruptura nos processos de significação”.

[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição da existência dos discursos pois se os sentidos — e os sujeitos — não forem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos de distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (ORLANDI, 1999, p. 38).

Essas duas conceituações (polissemia e paráfrase) foram importantes para esta pesquisa porque, a partir delas, foi possível investigar de que forma os jornalistas e os veículos de comunicação social constroem, diante de um conflito de versões, o discurso sobre um acontecimento. Sob o ponto de vista da paráfrase, as repetições de fontes, argumentos e palavras no texto jornalístico podem dar mais visibilidade e mais verossimilhança a um dos pontos de vista sobre o fato abordado. Já a polissemia é elemento essencial ao texto jornalístico que expressa de fato uma rede de versões e ao exercício do jornalista que se comporta como leitor cultural da contemporaneidade, rompendo a prática de dar voz a uma única corrente, como se fosse única e verdadeira (MEDINA, 2006).

Se a paráfrase e a polissemia fornecem-nos meios de identificar quem são os indivíduos que aparecem no discurso jornalístico quando do debate sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil, outro aspecto que se mostra como fundamental para esta pesquisa é o conceito de **silêncio** que permeia este tema. Para tanto, utilizamos uma concepção não negativa do silêncio, ou seja, ele “não é o nada, não é o vazio sem história”, é “significante” (ORLANDI, 2007).

De acordo com a autora, o silêncio não pode ser confundido com a elipse ou o implícito, já que não se remete a algo que já foi dito no texto. Sempre se diz com os silêncios e, assim como as palavras são múltiplas, eles também os são (ORLANDI, 2007). “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 2007, p. 32).

Se captá-lo não é tarefa fácil, entendemos que só o olhar sobre as matérias jornalísticas não seria suficiente para mostrar o não-dito. Dessa forma, decidimos que seria necessário conversar com pessoas envolvidas na temática do aborto e do abuso sexual infantil e percorrer

lugares ligados ao tema. É o que chamaremos nesta pesquisa de “encontros” (entrevistas) e observação-experiência.

Os encontros foram realizados no Brasil e no Chile com médicos, jornalistas, organizações da sociedade civil e mulheres que sofreram abuso e/ou que relatam alguma ocorrência de aborto (natural ou provocado). O método aplicado para mapear essas fontes foi o da bola de neve, em que cada indivíduo indica outro possível entrevistado, com amostragem não probabilística e realizado por saturação.

Nominamos essas entrevistas de encontros pela necessidade de adotar uma metodologia que apontasse para uma aproximação entre dois sujeitos, pesquisador e pesquisado. Trata-se de perceber os encontros para além dos questionários frios, mas sim como um exercício constante de empatia e de busca por tentar compreender o outro sujeito não só pela audição, com o propósito de estar atento aos sinais emanados pelos demais sentidos. Esses encontros significam um esforço para romper com o que Restrepo (1994) chama de “analfabetismo afetivo”, que nos impossibilita, enquanto pesquisadores, de compreender as sutilezas e as complexidades das relações humanas.

El camino expedito al conocimiento de la singularidad parece ser el que sigue la huella gnoseológica del contexto y la sensibilidad. Es en el plano de lo sensible donde habitan nuestras más radicales diferencias. Es en la manera de percibir los olores, las caricias o el tacto, en nuestros ascos y alergias, en los pequeños goces y las exaltaciones emocionales, donde deja con más claridad su marca nuestra irreductible singularidad. Pensar de acuerdo a una lógica de lo sensible, abierta a la captación de diferencias, es prestar atención a esos vaivenes afectivos que dan cuenta de nuestros roces y encuentros. (RESTREPO, 1994, p. 46)

Ao se abrir para os afetos e os sentimentos envolvidos numa pesquisa sobre abuso sexual e aborto, pretendemos ir em busca das contradições, do diferente, das forças que compõem e atuam sobre o outro sujeito. Desse modo, objetivo desses encontros é alcançar um diálogo, conforme definido por Morin (1973, p. 129):

Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistado e o entrevistador colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.

Além do esforço de empatia da pesquisadora antes, durante e após as entrevistas, tomou-se o cuidado de selecionar para este estudo apenas mulheres que falaram publicamente sobre a sua experiência relacionada ao abuso sexual e/ou aborto (em blogs, na imprensa, por exemplo). Tal cuidado se deve ao fato de que esta pesquisadora percebe que não tem formação adequada para abordar mulheres que ainda não conseguiram processar as violências sofridas e temia, ao mobilizar essas memórias, expô-las a um novo processo de dor. De fato, isso não garante que

as mulheres ouvidas tenham superado aos fatos vividos, mas as torna, ao nosso ver, mais aptas a estabelecer os limites da conversa e do mergulho em sua narrativa. Além disso, foi preciso mostrar a essas mulheres, com respeito e afeto, que elas conduziam a profundidade dos encontros.

Tal metodologia é complementada nesta pesquisa pela observação-experiência, que não denominamos de observação-participativa porque não atende aos critérios e à análise “neutra” e “objetiva” da etnografia clássica proposta por Malinovski (1976). No entanto, identificamos como essencial para esta pesquisa a observação dos sujeitos e dos contextos do aborto e do abuso sexual infantil no Brasil e no Chile, porque a reflexão se enriquece, como afirma Medina (2008, p.106), “toda vez que o autor cruza o argumento com a experiência viva”.

Cabe àqueles que têm contato direto com o mundo e aos protagonistas sociais uma sensibilidade sutil que vai além dos parâmetros conceituais ou das convicções ideológicas, para não falar dos achismos de livre-atiradores. São os repórteres e cientistas que vão a campo testar suas hipóteses, que descobrem tendências e comportamentos não fixados nas gramáticas. Esses autores podem trazer para as narrativas a contemporaneidade em curso. No conflito de forças que caracteriza qualquer processo, há a inércia mental de só mapear as regularidades e não perceber a imprevisibilidade, as indeterminações. Estas se revelam muitas vezes nos códigos não verbais. (MEDINA, 2008, p. 107)

Essa possibilidade de mapear as sutilezas ocorre porque na observação-experiência há uma interação entre o sujeito-pesquisador e o sujeito-pesquisado, que nega a suposta “objetividade” da relação “sujeito-objeto”. Desse modo, o pesquisador se permite extrapolar o código linguístico, predominante na observação-participante, e utiliza os cinco sentidos na experiência em um esforço de tentar romper com a censura interna causada pelos anos de favorecimento da racionalidade técnica. Essa censura interna, segundo Medina (2006, p. 114) é a “que fecha os poros, impede que se estenda o gesto solidário, afetuoso, aos parceiros da contemporaneidade”.

O percurso metodológico que esta pesquisa levou em conta foi, portanto, o de expandir para além das fontes documentais e seguir também os laços que regem a realidade fora das bibliotecas, concretizando uma metodologia científica que prioriza o trabalho de ir à campo com os sentidos e afeições voltadas em especial às mulheres e meninas que viveram episódios de abuso sexual na infância e/ou tiveram que decidir por interromper uma gestação. Nesse processo, não há como sair isento, como indica Restrepo (1994, p. 20):

[...] por implicar una descentración, un estar abierto al otro, un dejarse asaltar por las intensidades ambientales que llegan a nuestro cuerpo, la ternura sólo puede enunciarse desde la fractura, vivenciada desde un ser atravesado por el mundo y no desde aquel que se cierra sobre la experiencia imponiendo a cualquier precio sus intenciones y proyectos. Constatase, desde la dimensión de la ternura, una inversión de la ideología del conquistador. Mientras éste aspira a perpetuarse en el tiempo, homogeneizando al

son de sus caprichos los espacios que caen bajo su dominio, quien se anida en la ternura está de entrada asaltado y derrotado, fracturado por la pluralidad y tensionado por la diferencia. La unidad del yo se rompe como un espejo que se conviene en prisma y la carcaza de la identidad cede agrietada bajo la presión de fuerzas que desde el interior del individuo intentan dar cuenta de lo extraño, de lo diferente, de lo otro.

Desse modo, também a pesquisadora ocupa o papel de agente cultural, que atua como “articulador [a] de discursos multiculturais” (MEDINA, 2006, p. 82) nesta dissertação. Para Medina, essa mediação de vozes, comportamentos e valores “não é uma técnica asséptica, mas uma técnica responsável e esteticamente inovadora” (Idem).

Ao adotar uma metodologia com encontros e observação-experiência, o objetivo desta pesquisadora foi tentar iluminar uma revisão da literatura limitada sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual de crianças e adolescentes. Reconhecemos tal limitação, porque, apesar do nosso esforço de examinar o tema de maneira complexa, não seria possível esgotar nesta dissertação todas as abordagens possíveis sobre a intersecção entre abuso sexual e aborto. Desse modo, decidimos usar obras e autores (um mergulho em livros, filmes, quadros e encontros pessoais) que consideramos representativos sobre o tema e que nos possibilitaram dar indicativos para o exercício desse olhar trans e interdisciplinar.

2.2.3 Uma aproximação entre Brasil e Chile

Apesar de examinar como os jornais do Brasil e do Chile abordam a temática do aborto quando a gravidez é fruto de abuso sexual infantil, esta dissertação não adota uma metodologia comparativa, já que compreendemos que os países têm realidades distintas e não seria, a nosso ver, adequado tentar aferir resultados a partir de tal abordagem.

É fato que ambos os países estão inseridos em um contexto latino-americano de desigualdade e violência de gênero. Prova disso é o desempenho dos dois no de desigualdade de gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial: o Brasil ocupava a 85ª posição e o Chile, a 73ª colocação no ranking de 2015, composto por 145 países (WORLD ECONOMIC FORUM, 2015). Este índice leva em conta indicadores econômicos, políticos, educacionais e de saúde pública. Tanto no caso do Brasil quanto no caso do Chile o pior desempenho é nas duas primeiras áreas. No parlamento brasileiro, por exemplo, apenas 10% dos legisladores eram mulheres, enquanto no Chile esse número era de 16% em 2015, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Além disso, os dois países são majoritariamente católicos: 70% da população chilena (INE, 2002) e 64,6% dos brasileiros²⁵ (IBGE, 2010). Oficialmente, a Igreja Católica Apostólica Romana é contra o divórcio, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o uso de contraceptivos, o sexo antes do casamento e o aborto. Apesar de grupos que fazem parte da Igreja, como a organização Católicas pelo Direito de Decidir, assumirem posicionamentos distintos sobre esses mesmos temas, tal conservadorismo acaba por permear o Estado na América Latina.

El poder de la Iglesia en la sociedad tiene como resultado que los gobiernos tengan muy en cuenta su postura. Los obispos ejercen su influencia sobre diversas redes de instituciones y organizaciones de la sociedad civil (...) La autoridad de la Iglesia también emana de su papel como árbitro moral. En contraste con los ciclos de autoritarismo, cambios constitucionales y golpes militares que han desestabilizado los Estados laicos de América Latina, la Iglesia ha constituido una institución relativamente estable. La Iglesia opina acerca de los problemas sociales y políticos con más autoridad que los funcionarios de los Estados laicos. (HTUN, 2010, p. 117)

Tal confiança dos latino-americanos pode ser observada no estudo feito pelo Latinobarómetro (2015): entre 1995 e 2015, a Igreja (que inclui a todas as igrejas, não só a Católica) foi considerada a mais confiável, citada por 70% dos entrevistados. Partidos políticos (22%), congresso (31%), poder judicial (33%), governo (38%), empresas privadas (42%) e televisão (48%) não foram tão bem avaliados.

Diante de tal credibilidade, Htun (2010) diz que mudanças que envolvem debates morais, como da legislação do divórcio e do aborto, só ocorreram em momentos de conflito político entre a Igreja e o Estado:

El divorcio fue legalizado en Brasil en los años setenta y en Argentina después de 1983, debido a la presencia de coaliciones reformistas a favor del divorcio y el conflicto político precedente entre los obispos y el gobierno. Por el contrario, en Chile, los reformistas exigieron el divorcio en los años noventa, pero las relaciones amistosas entre los obispos católicos y el gobierno frenaron su aprobación²⁶. La Iglesia y el Estado entraron en conflicto en Chile en los años setenta y ochenta, pero la represión política y la clausura del Congreso imposibilitaron la movilización de los reformistas en torno al divorcio. (HTUN, 2010, p. 121)

Esses exemplos de aproximações entre os dois países justificam o recorte desta pesquisa dentro da América Latina, mas também nos mostram que não seria possível adotar uma metodologia comparativa. Isso porque compreendemos que os dois países vivem momentos distintos da discussão — no Brasil, existem projetos em tramitação no Congresso que

²⁵ Segundo uma pesquisa do Pew Research Center, 39% dos católicos estavam na América Latina em 2010, região que concentrava o maior número desses fiéis no mundo. Ainda de acordo com a pesquisa, o maior país católico é o Brasil, com 126.750.000 fiéis, seguido pelo México (96.450.000) e as Filipinas (75.570.000). Disponível em <<http://www.pewforum.org/2013/02/13/the-global-catholic-population/#mostnow>> Acesso em 12 de jul. 2016.

²⁶ Até 22 de abril de 2004, o divórcio não era legalizado no Chile. A mudança só ocorreu com a aprovação da nova “Ley de Matrimonio Civil”, (CHILE, 2004).

pretendem dificultar ou retirar o direito da interrupção da gravidez em caso de violência sexual, enquanto no Chile, os senadores discutem se modificam ou não a lei a fim de permitir o aborto nessas situações. Além disso, comparar os dois países seria ignorar as diferenças existentes nas duas sociedades em relação aos tabus sobre sexualidade, os processos históricos e a organização dos meios de comunicação, como se realizam as negociações entre Estado e a sociedade civil, qual são as suas composições étnicas e raciais, entre outros fatores que teriam impacto em uma abordagem desse tipo.

No Brasil, o estatuto da mulher casada concedeu a elas a capacidade civil plena em 1962. Em 1977, a reforma constitucional permite o divórcio legal no país. Já no Chile, a lei só concedeu à mulher casada capacidade civil plena em 1989 e a lei do divórcio é de 2004. “Chile presenta una combinación curiosa de modernización económica y conservadorismo social” (HTUN, 2010, p. 22).

Sendo assim, para evitar comparações superficiais e ocasionais erros, optamos por uma metodologia de aproximação dos países pesquisados. Ao adotar tais critérios, metodologias e instrumentos para esta pesquisa, temos consciência das nossas limitações ao tratar do tema proposto, sem deixar de lado o exercício constante do questionamento das fórmulas prontas, e propomos um mergulho em suas nuances não de forma asséptica, mas em busca de uma abordagem responsável e uma narrativa afetiva e complexa sobre casos de aborto e abuso sexual infantil. Isso porque, para Medina (2006), tanto na construção do conhecimento científico quanto na construção dos sentidos da contemporaneidade:

Melhor seria abandonar a ambição das suntuosas hipóteses ou das fáceis bandeiras e recolher, no contato complexo com a situação contemporânea, interrogações para um projeto de compreensão cuja construção é plural e sem garantias conclusivas. Reportar o presente, valendo-se de uma inquieta e criativa metodologia de investigação, e ensaiar uma das várias redes de significados – eis um laboratório permanente para os autores-pesquisadores que aspiram uma ação comunicativa. (MEDINA, 2006, p. 62).

Tal abordagem em busca do complexo tem um olhar direcionado a captar a situação do aborto em caso de abuso sexual infantil como um “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos” (MORIN, 2005, p. 13). Não se trata, porém, de aspirar o conhecimento completo do tema proposto, o que seria impossível; mas de mergulhar em um mundo de incômodos e incertezas, assumindo assim a nossa incapacidade de reduzir o tema a uma solução única e simples.

Antes de mais nada, devo dizer que a complexidade, para mim, é o desafio, não a resposta. Estou em busca de uma possibilidade de pensar através da complicação (ou seja, as infinitas inter-retroações), através das incertezas e através das contradições. (MORIN, 2005, p. 102).

3 EM BUSCA DO PROTAGONISMO: VOZES FEMININAS SOBRE ABORTO E ABUSO SEXUAL INFANTIL

Nesta parte da dissertação, apresentaremos sete narrativas sobre as experiências do abuso sexual e/ou do aborto (natural ou provocado). O objetivo desses textos, frutos de entrevistas, da observação desta pesquisadora e da revisão bibliográfica, não é esgotar o tema ou buscar nesses relatos explicações definitivas para os dois fenômenos. Trata-se de uma tentativa de suprir os vazios não preenchidos pelos livros e de compreender, antes do exame das notícias sobre o tema, quais são os sentimentos, as emoções, os silêncios e as protagonistas do tema tratado neste trabalho.

Os textos a seguir contam histórias distintas, reais, que a nosso ver se complementam como uma forma de abarcar parte da complexidade das experiências do abuso sexual infantil e do aborto. Tais narrativas estão acompanhadas das devidas referências nas notas de rodapé.

3.1 PILAR GUTIERREZ ORTEGA: A DOR PRIVADA CAPAZ DE MOBILIZAR O PODER POLÍTICO

Pilar²⁷ chega um pouco atrasada, mas cumprimenta a pesquisadora com a mesma simpatia das trocas de e-mails e mensagens dos dias anteriores. Fala rápido e passaria despercebida no café ocupado por tantos homens e mulheres “engravatados” que descansavam ali dos passos apressados que dão ritmo ao centro de Santiago – os poucos minutos de espera e, portanto, de observação alheia, já haviam mostrado que o lugar escolhido para o nosso encontro era frequentado por advogados e políticos²⁸ que marcavam suas reuniões fora dos escritórios, mas bem perto do Palácio La Moneda.

A mulher sorridente, casada, católica e mãe de dois filhos não estava ali para falar de política – apesar do seu cargo de conselheira nacional²⁹ do partido Democracia Cristã (DC) no Chile. Há pouco seu nome havia saído na imprensa e gerado um verdadeiro debate entre os

²⁷ GUTIERREZ ORTEGA, Pilar Andrea. [25 de maio de 2016]. Santiago, Chile. Entrevista a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação. (tradução nossa)

²⁸ Apesar de compreendemos a língua como espaço de disputa de gênero, usaremos a norma culta, com as palavras no plural masculino, para designar homens e mulheres nesta dissertação. Isso porque a utilização de marcadores neutros como “X”, “@” ou “E” dificultam a leitura por softwares usados por pessoas com deficiência visual e o objetivo é que esta pesquisa seja acessível ao maior número de pessoas.

²⁹ Dentro do partido, cada “comuna” (Estado) do Chile elege um representante para um Conselho Nacional, onde são discutidos e decididos os temas de interesse político em conjunto com a mesa diretiva da Democracia Cristã.

correligionários: além de se posicionar a favor do aborto em caso de violência sexual e de inviabilidade fetal, Pilar tinha resolvido contar a sua história para mostrar aos colegas que as leis tratam de pessoas e que os números não têm sentimentos.

Pilar foi abusada por um tio quando tinha cerca de dez anos, não sabe precisar por quanto tempo sofreu a violência e viveu muitos anos em silêncio³⁰. Resolveu falar depois que teve que encarar o seu abusador no funeral de um primo querido. O homem estava lá e a ferida de tantos anos não tinha cicatrizado.

Passaram-se dez anos até que meus pais acreditassem em mim, que me assumissem, que me apoiassem. Eu saí de casa, fui estudar fora e não quis voltar nunca mais. Porque existe uma tendência dos adultos de querer ‘baixar o perfil’ [não dar muita importância], não sei se como mecanismo de defesa, para não ver a realidade, porque no fundo o pai também tem um grau importante de culpabilidade por não ter lido os sinais, por ter exposto o seu filho³¹. Creio que, ao ‘baixar o perfil’, o pai evita o sofrimento de que seu filho foi abusado. Ou seja, na verdade esse tema é super grave para não ter que enfrentá-lo, para não ter que enfrentar que meu filho foi abusado, para não ter que enfrentar o familiar que cometeu o abuso, para não ter que enfrentar a sociedade, porque me dá vergonha ter que passar por isso (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

Com a mesma expansão dos primeiros cumprimentos, Pilar diz que não tem problemas com entrevistas, “para mim, quase não há tabus”, é extrovertida, e facilita o fato de duas jovens conversarem sobre um tema que toca tantas outras mulheres. Mas nesse diálogo, é ela quem determina os limites. Sofreu o abuso, mas não diz detalhes do que houve. Então nos concentramos em falar sobre os dois lados de um problema tão doloroso: no plano privado, ela vive o silêncio das experiências e a dor das consequências; na carreira pública, Pilar assume o ativismo de quem usa a sua história para sensibilizar quem nunca imaginou que uma mulher vítima de violência poderia estar tão perto.

Eu fui uma das últimas a falar no conselho que ia decidir se o partido ia ou não abrir o debate sobre o projeto de lei sobre aborto³². Sequer estava em discussão se a nossa postura enquanto DC seria a favor ou contra, neste momento, nos interessava saber se o partido ia ou não colocar o projeto em pauta. Então, me senti na obrigação moral de falar desde a minha experiência e não desde a teoria. Nesse momento, senti a necessidade de humanizar o debate, que estava muito distante. Finalmente, tivemos um bom resultado e creio que o testemunho dentro do conselho mudou a posição de muitos dos meus camaradas (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

³⁰ Para Saffioti (1997, p. 172), o incesto é o segredo mais bem guardado. “A vergonha e a culpa que acompanham este fenômeno torna seu desvelamento extremamente penoso e, por esta razão, frequentemente postergado. No caso de muitas meninas e mulheres, há o medo de que o relato do abuso seja tratado como fantasia sem prova concreta. Esse descrédito da vítima, segundo a autora, “tem trazido prejuízos incalculáveis a inúmeras mulheres”.

³¹ Pilar usa o masculino para se referir de modo genérico aos casos de abusos que envolvem meninos e meninas.

³² No dia 31 de janeiro de 2015, a presidente Michelle Bachelet, que iniciava o seu segundo mandato, apresentou um projeto de lei para despenalizar o aborto, totalmente proibido no Chile desde 1989, em três situações: risco de morte para a mãe, inviabilidade fetal e em caso de estupro. Quase um ano depois de chegar à Câmara, o projeto foi aprovado pelos deputados chilenos. Em seguida, foi enviado para o Senado, onde sofre a resistência dos conservadores, inclusive dos políticos da Democracia Cristã, que faz parte da base do governo.

Sua história sem detalhes ecoou nos corredores do partido e deu outro tom ao debate sobre aborto entre os parlamentares: uma democrata cristã tinha apresentado seu breve relato sobre abuso sexual e, com isso, tinha conseguido mudar a posição dos seus pares em relação ao tema. Enquanto vítima desse tipo de violência, conseguia imaginar o que seria para uma menina abusada engravidar sem consentir uma relação sexual. Apesar de católica, era a favor de interromper a gestação nesses casos.

A partir do discurso e das discussões posteriores do partido, os conselheiros decidiram que o aborto seria sim discutido dentro da Democracia Cristã. Era um feito histórico naquele junho de 2015. No meio de uma maioria de homens brancos e da classe mais privilegiada do país, uma voz feminina contava que tinha sido abusada na infância por um parente próximo. E se ela, católica e bem-nascida, como eles, tivesse engravidado dessa violência? E se fosse filha, neta ou esposa de um daqueles parlamentares? Os números então ganharam nome, biografia e sentimentos.

“Lamentavelmente a minha história não é excepcional, me encantaria que fosse excepcional, mas é muito mais comum do que se diz e algumas histórias são terríveis. As mulheres não se atrevem a falar porque as famílias não as recebem com atenção” (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

Os parentes de Pilar, passados sete meses que ela havia contado a todos sobre abuso, ainda não tinham processado a violência. A família tinha rachado, algumas relações foram rompidas e ainda prevalece o silêncio sobre o assunto. O velório do primo querido abriu espaço para a exumação de uma ferida antiga.

Meses depois da convenção do partido e da discussão em família, uma jornalista ficou sabendo do impacto da narrativa de Pilar nos bastidores do partido cristão. A repórter decidiu se aproximar com cuidado da conselheira nacional e, depois de conseguir a sua confiança, pediu uma entrevista reservada: queria saber da relação entre as suas experiências pessoais e a sua posição política frente o projeto de lei que ampliava a possibilidade de aborto. Pilar disse “sim”.

A entrevista foi publicada em abril de 2016 em um diário na internet voltado aos debates políticos. Logo depois, Pilar começou a receber uma enxurrada de e-mails e contatos por diversas redes sociais. Eram mulheres como ela, que viveram anos em silêncio e agora percebiam que alguém entendia o seu sofrimento.

Isso foi muito forte. Através da rede, assim como você me contatou, começou a me escrever gente que eu conhecia e que eu não conhecia para me agradecer por ter sido a sua voz. Para mim, isso foi muito forte, porque a minha intenção era alcançar os meus pares, gerar um efeito político, não pensei que ia ter consequências para a sociedade. Foi impactante e duro emocionalmente, especialmente nos dois primeiros

dias. As pessoas se atreveram a me contar as suas próprias histórias... (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

Do outro lado da mesa, a mulher altiva que chegou com pressa ao café do agitado centro de Santiago começa a relembrar os relatores e as dores. Por um momento, alheia às conversas e aos barulhos do lugar, os olhos se enchem de lágrimas e o seu silêncio mostra a sua luta para se manter em equilíbrio.

“E como você respondia a essas mensagens?” – Pergunto, em uma tentativa de trazê-la, com respeito, novamente para a conversa.

Em geral, as frases terminam me agradecendo, então não era difícil emendar um “de nada”. “Isso eu tinha que fazer, foi por você”, eu dizia, e terminava com uma frase bem armada, com um pouco de contenção, para não me aprofundar, porque a minha também é uma ferida aberta. Abraçar outra mulher com uma ferida mais aberta que a sua... A verdade é que eu já consegui sair e sanar um monte de coisas, tenho superado várias barreiras em termos de estudos, econômicos etc. E daí você encontra outra mulher com uma carga muito mais forte, sem as ferramentas necessárias, sem psiquiatra, sem psicólogo, sem o apoio, sem a ajuda profissional. Eu não consegui. Foi muito duro, muito duro. (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

Seus olhos se inundam uma vez mais. As dores não podem ser medidas, não podem ser comparadas. A dela andava adormecida, controlada, em tratamento, serve hoje para se aproximar das meninas que não puderam, como ela, deixar a sua cidade e construir uma nova vida longe do seu violador.

O difícil do tema do aborto em caso de abuso sexual é que existem pessoas que entendem que há dois direitos do mesmo nível em jogo: o direito do feto, que não tem nada a ver, e o direito da mulher, da menina-mulher. Essas pessoas não veem o direito dessa mulher sobre a sua própria vida, não levam em consideração o que provocou essa gravidez e todos os problemas que ela vai enfrentar no futuro. (GUTIERREZ ORTEGA, 2016).

Vinte anos após aquele abuso, Pilar engravidou da filha tão esperada. Josefa, no entanto, mostrou ainda no ventre que não iriam viver juntas muito tempo: um ultrassom apontou que o feto tinha um câncer incurável e que inviabilizaria o seu desenvolvimento ainda no útero. Foram intermináveis semanas de dor, Pilar não poderia fazer um aborto por conta da legislação em vigor no Chile e teve que esperar que, aos quatro meses, o feto morresse dentro do seu ventre. Não teve tempo de se despedir da filha, não pôde decidir reduzir o tempo de angústia.

Os dois episódios fizeram da conselheira da DC uma defensora da despenalização do aborto no Chile, mas só em três situações: risco de vida para a mãe, inviabilidade fetal e estupro. Seus próprios percursos de vida haviam mostrado que as leis da terra (separadas da lei divina) tinham que levar em conta as especificidades do debate nesses casos. Mas como as pessoas são bem mais complexas do que os textos das leis, ela se diz contra a interrupção nas demais circunstâncias:

No caso de uma gravidez por descuido, se você é uma pessoa adulta que tem os meios para prevenir uma gestação — camisinha, injeções, contraceptivos — tem que ser responsável pela vida sexual que está levando, pela vida que optou. Hoje em dia, ninguém fica grávida se não quer, só por descuido. Então, não me agrada o exercício livre do aborto, porque eu creio que hoje existem os meios de prevenir uma gravidez, acredito que o ser humano tem que ser responsável pelos seus atos. (GUTIERREZ ORTEGA, 2016)

3.2 BYA ALBUQUERQUE: UMA HISTÓRIA DE SILÊNCIOS

O céu permanece escuro e poucos carros rompem o silêncio das ruas do bairro quase sem movimento em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. A calma lá fora, porém, não é suficiente para as horas de sono de Bya, que acorda assustada, com dor nos músculos e o coração acelerado. Mais uma vez teve os malditos pesadelos. Sonhou com o pai, com a mãe. Os dois a observam de longe, não se aproximam, não falam nada, mas é o suficiente para desatar mais uma crise de ansiedade. Pavor. Medo. Foram só três horas de sono e uma longa noite de insônia a espera pela frente. Fecha os olhos com força, respira fundo tentando controlar os batimentos cardíacos e pensa que se pudesse acabar com apenas um dos sintomas do abuso seria a insônia. “Sono é vida”³³.

Em noites como esta, não há livros, televisão, internet ou jogos de carta que a façam dormir. Não existe concentração nem relaxamento, então a solidão invade aos poucos o espaço deixado pelo sono. A noite fica mais longa e as memórias ruins às vezes voltam, trazendo seus medos à tona. Mas Bya tenta não pensar em nada, não lembrar do sonho, e aos poucos vai recuperando um pouco do controle sobre o seu corpo. Mas o sono já se foi.

São 47 anos de vida, dois filhos, um casamento de 21 anos, incontáveis ferimentos (físicos e emocionais) e uma história para contar. Bya foi violentada pelo pai durante mais de 20 anos. Quando começou? Ela não sabe precisar. Cresceu com os estranhos carinhos do pai e o silêncio da mãe. O grande alívio só veio há 7 anos, quando o patriarca da família sofreu um ataque cardíaco fulminante e morreu um mês depois que a sua filha mais velha completou 40 anos. Deveria ser um grande alívio, uma libertação, mas uma forte depressão invadiu os seus dias e noites.

Nesta noite, ela já tomou dois comprimidos de Rivotril (um dos calmantes mais conhecidos e vendidos do país), o que para muita gente seria o suficiente para causar horas de sono pesado. Mas não é o que acontece com Bya. Depois de tantos anos, os remédios para dormir, os antidepressivos e ansiolíticos fazem pouco ou nenhum efeito. Em algumas épocas

³³ ALBUQUERQUE, Beatriz [nome fictício]. [23 de abril a 2 de junho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação.

da vida, já chegou a tomar, sob supervisão médica, oito tipos de remédios, cerca de 20 comprimidos por dia. Este mês, alguém contou sobre uma droga nova, “tiro e queda”, uma das mais fortes no mercado. Pode ser a salvação para as noites em claro, mas, por enquanto, está em falta nas farmácias.

Saem os primeiros raios de sol e os filhos, aos poucos, acordam e dão bom dia à mãe insone. Sem forças, seus deslocamentos se restringem aos cômodos da casa: quarto, banheiro, varanda para dar comida aos cachorros, sala e, às vezes, a cozinha. Do portão para fora, há um mundo de medo, gente desconhecida e obstáculos físicos para quem tem dificuldade de caminhar sob o sol nos dias quentes de verão do interior de São Paulo. Depois de tanto tempo, a casa, espaço de violência durante a infância, adolescência e parte da juventude, tornou-se o lugar mais seguro do mundo.

Há poucos meses, seus dois alunos – um casal de russos que queria aprender português – decidiu interromper as aulas. A vida como professora particular era ao mesmo tempo um sacrifício e um prazer. Bya tinha orgulho da sua dedicação ao curso para estrangeiros que ela tinha montado. Muitas vezes, as crises de ansiedade, de depressão e o cansaço físico obrigaram a professora a remarcar as aulas. Cada aula dada era uma pequena vitória.

Sem o curso, os dias ficaram ainda mais restritos ao ambiente doméstico. Concentra boa parte do tempo entre os livros e o notebook, no quarto, e os inúmeros canais à disposição na televisão. “Já são mais de oito horas da noite e ainda não consegui comer nada”. Caminha até a cozinha e escolhe entre o Danoninho e a papinha de bebê. Decide pelo primeiro. Sacia-se com o pastoso, mais fácil de engolir. Engana a cabeça, que quase não aceita mais a textura da carne, do arroz e dos legumes. A comida sem forma tira a necessidade de interação. Não é preciso triturar, mastigar, sentir o processo da comida na boca. Conforta-se com o sabor doce e quase infantil do iogurte no potinho.

Há muito tempo não se encara. “Não me amo, não me respeito, não me olho no espelho”. Desvia da sua própria imagem toda vez que precisa ir ao banheiro. Mas em frente à balança decide se pesar. O corpo inchado mascara os quilos perdidos com a alimentação escassa e pobre em nutrientes.

3.2.1 A inocência russa

Beatriz é uma criança feliz. Os pais dão tudo do bom e do melhor e a família parece satisfeita com a vida na Rússia. A menina, que nasceu em Moscou em 1967, é fruto da união entre uma russa e um brasileiro, que se conheceram em uma festa de engenheiros. Ele é

engenheiro geólogo, homem culto, de posses, de família tradicional de Ribeirão Preto; ela, cientista, engenheira química e mecânica, trabalha na produção de satélites.

Para a menina, o pai é o seu maior herói. Homem inteligente, com muitos amigos e querido por todos. Viaja com frequência e sempre traz presentes e livros para a filha, que começa a se interessar por história, mitologia e arqueologia. Aliás, seu sonho é se tornar arqueóloga.

O sorriso de menina é de inocência e satisfação. É o fim das férias, a mãe já voltou a trabalhar, mas o pai, que só vai para a Rádio Central de Moscou à noite (ele também trabalha como tradutor freelancer), sai com a filha para passear pela cidade durante o dia. O roteiro inclui museus, pontos turísticos e exposições. Depois, sentam para almoçar em um restaurante caro. Filha única, Bya se sente amada e paparicada pelo pai.

Depois do passeio e da deliciosa refeição, os dois voltam para a casa e o pai decide se sentar mais perto, perto demais. Há um clima de intimidade e ele começa a tocar e acariciar a filha. Ela se sente incomodada, não entende aquele carinho, mas tenta não reclamar demais. Deve ser normal, coisa de pai e filha, pensa a menina. Fica em silêncio.

Pouco tempo antes, ela havia sido repreendida pelo pai por ter falado para a mãe sobre as carícias. Bya tinha 6 anos. Durante o banho, a mãe percebe uma vermelhidão na vagina da menina e briga com a filha, que devia estar mexendo onde não podia. Inocente, Bya responde que quem a toca é o pai. A menina se esquece do ocorrido, a mãe fica em silêncio. O pai, dias depois, chama Bya enquanto ela brinca com um colega e diz bravo que ela não pode comentar com ninguém sobre os seus carinhos. A menina fica tão espantada com a bronca que aquela cena não saíria da cabeça até ela virar mulher.

Bya tem 9 anos e a mãe acaba de ganhar uma viagem para a *Bielorrússia*. Todos estão animados. Quando a mãe parte para o passeio sozinha, o pai diz que a menina deve fazer companhia a ele na cama. Dormem juntos. Aos poucos, ele se aproxima, começa com as carícias e tenta penetrá-la. A menina não gosta, reclama e o pai responde com agressividade.

Os dois acordam e fazem planos de um belo dia de passeios e diversão. Não importa a hora, o pai oferece guloseimas e muito caviar (no café da manhã, no lanche, no almoço) à filha – como ela ama caviar! À noite, a garota curiosa vai com o pai até a Rádio Central de Moscou e acompanha a transmissão ao vivo de um programa para o Brasil. É um privilégio, ela pensa, tem muita sorte de ter um pai assim. O caviar e os doces atenuavam o medo de ficar a sós com ele mais tarde.

Apesar do rigor, o pai é muito amoroso. Além dos livros e dos passeios por Moscou, ensina a filha a nadar e a dançar. Mas os dias de felicidade e inocência acabam em 13 de

novembro de 1976, quando a família deixa Leningrado em um navio rumo ao Brasil.

Pouco tempo depois da chegada a terras brasileiras, Bya recebe uma notícia: a família vai aumentar. Ela tem 11 anos e espera mês a mês a irmã com um amor imenso. A chegada do bebê marca, no entanto, o afastamento da mãe e a intensificação dos abusos do pai. Todos acham que é apenas ciúmes.

Depois do parto, a mãe precisa retirar o útero por causa de um mioma. Vai com a filha mais nova para a casa da avó e Bya, mais uma vez, precisa dividir a cama com o pai. Ela não quer, tem 11 anos e seu corpo de menina começa a mudar, os seios e as curvas começam a aparecer. Tem medo do pai e das ameaças. Na cama, ele acaricia seu corpo de menina, aproveita a ausência da mãe para tentar fazer da filha uma mulher, pede para penetrá-la, e mais uma vez dor e incômodo, ela diz não.

3.2.2 Entre o real e o imaginário

Em casa, Bya abre a geladeira e pega mais uma cerveja. Pensou em parar, mas não consegue. Acha mesmo que é um vício. Toma um gole, ouve o silêncio, lembra-se com carinho da infância na Rússia, do amor do pai.

— Foi uma época deliciosa. As lembranças são nítidas: eu e ele passeando de mãos dadas, sem o compromisso de tempo, aproveitando ao máximo. — Parece até que se esquece dos abusos.

Senta no sofá e pensa na sua família. O marido hoje mora em São Paulo com a filha de 19 anos, ele para trabalhar, ela para fazer faculdade. Bya gosta do agito cultural da capital, mas prefere a calma e a tranquilidade de Ribeirão Preto, com suas “casas lindas e arborizadas”. Divide o lar com o filho, que tem 17 anos, um bom menino, mas que começou a dar problema nos últimos anos.

Ainda cansada de outra noite em claro, Bya prepara o cereal para o filho e pensa nos desafios que deve enfrentar ao longo do dia. “Hoje vou ter que ir ao banco e ao supermercado. Já estou ansiosa e, apesar de ter tomado dois comprimidos de Rivotril, só consegui dormir três horas”.

Depois que completou 42 anos teve uma fortíssima crise de depressão, fobia social e baixa autoestima.

— Considerei que estava velha demais para qualquer coisa e, infelizmente, pensei na única solução de fuga: o suicídio. Achei que morrendo não prejudicaria mais o Luis e as crianças. Eu sentia vergonha por ser tão fraca, por não conseguir me manter forte.

A casa sempre foi o seu lugar preferido e a TV, o seu passaporte para sonhar. Quando era criança, até adolescente, sonhava que os atores famosos das novelas substituíam, na encenação da sua vida, o papel do seu pai e dos irmãos que ela não tinha. Como era amada e feliz naqueles sonhos! Ao todo, teve dois pais e três irmãos imaginários. Criou um mundo particular, sem os toques do pai, sem as críticas da mãe. Se à noite não podia dormir tranquila – o pai sempre vinha com as carícias incômodas – decidiu sonhar de dia, de olhos abertos.

Adulta, hoje Bya tem vergonha dos sonhos infantis, mas até agora a televisão continua sendo a sua mais intensa conexão com o mundo lá fora.

3.2.3 Dor e sangue no banheiro da USP

Com o fim do ensino médio, Bya entra no cursinho e começa a se olhar no espelho de um jeito diferente. Ao contrário do que a mãe dizia, não deve ser tão feia. O corpo magro, os cabelos e a pele queimados de sol despertam algumas paixões por onde passa. Sente-se mais forte e agora é professora de russo.

Apesar do dia cheio, da rotina de estudos, chega em casa e precisa enfrentar os seus pesadelos. A família mora em Santos e, na ausência da mãe e da irmã, o pai a obriga a fazer sexo oral nele. Goza. Goza na sua boca, nas suas mãos. A jovem sente nojo, é a violência que caminha com a humilhação. Mas agora só as carícias e o sexo oral não bastam. Ele quer penetrá-la, tenta forçar mais um pouco, pede para tirar a virgindade da filha. Bya nega, seu maior pavor era o de ser estuprada pelo pai. Sonha que a sua primeira vez será com muito amor. Era uma questão de tempo.

Estudar ciências sociais não era o seu plano, mas era o do seu pai. Só podia fazer faculdade se fosse ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP) – até que ela tentou mudar para história, mas ele não permitiu. Bya passou no vestibular e se mudou para um pensionato em Higienópolis, em São Paulo. Os pais e a irmã continuam em Santos – cidade que foi para ela uma “decepção desde o início, com seus canais fétidos e a estrutura cinza”.

Depois de passar toda a semana na USP, hoje é sábado, dia de dar aulas de russo. O curso termina, Bya desce a serra, mas antes de ir para a casa dos pais “foge” algumas horas para a do namorado, que também mora em Santos. É apaixonada por ele, um homem maduro, 14 anos mais velho que ela, bonito, mas um solteirão convicto. O casal briga com frequência, ela queria que ele assumisse o relacionamento publicamente. Ele sempre se esquia. O pai sempre teve ciúmes da filha mais velha, dos seus amigos e namorados. No domingo, ela acorda na casa da família. A mãe se prepara para ir à Rússia no lugar da filha, que ganhou uma bolsa, mas não

quis viajar por causa das aulas e do namorado.

A mãe embarca e um novo pesadelo se aproxima. Bya agora precisa ir de São Paulo para Santos todos dias para proteger a irmã — o pai jura que nunca tocou nela, era pura. Chega às 21h em casa e, na hora de dormir, é a cama do pai que a espera. A menina já virou mulher, deixou de ser virgem, e agora pode ser estuprada pelo pai todas as noites. Bya vira amante do pai, precisa satisfazer suas vontades na cama, aguenta cada violência em silêncio, ela só quer proteger a irmã.

Quando a mãe volta do intercâmbio, Bya retoma a sua vida em São Paulo. Já sofre de insônia e os pesadelos na cama do pai se restringem aos finais de semana.

Meses depois, um susto. A menstruação está atrasada. Apesar de tomar anticoncepcional, está grávida e o namorado não vai querer assumir a criança. “Vou criar meu filho sozinha”, pensa Bya. Cinco minutos depois, o desespero invade a sua mente. “E se o filho for do meu pai?”. Essa é mesmo uma possibilidade real. Ainda confusa, decide contar para um amigo sobre a gravidez indesejada e, depois, vai sozinha até o centro de São Paulo para comprar ervas abortivas. A vendedora disse que era tiro e queda.

Bya prepara as ervas, toma a mistura e vai para a USP. Na primeira aula, a dor começa a ficar mais intensa e o sangue forte jorra pelas pernas da estudante de ciências sociais. A professora vê a aluna pálida, o sangue no chão e fica apavorada. Acompanha, junto com outra aluna, Bya até o banheiro gelado e cinza mais próximo. A colega oferece um absorvente, a jovem coloca, mas ele dura apenas alguns minutos, não é suficiente para conter a hemorragia. Sente um forte mal-estar, dor, quase desmaia. Coloca mais dois absorventes e pede ajuda para pegar um táxi.

Para o terminal Jabaquara, diz ao motorista, que se assusta com a palidez e o estado da estudante. Pergunta a ela se não seria melhor levá-la ao hospital, mas ela nega. Como iria explicar ao médico que tinha feito um aborto?

Desce a serra e inventa uma desculpa qualquer para se trancar no quarto e fugir do pai e da irmã quando chega a Santos. Sofre em silêncio, faz silêncio sobre o aborto.

— Meu maior sonho sempre foi ser mãe, para poder dar todo o amor que eu não tive. E esse sonho acabou de ser de ser tirado de mim.

Estava arrasada, e já sofria de depressão há anos. Abandona a faculdade, a vida não faz mais sentido para ela. Não é correspondida no amor, o pai é um monstro e mãe se reveza entre a agressividade e a ausência. Tudo perdeu a graça. Ficou um vazio e, vinte anos depois, ainda se pergunta como seria se essa criança tivesse nascido.

3.2.4 *O mau cheiro da humilhação*

Adolescente, Bya se isola cada dia mais. Em casa, se divide entre as ofensas e as brigas com a mãe e a violência do pai. Para proteger a irmã, que é onze anos mais nova, os abusos se tornam ainda mais frequentes. O pai a ameaça diariamente. Se não ceder, a irmã será a próxima vítima. A mãe não vê, ou finge que não vê. Protege a filha mais nova, ela sim pura e querida por todos.

No banho, Bya precisa encarar um dos seus principais pavores: seu próprio corpo. Tem nojo de si mesma, lava os cabelos, os pés, mas passa rapidamente pelos seios em formação. Não toca na vagina. Aquele toque lembra o pai, lembra humilhação. Não se limpa e passa anos assim, sem conseguir se lavar.

Na escola, percebe que os meninos começam a percebê-la de forma diferente. Adolescentes, os hormônios estão à flor da pele. Ela não se enxerga como uma moça bonita. Quase não tem amigos, mas alguns meninos, aos poucos começam a se aproximar e a mostrar interesse. Mas o cheiro, o cheiro forte afasta todos à sua volta. Os professores também notam o odor. Bya sente vergonha e começa a ir mal na escola.

O cheiro, que começou na adolescência, continua na época do cursinho pré-vestibular. Bya decide então comentar com a mãe, chega em casa e pede ajuda. Mas ela faz pouco caso da reclamação da filha e diz que é melhor procurar uma ginecologista. A jovem se sente sozinha mais uma vez, mas marca uma consulta. Vai precisar abrir as pernas para uma pessoa desconhecida, vai sentir desconforto, vergonha.

O consultório fica em frente ao cursinho. Senta-se na cadeira e explica o seu problema para uma médica atenciosa, que em seguida a examina rapidamente. “É uma infecção por bactérias, você precisa fazer um tratamento”. Seria preciso aplicar um remédio diariamente, mas Bya não conseguiria fazer isso sozinha. Então a médica faz uma proposta: ela mesma aplicaria a medicação todos os dias durante duas semanas. Bya só deveria passar no consultório dia a dia antes da aula. Como era incômodo e dolorido. Mas assim foi feito e valeu a pena.

— O cheiro desapareceu e a minha autoestima aumentou. Passei a me conhecer e cuidar melhor da minha higiene íntima. Jurei a mim mesma que nunca mais passaria novamente por aquele tipo de humilhação. E, realmente, não passei. Mas ela persistiu por muito tempo no meu emocional e, até hoje, ainda me sinto humilhada quando lembro disso.

3.2.5 *Sem paixão, mas com amor*

Na tarde do dia 15 de janeiro de 1994, Bya sorri e diz o esperado “sim” na igreja – o casamento civil já havia sido realizado de manhã no cartório. A cerimônia, “simples, mas bonita”, é seguida por uma festa preparada com carinho durante os últimos cinco meses, desde que ficaram noivos e começaram a morar juntos. Ela sente que aquele é o momento dos dois. Não é paixão, “desde início deixei claro que ele era o apaixonado do casal”, mas o tempo construiu uma relação baseada na honestidade e companheirismo, que aos poucos se transformou em amor. Não estava mais sozinha.

O pai ainda teve tempo de estuprar a filha pela última vez, ela tinha 26 anos e estava prestes a se casar. Depois daquele dia, os abusos cessaram. O marido só saberia do histórico de violência meses depois da celebração do casamento.

Depois da festa, o casal está, enfim, a sós. Na cama, Bya permite-se ser tocada, não sente muito prazer, mas não é indiferente ao sexo, tem tesão pelo marido. Tenta disfarçar a dor que sente durante a penetração. Ele se esforça para ser delicado e ir com calma, mas percebe que algo está errado. Descobre, meses depois, que as dores e os incômodos são mais uma consequência dos abusos: Bya é diagnosticada com vaginismo, uma contração involuntária dos músculos da vagina causada pelos anos de violência física e emocional.

Depois de anos de casamento e de dois filhos, o sexo se torna um fardo. Bya está com depressão e não sente prazer durante o sexo. Começa a fugir do próprio marido, que ainda a procura e sente tesão pela esposa. Nesta noite, depois de mais uma recusa, ela decide fazer uma proposta: “você pode ter uma amante, desde que não haja envolvimento emocional”. Luis recusa e o assunto é encerrado por ali. Será, dali em diante, quando e como ela quiser.

— O amor, o carinho, a compreensão e o apoio que ele me deu foram e são incondicionais. Infelizmente, nunca soube o que era uma paixão correspondida. Nunca tive chances de descobrir e curtir. Essa é uma das minhas maiores frustrações. Mas, por outro lado, tive muita sorte de saber o que era amor. Amor companheiro, amor amigo, amor protetor. Então, considero que saí ganhando!

3.2.6 A solidão em Ribeirão Preto

Em casa, Bya, de 47 anos, assume o anonimato da internet e começa a checar os e-mails dos amigos virtuais, a maioria vítimas (no passado ou no presente) de abusos sexuais. Troca mensagens com uma mulher em depressão que pensa em se matar. Outra descobriu que está grávida, mas não se desespera com a ideia de ter um filho do estupro. Escreve um longo e-mail, conta da sua própria experiência (“Sou contra o aborto, a não ser em casos de abuso sexual”) e

tenta dar algum conforto para a amiga anônima. Criaram uma rede de apoio, de vítimas, que nem sempre dá conta de resolver todos os sintomas da violência.

Cansada, resolve deixar o computador de lado e tenta ler um livro. Tem seus próprios problemas para resolver: o filho adolescente, que já teve um tumor no testículo, anda com más companhias e já reprovou três vezes a sétima série. “Esta semana vou até a escola municipal aqui perto de casa para tentar matriculá-lo no EJA [Escola de Jovens e Adultos]”. Deixa o livro de lado, não consegue se concentrar.

Muita gente pergunta como ela conseguiu suportar o abuso, os estupros, por tanto tempo. A maior violência é a emocional, ela sempre responde.

— Eu estava sozinha, não tinha ninguém para compartilhar a minha angústia, a minha dor. Com uma mãe que me tratava ora com agressividade, ora com total rejeição. Eu não tinha a quem procurar. Sem falar o medo, o terror que sentia do meu pai.

No ano passado, pela segunda vez, ela pensou em se suicidar. Bateu uma forte depressão. Não queria mais viver, não fazia sentido. Mas decidiu continuar pelos filhos. Eles ainda são menores de idade, não decidiram o que querem da vida, precisam da mãe ao lado.

— O amor aos meus filhos é mais forte do que todo o sofrimento e a dor.

Apesar do amor tão grande e da dedicação à família, somente este ano, depois de uma longa conversa com o psiquiatra, Bya conseguiu abraçar os filhos e passou a verbalizar o carinho. “O toque é muito difícil pra mim”.

Senta-se no sofá de casa e lembra-se daquele 2 de julho de 2007, quando parte do seu martírio acabou. Tinha completado 40 anos havia um mês quando o telefone tocou naquela segunda-feira pouco depois das 6h: “Seu pai faleceu”. A notícia encerrou os anos de abusos, estupros, de violência física e emocional. Havia alguns anos, ela e o pai brigavam, inclusive na Justiça, pela guarda dos filhos de Bya – o pai considerava que ela não tinha condições de educá-los e chegou a argumentar nas ações judiciais que as crianças passavam fome, o que a filha nega. Faleceu aos 70 anos naquele 2 de julho vítima de um ataque cardíaco fulminante. Morreu em cinco minutos, não deu tempo de chamar a ambulância.

— Senti um alívio tão grande que entrei em depressão profunda.

Precisou optar entre a vida e a morte e escolheu viver. Começou a se cobrar menos e aceitar seus limites, mas já não faz planos para o futuro. “Vivo um dia de cada vez. Dei um prazo até os 50 anos para resolver a minha vida. Preciso antes ver que os meus filhos estão encaminhados e bem. Depois vou decidir a minha vida...”

3.3 FRIDA KAHLO: A ARTE QUE EXPRESSA A DOR DO FILHO QUE NÃO VEIO

Frida Kahlo (1907-1954)³⁴ teve três abortos e pintou sua dor em quadros que ficaram famosos internacionalmente. Apesar de querer muito ser mãe, sua primeira gestação foi interrompida de modo intencional, pois ela tinha medo da reação do marido e das consequências da gravidez para a sua saúde frágil. Viveu entre o sonho de balançar nos braços o filho que nunca teve e o temor de ver as dores já agudas nas costas e no quadril ficarem ainda piores. Pintou os medos, as dores e o vazio de uma maternidade desejada, mas nunca alcançada.

Se hoje seu nome é sinônimo de feminismo e cultura latino-americana, aos 22 anos Frida Kahlo vivia a cuidar da casa e a levar diariamente o almoço ao marido — ele sim famoso em seu país e fora dele —, que pintava os murais do Palácio Cortés, em Cuernavaca (a 85 km da capital mexicana). Nessa época, Frida escreve a um amigo e conta sua rotina com Diego (HERRERA, 2011, p. 136):

Não podíamos ter filhos, e eu chorava inconsoladamente, mas me distraía cozinhando, varrendo e espanando a casa, às vezes pintando, e todo dia acompanhava Diego no andaime. Ele sentia um enorme prazer quando eu chegava com o almoço numa cesta coberta de flores.

Um ano após o casamento, em 1930, a jovem Frida engravida pela primeira vez, mas realiza um aborto aos três meses de gestação. Ao pintar *Frida y la cesárea* (Figura 1), a artista registra a cirurgia a que nunca seria submetida e a tristeza que a invadia por não conseguir dar à luz. No quadro incompleto, há uma Frida grávida com um pequeno feto visível, um bebê, a maca e o branco de um hospital e o esboço do rosto de Diego. Ao fundo, a artista retrata a cesariana que, segundo os médicos, poderia ser uma alternativa, caso alcançasse um estágio avançado de gestação, o que nunca aconteceu.

Dois anos depois do primeiro aborto, engravida pela segunda vez e ingere diferentes substâncias para tentar interromper a gestação. Temia prejudicar a carreira do marido, com quem havia se mudado a pouco para os Estados Unidos, e a expor a sua frágil saúde — a artista teve poliomielite na infância e sofreu por toda a vida as consequências do acidente de bonde do qual foi vítima aos 18 anos — ao turbilhão de hormônios que uma gravidez poderia significar. Seu medo é narrado em uma carta escrita ao dr. Eloesser, seu grande amigo e médico de confiança (HERRERA, 2011, p. 173-175):

³⁴ Apesar de esta dissertação tratar da intersecção entre aborto e abuso sexual infantil no Chile e no Brasil, entendemos que seria interessante retratar de forma breve neste capítulo a relação da artista mexicana com seus abortos. A escolha se justifica, primeiro, porque Frida Kahlo é reconhecida como uma das maiores artistas latino-americanas e, segundo, porque a arte possui a capacidade de transcender as fronteiras dos Estados e de superar as limitações da linguagem verbal sobre uma experiência que pode ser tão íntima e intensa quanto a interrupção de uma gestação.

A questão mais importante agora, e é sobre isso que eu gostaria de me consultar com você antes de pedir a opinião de qualquer outra pessoa, é que estou grávida de dois meses; por essa razão fui ver o dr. Pratt de novo [...] Dado o estado da minha saúde, achei que seria melhor abortar. Eu disse isso a ele, e ele me deu uma dose de “quinina” e um forte purgante de óleo de castor. Um dia depois de tomar isso tive uma hemorragia leve quase nada. Durante cinco ou seis dias tive sangramento, mas muito pouco. Em todo caso, achei que tinha abortado e fui ver o dr. Pratt de novo. Ele me examinou e disse que não, que tem certeza absoluta que não abortei e que na opinião dele seria muito melhor se em vez de me fazer abortar com uma operação eu ficar com o bebê e isso apesar da péssima condição do meu organismo, tendo em mente a pequena fratura da pélvis, coluna, etc. etc. [...] Você acha que seria mais perigoso abortar do que ter a criança? Dois anos atrás eu abortei numa operação no México, quando eu estava mais ou menos na mesma condição de agora, com três meses de gravidez. Agora estou com apenas dois meses e acho que seria mais fácil [...] Caso a melhor saída seja a operação para abortar, imploro que escreva ao dr. Pratt, uma vez que ele provavelmente não está totalmente a par de todas as circunstâncias e já que o aborto é ilegal, talvez ele esteja com medo ou coisa parecida e mais tarde vai ser impossível recorrer à operação.

FIGURA 1 – Reprodução do quadro *Frida y la cesárea*

FONTE: KAHLO, 1931.

Sem sucesso na tentativa de interromper a gestação com a dose preparada pelo dr. Pratt, Frida decide manter a gravidez como sugerido pelo médico e começa a alimentar novamente o sonho da maternidade. Pouco tempo depois, no entanto, os planos são interrompidos por uma nova negativa do seu corpo.

FIGURA 2 – Reprodução do quadro *Frida y el aborto*

FONTE: KAHLO, 1932a.

À época, Lucienne Bloch estava na casa de Frida e Diego em Detroit para fazer companhia à amiga que estava em repouso absoluto. Em seu diário, Lucienne conta que Frida sofria com dores no útero e com os ataques de náuseas constantes, e registra o dia do aborto (HERRERA, 2011, p. 177):

Início da noite de domingo. Frida estava tão roxa e menstruando muito. Ela foi para a cama e o médico veio e como sempre disse que não era nada, que ela devia ficar calma e repousar. De noite ouvi gritos medonhos de desespero, mas pensando que Diego me chamaria se precisasse de ajuda, simplesmente adormeci, e tive pesadelos. Às cinco, Diego apareceu na sala, pálido e todo desganhado, e me pediu para ligar pro médico. O doutor chegou às seis com uma ambulância e levou Frida, nas agonias do parto... havia uma poça de sangue... e os enormes coágulos de sangue que não paravam de descer. Ela parecia tão pequenina, parecia ter doze anos de idade. Os cachos do cabelo dela estavam úmidos de tantas lágrimas.

FIGURA 3 – Reprodução do quadro *Mi nacimiento*

FONTE: KAHLO (1932b).

Além das emoções que inspiravam a falar de parto, aborto e maternidade, Frida tinha uma coleção de livros científicos e guardava em sua casa um feto humano dentro de um vidro de formol, presente do dr. Eloesser em 1941. Na litografia chamada *Frida y el Aborto* (Figura 2), a artista mostra essas referências retiradas dos livros, ao pintar etapas de divisão celular e formação do embrião e do feto, mas também se apresenta com duas lágrimas que caem pelo rosto, um corpo nu com ventre à mostra e o sangue que escorre entre as pernas e alimenta a terra que gera outras formas de vida.

FIGURA 4 – Reprodução do quadro *Hospital Henry Ford*

FONTE: KAHLO (1932c)

O vazio deixado pela experiência do parto que não teve faz Frida pintar outro quadro com a temática. Em *Mi nacimiento* (Figura 3), uma mulher de rosto coberto dá à luz uma Frida bebê, que emerge do útero ensanguentando o lençol branco sobre a cama. Na tela, é como se a artista se representasse em dois momentos: enquanto parturiente e bebê, como se preenchendo

a lacuna de algo que não viveu (o parto do seu filho) e da experiência de nascimento de que não se lembra (o parto de sua mãe).

FIGURA 5 – Reprodução do quadro *Yo y Mi muñeca*

FONTE: KAHLO (1937).

Se os quadros anteriores representam a dor do parto que não aconteceu, talvez um dos seus quadros mais intensos seja *Hospital Henry Ford* (Figura 4), que ela pintou em 1932, logo após um dos seus abortos, quando morava nos Estados Unidos com Diego.

Em *Hospital Henry Ford*, Frida está deitada em seu leito do hospital, sangrando de hemorragia no único lençol. Uma enorme lágrima goteja e escorre pela bochecha, a barriga ainda está inchada pela gravidez. O retrato nada lisonjeiro de seu próprio corpo é típico de Frida: é claramente um nu concebido por uma mulher, e não a nudez idealizada por um homem. Com a mão junto à barriga, Frida sustenta no ar seis fitas vermelhas, semelhantes a veias, em cujas extremidades flutua uma série de objetos

simbólicos de suas emoções no momento do aborto. Um deles é um feto: a fita que prende o feto de Frida leva a seu umbigo e obviamente representa o cordão umbilical do bebê. A pintora posicionou o feto diretamente acima da poça de sangue causada pelo aborto e deu a ele a genitália masculina do “pequeno Diego” que ela esperava que o feto viesse a ser. Todos os símbolos flutuantes do fracasso materno, incluindo o feto, estão na mesma escala em relação a Frida, a despeito de seu tamanho efetivo. O torso rosa-salmão é “minha ideia para explicar o interior de uma mulher”, Frida disse: diversos organismos semelhantes a espermatozoides, supostamente uma visão de raio x do drama da concepção, aparecem na superfície do torso e duas colunas vertebrais, também desenhadas dentro do torso, referem-se ou à sua espinha dorsal fraturada ou possivelmente à escoliose congênita diagnosticada pelo dr. Eloesser em 1930. Em seu desejo de realizar com propriedade a pintura, ela copiou ilustrações médicas de ossos pélvicos, para pintar o que alegou ser a principal causa do aborto. A lesma, Frida mais uma vez explicou, é uma referência à lentidão do aborto, que, como uma lesma, era “mole, coberto e, ao mesmo tempo, aberto” (HERRERA, 2011, p. 181).

A partir das experiências de desejos e perdas, Frida se transformou em colecionadora de bonecas — tinha várias, que tratava com cuidado e chegou a pintar, como no quadro *Yo y Mi muñeca* (Figura 5). Seu percurso solitário de dores do corpo e da alma também fez com que registrasse como poucas artistas a negação do seu corpo pela maternidade.

Frida, que sempre negou o rótulo de surrealista, dizia que não pintava sonhos, mas a sua própria realidade (HERRERA, 2011), e ver seus quadros é como um mergulho em uma experiência pessoal, que pode se aproximar das trajetórias de tantas mulheres que decidiram interromper uma gestação de forma voluntária ou que viram um sonho ser interrompido de uma hora para a outra.

3.4 LUISA NUNCA TEVE O SONHO DE SER MÃE

Se Frida fosse Luisa Quezada³⁵ talvez seus quadros fossem muito diferentes. Se para Frida, cada aborto significava a dor física e o vazio emocional, que chocam os observadores, para Luisa perder um filho era perder algo que, na verdade, ela jamais desejou ter. Foram três abortos espontâneos, com dores e assistência diferentes, e uma gravidez, que gerou seu único filho, nascido em 2002.

A professora tinha 26 anos quando engravidou pela primeira vez. Tinha casado há pouco tempo, mas não morava na mesma casa em que o marido. “Eu me casei por sexo. Eu tinha 25 anos, tinha um namorado, queria fazer sexo e decidimos nos casar.

Desde que o pai abandonou a família, pouco depois do início da Ditadura Militar no Chile, sua mãe tinha decidido dormir com a filha para garantir sua “pureza” até que ela estivesse

³⁵ QUEZADA QUEZADA, Luisa Irene. [3 de junho de 2016]. Santiago, Chile. Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação. (tradução nossa)

casada. As barreiras físicas e a construção simbólica da necessidade de uma filha virgem deram certo. Luisa e o então namorado trocaram alianças e só, depois, descobriram a vida sexual.

— A verdade é que nunca quis ter um filho. Nunca. Porque eu sei o que significa. Eu sei o caro que é, o difícil que é. Então, nunca quis ter um filho.

Mesmo assim, o teste deu positivo. O sexo jovem e iniciante não era acompanhado de qualquer método contraceptivo. Naquela época, o governo militar já tinha interrompido os programas de educação sexual e planejamento familiar implantados no governo Allende³⁶. Camisinha, pílula, não faziam parte da rotina do casal. Com o teste em mãos, lamentou a gravidez não-planejada, mas decidiu que a levaria até o final.

— Em algum momento você pensou em realizar um aborto?, pergunto a ela.

— Não, nunca. Porque era ilegal, eu penso. Nunca quis fazer um aborto. Também pelo karma. Pensei que se fizesse isso, depois ia sofrer mais. E eu não queria agregar um karma à minha vida, que já tinha bastante. Então, pensava “ok, estou grávida”. Se vier, venha, se não, um alívio.

Poucas semanas depois, seu corpo começa a mostrar que algo estava errado. Foi ao banheiro e viu um sangue rosado, diferente, havia pouca dor. Resolveu procurar sua médica.

— Você está perdendo o seu bebê, disse a obstetra após examiná-la.

— E o que posso fazer?, perguntou Luisa em busca de uma solução prática.

— Nada.

— Como nada? Vou ficar com essa dor, com esse sangue?

— Não se pode fazer nada, porque no Chile não está permitido fazer nada. Ninguém pode tocá-la. Somente tem que fazer repouso.

Teria que sofrer sozinha, sem remédios para a dor, sem evitar a hemorragia. Desde 1989, o aborto está proibido no Chile e os médicos temem ser condenados pelo crime previsto em lei. Prevalece assim a ânsia pela punição às mães chilenas que não querem ter filhos, e nega-se o tratamento adequado às mulheres como Luisa, que sofrem abortos espontâneos. No caso dela, os médicos se diziam impedidos de fazer qualquer procedimento para acelerar a expulsão do feto, que já tinha sido rejeitado pelo corpo da jovem mãe. Tinham medo da cadeia. À jovem,

³⁶ Segundo a pesquisadora Claudia Lagos, em 1979 o governo ditatorial entendeu que o país tinha alcançado uma taxa de natalidade adequada e que, para proteger o território nacional seria necessário que ele estivesse povoado. “Si bien no se dejaron de entregar anticonceptivos, estos se dieron sólo a las mujeres que los solicitaban espontáneamente. Y ocurrió lo lógico. A ala escasa formación sexual que entregaban las familias, se sumó que las jóvenes no sabían dónde conseguir anticonceptivos” (LAGOS, 2001, p. 21).

restava apenas a recomendação pelo repouso, que acabou descumprida por Luisa, que não queria interromper o curso de grego e cultura na Universidad de Chile.

Naquela tarde, a dor começou a ficar intensa. Luisa chegou em casa e viu que o sangue ainda saía aos poucos, preparou uma bolsa térmica e colocou-a sobre o ventre que latejava. A água quente deu um certo conforto, mas Luisa logo teve que levantar e andar depressa até o banheiro. Sentou-se no vaso para urinar, ouviu o barulho e sentiu que, finalmente, havia expulsado algo.

— Ouvi um barulho como se caísse uma bola na água e no mesmo instante senti um alívio grande. Passou a dor, mas começou uma hemorragia catastrófica. Isso foi no banheiro da minha casa. Te incomoda?, pergunta Luisa, que interrompe rapidamente a história para saber se atrapalha o almoço da ouvinte, que responde de forma negativa e devolve a pergunta.

— A mim, não. Não tenho sentimento. Minha vida tem sido muito terrível, diz a professora, que ri para desviar o foco.

Correu para fora do banheiro em busca de ajuda. À época, ela e o marido viviam em casa separadas. Procurou a mãe, que sem saber o que fazer corre de um lado para o outro. O irmão responde que está muito ocupado e segue lavando roupa.

A médica havia avisado que aquilo poderia acontecer a qualquer momento e pediu para informá-la quando começasse a hemorragia. Por telefone, a doutora disse que Luisa a encontrasse no Hospital de Carabineiros, onde poderia tratá-la de forma adequada.

Luisa e mãe tomaram então um táxi, que se perdeu no caminho, e quase uma hora depois, chegaram à emergência indicada. Levava uma toalha, que a este momento já estava ensopada do sangue que tinha perdido no caminho. Sem forças, Luisa se senta na escada da entrada do hospital, enquanto a mãe corre até a recepção para pedir que avisassem a médica que as aguardava:

- Cheque, precisamos de um cheque em branco.
- Não temos cheque.
- Então, não. Somos um hospital privado, precisamos de um cheque.
- Mas a doutora disse que estaria aqui.
- Não, não podem entrar. Pergunte à sua filha por que fez um aborto.
- Não, é uma perda. Minha filha não fez um aborto.

Não houve negociação. A saída foi aproveitar a distração dos funcionários do hospital e levar pelos fundos Luisa até o andar em que a médica estava. Enfim, ela encontrava o alívio. Ali foi medicada e socorrida por uma equipe especializada. Deixou o hospital no dia seguinte.

— Eles já sabiam que a qualquer momento eu ia perder o bebê, que não era um bebê. Ao final, soubemos que era uma aberração cromossômica, algo estranho, um monstro.

A segunda gravidez ocorreu quatro anos depois e, aos dois meses de gestação, outra perda.

— Fui ao médico e ele me disse: “Olha, alguma coisa acontece, porque o feto não cresce”.

Mais uma vez, teria que esperar até o próprio corpo decidisse interromper a gravidez.

— Uma noite começou a sangrar, mas não era um sangue rosado, era diferente, e aí começou a doer. Pouco sangue e muita dor.

Chamou a mãe e o marido, que já morava com ela, e decidiram pegar um táxi até o hospital público mais próximo. Como não havia hemorragia, teve que aguardar um tempo na recepção até que fosse levada a uma maca em um grande salão onde era possível ouvir as dores das doenças diversas. Havia só um enfermeiro para toda aquela gente.

— Fui examinada e me disseram: “Olha, isso é um aborto retido. Tenha paciência, porque você vai ter que esperar”. E me deram uma coisa cilíndrica para morder por causa da dor. Então eu perguntei: o que vai acontecer?

— Vai doer muito.

E foi o que aconteceu. Sem remédios, Luisa mordia com força para amenizar os movimentos que o ventre fazia para expulsar o feto sem vida.

— Foi assim a noite toda. Eu acredito que foram oito horas de sofrimento, foi como se houvesse sido um parto, mas de oito horas. Eu não via nada, porque estava na cama e mordendo... E sem remédios para a dor. Acho que não me deram nenhum medicamento porque o hospital era público, como um inferno, uma penalização para os pobres. O enfermeiro ia me ver a cada momento e dizia: “Ah, sim, está perdendo”. Quando se deram conta de que eu havia perdido todo o feto, avisaram que seria preciso fazer uma curetagem. Menos mal, aplicaram anestesia geral e depois foi um alívio, outra vez, como “Deus existe”. E eu voltei à vida normal.

A terceira perda “foi muito melhor”, segundo Luisa, que “já sabia o que fazer”. O teste deu positivo e ela comunicou ao marido que estava grávida. A resposta, porém, não foi a esperada por ela.

— Sabe, a verdade é que não me imagino vivendo com você, disse o marido.

O casamento chegava ao fim e, semanas depois, a nova gestação também acabaria antes do previsto.

— Fui ao médico e ele me disse: “O feto não está crescendo”. Outra vez, terceira vez que escutava a mesma coisa. E me disse: “Vamos fazer algo. Se o feto não crescer até tal data, vamos programar... não um aborto, mas uma indução”.

No prazo determinado, Luisa marcou uma nova consulta, mas o feto não tinha se desenvolvido. Não era viável manter a gestação. Então o médico preparou o procedimento, que chamou de indução de parto, apesar de as normas da OMS (Organização Mundial da Saúde) definirem parto antecipado a partir das 22 semanas de gestação e Luisa estava grávida de dois meses.

— Fiquei quatro dias na clínica. Aplicavam calmantes, foi fantástico o aborto.

— Foi um aborto induzido?

— Sim.

— Pela lei, ele poderia fazer isso?

— Não, não. Ele não poderia ter feito isso, mas eu acho que isso depende do médico... E o preço foi... tive que pagar, porque foi algo privado... o mesmo que eu pagaria por uma curetagem, mais ou menos 400 mil pesos por quatro dias na clínica. Fiquei bem, super bem. O feto não estava crescendo, era totalmente inviável. Não era lógico seguir esperando. Imagina quanto sangue poderia perder e quanto sofrimento...

Antes dessa terceira experiência de aborto, Luisa engravidou do seu filho, único, hoje com 13 anos, seu “anjo”. Teve que ficar em repouso e tomar hormônios durante toda a gravidez, que era considerada de alto risco. Após uma cesariana conheceu o seu “anjo”.

— Uma vez que eu sabia que vinha, que estava certo, eu comecei a tomar consciência, foi super diferente. E quando o vi pela primeira vez fiquei apaixonada. É como um anjo, meu bebê. Parece um ator, não sei a quem saiu, porque eu não sou tão bonito, meu esposo tampouco.

3.5 HOSPITAL PÉROLA BYINGTON E O ABORTO LEGAL EM SÃO PAULO

O barulho, o movimento e as contradições que compõem o centro de São Paulo ficam para trás na entrada daquele grande prédio público, o hospital que mais realiza abortos legais no Brasil, o Pérola Byington. À esquerda, logo depois da catraca, mulheres aguardam o alarme com um número da senha para serem atendidas. À direita, no fim do corredor, uma placa pequena “AVS” indica o ambulatório de atendimento a vítimas de violência sexual. A sala de

espera tem uma tevê pequena, cadeiras pouco confortáveis e, no canto, os livros infantis e os brinquedos lembram o perfil de parte das meninas que chegam até aqui³⁷.

Pacientes e familiares devem se dirigir diretamente ao guichê localizado na penúltima porta. Ali ninguém precisa dar detalhes, nem mesmo passar pelas senhas ou pela espera da grande recepção da entrada. Há relatos de abusos pelo pai, estupros no caminho da escola, e outras violências que marcaram os corpos e as memórias de meninas e mulheres. As histórias só são contadas a portas fechadas e, de preferência, ouvidas por apenas um dos profissionais da equipe multidisciplinar, que envolve médicos ginecologistas e obstetras, uma pediatra, psicólogas, enfermeiras e uma assistente social.

A maioria das vítimas não tem um boletim de ocorrência, sentiram-se intimidadas pela estrutura e pelas burocracias de uma delegacia de polícia. Muitas chegam ao ambulatório após pedir ajuda a ONGs, amigos ou funcionários de outros serviços públicos, como escolas, hospitais e conselhos tutelares. Nesses casos, o processo, normalmente, começa pelo serviço social, que tem uma sala escondida no fundo do corredor. Papéis para colorir e brinquedos também fazem parte da decoração. Ali é preciso saber se a vítima de violência sexual e sua família precisam de apoio para continuar o tratamento. Há quem peça dinheiro para a passagem, um teto para morar após o rompimento dos laços com o estuprador ou quem conte ali a história árdua de uma vida de violações.

O próximo passo é o encontro com uma das psicólogas ou o encaminhamento a um médico, que pode ser pediatra ou ginecologista, quando as feridas não estão só na alma. Fenômenos depressivos são comuns por ali, atrás daquelas portas há quem conte que preferia morrer a conviver com as dores dos anos de abuso.

A sala de atendimento é pequena, com uma mesa no centro e duas cadeiras, uma em frente a outra. O armário do fundo não parece ter muitas coisas e a sala dá uma sensação de vazio.

Então chega a psicóloga. No ambulatório há várias, todas mulheres e jovens. “Trabalho aqui porque gosto”, diz uma delas à pesquisadora recém-chegada. Na sala, não há necessidade de recontar toda a violência relatada à assistente social. É preciso tratar os medos, as dores, o que não está escrito no prontuário.

³⁷ Segundo Cerqueira e Coelho (2014), 70% dos casos de estupro registrados no Brasil têm como vítimas crianças e adolescentes. “Tal dado é absolutamente alarmante, uma vez que as consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima - que se dá exatamente nessa fase - estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos” (Idem).

3.5.1 Quando o registro começa na polícia

Mas nem todas as vítimas de um estupro fazem o mesmo percurso de atendimento no hospital. Quem procura a delegacia para denunciar uma violência sexual, primeiro registra o boletim de ocorrência e depois faz o percurso em um carro da polícia até o Pólo Byington, onde são realizados os exames de corpo de delito e os cuidados posteriores que forem necessários. Dentro do hospital, há um espaço separado gerenciado pela Secretaria de Segurança Pública, um guichê com janela de vidro, onde a vítima entrega o pedido do exame que deve ser feito pelos médicos do Instituto Médico Legal (IML). Depois do papel, vem a espera no corredor onde as cadeiras frias ficam do lado esquerdo e as salas dos ginecologistas, do direito. Tirando as acompanhantes, todas as mulheres que sentam ali foram violentadas.

As salas são parecidas, uma pequena mesa com duas cadeiras, um computador e uma maca para o exame ginecológico. O ambiente impessoal faz lembrar a vergonha comum às mulheres que em vários momentos da vida adulta precisam abrir as pernas para serem tocadas, vistas, examinadas por um médico. Mas tal comparação poderia até ser interpretada como uma ofensa por quem já sentou naquela cadeira. Mulher nenhuma abre as pernas ali por um exame de rotina.

Depois do laudo médico, a mulher (ou menina, ou adolescente) é encaminhada para o ambulatório que fica ao lado, ainda dentro do hospital, mas fora da jurisdição da Polícia Civil. Quem atravessa a porta do IML não precisa mais se preocupar com o documento, com o atestado de violência, mas com o cuidado. Pelo vidro da porta, é possível observar mulheres de várias idades, rostos, não sei quantas histórias. Elas recebem medicamentos para evitar a contaminação pelo vírus HIV ou por outras DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), pílula do dia seguinte e outros tratamentos que a equipe médica julgar necessários. Há uma senhora, talvez avó, sentada com soro em um dos braços.

Naquela noite, os corredores estavam quase vazios. A cada hora de atendimento no hospital, de trabalho em uma delegacia, de redação desta dissertação, cinco mulheres registravam um estupro em uma delegacia do Brasil. A cada caso notificado, no entanto, outros nove são transformados em silêncio³⁸.

³⁸ Segundo CERQUEIRA e COELHO (2014), apenas 10% dos estupros chegam ao conhecimento da polícia no Brasil.

3.5.2 *Elas carregam no ventre o filho da violência*

Após um dia longo de trabalho, o médico de cabelos compridos e paciência de professor é interrompido pelo sorriso de uma mulher que passava pela catraca do hospital. Ele inicia a conversa com um “oi” afetuoso, um abraço e pergunta como ela está.

“Estou bem, tive alta. Muito obrigada”, disse ao doutor com um leve brilho nos olhos.

Há poucos dias, ela chegava de Goiânia com a esperança de ser atendida no centro de São Paulo pela equipe do médico Jefferson Drezzet. Estava grávida de um estupro e havia sido violentada pela polícia, que questionou se ela tinha certeza que estuprador não era seu namorado, e pelo sistema de saúde do Estado, que se recusou a fazer o aborto permitido pela lei. Diante das negativas, ela decidiu entrar em contato com um site de notícias que havia publicado uma reportagem sobre aborto legal no Brasil. Uma rede de apoio à mulher anônima começava a se formar ali. As jornalistas mobilizaram uma ONG feminista, que, por sua vez, entrou em contato com a Defensoria Pública de São Paulo. A defensora, amiga do médico do Pérola Byington, fez a ponte entre a vítima distante e o socorro possível. Em pouco tempo, ela e uma amiga entraram no avião e partiram para São Paulo.

No Pérola Byington, antes do sorriso e do abraço de agradecimento ao médico, ela havia se submetido aos procedimentos comuns às mulheres que chegam grávidas ao atendimento a vítimas de violência sexual. Todas que preenchem uma ficha no guichê do AVS são questionadas (de forma discreta, diz o médico) se estão ou se desconfiam de gravidez do estupro que sofreram. Se a resposta for afirmativa, além do atendimento psicológico, social e ginecológico (ou pediátrico, quando são crianças) é preciso tomar outras medidas. O primeiro passo é o teste de gravidez, quando ainda há dúvida, seguido do encaminhamento para um exame de ultrassonografia.

A seguir, é realizada uma consulta com o obstetra, o médico faz a avaliação do tempo gestacional e então a equipe multidisciplinar se reúne para discutir o caso. Nesse encontro, eles apresentam os dados e detalhes do relato da vítima para ver se os fatos apontam para uma gravidez decorrente de violência sexual. Nesta etapa, cerca de 20% dos procedimentos são vetados porque há incoerências na narrativa contada para a equipe ou porque a gravidez já tem mais de 22 semanas (FARIAS, 2015).

Nas demais situações, o médico informa a paciente dos três caminhos possíveis: continuar a gravidez e ficar com o bebê, encaminhar a criança para a adoção após o parto ou interromper a gestação. Diante das opções, só 10% delas escolhem os dois primeiros caminhos.

Para as demais, como a jovem de Goiânia, as memórias do estupro já são pesadas demais para aceitar um filho dessa violência (FARIAS, 2015).

Nos arquivos, cerca de 35% dos procedimentos que se referem a abortos legais do Pérola são realizados em crianças ou adolescentes (FARIAS, 2015). Chegam de abrigos, acompanhadas da mãe, avó, uma tia, e em geral são vítimas de estupros que aconteceram dentro de casa.

Assistente social, psicóloga, teste de gravidez, ultrassom. Equipe médica entra em consenso de que a gravidez daquela menina-mãe é fruto de um estupro. A lei permite e a família fica sabendo que é possível fazer um aborto. Mas nem sempre os responsáveis aceitam a interrupção da gravidez. Aham que é pecado, dizem que vão cuidar, não assinam o papel, por mais que a menina queira. Nesse caso, quem costuma decidir o futuro da menina é o juiz, que pode pedir que seja feita a vontade dos pais, ou que a menina-mãe tenha o pedido atendido independentemente da decisão da família; ou permite o aborto e nomeia outro responsável para assinar o papel.

Assinado o papel, o médico decide como será feito o procedimento. Até a 12ª semana, mostra o doutor, é usada uma cânola fina e comprida (tem de vários tamanhos, de acordo com o tempo da gravidez), que é acoplada a um mecanismo que ajuda a extrair para fora do corpo o embrião ou o feto que estava em desenvolvimento. Na simulação, parece rápido e simples o processo. Na sala de cirurgia, a mulher recebe anestesia e está rodeada de uma equipe acostumada a realizar abortos em São Paulo.

A segunda opção, adotada em casos em que o feto já tem mais de 12 semanas, é a indução da expulsão. A mulher é internada e recebe pílulas de misoprostol, muito conhecido entre as mulheres pelo nome comercial mais famoso: Citotec. Há casos em que o aborto acontece rápido, outros em que a internação e as contrações demoram mais tempo. Pelas normas brasileiras, isso só pode ser feito até a 20ª semana de gravidez ou até a 22ª, se o feto pesar menos de 500 g.

Depois do aborto, ainda tem acompanhamento de cerca de seis meses com psicólogos e ginecologistas. Ainda é preciso cuidar das consequências da violência sexual.

Algumas mulheres passam ali alguns dias, outras frequentam as salas da psicologia por meses. Eu percorri aqueles corredores por pouco tempo, mas o caminho entre o ambulatório dos fundos, a catraca e a cidade lá fora me embriagava das histórias e dos rostos que tinha conhecido ali.

3.6 QUANDO ABORTAR NÃO É PERMITIDO: ADOLESCÊNCIA, MATERNIDADE E NEGAÇÃO

Foi com silêncio que os muitos e-mails, telefonemas e mensagens de celular indicaram que não seria permitida a visita ao Hogar Refugio de la Misericordia, que abriga em Santiago, no Chile, adolescentes grávidas em decorrência ou não de um estupro. A negativa ocorreu apesar do pedido enviado ao Sename (Servicio Nacional de Menores) ter sido mediado pela ex-diretora da instituição Marcela Labraña, com a indicação de que se tratava de uma pesquisa científica e que, como tal, seguiria todos os trâmites legais para a visita. As respostas, no início vagas e incompletas, nem vieram depois que os últimos pedidos indicavam que a viagem de campo estava perto fim.

O silêncio do Sename indica o receio da instituição diante das críticas que recebeu depois que a imprensa chilena mostrou problemas na rede conveniada de acolhida para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Uma das ocorrências que gerou debate no país e mobilizou partidos de oposição ao governo da presidente Michelle Bachelet foi uma reportagem publicada pela revista Paula (ROJAS, 2016) poucos meses antes do pedido desta pesquisadora.

Entre as belas fotos de berços e carrinhos de bebê vazios (recurso utilizado para preservar a identidade das jovens mães e seus filhos), o texto narra, além da falta de capacitação e de problemas estruturais do lugar, episódios de automutilação, fugas, brigas entre as adolescentes e agressões contra as crianças.

Sonia llegó hasta el Hogar Refugio de la Misericordia en septiembre de 2014 porque necesitaba protección: a los 14 años se había embarazado, víctima de la violación de su hermano mayor. Nadie la acompañaba en los controles médicos y en el hospital enviaron una denuncia al tribunal, pues se trataba de una menor de edad con un embarazo vulnerable. Pasado el tiempo, con su hija de un año, acudió a la audiencia. El mismo día, con su pequeña en los brazos, fue internada en el hogar. Estaba asustada. [...] A los seis meses de llegar al hogar se deprimió y dejó de levantarse. No tenía ganas de ver a su hija ni de cuidarla. Estaba irascible y no quería comer. Y empezó a hacerse daño. “Me hacía cortes de Gillette en los brazos; necesitaba desahogarme”, dice. Y agrega: “Otras niñas también se cortaban en la residencia. Lo único que a mí me mantuvo en pie, fue mi hija”, recuerda. (ROJAS, 2016)

A narrativa da jovem mãe não chocou os funcionários do Sename, acostumados aos relatos de violência envolvendo as meninas grávidas acolhidas pelas casas que fazem parte da rede de proteção. Segundo Marcela Labraña, diretora do serviço à época dos fatos, o nível de agressividade dessas meninas é “impressionante”:

Son niñas que llegan embarazadas. Primero que no deseaban estar embarazadas, segundo que llegaron ahí porque no tienen techo donde vivir. O sea, no quieren estar embarazadas, su familia la echó, su familia la rechazó, o fue abusada y la familia niega ese abuso. Y son niñas, porque son niñas que son muy agresivas, entonces lo que hace

la mayoría de esas niñas es que cuando nacen a sus guaguas [bebês], no quieren a la guagua, las desprecian, les pegan, las golpean, entonces viene el Tribunal de Familia y les quitan la guagua. (LABRAÑA, 2016)³⁹

Como no Chile o aborto não é permitido em caso de estupro, essas meninas não tiveram a opção legal de dizer se queriam ou não levar essa gestação adiante. A única opção para essas meninas é entregar o filho para a adoção, que não costuma ser o caminho escolhido por elas.

Segundo Labraña, o programa “Madres en conflicto con la maternidad”, direcionado a gestantes que desejam encaminhar os bebês para a adoção, recebe em sua maioria mulheres adultas, com média de 23 a 25 anos. “Una niña no logra hacer eso”, diz, “[no] alcanzan aislar y razonar y decir ‘no quiero esta guagua y la quiero entregar en adopción’” (LABRAÑA, 2016). A saída mais comum, muitas vezes, é agredir a criança e tentar fazer com que o próprio Estado tome seu filho de modo autoritário, retirando dela a culpa e a decisão de abandonar um bebê fruto de um abuso.

Ramiro Molina, médico obstetra e ginecologista, acompanhou jovens mães que foram abusadas e decidiram não entregar seus filhos à adoção após o parto. Em suas pesquisas, esse novo ciclo de violência, da mãe que agride o filho fruto de um estupro, é cenário recorrente nesse perfil de vítima no Chile.

El panorama no es nada bueno, nada bueno. El tema de salud mental... Esa niña tiene que ser acompañada psiquiátricamente porque si no va a pasar muy mal. Muy fuerte. Pero de los niños que hemos seguido nosotros, de madres violadas que decidieron continuar con sus bebés, generalmente son más golpeados, son más mal atendidos por la madre, tienen mayor cantidad de abandono, en el colegio se retrasan en el aprendizaje, en el hablar, en el caminar, en las habilidades motoras, tienen retraso en la adquisición del aprendizaje, del conocimiento. Por lo menos tenemos hasta los cinco años de observación y efectivamente su desarrollo es peor (MOLINA, 2016)⁴⁰.

Em suas pesquisas, Molina identificou que as meninas abusadas têm mais chances de morrer durante a gravidez, no parto e no pós-parto. “Se concluye que el embarazo producto de una violación resulta un evento de altísimo riesgo para la madre y el recién nacido” (MOLINA ET AL, 1995), aponta um estudo coordenado por ele.

Segundo o médico, as vítimas de abuso têm mais chances de ter um bebê com má formação congênita e, em média, engravidam mais cedo do que as adolescentes que não sofreram estupro. Além disso, o estresse constante a que são expostas faz com que estejam mais expostas a depressão, infecções e hemorragia durante o parto. Molina afirma ainda que um

³⁹ LABRAÑA, Marcela. [26 de maio de 2016]. Santiago, Chile. Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação.

⁴⁰ MOLINA, Ramiro. [24 de maio de 2016]. Santiago, Chile. Entrevista a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação.

abuso sexual pode destruir o amor-próprio de uma menina e desequilibrar sua vida sexual quando adulta.

Las chicas violadas intrafamiliar sufren más problemas del embarazo, del parto, del pos-parto. [¿Por qué?] Ojalá lo pudiéramos saber. Ganaría un Premio Nobel. Seguramente hay muchos factores, factores internos de la persona. La violación es un estrese [...] permanente, para una niña que ha sido violada y está embarazada. Es como si todos los días hubiera un terremoto, que no para. Por lo tanto, quiero decir que se produce un fenómeno metabólico, de las células, de todo el organismo, del cerebro, del riñón, del corazón, y se empiezan a producir fenómenos metabólicos, y por lo tanto esa persona, cuando va a tener algún problema normal, que exige más a su cuerpo, como el embarazo, las consecuencias son hacia la enfermedad, hacia el aumento de la presión arterial, hacia, depresión, síndromes, además hace mayor la posibilidad de adquirir infecciones, mayores posibilidades de hemorragia, la cicatrización está más alterada. (MOLINA, 2016)

Se o médico compara o fenômeno do abuso sexual a um terremoto diário é porque os níveis de cortisol aumentam muito diante de uma situação de risco. A diferença entre as duas situações, no entanto, é que os tremores de terra são episódios raros, enquanto a vítima de um abuso está em alerta constante, já que o simples fato de dormir pode significar uma nova violência.

Agora imagine uma menina que passou por esse estresse diário, engravidou sem que essa criança fosse planejada e desejada, não teve o apoio da família e precisou se mudar para um abrigo, uma casa estranha, com novas regras. Esse é o cenário para parte das meninas abrigadas no Hogar Refugio de la Misericordia.

Às vezes, diz Labraña, é preciso chamar os Carabineros para separar as brigas que acontecem no lugar. Segundo a ex-diretora do Sename, isso acontece que porque parte delas foi abusada sexualmente e a maioria não recebeu carinho nem respeito da família. Parte da reparação a cargo desses serviços de assistência, afirma, é ajudar as meninas a entender os afetos e a lidar com as suas dores e expressões de violência.

[...] la gente cree que, porque hay dos niñas de 14 años y que son embarazadas, como que tienen algo en común, “son amigas”. No es así. Entonces llegan a esa residencia y tienen que compartir pieza con la niña al lado, o sea quedaron embarazadas, su casa no las recibió y tienen que dividir la pieza con otra niña que no conocen y tienen que escuchar los llantos de la guagua de al lado. [...] Ya el tuyo es producto de una violación. En la noche las niñas se levantan, gritan groserías, “calla tu guagua de mierda” y te puedes imaginar el ambiente. Siempre decía la residente que ella se ponía muy nerviosa, porque las niñas tomaban la guagua, la tiraban a la cama, porque sueltan la guagua para pelear con al de lado. Entonces los equipos profesionales se ponen muy nerviosos. Son agresivas, porque a ellas siempre las maltrataron, es la forma que tienen de relacionarse. (LABRAÑA, 2016)

Os relatos e as pesquisas mostram que as meninas não são as únicas a não saber lidar com a complexidade da experiência do abuso, da gravidez e de um filho fruto dessa violência. Também o Estado e a sociedade parecem encarcerá-las nessas casas-abrigo como se cama e

comida fossem os únicos problemas dessas meninas. Se a expressão comum nesses ambientes é a da violência, trata-se de uma mostra de que essa é a única forma de serem percebidas pelo entorno.

Abusadas sexualmente por um familiar, abandonadas por suas famílias, esquecidas pelo Estado, aprisionadas em casas com desconhecidas e determinadas a cuidar de crianças que lembram violências, essas meninas tentam gritar a dor e a invisibilidade a que foram condenadas.

3.7 PAOLA DRAGNIC: QUANDO A JORNALISTA VIRA NOTÍCIA

Como tantos dias, Paola⁴¹ olha o histórico de publicações dos amigos, escreve um texto em sua página no Facebook e desconecta para levar o filho na escola. Volta para a casa, faz o jantar e só então resolve voltar os olhos para o celular, que está no modo silencioso e registra mais de 20 chamadas não atendidas. Todos queriam saber detalhes da experiência que ela havia relatado na rede social.

“Eu abortei”: assim começava o texto que teve mais de 85 mil compartilhamentos e 2.800 comentários no Facebook. Em meio à discussão sobre o projeto de lei que descriminaliza a interrupção de gestação em três situações (risco de morte para a mãe, inviabilidade fetal e estupro) no Chile, Paola decidiu contar a sua experiência na rede. O objetivo não era que a publicação ganhasse grande repercussão, mas que servisse para mostrar aos amigos e familiares que o aborto pode fazer parte da história de mulheres próximas e que o debate não deve se pautar apenas pelas convicções parlamentares.

Jovem e casada, Paola sonhava em ser mãe. Tinha condições financeiras, sentia-se preparada emocionalmente e trabalhava como jornalista freelancer. Ao completar 14 semanas de gestação, no entanto, o sonho começava a virar um pesadelo: tinha engordado mais de 30 quilos, sofria com as crises de vômito, mal conseguia sair da cama, sentia-se intoxicada. Todos aqueles sinais só poderiam mostrar que algo estava muito errado com ela e o feto.

Logo os exames mostraram que dois espermatozoides fecundaram um mesmo óvulo e o que se desenvolvia em seu ventre não era o filho desejado, mas uma série de tumores que poderiam levá-la à morte. Era urgente interromper a gestação, disse o médico. Só que no Chile isso não poderia ser feito, a não ser que ela estivesse internada entre a vida e a morte.

⁴¹ DRAGNIC, Paola. [23 de maio de 2016]. Santiago, Chile. Entrevista a Marcelle Cristine de Souza. Disponível nos apêndices desta dissertação. (tradução nossa)

Ela e a família iniciaram então os trâmites para o visto e começaram a pensar nas formas de juntar o dinheiro necessário para viajar aos Estados Unidos para fazer o aborto. Enquanto isso, os tumores inundavam seu corpo. Aos quatro meses, Paola não conseguia mais caminhar sozinha, estava muito debilitada e aparentava estar com oito meses de gestação.

Foi quando seu corpo entrou em colapso e tiveram que levá-la às pressas pronto-socorro. Paola chegou delirando, não se lembra bem das coisas que lhe perguntavam e logo foi submetida a um raio-X, já que os médicos precisam saber se os tumores tinham ou não chegado aos pulmões daquela mulher grávida. Os órgãos estavam intactos, mas a má notícia era que Paola poderia perder o útero. Só neste momento a gestação foi interrompida. Os médicos introduziram as pílulas pela vagina para que ela iniciasse a expulsão do feto e, aos gritos de dor, Paola exigiu uma anestesia geral.

Todo o sofrimento, diz, só ocorreu porque o Estado chileno negou a ela uma interrupção digna no momento em que se comprovou a inviabilidade fetal. Não havia feto, não havia vida, só câncer, mas teve que esperar até o alerta da morte para que algo fosse feito por ela.

3.7.1 A história que gera empatia e rompe o silêncio

Com surpresa, Paola recebe as mensagens, os e-mails, os telefonemas e os comentários sobre o relato que tinha publicado horas antes na rede social. De repente, a colega de profissão católica, casada no Vaticano, conservadora e apresentadora de um telejornal nacional estava surpresa porque alguém próxima a ela reconhecia publicamente que tinha feito um aborto.

“Quando aconteceu isso? Não posso acreditar”, escreveu a Paola por e-mail.

Além de manifestações de surpresa como esta, a caixa de entrada está cheia de pedidos de entrevistas, alguns relatos de outras mulheres que também abortaram e de amigos querendo saber como estava. Paola respira fundo. Parece quase impossível responder a todos eles, mas resolve dizer sim aos colegas de jornais e programas de TV que queriam ouvir a sua história.

Havia pensado bem, e dar entrevistas poderia ser uma forma de ajudar a romper a discussão polarizada entre os “pró-vida” e as “abortistas”. Uma mulher comum, com nível superior, mãe de dois filhos, casada e que teve que abortar. Não precisa da “ajuda” dos conservadores que dizem que as mulheres não sabem o que fazem ou que desenvolvem depressão após um aborto, nem das feministas que defendiam a autonomia, pois não se trata só de decidir sobre o próprio corpo, há sentimentos, emoções e relações em jogo no momento de uma gestação.

Lembra-se então da coletiva de imprensa que, anos antes, acompanhou como repórter de uma revista feminina on-line. Na mesa à frente das cadeiras ocupadas pelos jornalistas, uma mulher era acompanhada por médicos e advogados, todos homens. Estava grávida, tinha um feto inviável e não podia abortar. Então havia acionado a imprensa para tentar pressionar o Estado chileno a permitir a interrupção da gestação. Paola fecha os olhos e se recorda com precisão do semblante da mulher em silêncio, quase uma criminosa com medo, com vergonha pela exposição exagerada e sem saber lidar com a gestação que não cumpriria com os ritos planejados. Os médicos explicavam as alterações genéticas e os problemas de saúde que tornavam impossível a vida do feto fora do útero. Os advogados, por sua vez, falavam dos ritos jurídicos e dos argumentos para viabilizar o pedido pelo aborto. E a mulher permaneceu em silêncio.

No dia seguinte, as matérias foram quase todas iguais nos sites e jornais. “Juanita tem quatro meses de gravidez, seu feto é inviável, não tem cérebro, não tem pulmões, solicita uma interrupção da gestação”. Depois não se sabe o que passou, ou então, uma nota tímida dava conta do que se passou após a espera da mulher sem retorno do Estado. “Nasceu ontem o bebê de Juanita. Viveu 30 minutos e morreu”. Era como se essa a gestação apagasse a mulher e ela virasse apenas um receptáculo de um outro ser.

“Eu sou Paola, mas, se engravidei, para a sociedade sou apenas um útero. O foco é colocado na sua barriga, não na sua história de vida” (DRAGNIC, 2016).

E agora Paola tinha a chance de ser ela mesma, e mostrar sua história como mulher, e não apenas útero. Via nas entrevistas uma chance de falar, não em nome de outras, mas a partir da sua própria experiência, única, singular, e tentar mudar o foco do debate.

Antes da entrevista, veste-se de forma sóbria, coloca uma aliança (que não usa diariamente, mas acha importante que o símbolo reforce que vive em matrimônio) e uma cruz católica. Quer mesmo confundir as pessoas, em um esforço de quebrar o paradigma da “abortista”, bruxa, mãe má, que não acredita em Deus. Imediatamente, cria-se uma relação de empatia, era mulher comum, que queria ser mãe e não conseguiu. Já não era uma disputa entre pró e contra, bons e maus. Poderia passar o mesmo com qualquer mulher.

4 UMA LEITURA CRÍTICA DA COBERTURA DA IMPRENSA NO BRASIL E NO CHILE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ABORTO EM CASO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

4.1 LA TERCERA (CHILE)

No período entre 2009 e 2014, foram selecionadas para a análise nesta dissertação onze páginas da cobertura do jornal La Tercera sobre a relação entre abuso sexual infantil e aborto no Chile. Nesse intervalo de tempo, é possível inferir que 1) o tema raramente aparece na versão impressa do jornal, e 2) isso só acontece quando há casos que geram repercussão nacional.

Do material coletado no La Tercera, dois episódios concentram as publicações sobre o tema: em julho de 2013, a história de uma menina de 11 anos grávida após estupro do padrasto e, em novembro de 2014, uma garota de 13 anos, que a polícia suspeitava ter sido estuprada pelo irmão mais velho, grávida de um feto com grave problema de saúde. Nesses dois momentos, as histórias das meninas funcionaram como gatilho para o debate político sobre possíveis alterações no Código Penal, que até o momento proíbe o aborto no Chile.

Esses casos também mostram dois momentos políticos distintos no país: em 2013, sob o governo de Sebastián Piñera, da Renovación Nacional, os representantes do Estado defendiam de modo conjunto a manutenção da lei e a continuidade de gestações resultantes de abusos sexuais de crianças ou adolescentes; por outro lado, em 2014, assume a presidente Michelle Bachelet, do Partido Socialista, que desde as eleições realizadas no ano anterior defendia publicamente a reabertura da discussão sobre o aborto no Chile⁴².

Nesses dois contextos, histórias de meninas grávidas após um abuso são utilizadas politicamente na disputa entre os que se denominam pró-vida (contra a interrupção da gestação em qualquer situação) e os que defendem, em maior ou menor grau, a descriminalização do aborto no Chile. Isso fica bem claro nas páginas do La Tercera, onde os casos das meninas grávidas reacendem o conflito entre o governo (seja ele conservador ou progressista) e a oposição.

⁴² Em janeiro de 2015, a presidente Bachelet apresentou um projeto ao Congresso de despenalização do aborto em três situações: risco de morte para a mãe, inviabilidade fetal e estupro.

Exemplo disso é o caso da menina Belén, de 11 anos, noticiado em 2013. Dos cinco dias de cobertura sobre o episódio em julho daquele ano, três tratavam do debate político sobre a possibilidade de aborto.

Em sua versão impressa, *La Tercera* publica a primeira notícia do caso no dia 6 de julho. Na data, o protagonismo é da mãe da menina Belén, que defendeu publicamente o marido, acusado de estuprar a filha que estava grávida aos 11 anos. No texto *Madre de niña violada por padrastro defiende al acusado*⁴³, há um pequeno histórico do caso: quando o suspeito foi preso, por quanto tempo a menina estava sendo violada.

A matéria destaca que tanto a mãe da menina quanto o advogado do suspeito tentam justificar a gravidez por uma possível conduta “desviante” de Belén. “Ya había tenido relaciones sexuales con un pololo anteriormente” (MIRANDA, 2013), diz a mãe. “La niña señaló que había tenido relaciones con distintos varones”, afirmou o advogado. Em outro trecho, a notícia informa: “la defensa anunció que pedirá una prueba de paternidad, dados los supuestos relatos previos de la víctima”. Apenas uma fala em defesa da menina:

Por su parte, el director del Sename, Rolando Melo, indicó que “resulta atroz que la madre diga que su hija tuvo una relación consentida. Desde este punto de vista, claramente ella podría tener alguna responsabilidad penal y es lo que hemos encargado a los abogados de la representación jurídica durante la próxima semana”. Además, Melo afirmó que la entidad seguirá de cerca el caso. (MIRANDA, 2013)

Neste dia, o maior silêncio é o da menina: não se sabe como ela está (apenas que está grávida) e como está a sua saúde mental e física. Não há debate sobre o contexto e as consequências do abuso, nem há discussão sobre o contexto de proibição do aborto no Chile em caso de estupro.

No dia 7 de julho, *La Tercera* publica a notícia *Embarazo de niña abre debate sobre aborto en casos especiales*⁴⁴, construída a partir de entrevistas com representantes do Ministério Público, uma deputada do Partido pela Democracia, de centro-esquerda e uma da UDI, de centro-direita, uma representante do Movimiento por la Interrupción Legal del Embarazo (Miles) e a presidente do Colegio de Matronas. Com exceção da polícia, que não se posiciona sobre o aborto na reportagem, apenas a deputada da UDI é contrária à interrupção da gravidez em casos como o da menina de 11 anos.

⁴³ MIRANDA, Paloma. Madre de niña violada por padrastro defiende al acusado. *La Tercera*, Santiago, p. 28, Sábado, 6 de jul. de 2013.

⁴⁴ MATUS, J., CASTILLO, G. Embarazo de niña violada abre debate sobre aborto en casos especiales. *La Tercera*, Santiago, 7 de jul. 2013, p. 18.

O texto situa-se na polarização entre pró e contra o aborto e dá mais espaço às fontes favoráveis, que destacam o risco de morte para a menina grávida e a necessidade de mudança na lei chilena.

No mesmo dia, ao lado direito da notícia, há destaque para dois textos de repercussão do assunto na imprensa internacional (citando os jornais *The Daily Mail* e *El País*), um trata do risco para a vida da menina e do feto e o outro sobre o debate em relação ao aborto desencadeado pelo caso. Abaixo, a reportagem coloca graficamente em evidência apenas a frase da deputada pelo PPD, favorável à interrupção (MATUS, CASTILLO, 2013): “No sé se ella (la menor embarazada) estará en condiciones de tomar una determinación”, que indica que o jornal, naquele dia, dava destaque à fragilidade da menina.

Há ainda um box de texto intitulado *Nueve proyectos de ley*, sobre propostas no Congresso de mudança da legislação sobre aborto em vigor no Chile. O texto mostra que há um foco da reportagem na discussão legislativa sobre o aborto, reforçando, portanto, as falas de duas deputadas no texto principal. O box também amplia a discussão proposta por duas ativistas ouvidas no texto principal, já que ambas chamam a atenção para a necessidade de reabertura do debate sobre a legislação sobre aborto no país.

No dia 9 de julho, o jornal volta a falar do caso sob a perspectiva “pró *versus* contra” o aborto quando a gravidez é resultante de um abuso sexual. No texto *Colegio Médico y gobierno discrepan por caso de niña violada*⁴⁵, o debate se concentra na oposição entre o ministro da Saúde (que faz parte de um governo conservador, que se posiciona contra ao aborto) e o presidente do Colegio Médico, favorável à interrupção por conta da idade da menina. A polaridade fica marcada visualmente na página, que opõe as duas fontes em duas linhas finas, cada uma com o posicionamento de um dos personagens, e em aspas com foto do lado direito da notícia (MUÑOZ, MATUS, DÍAS, 2013): “En este caso, sé que está en peligro la vida de la niña, es correcto practicar un aborto terapéutico”, Enrique Paris, presidente del Colegio Médico; e “No estamos elaborando ningún proyecto de aborto (...). La posición del gobierno es clara”, Jaime Mañalich, ministro de Salud.

Na figura das duas fontes, instala-se o debate sobre possíveis mudanças na lei que proíbe o aborto no Chile, discussão esta que é reforçada por falas da então candidata Michelle Bachelet, de oposição ao presidente Piñera, e a porta-voz do governo. Ao fim do texto, os jornalistas apresentam dados sobre partos de meninas com menos 15 anos em 2012 no país e sobre a investigação criminal dos abusos sofridos por Belén. Apenas no último parágrafo há

⁴⁵ MUÑOZ, Daniela, MATUS, Javier, DÍAS, Felipe. *Colegio Médico y gobierno discrepan por caso de niña violada*. *La Tercera*, Santiago, 9 de jul. 2013, p. 10.

uma citação indireta da menina (MUÑOZ, MATUS, DÍAS, 2013): “Anoche, Canal 13 exhibió una entrevista a la niña, donde denuncia que el sujeto la había amenazado para que no revelara la situación y además asegura que quiere tener al hijo que espera”.

No dia seguinte, o assunto continua em pauta. A edição do dia 10 de julho⁴⁶ tem uma página inteira ao caso, composta por uma matéria principal com o posicionamento e foto do então presidente Sebastián Piñera, contrário ao aborto, (*Piñera compromete toda la ayuda del Estado en caso de menor embarazada*), além de um texto (*Expertos opinan sobre viabilidad de bebé de 22 semanas*) e uma arte (*Nacimiento de un prematuro extremo*) sobre os riscos da antecipação do parto para o bebê.

Na página, há um box com destaque para duas frases (MUÑOZ, LABRIN, 2013): “Vamos a saber proteger su vida con los instrumentos que nos da la ciencia médica” (Sebastián Piñera, presidente da República) e “Llama la atención que se señale la madurez de una niñita de 11 años para enfrentar un calvario como este” (Fulvio Rossi, senador do PS – Partido Socialista). Sobre a primeira frase, ela reforça a ideia de que o presidente se compromete com a proteção da menina grávida, já citada no título da reportagem (“Piñera compromete toda la ayuda del Estado en caso de menor embarazada”) e nas duas linhas finas (“De visita en La Serena, el Mandatario dijo que el Minsal velará por el cuidado de la menor” e “El Presidente dijo que en ‘nuestro país la vida de la madre siempre esta en primer lugar’”) (MUÑOZ, LABRIN, 2013).

Já na frase em destaque do senador do Partido Socialista chama a atenção a escolha, pela reportagem, da aspa “Llama la atención que se señale la madurez de una niñita de 11 años para enfrentar un calvario como este” (MUÑOZ, LABRIN, 2013). Ao ler apenas esse extrato da fala do senador, o leitor pode se confundir e achar que ele também é contrário ao aborto. Um exame do texto principal, no entanto, mostra que o jornal poderia ter destacado frases que deixassem mais clara a opinião do político, como mostra o trecho a seguir (MUÑOZ, LABRIN, 2013):

El senador Fulvio Rossi criticó la ‘falta de una legislación sobre el aborto’ e indicó que llama la atención la madurez de una niñita de 11 años para enfrentar un calvario como este’. A su juicio, el Estado ‘tiene que proteger a esa niña y claramente se debe interrumpir el embarazo, porque es de alto riesgo’.

Ainda sobre o texto principal, é importante destacar que dos 13 parágrafos apenas dois são dedicados a duas fontes contrárias ao aborto e outros três tratam de fontes que não se posicionam claramente sobre o caso. Há oito parágrafos, portanto, dedicados a três fontes

⁴⁶ MUÑOZ, D., LABRIN, S. Piñera compromete toda la ayuda del Estado en caso de menor embarazada. *La Tercera*, Santiago, 10 de jul. 2013, p. 9.

contrárias ao aborto, sendo as três de políticos: o presidente Piñera (do partido de centro-direita Renovación Nacional) e os deputados da UDI (partido de direita) Issa Kort e Marisol Turres.

FIGURA 6 – Página 9, sobre o caso da menina Belén, da edição do dia 10 de jul. 2013 do jornal La Tercera

FONTE: MUÑOZ, D., LABRIN, S. (2013).

A arte, localizada do canto direito superior da página (considerada nobre na diagramação do jornal), traz a imagem de um feto dentro do útero e informações sobre os problemas causados ao desenvolvimento do bebê que nasce com 22 semanas de gestação (antecipando o parto que costuma ocorrer após 39 semanas). Não há, na arte, nenhuma informação sobre as possíveis consequências da gestação e parto ao corpo de uma menina de 11 anos, o foco fica apenas na saúde do feto.

Assim como a arte, o texto *Expertos opinan sobre viabilidad de bebé de 22 semanas*⁴⁷ prioriza diagnósticos médicos sobre os problemas causados pela antecipação do parto para o bebê. Três fontes foram ouvidas para o texto, um ginecologista, a diretora do Centro de Medicina Reprodutiva e Desenvolvimento Integral do Adolescente e uma pediatra neonatal. Apesar de ser a área específica de trabalho apenas da última fonte, a saúde do feto é abordada na reportagem pelos três especialistas. O texto só trata da saúde da mãe, uma menina de 11 anos, quando cita o médico ginecologista, que minimiza o risco da gestação (YÁÑEZ, 2013): “según su experiencia, una niña tiene menos riesgo para ser madre que una mujer obesa o de 45 años”. Há, portanto, na arte e no texto que a acompanha um claro tratamento do caso sob a perspectiva do bebê em detrimento da saúde materna, que também corre risco.

No dia 12 de julho, há bem menos espaço sobre o debate, com a publicação do texto *Obispo González: ‘Ni el Estado ni el Colegio Médico pueden decir cuándo quitar la vida’*⁴⁸ na parte inferior de uma página. A notícia tem como única fonte o líder religioso Juan Ignacio González, que comenta o debate sobre despenalização do aborto a partir do caso da menina grávida fruto de um abuso aos 11 anos, como fica claro no trecho (RAMOS, 2013):

Se está induciendo a la gente de una manera equivocada cuando se dice que se trata de un aborto terapéutico. En el sentido moral, este es un aborto directo, es decir, es quitar la vida del ser que está por nacer para los efectos de un bien que se supone que sería mayor, y eso moralmente es inaceptable, dijo González.

Em novembro de 2014, outro caso, de uma menina de 13 anos grávida de um feto com problemas graves de saúde, só chega à versão impressa do jornal quando o governo anuncia que, a partir do debate sobre o caso, vai apresentar um projeto de despenalização do aborto em três situações: inviabilidade fetal, risco de morte para a mãe e estupro. Até então, a história havia sido publicada na versão on-line do La Tercera, mas sem ocorrência no jornal impresso. No dia 5, porém, com o anúncio do governo, La Tercera publica três páginas dedicadas ao

⁴⁷ YÁÑEZ, Cecilia. Expertos opinan sobre viabilidad de bebé de 22 semanas. *La Tercera*, Santiago, 10 de jul. 2013. p. 9.

⁴⁸ RAMOS, Natalia. Obispo González: “Ni el Estado ni el Colegio Médico pueden decir cuándo quitar la vida”. *La Tercera*, Santiago, 12 de jul. 2013, p. 12.

assunto, mas só uma pequena notícia, *Hay dos sospechosos por violación a menor en Carahue*⁴⁹, oferece informações sobre o parto e a investigação criminal relacionada ao abuso da menina. No texto, há uma contextualização da realidade socioeconômica da vítima, moradora da zona rural, pobre e que pouco frequentava a escola.

La alcaldesa (s) de Carahue, Patricia Carrasco, sostuvo que “se trata de una familia numerosa, de extrema ruralidad, de alta vulnerabilidad social y a la cual se está asistiendo a través de los departamentos de salud municipal, con médicos, matronas, psicólogos y asistente social”. (PALOMERA, 2014)

Tais dados contribuem para situar o caso específico, mas sozinhos pouco aproximam o leitor do jornal de uma realidade que não se restringe ao meio rural ou às famílias pobres e numerosas. O silêncio da menina e a ausência de informação adicionais sobre as suas condições físicas, já que está grávida aos 13 anos, e emocionais, estabelece uma barreira entre quem lê o jornal e quem vive aquela situação. Isso porque ao apresentá-la como pobre, do meio rural e com baixa escolaridade, a vítima é facilmente descolada da realidade da maior parte dos leitores, já que o Chile é um país em que 87,3% da população vive em cidades, 7,2 milhões de pessoas apenas na região metropolitana de Santiago (COMITÉ NACIONAL DE ESTADÍSTICAS VITALES, 2014), e só 4,2% são analfabetos (COMISION NACIONAL DEL XVII CENSO DE POBLACION Y VI DE VIOLENCIA, 2003). A informação isolada, portanto, faz com que pareça que o caso é isolado, em uma realidade longínqua, como se abuso sexual e gravidez fruto de um estupro não permeasse distintas realidades, como já dito nesta dissertação⁵⁰.

A reportagem principal *Gobierno cambia estrategia y prepara proyecto propio para despenalizar el aborto*⁵¹, tem uma grande foto do deputado Marco Antonio Nuñez e do senador Guido Girardi, que tratam das negociações para mudanças da lei no Legislativo. As fontes ouvidas nesse texto principal são todos representantes do Executivo ou do Legislativo.

Ao lado da reportagem principal há um texto, intitulado *Propuestas pro-embarazo*⁵², sobre o lançamento da campanha e do informe “Embarazo vulnerable: realidad y propuestas” no Congresso Nacional, promovidos por duas organizações contrárias ao aborto. A notícia,

⁴⁹ PALOMERA, Fredy. Hay dos sospechosos por violación a menor en Carahue. *La Tercera*, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 3.

⁵⁰ Estudos apontam que o fenômeno atinge da mesma forma todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas, como já discutido na parte 2 desta dissertação. Além da subnotificação que caracteriza os casos de abuso sexual infantil, só costumam alcançar os meios de comunicação os casos envolvendo comunidades que vivem em situação de pobreza e que sofrem outras violações de direitos.

⁵¹ GANORA, E., ASTUDILLO, D. Gobierno cambia estrategia y prepara proyecto propio para despenalizar el aborto. *La Tercera*, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 2.

⁵² PROPUESTAS pro-embarazo. *La Tercera*, Santiago, 5 de nov. 2014, p.3.

porém, não deixa claro esse posicionamento das instituições e não problematiza as propostas apresentadas pelo grupo.

Según Nicolás León, director ejecutivo de IdeaPaís, “este trabajo da a conocer las razones que existen detrás del aborto, además de cuál es la influencia que los sentimientos de soledad, vergüenza y miedo, y la presión de los padres y la pareja, tienen en esta decisión. Hay una realidad detrás de cada mujer que opta por un aborto que no se está dando a conocer, y de la que no nos estamos haciendo cargo como sociedad”. (PROPUESTAS, 2014)

Entre as propostas para prevenir os abortos, segundo o grupo, seria estabelecer “centros especializados de atención y apoyo a la maternidad” (PROPUESTAS, 2014) com atendimento telefônico, por exemplo. Não há discussão, entre outros pontos, se esses centros seriam para convencer as mulheres a não abortar e se poderiam dar informações necessárias caso a mulher decidisse interromper a gestação de forma segura.

Na terceira página dedicada ao assunto naquele dia, há duas entrevistas com médicos dispostas lado a lado: com o presidente do Colegio Médico e com um professor da Universidad Católica. Não se trata de uma oposição pró *versus* contra, já que o primeiro (“*Este minuto es importante para debatir*”⁵³) não chega a defender a possibilidade de interrupção em caso de estupro, e limita-se a defender o debate sobre o tema (MIRANDA O., 2014):

Para el presidente del Colegio Médico, Enrique Paris, el caso de la niña de 13 años, internada en el hospital Luis Tisné, con un embarazo con complicaciones médicas y que sería producto de un abuso, da cuenta de la necesidad de regular ciertos aspectos del aborto en Chile, o al menos, abrir la discusión. “Creo que se debe discutir el tema, sin lugar a dudas. Pedir la opinión de los expertos, de la gente que está en contra, y llegar a un consenso, y puede que no nos pongamos de acuerdo, pero en este minuto es importante comenzar a debatir, a discutir el problema”, aseguró Paris. [...] “El tema se pone difícil de definir cuando hablamos de la violación. El gremio no ha tomado una resolución final respecto a la violación, porque hablamos de un niño que viene normal, cuya madre no tiene ningún problema”.

Enquanto a entrevista do presidente do Colegio Médico é intitulada *Este minuto es importante debatir*, a segunda, ao lado, é claramente contrária à interrupção da gestação: *El médico está para curar, no para causar la muerte*⁵⁴. O debate leva em conta o caso da menina de 13 anos grávida de um feto que seria inviável e uma possível mudança na legislação chilena sobre o aborto. Diz o médico da Universidad Católica (RODRÍGUEZ, 2014a):

Es que la única manera que tenemos para decidir que muera un embrión o feto, producto de una violación, es no considerarlo como parte de la especie humana y de los derechos que tenemos nosotros. Por lo tanto, como sociedad, debemos decidir a quién vamos a considerar como ser humano.

⁵³ MIRANDA O. Marjory. “Este minuto es importante para debatir”. *La Tercera*, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 4.

⁵⁴ RODRÍGUEZ, Sergio. “El médico está para curar, no para causar la muerte”. *La Tercera*, Santiago, 5 de nov. 2014a, p. 4.

FIGURA 7 – Página da edição de 5 de nov. 2014 do La Tercera com a entrevista com dois médicos sobre aborto em caso de abuso sexual infantil

4

LATERCERA Miércoles 5 de noviembre de 2014

Temas de hoy

Debate por aborto terapéutico

Enrique Paris Mancilla
Presidente del Colegio Médico

“Este minuto es importante para debatir”

► Aseguró que “hay casos en que no se está actuando contra la vida, sino tratando de salvar a la mamá”.

► En los casos de violación “el gremio no ha tomado una resolución final”, pero que se debe discutir en profundidad.

Mauricio Besio
Académico de obstetricia y ginecología, U. Católica

“El médico está para curar, no para causar la muerte”

► A su juicio, “la interrupción médica del embarazo ya existe”, y para eso no se requeriría de una legislación sobre el aborto.

► “La única manera para decidir la muerte de un feto de una violación, es no considerarlo dentro de la especie humana”, dice.

Marjory Miranda O.
Santiago

Para el presidente del Colegio Médico, Enrique Paris, el caso de la niña de 13 años, internada en el hospital Luis Tisné, con un embarazo con complicaciones médicas y que sería producto de una violación, da cuenta de la necesidad de regular ciertos aspectos del aborto en Chile, o al menos, abrir la discusión.

“Creo que se debe discutir el tema, sin lugar a dudas. Pedir la opinión de los expertos, de la gente que está en contra, y llegar a un consenso, y puede que no nos pongamos de acuerdo, pero en este minuto es importante comenzar a debatir, a discutir el problema”, aseguró Paris, cuyo gremio el próximo 26 de noviembre realizará un seminario sobre el tema.

¿Cuál es la postura del Colegio Médico frente al tema?

El departamento de ética ha dicho que no hay dificultades en la intervención del embarazo, si responde a la inviabilidad fetal o porque está en peligro la vida de la madre. El médico siempre va a tratar de salvar a la mamá o al niño, desgraciadamente muchas veces fallece el niño, pero eso no significa que sea un aborto, sino que en el afán de salvar,

OBJECION DE CONCIENCIA

“La objeción de conciencia es válida siempre que haya otro profesional que puede resolver el problema”.

uno de los dos fallece.

Pero en el caso de la adolescente cuyo caso reabrió el debate, se habla de una posible violación...

El tema se pone difícil de definir cuando hablamos de la violación. El gremio no ha tomado una resolución final respecto a la violación, porque hablamos de un niño que viene normal, cuya madre no tiene ningún problema.

¿Y discutir el tema?

Ahí la discusión se concentra en cuándo comienza la vida, y la respuesta a esta pregunta se ha convertido en un parámetro para otros países. Muchos dicen que a partir de un número de semanas se considera inviable interrumpir el embarazo, pero si el número es más bajo, en algunos países, se acepta interrumpirlo.

¿Pero considera viable un embarazo en una menor de 15 años?

Una niña de 15 años o menos, no tiene fisiológicamente el cuerpo preparado para ser madre, esos embarazos si bien son viables, son peligrosos, porque general-

mente la niña sufre hipertensión arterial o preeclampsia, hay mayor posibilidades de malformaciones en los niños, por lo tanto es un tema que la sociedad debe discutir.

¿En qué casos se debe interrumpir la gestación?

Hay varios, un ejemplo concreto es cuando el médico encuentra al niño en la trompa de falopio y no en el útero. En ese caso se debe intervenir, porque el feto crece y puede llegar a romper la trompa y producir una hemorragia severa, y la muerte de la mamá. Hay casos en que por lo general el niño muere, pero no se está actuando contra la vida, sino tratando de salvar a la mamá.

¿Pero qué pasa cuando hay médicos que se oponen a realizar esos procedimientos?

Nosotros estamos de acuerdo con la objeción de conciencia, y cuando un médico que no es partidario de esos procedimientos, hay que respetarlo. Pero hay ciertas dificultades, como que en un centro de atención de salud de una zona aislada haya un solo médico. Creemos que la objeción de conciencia es válida siempre que haya otro profesional, de la misma calidad o habilidades, que puede solucionar el problema. ●

Sergio Rodríguez
Santiago

“Me parece que el debate central es muy claro: a quién definimos como personas, como seres humanos, con todos los derechos que le asisten a cualquiera de nosotros”, sostiene el médico Mauricio Besio, profesor de obstetricia y ginecología de la facultad de medicina de la U. Católica, e integrante del Centro de Bioética del mismo plantel.

Frente al tema del aborto, el académico apunta a una discusión filosófica y holística, pero arranca de hechos que él considera concretos. “A veces, algunos casos particulares inducen a errores. El adelantamiento de un parto es muy diferente de un aborto”, dice.

¿Usted se refiere al caso de la niña de 13 años?

Sólo referencialmente, porque de esta situación no tenemos muchos antecedentes. Sabemos que es una menor de esa edad, con un embarazo que tendría entre 33 y 39 semanas, y en el cual existiría una aparente malformación en el feto. Más no se conoce, lo que me parece muy bien, por el respeto que merece ella como paciente.

Esta menor, sin embargo, estaría en dos de las tres categorías específicas que

MENOR DE 13 AÑOS

“De esta situación no tenemos muchos antecedentes (...) lo que me parece bien, por respeto a ella”.

se argumenta para despenalizar el aborto...

Correcto. La existencia de un embarazo producto de una violación, que en este caso legalmente no merece dudas, ya que se trata de una menor de edad; y a una aparente malformación del feto, de la cual no sabemos más. Por ejemplo, si es letal o no, o si es compatible con la vida intrauterina.

De haber existido una ley acorde con el proyecto actual, en este caso se habría podido abortar.

Efectivamente, si hubiera una ley que lo permitiera para casos de violaciones, indudablemente estaríamos ante uno de ellos.

¿Está usted de acuerdo?

Lo primero es diferenciar las cosas. La interrupción médica de un embarazo, por diferentes problemas, para que ambos, madre e hijo, sobrevivan, es algo que ya existe. Y su objetivo es la salud de los dos. La conducta abortiva, en cambio, busca la muerte del embrión o del feto. O sea, si un embarazo se interrump-

pe porque el feto se alimenta mal o tiene problemas de oxigenación, y al sacarlo a la madre tiene una mayor probabilidad de vida, estamos frente a una conducta médica actual y lícita. Esto se hace hoy en las maternidades.

Es decir, usted sostiene que para esta situación no se necesita el aborto.

Exacto. De hecho, si el médico no actúa y pone en riesgo la vida de la madre y/o del feto, estaríamos ante un caso de negligencia. No es un aborto, sino una acción médica lícita.

¿Y en los otros dos casos?

Tanto en la patología o una malformación grave del feto, como en la violación, lo que se busca es que muera el feto, lo cual es una acción contraria a la profesión médica, que está para curar y mejorar, no para causar la muerte. En mi opinión, esa figura no debería ser aprobada.

¿Es parte del debate filosófico que mencionaba?

Es que la única manera que tenemos para decidir que muera un embrión o feto, producto de una violación, es no considerarlo como parte de la especie humana y de los derechos que tenemos nosotros. Por lo tanto, como sociedad, debemos decidir a quién vamos a considerar como ser humano. ●

FONTE: MIRANDA O. (2014) e RODRÍGUEZ (2014a)

Há, portanto, na escolha dos entrevistados e na edição um favorecimento dos argumentos contrários ao aborto, apresentados na fala do médico professor, enquanto o presidente do colegiado tem um posicionamento considerado mais neutro sobre o assunto.

No dia seguinte uma nova notícia trata do debate sobre interrupção em caso de abuso sexual, motivado pela repercussão da história da menina grávida de 13 anos. Em *Aborto: DC dice que aún no hay una postura en la Nueva Mayoría*⁵⁵, o foco é apenas no debate político a respeito do anúncio do Executivo de que iria elaborar um novo projeto para despenalizar a interrupção em três situações (risco de morte para a mãe, inviabilidade fetal e estupro). Todas as fontes ouvidas na matéria são políticas.

Essa cobertura distante das matérias de 2014, que prioriza as discussões no Executivo e Legislativo sobre possíveis mudanças na lei, é sustentada por avaliações médicas sobre a gravidez e se aproxima da cobertura do caso da menina Belén, de 11 anos, que engravidou do padrasto, noticiado no ano anterior.

Apesar do protagonismo do debate político nos casos citados, é notável o esforço do jornal e dos jornalistas de contextualização desses episódios de abuso sexual que resultam em gestações e geram a discussão sobre o aborto. Em dois dias da cobertura, há uma aproximação com um tratamento mais complexo sobre o tema. Se no mês de julho de 2013 emergem, em sua maioria, os diagnósticos e prognósticos de políticos e médicos, e os contextos histórico e social sob o ponto de vista da polícia e da assistência social (representado nas matérias pelo Sename), nos meses seguintes o jornal retoma o caso em investigações aprofundadas sobre a relação entre abuso sexual infantil e aborto.

Em setembro de 2013, jornal dedicou uma página inteira a uma narrativa autoral e de protagonismo anônimo. Ao invés de se limitar à história da menina de 11 anos que havia ganhado espaço na imprensa meses antes, a jornalista foi em busca de outra mulher, mais velha e que havia passado por situação semelhante no passado, para contar a história de abuso, gravidez e a opção pela manutenção da gestação.

A reportagem *La Belén de Alto Hospicio*⁵⁶ deixa claro, logo no início, que fará uma aproximação com o episódio de repercussão nacional, mas com uma nova protagonista (RAMOS ROJAS, 2013):

La primera vez que Andrea escuchó hablar de Belén fue a principios de julio. Veía televisión cuando apareció la nota de una niña de 11 años de Puerto Octay, que había sido violada por su padrastro y tenía tres meses de embarazo. La madre de la escolar, al salir de la formalización, no la apoyó. “Es una injusticia contra mi pareja”, dijo.

⁵⁵ MIRANDA, M., WILSON, J.M. Aborto: DC dice que aún no hay una postura en la Nueva Mayoría. *La Tercera*, Santiago, 6 de nov. 2014, p. 23.

⁵⁶ RAMOS ROJAS, Natalia. La Belén de Alto Hospicio. *La Tercera*, Santiago, 1 de sep. 2013, p. 20.

Andrea estaba en el comedor de su casa en Alto Hospicio cuando vio la noticia. “Pobrecita”, recuerda que se dijo, más de dos mil kilómetros al norte de donde eso ocurría. También pensó en sí misma: en 2004 tenía 11 años cuando quedó embarazada, tras ser violada por su padrastro.

Para recompor a história de Andrea, a reportagem costura os diálogos da jornalista com a personagem principal, com a mãe da jovem e informações da investigação do Ministério Público sobre o caso. Há uma foto de destaque de mãe e filha de costas, a fim de preservar a identidade de ambas e um pequeno resumo na linha-fina da reportagem.

O que diferencia esse texto dos demais relacionados ao tema é o fato de que a jornalista traz à tona as emoções da menina-mãe, narradas a partir da escolha cuidadosa dos trechos da entrevista e da percepção dos silêncios daquilo que ela não é capaz de falar.

Andrea, de sonrisa fácil y ojos tristes, prefiere hablar de sus amigos, o de su plan de irse de Alto Hospicio y estudiar Enfermería cuando termine cuarto medio en un liceo nocturno. Repite que no se acuerda de muchos detalles de ese período [da gravidez e do parto], pero, de vez en cuando, suelta en la conversación: “Había veces en que me preguntaba: ‘Por qué me pasan las cosas a mí’. Pensaba en eso como a los 13. Nunca tuve depresión, pero igual lo pensaba. Aunque ahora me afecta hablar del tema, ya no es tanto como antes”. (RAMOS ROJAS, 2013)

Há ainda a apresentação do autor do abuso sexual como um homem que não despertava suspeitas, “No tomaba ni fumaba, pero sí era muy celoso” (RAMOS ROJAS, 2013), aproximando-o do perfil de quem comete esse crime⁵⁷, ou seja, alguém que planeja o ato e que não está sob o efeito de entorpecentes. ““Mi pareja era, se podría decir, excelente”, dice Muñoz con pesar. Ante la pregunta de ‘quién era el hombre que le había hecho daño’, la niña respondió: ‘El tío Leo’” (RAMOS ROJAS, 2013). Ao fazer isso, o texto aproxima ainda mais a história da vida de quem a lê, já que poderia acontecer com uma filha, neta, sobrinha, enteada.

No caso em questão, mãe e filha engravidaram quase simultaneamente do mesmo homem e foi a primeira quem decidiu pela manutenção da gestação de ambas.

“No soy partidaria del aborto”, dice la paramédica, aunque en un minuto pensó que éste podía ser una opción. [...] La adopción tampoco fue una alternativa. “¿Por qué iba a estar conmigo mi hija y no mi nieta? Independiente de cómo haya sido, las niñas son hermanas del mismo papá”, recalca Muñoz. (RAMOS ROJAS, 2013)

A jornalista ainda mostra as consequências da decisão para a família, que passou dificuldades financeiras, para Andrea, que está atrasada nos estudos e trabalha como faxineira, e para as crianças:

⁵⁷ Segundo Saffioti (1997, p. 173), o autor do abuso não é um “monstro” sexualmente insaciável, nem um homem alterado por drogas ou álcool. “O agressor sexual familiar abusa das filhas ou de outras parentas, em geral, menores, quando a mãe não está em casa ou está muito aborta numa atividade como cuidar de um outro filho doente ou amamentá-lo. Assim, e isto está amplamente comprovado ao nível internacional, a agressão sexual, sobretudo a intrafamiliar, é planejada com antecedência”.

Hace dos años les dijeron que Andrea era la mamá de una de ellas, pero siguieron tratándose como hermanas. Hoy sólo obedecen a Muñoz: “Tuvimos que decirles, porque en el colegio una profesora preguntó cómo es que eran hermanas si tenían distintos apellidos. Es triste y complicado para nosotras”. (RAMOS ROJAS, 2013)

FIGURA 8 – Reportagem *La Belén de Alto Hospicio* foi publicada em 1º de set. 2013

20

LATERCERA Domingo 1 de septiembre de 2013

País

►► Andrea junto a su hija, en la playa Cavancha de Iquique. FOTO: CRISTIAN VIVEROS

Andrea tiene 20 años y una hija de ocho. Fue madre cuando tenía 11 años, tras ser violada por su padrastro. A más de dos mil kilómetros, su historia recuerda a la de Belén, la niña de Puerto Octay con un embarazo de alto riesgo, por este mismo delito. Este es su relato. Por **Natalia Ramos Rojas**

La Belén de Alto Hospicio

LA PRIMERA vez que Andrea escuchó hablar de Belén fue a principios de julio. Veía televisión cuando apareció la nota de una niña de 11 años de Puerto Octay, que había sido violada por su padrastro y tenía tres meses de embarazo. La madre de la escolar, al salir de la formalización, no la apoyó. “Es una injusticia contra mi pareja”, dijo.

Andrea estaba en el comedor de su casa en Alto Hospicio cuando vio la noticia. “Pobrecita”, recuerda que se dijo, más de dos mil kilómetros al norte de donde eso ocurría. También pensó en sí misma: en 2004 tenía 11 años cuando quedó embarazada, tras ser violada por su padrastro. De acuerdo a un peritaje efectuado por una especialista del Centro de Protección Infancia Juvenil (Cepji), en las primeras entrevistas, la madre de Andrea tendió a “responsabilizar a la menor, a pesar de que ésta le contó que era el sujeto que la había forzado.”

“El gallo le dijo a mi mamá que yo tenía la culpa”, asegura Andrea. Su historia recuerda a la historia de Belén, pero nueve años más tarde. Hoy tiene 20 y su embarazo terminó a las 38 semanas, con el nacimiento de una niña que pesó 2,9 kilos, midió 51 centímetros y que hoy tiene ocho años: “Cuando la vi por primera vez lloré mucho”, cuenta Andrea. Ese es uno de los pocos momentos que asegura recordar del parto. Del relato de esa parte de su vida, quien más habla es su madre, Ana Muñoz, quien luego la

apoyó y con quien sigue viviendo. Andrea, de sonrisa fácil y ojos tristes, prefiere hablar de sus amigos, o de su plan de irse de Alto Hospicio y estudiar Enfermería cuando termine cuarto medio en un liceo nocturno. Repite que no se acuerda de muchos detalles de ese período, pero, de vez en cuando, suelta en la conversación: “Había veces en que me preguntaba: ‘Por qué me pasan las cosas a mí’. Pensaba en eso como a los 13. Nunca tuve depresión, pero igual lo pensaba. Aunque ahora me afecta hablar del tema, ya no es tanto como antes”.

El embarazo

En septiembre de 2004, Andrea comenzó con mareos y vómitos, que la tuvieron una semana hospitalizada. Ana Muñoz cuenta que pensó que su hija podía tener un problema hormonal y pidió al pediatra que la examinara una maestra. Tras realizar la ecografía, el resultado no fue el esperado: Andrea tenía dos meses de embarazo. Ana Muñoz, de 45 años y paramédica en Alto Hospicio, relata que se desmayó y que, al despertar, vio a su hija llorando en la camilla. “Tiritaba, era flaquita como un pajarito. Le pregunté si había sido alguien del colegio, un hermano, le pregunté hasta por su papá, pero nunca por Leonardo”.

Leonardo Sierralta, argentino de 25 años, convivía con Muñoz y sus tres hijos desde noviembre de 2003, en la casa de la mujer. “Mi pareja era, se podría decir, excelente”, dice Muñoz con pesar. Ante la pregunta de “quién era el hombre que

le había hecho daño”, la niña respondió: “El tío Leo”. Ese día, Sierralta esperaba el diagnóstico en la sala de espera. “Sentí que el mundo se me caía, pero le dije al doctor que era una violación, que necesitaba que lo metieran preso”, dice Muñoz, quien tenía 36 años y cinco meses de embarazo.

Sierralta fue detenido en el hospital. En su declaración, responsabilizó a la menor. La madre de Andrea asegura que no dudó de su hija y que “aquí la culpa es del mayor”.

El fiscal jefe de Alto Hospicio, Raúl Arancibia, considera que la madre “puede que haya tenido algún minuto de confusión. La situación era muy dura también para ella, pero siempre apoyó a su hija y siguió con la denuncia”. De acuerdo a la investigación, los abusos comenzaron en marzo de 2004, cuatro meses después de que Sierralta comenzara a convivir con Muñoz.

“Cuando me hacía eso, siempre decía que no le dijera nada a mi mamá. Yo le tenía miedo, porque a veces tenía reacciones fuertes

con ella”, recuerda Andrea. “No tomaba ni fumaba, pero sí era muy celoso”, dice Muñoz. En el juicio, el fiscal planteó que la niña había sido abusada en al menos tres oportunidades. Sierralta fue condenado a 10 años de reclusión, que cumple en la cárcel de Alto Hospicio y que concluirán en dos años.

Decisión

Desde el momento en que supieron del embarazo, Muñoz fue quien tomó las decisiones. “No soy partidaria del aborto”, dice la paramédica, aunque en un minuto pensó que éste podía ser una opción. El embarazo fue definido de riesgo. Andrea sólo recuerda las molestias físicas: “Sentía que me enterraban algo en las costillas”.

La adopción tampoco fue una alternativa. “¿Por qué iba a estar conmigo mi hija y no mi nieta? Independiente de cómo haya sido, las niñas son hermanas del mismo papá”, recalca Muñoz.

Actualmente, Muñoz, Andrea y las hijas de ambas, que sólo tienen dos meses de diferencia, viven juntas. Ana asumió el rol de madre de ambas, quienes, hasta hace poco, creían que eran gemelas. Son del mismo porte, tienen el mismo color de piel y usan peinados similares. Hace dos años les dijeron que Andrea era la mamá de una de ellas, pero siguieron tratándose como hermanas. Hoy sólo obedecen a Muñoz. “Tuvimos que decirles, porque en el colegio una profesora preguntó cómo es que eran hermanas si tenían distintos apellidos. Es triste y complicado para nosotras”.

La hija de Andrea es la que tiene más confusiones. “El psicólogo la hizo dibujar a su familia y no supo quién era su mamá ni sus hermanas”, dice Andrea. El enredo para la menor aumentó luego de que, hace cuatro años, Andrea fuera nuevamente mamá con una pareja de su edad. Hay partes de la historia que ella también asegura no comprender: “No sé por qué, pero el amor que le tengo a mi segunda hija es distinto. A la primera la quiero como hermana”. En todo este tiempo, dicen, lo más difícil han sido los prejuicios y la falta de dinero. “Todos me miran, hablan de lo que nos pasó y ni les importa que escuchemos”, cuenta Andrea, mientras que Ana recuerda, con pesar, que “nadie nos ayudó. Hubo un tiempo en que andábamos pidiendo por las casas”.

Andrea trabaja algunos fines de semana haciendo aseo en una casa vecina. Tras el nacimiento de su primera hija, volvió a estudiar. Cuenta que recibió un bono por excelencia académica, “porque tengo promedio 6,9”. No poliolela. Cuando termine el colegio quiere estudiar Enfermería e irse de Alto Hospicio con toda su familia.

“Todo esto me cambió harto la vida”, reflexiona Andrea. Aún así, si pudiera hablar con Belén, “le diría que si yo pude, ¿por qué otra niña no puede? En el momento uno sufre y lo pasa mal, pero después los niños crecen y uno madura y se va dando cuenta de que la vida es así. Yo salí adelante gracias a la ayuda de mi mamá. Pero cada uno toma sus propias decisiones”.

Há, portanto, um olhar complexo em relação ao tema, uma apresentação das nuances que envolvem um abuso que resulta em gravidez: o autor do crime que não estava sob suspeitas, a mãe da vítima contrária ao aborto, mas chegou a pensar na possibilidade quando viu a filha grávida aos treze anos, uma criança que não entende exatamente quem é a sua mãe, e uma jovem que vive um conflito que não poderia ser medido por enquetes de opinião ou representado nos debates políticos.

La hija de Andrea es la que tiene más confusiones. “El sicólogo la hizo dibujar a su familia y no supo quién era su mamá ni sus hermanos”, dice Andrea. El enredo para la menor aumentó luego de que, hace cuatro años, Andrea fuera nuevamente mamá con una pareja de su edad. Hay partes de la historia que ella [Andrea] también asegura no comprender: “No sé por qué, pero el amor que le tengo a mi segunda hija es distinto. A la primera la quiero como hermana”. (RAMOS ROJAS, 2013)

Cinco meses após a publicação dessa narrativa, o jornal retoma o assunto da relação entre abuso sexual infantil, gravidez e a possibilidade de aborto na reportagem *Sename asistió a 58 menores embarazadas producto de una violación entre 2012*⁵⁸. Mais uma vez menciona o caso da menina Belén, divulgado em julho do ano anterior, e apresenta um levantamento dos casos registrados oficialmente pelo Sename.

Na ocasião, o jornal privilegia na diagramação os números e a distribuição geográfica do problema no país. Há destaque especial na reportagem sobre casos gravidez por estupro envolvendo meninas com menos de 14 anos, já que a pena para esses crimes é maior (como aponta um quadro no alto na página) e onde se enquadra o caso da menina Belén, que tinha 11 anos.

Apesar de, neste dia, não apresentar uma narrativa de protagonismo, La Tercera mostra em duas páginas um diagnóstico e uma contextualização social do problema no país: aborda as especificidades da gestação e do parto de meninas, indica as características do crime, os processos que fazem parte do atendimento às vítimas no país, o perfil mais comum do agressor e as dificuldades que envolvem a investigação de um crime que acontece dentro da família. Há um histórico dos registros de gestações e partos adolescentes no país.

Além do silêncio da menina-mãe, que poderia dar vida aos números do levantamento, falta de aprofundamento sobre as opções restritas às vítimas grávidas de um estupro por conta da lei chilena. Há uma única citação ao tema, na fala do sociólogo Rodrigo Venegas (RODRÍGUEZ, 2014b): “En el año 97 teníamos casos terribles, pero que pasaban mucho tiempo ocultos en la estadística, bajo una cifra negra muy grande, o que sencillamente terminaban en abortos clandestinos”.

⁵⁸ RODRÍGUEZ, Sergio. Sename asistió a 58 menores embarazadas producto de una violación entre 2012 y 2013. *La Tercera*, Santiago, 2 de feb. 2014b, p. 8

Em outro trecho, o jornalista aponta que há um programa de adoção, sem falar das nuances que envolvem esse tipo de decisão, em especial quando a gravidez é consequência de uma violência.

En cuanto al embarazo, existe el programa Mujeres en Conflicto con la Maternidad, que las ayuda a evaluar su nuevo estado. Durante 2013 se asesoró a 388 menores (y a algunas que ya superaban los 18 años). La estimación del servicio es que más del 75% de mamás atendidas asumen finalmente el cuidado de su hijo. (RODRÍGUEZ, 2014b)

4.2 EL MERCURIO (CHILE)

Apesar de também ser um jornal de circulação nacional no Chile, El Mercurio teve cobertura distinta do La Tercera no período entre 2009 e 2014, tanto no tamanho quanto na abordagem sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil.

No mês de julho de 2013, foram encontradas quatro notícias sobre o caso da menina Belén, as únicas sobre abuso e a possibilidade de aborto no jornal El Mercurio, três delas (dos dias 7, 9 e 11 daquele mês) pequenas e sem foto e ocupavam lugares sem destaque nas páginas em que foram publicadas.

A primeira ocorrência do caso Belén ocorre no dia 7 de julho, quando a nota de dois parágrafos intitulada *Niña de 11 años violada por pareja de su madre está embarazada*⁵⁹ faz um brevíssimo relato do caso. Na data, a única fala citada é da mãe da menina, que defendeu o acusado e tentou culpar a filha pela gravidez aos 11 anos. “Ellos tuvieron una relación, pero ella no fue violada. Ellos quisieron estar mutuamente (...) Al final están cargando todo contra mi pareja porque él es mayor y ella es una niña, pero ella no es tan niña” (NIÑA DE 11, 2013). Não há contextualização do abuso, da gravidez nem é discutida a possibilidade de aborto naquela situação.

Dois dias depois, El Mercurio volta a tratar do caso, ainda sem profundidade, em um texto posicionado na parte inferior de uma página dedicada a notícias nacionais. A notícia *Niña de 11 años embarazada recibirá atención de psicólogos*⁶⁰ tem seis parágrafos e, logo acima do título, o chapéu dá destaque para a fala da menina: “Dijo que querrá a su hijo ‘aunque sea de ese hombre que me hizo daño’” (NIÑA, 2013).

O texto começa com uma menção ao Ministério Público, que deu início a um processo de reparação dos danos causados pelo abuso. A menina aqui é tratada como “víctima de violación reiterada por parte de su padrastro de 32 años” (NIÑA, 2013).

⁵⁹ NIÑA DE 11 años violada por pareja de su madre está embarazada. *El Mercurio*, Santiago, 6 de jul. 2013, p. C31.

⁶⁰ NIÑA de 11 años embarazada recibirá atención de psicólogos. *El Mercurio*, Santiago, 7 de jul. 2013, p. C7.

FIGURA 9 – Nota sobre o caso da menina Belén publicada pelo jornal El Mercurio no dia 6 de jul. 2013

EL MERCURIO
SABADO 6 DE JULIO DE 2013

NACIONAL

C 31

ROBO DE VEHÍCULOS

Cifras de Carabineros causan extrañeza en el Gobierno

Desconcierto y extrañeza causaron en la Subsecretaría de Prevención del Delito las cifras de robos de vehículos que se dieron a conocer en el lanzamiento de una campaña de Carabineros, ayer, en la Plaza de Armas de Santiago. La policía uniformada dijo que el delito había crecido entre 4,5% y 5% este año. En la subsecretaría, sin embargo, reventaron las cifras STAD (Sistema Táctico de Análisis del Delito) proporcionadas precisamente por Carabineros, las que indican que es realista haber una baja del 7% si se compara con 2012.

CORTE DE APELACIONES:

Declaran inadmisibles recurso por Manuel Lagos

La Primera Sala de la Corte de Apelaciones de Santiago consideró inadmisibles el recurso de amparo presentado por los abogados de Manuel Lagos, hermano del presentador Sergio Lagos, y actualmente en prisión en una causa por tráfico de drogas. El Tribunal de Alzada consideró que no se ha vulnerado la libertad personal del imputado, ya que su privación de libertad corresponde a la resolución "dictada por el ámbito de su competencia". La defensora Paula Vial anunció que recurrirá a la Corte Suprema.

AGRESOR TIENE 32 AÑOS:

Niña de 11 años violada por pareja de su madre está embarazada

Un hombre de 32 años fue formalizado por la violación de su hijastra de 11 años, quien presenta un embarazo de 3 meses producto de los abusos. Sorprendentemente la madre de la niña, y pareja del formalizado, lo defendió asegurando que se trató de una relación consentida.

"Ellos sí tuvieron una relación, pero ella no fue violada. Ellos quisieron estar juntos", dijo. Al final están cargando todo contra su pareja porque él es mayor y ella es una niña, pero ella no es tan niña", concluyó la mujer.

COQUIMBO. Olas de hasta siete metros de altura se han visto en las costas de la IV Región. Los puertos de Tongoy, Los Vilos y Coquimbo permanecen cerrados para embarcaciones menores, mientras que el terminal TPC no realiza operaciones de atraque. En Los Vilos los pescadores perdieron un par de botes amarrados por el mar.

FENÓMENO ESTÁ EN DECLINACIÓN, PERO SE MANTENDRÁ HASTA MAÑANA:

Viña del Mar y Antofagasta sufrieron los mayores daños por las inusuales marejadas

Daños por \$100 millones han dejado en la Región de Valparaíso las marejadas que esta semana han afectado a gran parte del borde costero del país.

Viña del Mar es una de las pocas ciudades en donde hay estimaciones de las pérdidas provocadas por este fenómeno ya en declinación, pero que se mantendrá hasta mañana. En Peñaflaca, solo en bienes públicos destruidos, se estima una suma de \$40 millones, y los comerciantes suman una cifra similar.

En la caleta El Membrillo de Valparaíso, los pescadores cifran sus pérdidas en \$20 millones, sin incluir los daños en el muelle.

Antofagasta es otra de las ciudades más golpeadas. Allí resultaron destruidos muros de contención, al igual que unos 30 metros del muelle portuario. Playas artificiales y canchales de fútbol sintético quedaron cubiertas de escombros. El Paseo del Mar, inaugurado este año con una inversión de \$2.901 millones, será cerrado para reparar daños. En Juan López, una docena de naves pesqueras fueron afectadas.

En Iquique los daños a naves artesanales superan los \$8 millones. En Constitución (Maule), pescadores evaluaron en \$200 millones las pérdidas por la caída de parte de la losa del muelle sobre cuatro botes.

VALPARAÍSO. En caleta El Membrillo los pescadores ocuparon la vía pública para "estacionar" sus lanchas bien lejos del agitado mar, pero los automovilistas y chóferes de locomoción no comprendieron la decisión, que provocó congestión en el sector. Las pérdidas fueron estimadas en \$20 millones, sin contar daños en el muelle.

Antofagasta
El intenso fren de olas, de hasta nueve metros de altura, destruyó muros de contención y pasos peatonales. Una docena de embarcaciones pesqueras fueron dañadas. El municipio realiza un catastro para evaluar los daños.

ALCALDESA DE PROVIDENCIA Y MINISTRA DE EDUCACIÓN SE ENFRENTARON POR LAS TOMAS

La ministra se lavó las manos y dijo que esto era un problema de los sostenedores. Y más encima, acompañó a los padres a presentar un recurso (...). Ella no ha hecho propuestas concretas, que den cuenta de las medidas que va a tomar respecto de la educación".

JOSEFINA ERRAZURIZ
Alcaldeza de Providencia

Yo felicito a la alcaldesa, que después de tantas semanas de toma por fin ha ya cumplido con lo mínimo que la obliga la ley: que es a tener las llaves de su establecimiento y poder abrirlo a las miles de familias que si quieren que sus hijos estudien".

CAROLINA SCHMIDT
Ministra de Educación

20% de los beneficiarios del crédito con aval del Estado

han firmado los pagarés que oficializan la entrega del préstamo. Ello, pese a que el plazo para realizar el trámite termina el próximo viernes 12 de julio. De los 134 mil seleccionados, solo 27 mil han suscrito el convenio con su respectivo banco. Para saber dónde ir a firmar hay que revisar www.ingresa.cl.

POR OBRAS DE LA GRAN EXPLANADA BICENTENARIO EN TORNO A LA MONEDA

Hoy parten desvíos en Morandé

Aprovechando el comienzo de las vacaciones de invierno, el Ministerio de Obras Públicas y la Seremi Metropolitana de Transportes autorizaron desde hoy el cierre del tránsito vehicular por las calles Zenteno y Morandé, entre Alonso Ovalle y Agustinas. Esto, en el marco de las obras de construcción de la Gran Explanada Bicentenario, que implica la nivelación de solares en todo el entorno de La Moneda. Los desvíos por Morandé se prolongarán hasta septiembre, cuando se cierren las calles Teatinos y Itatí, dejando la calzada de la Alameda para el verano.

FONTE: NIÑA DE 11 (2013).

No parágrafo seguinte, a notícia trata da mãe da menina, que acusou a filha de ter sido a responsável pela gravidez. É importante observar que a menina é o sujeito do período, e não a mãe. “La niña, que presenta un embarazo de 3 meses, fue culpada públicamente por su madre, quien defendió a su conviviente”. Em seguida, há uma frase da menina desmentindo a mãe.

“Todo lo que ella dijo no es verdad. Ella siempre está dispuesta a todo por su marido, en vez que apoye a su hija” (NIÑA, 2013).

No trecho a seguir, o texto continua com a entrevista da menina, dessa vez sobre o feto: “Lo voy a querer mucho, sea lo que sea, aunque sea de ese hombre que me hizo daño” (NIÑA, 2013).

O texto finaliza com uma entrevista com o coordenador do Sename sobre a preocupação com a exposição da menina nos meios de comunicação, e sua dupla vitimização, e com a informação de que o padrasto está preso.

Apesar de tratar a menina como vítima e de dar espaço à sua fala, o jornal pôs em destaque o trecho em que a garota se apresenta como madura e pronta para a maternidade: “lo voy a querer mucho”, quando se refere ao feto. Concentra-se ainda no debate entre mãe e filha sobre se, aos 11 anos, a vítima teria ou não culpa da gestação. Não há referências no texto sobre a possibilidade de aborto nem sobre as consequências físicas da gestação. O autor também não problematiza quais seriam os problemas psicológicos decorrentes do estupro, assunto do título da notícia.

No dia 11, o jornal El Mercurio publicou a notícia *Menor embarazada presenta estado satisfactorio de salud*⁶¹, também pequena e localizada na parte inferior de uma página do caderno Nacional. Dessa vez, no entanto, o foco, no início do texto, é a saúde da menina-mãe (NEIRA FARÍAS, 2013a):

Enfrentando peligros propios de un embarazo de alto riesgo obstétrico, como diabetes gestacional, hipertensión o preeclampsia, y ortopédicos, pues a sus 11 años su pelvis no está desarrollada para soportar el peso de un bebé. Así se encuentra la niña de Frutillar que espera un hijo producto de una violación.

Nos primeiros parágrafos, a vítima é apresentada como uma menina de 11 anos, uma criança que, apesar de estar em uma “situación tan dura”, tem um desenvolvimento satisfatório de saúde, segundo o ministro da Saúde.

O foco da notícia é todo na gravidez e no parto e não há menção sobre a possibilidade de aborto. A discussão gira em torno da viabilidade do parto normal, ou da necessidade de uma cesariana, e da possibilidade da antecipação do nascimento do bebê. Nota-se ainda que não se fala do feto diretamente, mas, ao tratar apenas da manutenção da gravidez, o texto demonstra que é a vida dele que deve ser preservada, mesmo diante de tantos riscos para a mãe.

⁶¹ NEIRA FARÍAS, Soledad. Menor embarazada presenta estado satisfactorio de salud. *El Mercurio*, Santiago, 11 de jul. 2013a, p. C6.

No fim da notícia, há menção sobre outros casos de meninas grávidas, que, segundo o ministro da Saúde, conseguiram levar a gestação até o final (NEIRA FARÍAS, 2013a):

Ha habido niñas muy pequeñas que han terminado un embarazo con vida, algunos de ellos por la razón que señala (pelvis no desarrollada) han debido hacerse cesáreas, otros partos prematuros y otros de término.

Apesar da atenção à vida da menina-mãe apresentada no início, o texto, a partir do espaço dado aos argumentos do ministro da Saúde, mostra ao leitor que a gravidez é possível e não gera riscos para a garota. As doenças listadas no início do texto não são problematizadas. Enquanto isso, o feto, como já dito, não aparece diretamente no texto, mas é a sua vida que deve ser preservada, por meio de reiteradas afirmações de que a manutenção da gestação é possível.

Naquele mês, a quarta notícia e menos superficial sobre o caso Belén é a que aparece na seção de checagem de dados do caderno Reportajes. No dia 14 de julho de 2013, El Mercurio publica o texto intitulado *Enrique Paris, sobre el embarazo de una niña de 11 años: Sé que está en peligro la vida de la niña. Es correcto practicar un aborto terapéutico*⁶². Trata-se de uma seleção de opiniões de outros especialistas sobre a manifestação de Enrique Paris, presidente do Colegio Médico.

Acompanha o texto uma foto de Paris e uma marca gráfica “casi falso”, indicando que, a partir de apuração do jornal, não é possível afirmar que a menina de 11 anos corria risco de morte por conta da gestação e, portanto, não seria correto praticar o aborto terapêutico, como defendeu Paris.

A primeira fonte da matéria é o próprio Enrique Paris, a quem El Mercurio contatou para “confirmar suas palavras”. “Dijo no saber el estado de la niña y si su vida está en peligro. Aclaró, que quiso referirse a una interrupción del embarazo sólo en caso de complicaciones con riesgo de vida” (ENRIQUE PARIS, 2013).

Sobre a frase de Paris do título, dois médicos defendem que a vida da menina não está em perigo por conta da gestação aos 11 anos.

Respecto de si el embarazo implica riesgo vital por la sola edad de la niña, el médico Hernán Muñoz, presidente de la Sociedad Chilena de Obstetricia y Ginecología, señaló que “no necesariamente porque tenga 11 años va haber un problema de salud” [...] Para Mauricio Besio, director del Centro de Bioética de la Universidad Católica, “no es lo ideal que esté embarazada a los 11 años, pero no está corriendo ningún peligro de vida” (ENRIQUE PARIS, 2013).

⁶² ENRIQUE PARIS, sobre el embarazo de una niña de 11 años: “Sé que está en peligro a vida de la niña. Es correcto practicar un aborto terapéutico”. *El Mercurio*, Santiago, 14 de jul. 2013, p. D13.

Ambos dizem o que poderia ocorrer durante o parto da menina-mãe e Besio mostra-se contrário ao aborto. “Reconoce que la niña podría tener problemas psicológicos, pero ‘no por problemas psicológicos vamos a eliminar una vida [referindo-se ao feto]’” (ENRIQUE PARIS, 2013).

FIGURA 10 – Publicação do dia 14 de julho de 2013 do jornal El Mercurio sobre a possibilidade de aborto em caso de estupro de uma menina de 11 anos

CHEQUEO DE DATOS
La política contrastada

REPORTAJES | D 13

EL POLÍGRAFO

El 0,2% de los alumnos de los colegios públicos saca sobre 700 puntos en la PSU, dice Manuel José Ossandón

CASI FALSO

El pasado domingo, en Tolerancia Cero, de Chilevisión, el candidato a senador por Santiago Oriente Manuel José Ossandón quiso explicar la frustración que sufre la gente en Chile y que se expresa en la calle, diciendo que: “En Chile el 0,2% de los alumnos de Enseñanza Media de los colegios públicos saca sobre 700 puntos en la PSU. Es decir, 300 chigüellos, y la mayoría son del Instituto Nacional”.

Según los datos estadísticos del proceso de admisión 2012 del Demre, en 2011, 83.253 alumnos de colegios municipales rindieron la PSU. De ellos, 961 obtuvieron sobre 700 puntos, es decir el 1,08%. En los colegios particulares pagados esta cifra alcanza el 15,23% y en los particulares subvencionados es de 1,36%.

«La mayoría de los puntajes sobre 700 de los colegios municipales son del Instituto Nacional». Según el Demre, este ítem se lleva el 33,06% del total de los puntajes sobre 700.

Juan Pablo Valenzuela, investigador del Centro de Investigación Avanzada en Educación de la Universidad de Chile, y Mladen Koljatic, académico de la Universidad Católica de Chile, coinciden en que al margen de los problemas que tiene la prueba, si refleja la desigualdad de oportunidades de los estudiantes.

«Sin embargo, para Valenzuela es clave contextualizar la cifra, ya que del total de estudiantes que dan la prueba, solo el 2,75% obtiene sobre 700 puntos. Si muestras esos datos se descarta un poco la cifra de Ossandón», dice.

Consultados por “El Mercurio”, los asesores del ex alcalde de Puente Alto reconocieron que la cifra entregada corresponde a una equivocación, ya que no quiso referirse a los alumnos de colegios públicos, sino que el 0,2% corresponde a los estudiantes provenientes de hogares cuyo ingreso familiar mensual es menor de 550 dólares, cifra que obtuvo del libro “Se acabó el recreo”, de Mario Waisbuch.

Según Ernesto Trivelp, director del Centro de Políticas Comparadas de Educación de la UDP, pese a la inexactitud de la cifra, Ossandón apuntó a un problema efectivo: “La desigualdad de la población reflejada en los resultados de la prueba”.

VEREDICTO

El candidato a senador reconoció la equivocación en las cifras entregadas, ya que aseguró que el 0,2% de los alumnos de colegios municipales obtiene sobre 700 puntajes, y según el Demre, corresponde al 1,08%, en comparación al 2,75% a nivel nacional. Si hay coincidencia entre los expertos en que existe una brecha social en los resultados de la prueba.

Según Alfredo Sfeir, la OMS asegura que Chile tiene el consumo más alto de calmantes en el mundo

CASI FALSO

En una entrevista en radio Bio Bio el 2 de julio, el candidato presidencial del partido Ecológico Verde, Alfredo Sfeir, ejemplificó que en Chile hay un “estrés social” afirmando: “La Organización Mundial de la Salud ha dicho que nosotros tenemos el consumo per cápita más alto del mundo en calmantes”.

“El Mercurio” contactó al comando del candidato, donde se dijo que no tenían disponible el origen de la cifra, pero manifestaron la disposición de Sfeir a profundizar sus dichos, lo que hasta el cierre de esta edición no se produjo.

«En Chile el país que consume más “calmantes” en el mundo?»

Para los expertos, los llamados “calmantes” se refieren a ansiolíticos o tranquilizantes.

La Organización Mundial de la Salud dijo no tener mediciones sobre consumo de ansiolíticos o similares que puedan sustentar los dichos del candidato. A nivel internacional, la medición más relevante es la que realiza la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIE), un organismo de la ONU que vela por el cumplimiento de las leyes internacionales contra las drogas. Un informe de 2012 indica que el país con mayor consumo de ansiolíticos es Eslovenia, seguido por Finlandia y Hungría. Chile ocupa el número 30 del ranking entre 108 países, con un consumo de 28,17 dosis diarias por cada mil habitantes, definidas estas con fines estadísticos.

En Chile, no existe estadísticas públicas al respecto, según explica Yari Conzuelo, académica de la Escuela de Salud Pública de la Universidad de Chile. Sin embargo, un informe del Servicio Nacional de Drogas y Alcohol (Senda) del año 2010 determinó que el 1,3% de los entrevistados reconoce haber consumido tranquilizantes (clonazepam, zolpidem y diazepam, entre otros) sin prescripción médica durante el último año.

Para Alejandro Roggenbom, psiquiatra de la Clínica Alemana de Santiago, más allá de los números, la frase de Sfeir podría tener sustento si se piensa que “los trastornos de ansiedad son uno de los patológicos mentales más frecuentes en Chile” y por las cifras de venta de benzodiazepinas en nuestro país.

En tanto, Juan Maass, director de Psiquiatría de la Sociedad de Neurología, Psiquiatría y Neurociencias, coincide: “La gente alivia sus problemas psicosociales con fármacos, es la forma menos costosa en términos de tiempo”.

VEREDICTO

La OMS no tiene estadísticas que midan el consumo de tranquilizantes o ansiolíticos, y el ranking internacional más importante no sitúa a Chile en el primer lugar de consumo sino que en el número 30 (consumo de ansiolíticos). Si bien no existen cifras oficiales en Chile, los expertos consultados coinciden en que hay un alto consumo relativo de estos fármacos en nuestro país.

Enrique Paris, sobre el embarazo de una niña de 11 años: “Sé que está en peligro la vida de la niña. Es correcto practicar un aborto terapéutico”

CASI FALSO

A propósito del embarazo de una niña de 11 años, violado por su padrastro, el presidente del Colegio Médico, Enrique Paris, señaló en un punto de prensa, en el Centro de Salud Familiar N°1, en Santiago, el pasado lunes 8 de julio, que: “En este caso, sé que está en peligro la vida de la niña. Es correcto practicar un aborto terapéutico”.

Contactamos al facultativo para confirmar sus palabras. Dijo no saber el estado de la niña y si su vida está en peligro. Aclaró, que quiso referirse a una interrupción del embarazo sólo en caso de complicaciones con riesgo de vida.

Respecto de si el embarazo implicaba riesgo vital por la sola edad de la niña, el médico Hernán Muñoz, presidente de la Sociedad Chilena de Obstetricia y Ginecología, señaló que “no necesariamente porque tenga 11 años va a haber un problema de salud. Aunque los datos muestran que la opción de que el embarazo llegue a término es baja, la posibilidad de que haya complicaciones—donde una de las más frecuentes es hipertensión o preeclampsia— está incrementada alrededor de cinco veces”.

Para Mauricio Beco, director del Centro de Bioética de la Universidad Católica, “no es la ideal que esté embarazada a los 11 años, pero no está corriendo ningún peligro de vida. Lógicamente hay que vigilarla más, y si hay complicaciones, esa intervención para salvar la vida de la madre, interrumpiendo el embarazo, siempre se hace, en todas las maternidades del país”. Reconoce que la niña podría tener problemas psicológicos, pero “no por problemas psicológicos vamos a eliminar una vida”, asegura.

Según la decana de Medicina de la Universidad de Chile, Cecilia Sepúlveda, “la vida de la niña puede correr peligro por tener un embarazo tan precoz, pero para una afirmación de esa naturaleza, uno responsablemente tendría que evaluarlo”. Agrega que “puede darse también la posibilidad de que este embarazo llegue a término sin problemas, por eso lo que corresponde es ver en concreto cuáles su situación”. Pese a ello aclara que “hay un tema de salud desde el punto de vista psicológico y emocional. Es una niña que va a tener consecuencias producto de un embarazo fruto de violaciones reiteradas”.

Sobre la viabilidad del embarazo, Lilian Carrasco, médica y académica de la Escuela Medicina de la UNAB, dice que “una niña de 11 años solo tiene más riesgos de las enfermedades inherentes del embarazo y más riesgos de aborto, pero puede ser viable. El riesgo más alto es la prematuridad, pero prematuridad de niños que sobreviven”.

El ministro de Salud, Jaime Mahuad, señaló esta semana que “si existiera riesgo, porque una niña es físicamente muy pequeña, es posible que haya que adelantarlo la fecha de parto a la semana 24, que es cuando se producen problemas de espacio (en el útero)”.

VEREDICTO

El doctor Paris confirmó a “El Mercurio” que desconoce las condiciones médicas individuales de la niña embarazada. Según los expertos consultados, cada caso debe analizarse en particular para poder decidir el futuro del embarazo y aclarar que la menor no tiene un problema per se debido a su edad, sino que mayores probabilidades de sufrir complicaciones que otra gestación a edad adulta.

El 40% de quienes votaron por un candidato que perdió en las primarias, según Tomás Jocelyn-Holt, no votará por el candidato ganador

CASI FALSO

Después de las primarias, el candidato independiente Tomás Jocelyn-Holt dijo el martes 2 de julio en TVN que: “El 40% de las personas que pierden una primaria no votan por el candidato ganador tampoco”, refiriéndose a la orfandad política de los votantes y a que no cree que muchos de esos electores vayan a votar en noviembre ni por Michelle Bachelet ni Pablo Longueira.

“El Mercurio” contactó al candidato independiente para conocer la fuente de su afirmación, y dijo que sus cifras no venían de un estudio, sino de su experiencia personal.

Para el investigador de la UDP, Gonzalo Müller, los dichos del candidato no parecen acertados: “No encuentro antecedentes para afirmar lo que dijo Tomás Jocelyn-Holt; ni siquiera en primarias competitivas de alcalde ocurrió eso. No hay números que yo conozca que respalden la cifra que entregó. De hecho, lo único más parecido que uno pudiese mirar es la primaria del año '99 entre Zaldívar y Lagos, y en ese caso, el traspaso fue casi total”. Y respecto a quiénes pasa con los votantes de primera y segunda vuelta presidencial, Müller sentencia que “Lavin más Piñera sumaron 48%, y Piñera sacó 40% en segunda vuelta, es decir, le fallaron 2 puntos, menos del 10%”.

Bernardo Navarrete, investigador de la Uach, realista que el traspaso de votos hacia el candidato ganador, mirando las pasadas elecciones en Chile, “es mayoritario, y con una tendencia neta y objetiva por votar por la misma coalición, pues el voto era muy estratégico”. Sin embargo, sostiene que no se puede afirmar eso hoy, pues el padrón es distinto: “Yo creo que fue una frase muy genérica, porque hoy en día no tenemos ninguna encuesta que haya segmentado al electorado que votó en la primera vuelta. En términos empíricos, la validación de la frase es imposible hoy día”, sentencia.

VEREDICTO

Según los expertos consultados, los dichos de Tomás Jocelyn-Holt respecto al comportamiento de los votantes tras una primaria no pueden ser corroborados hoy en día. Los académicos concuerdan en que viendo las elecciones pasadas, sí hay un traspaso de votos hacia el candidato ganador del sector, pero que aquello difícilmente puede ser extrapolable a la situación actual, por el cambio en el padrón electoral. El mismo Jocelyn-Holt reconoce que la cifra corresponde a una impresión personal.

FONTE: ENRIQUE PARIS (2013).

O risco também é minimizado pelo então ministro da Saúde, Jaime Mañalich, que afirma que “si existiese riesgo, porque una niña es físicamente muy pequeña, es posible que haya que adelantar la fecha de parto a la semana 24, que es cuando se producen problemas de espacio (en el útero)” (ENRIQUE PARIS, 2013).

A história da menina fica restrita ao momento da gestação e do parto. O recorte de quase todo o texto é saber se ela vai morrer (ou se corre um grande risco de morte) se continuar a gestação. A futura mãe em corpo de criança é reduzida simbolicamente a um útero, e os diagnósticos e prognósticos concentram-se na viabilidade da manutenção da gestação e ferramentas para viabilizar a vida do feto, este sim parece ser interesse de quase todos os entrevistados. Nota-se que os especialistas minimizam os riscos para a saúde da menina, como é possível inferir dos trechos a seguir (ENRIQUE PARIS, 2013):

Para Mauricio Besio, director del Centro de Bioética de la Universidad Católica [...] “Aunque los datos muestran que la opción de que el embarazo llegue a término es baja, la posibilidad que haya complicaciones — donde una de las más frecuentes es hipertensión o preclampsia — está incrementada alrededor de cinco veces”.

Sobre la viabilidad del embarazo, Lilian Carrasco, médico (sic) y académica de la Escuela Medicina de la UNAB, dice que “una niña de 11 años solo tiene más riesgos de las enfermedades habituales del embarazo y más riesgos de aborto, pero puede ser viable. El riesgo más alto es la prematuridad, pero prematuridad de niños que sobreviven”.

O enfoque é unicamente médico, portanto, deixando de lado a existências dos contextos do abuso, do desenvolvimento da garota e da gravidez, além de não discutir as consequências econômicas e sociais de um filho para o seu útero. A única fonte do texto que sugere uma expansão da discussão é a médica Cecilia Sepúlveda, da Universidad de Chile, para quem “hay un tema de salud desde el punto de vista psicológico y emocional. Es una niña que va a tener consecuencias producto de un embarazo fruto de violaciones reiteradas” (ENRIQUE PARIS, 2013). Mas o texto não avança no sentido da complexidade da experiência emocional e psicológica do abuso e da gravidez para a menina.

Ao final, como é característica da sessão “Chequeo de datos”, El Mercurio publica um “veredicto”, que justifica o carimbo “casi falso” sob a frase do título (ENRIQUE PARIS, 2013):

El doctor Paris confirma a “El Mercurio” que desconoce las condiciones médicas individuales de la niña embarazada. Según expertos consultados, cada caso debe analizarse en particular para poder decidir el futuro del embarazo y aclaran que la menor no tiene un problema *per se* debido a su edad, sino que mayores probabilidades de sufrir complicaciones que otra gestación a edad adulta.

No dia 21 de dezembro de 2013, El Mercurio publica novo texto sobre o caso Belén, sob o título *Niña de 12 años dio a luz, por cesárea, en Hospital de Puerto Montt*⁶³. Novamente, o foco do texto está no útero da menina, fato que pode ser percebido pelo chapéu da matéria, “Treinta y siete semanas de gestación”, pela linha fina “Su caso generó amplio debate respecto del aborto en casos de violación” e pelo próprio título, que destaca o tipo de parto a que foi submetida a menina: “por cesárea”. O início do texto reforça essas três informações (NEIRA FARÍAS, 2013b):

A las 37 semanas de gestación y por cesárea nació ayer el bebé de una menor de 12 años quien resultó embarazada a los 11 años producto de las violaciones reiteradas del conviviente de su madre. La historia de la niña, revelada en julio pasado, cuando tenía 14 semanas de gestación, generó un intenso y amplio debate respecto del aborto en casos de menores violadas o cuando el embarazo representa un riesgo para la vida de la niña. (grifo nosso)

Há ainda uma pequena contextualização do histórico noticiado do caso em julho, sobre as declarações da mãe da menina e da mobilização das autoridades de saúde do país, que ofereceram à menina acompanhamento de médicos obstetras e psicólogos, já que a manutenção da gravidez era a única opção segundo a lei chilena.

A notícia diz que a menina-mãe enfrentou a gravidez “en buenas condiciones”, mas que os médicos decidiram antecipar o parto por “evidencia de retardo em el crecimiento observado en el bebé” (NEIRA FARÍAS, 2013b). Ainda de acordo com o texto, o feto teve problemas de desenvolvimento por conta das “malas condiciones de alimentación de la niña-madre y las complicaciones propias de un estado para el que su cuerpo aún no estaba preparado” (NEIRA FARÍAS, 2013b). Nota-se que o texto prioriza sempre os diagnósticos para o bebê de uma gestação pré-adolescente, não de como a gravidez impactou a vida da menina. Além disso, não há mais informações sobre o seu estado de saúde após parto. Acrescente-se a isso que o jornal reforça, na última citação sobre o caso, o aspecto de maternidade: “La niña permanecerá hospitalizada junto a su bebé mientras se recupera de la cesárea” (NEIRA FARÍAS, 2013b, grifo nosso).

Em seguida, o texto cita a história de outra garota da mesma idade que foi mãe em 2013 e o número de partos de crianças e adolescentes nos últimos anos (com referência de que esse tipo de ocorrência caiu no período analisado). Os números, porém, são apresentados sem contexto. Quantos desses casos se referem a meninas que sofreram um abuso? Por que o episódio em questão levantou o tema do aborto no país? E mais ainda: o que é a experiência de

⁶³ NEIRA FARÍAS, Soledad. Niña de 12 años dio a luz, por cesárea, en Hospital de Puerto Montt. *El Mercurio*, Santiago, 21 de dic. 2013b, p. C35.

ser mãe aos 10, 11 ou 12 anos? Ao privilegiar os números e as informações sobre o parto e o bebê, o jornal silencia a menina, com seus medos, problemas e emoções.

No ano seguinte, o tema da possibilidade de aborto após estupro (aí incluído os casos de abuso sexual infantil) volta à tona com o anúncio de Michelle Bachelet, na tradicional mensagem do dia 21 de maio, de que era preciso discutir a descriminalização do procedimento. A sinalização de que colocaria na pauta política o aborto em três situações foi considerada polêmica no país, mesmo que a presidente não tenha citado nenhuma medida concreta sobre o assunto (BACHELET, 2014):

Periódicamente conocemos por las noticias casos de mujeres que se practican abortos clandestinos que ponen en riesgo sus vidas, y sin duda las marcan con una experiencia de dolor y angustia. Y hace poco hemos sabido de una mujer en gravísimo estado. Y cada aborto en el país es una señal de que como sociedad estamos llegando tarde, porque la prevención no tuvo los resultados esperados. Chile tiene que enfrentar en una discusión madura, informada y propositiva esta realidad, debatiendo en el Parlamento un proyecto de ley que despenalice la interrupción voluntaria del embarazo en casos de riesgo de vida de la madre, violación e inviabilidad del feto.

Foi o suficiente para que a ideia fosse combatida no jornal, que noticiou o fato a partir da crítica de opositores ao governo. Por extrapolar os critérios que estabelecemos nesta dissertação, decidimos não nos aprofundar no debate geral traçado por El Mercurio sobre aborto terapêutico no Chile. Vale citar, no entanto, que no dia seguinte ao discurso do 21 de maio, o jornal tratou desse ponto da mensagem presidencial no texto *Ezzati*: “*Con todo el respeto que me merecen las mascotas, creo que la persona y la vida humana valen mucho más*”⁶⁴. Acima do título, há uma foto e uma citação do ex-presidente Sebastian Piñera, conservador e que antecedeu Bachelet no cargo: “Parece que hay más cuidado y preocupación por el bienestar de las mascotas que por la vida e dignidad de los niños que está por vir”, disse ao jornal (EZZATI, 2014).

Outra matéria digna de citação é a entrevista de uma página com a senadora Jacqueline van Rysselberghe, da UDI, com foto e chamada na capa da edição do dia 31 de maio de 2014. Sob o título *La Presidenta cree firmemente en el aborto, y este proyecto es solo el primer paso para que se legalice*⁶⁵, a senadora responde sobre trechos do discutido do dia 21 e defende a manutenção da lei que proíbe o aborto, como no trecho reproduzido a seguir, o único em que comenta a possibilidade em caso de estupro (VAN RYSELBERGHE, 2014, grifo do autor):

⁶⁴ EZZATI: “Con todo el respeto que me merecen las mascotas, creo que la persona y la vida humana valen mucho más”. *El Mercurio*, Santiago, 22 de may. 2014, p.C5.

⁶⁵ VAN RYSELBERGHE, Jacqueline. La Presidenta cree firmemente en el aborto, y este proyecto es solo el primer paso para que se legalice. [Entrevista a Nicolás Guzmán y Fernanda Paúl]. *El Mercurio*, Santiago, 31 de may. 2014, pág. C2.

— **¿Existen para usted diferencias entre legalizar el aborto y despenalizarlo por las causales de violación, riesgo de la madre o inviabilidad del feto?**

— Creo que el matar a un ser humano no tiene ninguna excusa. No creo que sea menos grave matarlo en determinadas condiciones. De repente puede haber políticas públicas que cuando un ser humano al Estado le cuesta demasiado mantenerlo vivo, entonces mejor matémoslo. Y podría ser una excusa.

No mês seguinte, o tema continua em pauta no jornal, com novos desdobramentos do debate em torno da mensagem da presidente Bachelet de maio. No dia 25 de julho de 2014, *El Mercurio* publica o texto *ONU pide incluir embarazo por incesto entre causales para despenalizar el aborto*⁶⁶, que trata de uma recomendação da Comitê de Direitos Humanos da organização ao governo chileno. A notícia concentra-se no fato, reproduzindo apenas as vozes oficiais (ministro da Justiça, embaixadora do Chile na ONU e representantes da organização). Como contexto, há uma referência ao discurso da presidente e uma breve definição do que seria incesto (GÁLVEZ, 2014):

El delito de incesto castiga al hombre o mujer que, conociendo las relaciones que los ligan, mantuviere relaciones sexuales con ascendientes o descendientes legítimos o ilegítimos (bisabuelos, abuelos, padres, hijos, nietos, bisnietos, etc.); o afinidad legítima (suegros, yernos y nueras, cuñados, etc.); o con un hermano consanguíneo legítimo o ilegítimo.

A partir de tal definição, o incesto aproxima-se da realidade dos abusos sexuais infantis, já que, como dito anteriormente neste trabalho, a bibliografia sobre o tema indica ainda que o crime acontece na maioria das vezes na casa da vítima ou do agressor, que frequentemente é o pai, o padrasto, o avô ou o tio da criança (SAFFIOTI, 1995). Justificada a seleção da matéria, percebemos que não há contexto social e os diagnósticos, restritos ao ministro da Justiça, não se referem ao problema (gravidez e possibilidade em caso de incesto ou abuso sexual), mas apenas ao contexto político frente a recomendação do comitê da ONU (GÁLVEZ, 2014):

[...] agregó el ministro [Antonio Gómez], “no necesitamos que nadie nos inste a avanzar en aquello que está en el programa de la Presidenta”. Respecto del incesto, que se pide agregar al proyecto, Gómez dijo que para algunos “tiene carácter de violación en el caso que sea considerada así y, por lo tanto, no se ha definido como tal. Pero sin duda no está fuera de la discusión; se considera un acto impropio y como tal una violación”.

Ao se restringir ao informe da ONU e ao priorizar o destaque e foto ministro da Justiça, o jornal esquia-se de discutir a relação entre incesto (aproximando-o da vasta bibliografia sobre abuso sexual infantil), gravidez e aborto. Não ouve também as vítimas, que seriam as

⁶⁶ GÁLVEZ, Mario. ONU pide incluir embarazo por incesto entre causales para despenalizar el aborto. *El Mercurio*, Santiago, 25 de jul. 2014, p. C15.

principais interessadas e poderiam oferecer os diversos elementos e emoções que envolvem esse tipo de experiência.

Uma semana após a publicação do texto, quando esses pontos poderiam ser apresentados aos leitores com a complexidade que exigem, *El Mercurio* volta ao tema, mas novamente sem dar voz às protagonistas dessa experiência e sem apresentar diagnósticos plurais nem contextos que deem conta do problema. A matéria *Cómo se gestó la declaración de 101 médicos contra el aborto y a favor de subsidio para madres*⁶⁷, do dia 31 de julho 2014, trata de uma proposta de um grupo de médicos da região de O'Higgins para que mulheres vítimas de violação tenham ajuda econômica do Estado caso decidam manter a gestação.

É importante recordar que ideia semelhante causou protestos no Brasil em 2013, quando a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o texto do Estatuto do Nascituro, que, entre outras coisas, estabelecia um benefício mensal no valor de um salário mínimo às mães vítimas de estupro. À época, as feministas brasileiras chamaram a proposta de “bolsa-estupro”.

El Mercurio não cita o caso brasileiro, mas dá destaque à ideia assinada por médicos de uma região do país. Acompanham o texto, fotos e trechos das entrevistas de três fontes do grupo (VENEGAS, FUENTES, 2014):

“La idea es mirar de otra forma este tema y no embarcarse en hacer desaparecer a un ser humano”, afirma Rafael Castillo, gestor de la idea/ “Como sociedad, tenemos que guardar el derecho que tiene un ser humano a completar su formación”, dice Roberto del Pino/ “(El subsidio) se trata de brindar un apoyo; no es un pago por no abortar. Esto está mirando en términos positivos”, plantea Fernando Soto.

Em toda a notícia, só os que concordam com a proposta e são contrários ao aborto em caso de estupro são ouvidos. As fontes são o cardiologista Rafael Castillo González, o pediatra Francisco Díaz, o pediatra Eduardo Leopold, o cardiologista Roberto del Pino, o traumatologista Carlos Vargas e o “broncopulmonar” (correspondente a um pneumologista no Brasil) Fernando Soto. Nota-se que são seis entrevistados reforçando a mesma ideia, ou seja, há certa polifonia (várias vozes), mas não existe polissemia, já que os sentidos são os mesmos.

Enquanto médicos e políticos contrários ao aborto ganharam espaço no jornal, o caso da menina de 13 anos abusada sexualmente, grávida e com um feto com grave problema de saúde ganhou apenas dois parágrafos no mês de novembro. Sem um olhar atento, o leitor mais distraído não conseguiria encontrar o texto intitulado *Nunca es bueno instrumentalizar las*

⁶⁷ VENEGAS, M.A., FUENTES, V. *Cómo se gestó la declaración de 101 médicos contra el aborto y a favor de subsidio para madres. El Mercurio*, Santiago, 31 de jul. 2014, p. C7.

*cosas*⁶⁸, sob o chapéu “Cardenal Azzati y aborto”, em meio a outras notícias na editoria Nacional do dia 5 de novembro.

Na nota, o jornal menciona que “el caso de una joven de 13 años internada en el Hospital Luis Tisné (Peñalolén) producto de un embarazo inviable de 39 semanas reavivó el debate sobre el aborto terapéutico” (NUNCA ES, 2014). É importante destacar que a notícia não cita que a investigação indica que se trata de uma gravidez fruto de um abuso sexual, além de não apresentar informações sobre o estado de saúde da menina e que má formação ou doença caracterizaria a inviabilidade do feto.

Após a breve menção sobre o caso, a notícia diz que o senador Guido Girardi (PPD), da base do governo Bachelet e presidente da comissão de Saúde do Senado, afirmou que poderá colocar em pauta uma proposta sobre descriminalização do aborto em casos como o da menina de 13 anos. No texto, não é possível inferir se ele trata de casos de inviabilidade fetal, de gravidez fruto de um estupro, de risco de morte para a mãe, das três situações ou se poderia propor uma liberação total do aborto no Chile. Não há aspas do senador neste trecho.

A única fonte que “fala” no texto é o arcebispo de Santiago, o cardeal Ricardo Ezzati, “quien dijo sentir ‘gran cercanía por esa niña y gran rechazo por lo que há sufrido’”. E a matéria continua: “Sobre el aborto terapéutico indicó que ‘siempre hay que discutir con altura los temas, desde la racionalidad y dignidad de las personas. (...) Nunca es bueno instrumentalizar las cosas’” (NUNCA ES, 2014).

Note-se que o título da matéria é um trecho da entrevista do cardeal e metade do texto de dois parágrafos é dedicado à avaliação do religioso sobre o caso. Enquanto isso, há um total silêncio sobre a menina-mãe, as causas da gestação e as consequências do parto e do abuso sexual.

No dia 30 daquele mês e na iminência da apresentação de um projeto de descriminalização do aborto em algumas situações, El Mercurio publica uma página dedicada à reportagem *Revelan impactantes testimonios em médio de debates sobre abortos*⁶⁹, com fotos e destaques para as falas das mulheres. Enfim, as vozes das protagonistas dessas histórias. Apesar disso, as narrativas só contemplavam pessoas completamente contrárias ao aborto. Mais uma vez, o jornal utiliza uma certa polifonia, ao ouvir várias fontes, que não garantem polissemia, já que reforçam um mesmo discurso. O problema não é que o jornal tenha selecionado narrativas de mulheres contrárias ao aborto, mas o que chama a atenção é que

⁶⁸ “NUNCA ES Buenos instrumentalizar las cosas”. *El Mercurio*, Santiago, 5 de nov. 2014, p. C10.

⁶⁹ SÁNCHEZ CAMPOS, Jaime. Revelan impactantes testimonios em médio de debates sobre abortos. *El Mercurio*, Santiago, 30 de nov. 2014, p. D14.

apenas essas tenham sido contempladas pelo jornal. É como se houvesse uma experiência única de gestação, incluindo as que resultam de um abuso, e apenas essa fosse a validada pela publicação.

A página do caderno Reportajes (publicado aos domingos) traz dois relatos de mulheres e um texto (SÁNCHEZ CAMPOS, 2014) que serve como “abre” de página, sobre a organização Chile Unido, “fundación que trabaja, desde hace 15 años dando apoyo a mujeres en conflicto con su embarazo”. Esse texto principal começa com um diagnóstico de Verónica Hoffman, diretora da fundação: “No es la libertad lo que lleva a las mujeres a abortar; la mayoría de las veces tiene que ver con la inmensa presión de su entorno. Esta desaparece una vez que reciben apoyo”. Em seguida, há uma pequena apresentação do programa, baseado em atendimento telefônico feito por voluntárias a mulheres grávidas. O texto ainda apresenta os resultados da organização (SÁNCHEZ CAMPOS, 2014):

85% de quienes las han contactado há terminado optando por la vida de sus hijos, incluyendo tres casos de mujeres que habían sido violadas. Y si se trata de números, el presidente de la fundación, Heriberto Urzúa, resume lo conseguido con una frase: “El programa ha permitido que hasta la fecha hayan nacido 4 mil niños: cuatro colegios completos”.

A mesma fundação já havia sido reportada pelo jornal em 2012 no texto *Madres voluntarias han evitado 3.450 abortos a través de asistencia telefónica*⁷⁰. Apesar da publicação de 2012 não citar a relação entre aborto e abuso sexual infantil, entedemos que é importante para mostrar o peso e o foco que o jornal concentra na cobertura sobre o assunto. Na reportagem daquele ano, que ocupa metade de uma página e tem duas fotos, já haviam sido citados os números da organização para mostrar os resultados do programa. Além disso, o texto mostra o perfil de quem trabalha nos atedimentos, como Maria Angelica Tagle, voluntária, “madre y abuela” (SOTTORFF, 2012).

Após esse breve resgate da publicação de 2012, podemos retomar a edição de 30 de novembro de 2014 do jornal. Além do perfil da organização, El Mercurio apresenta dois relatos: uma mulher que pensou em abortar a filha e uma que descobriu ser fruto de um estupro.

A foto principal, de uma mulher durante uma aula de dança, acompanha o texto *¿Piensan que yo no debería estar acá, que debería estar muerta?.* Acima do título, o chapéu informa: “Ana Luisa Baquedano, nacida fruto de una violación”. Não há mais informações sobre o abuso que a mãe de Baquedano teria sofrido, em que idade e como foi a decisão de

⁷⁰ SOTTORFF, Sebastián. Madres voluntarias han evitado 3.450 abortos a través de asistencia telefónica. *El Mercurio*, Santiago, 16 de oct. 2012, p. C12.

FIGURA 11 – El Mercurio publica reportagem sobre aborto no dia 30 de nov. 2014

D 14 | REPORTAJES

DOMINGO 30 DE NOVIEMBRE DE 2014 | EL MERCURIO

Fundación Chile Unido ha permitido el nacimiento de 4 mil niños en 15 años:

Revelan impactantes testimonios en medio de debate sobre aborto

La hija de una mujer violada relata cómo se enteró de su origen y una joven madre universitaria cuenta cómo vivió la angustiosa jornada en que, tras buscar en Google cómo acceder al misotrol (fármaco abortivo), terminó recibiendo la ayuda para seguir adelante con su embarazo.

JAI ME SÁNCHEZ CAMPOS

“No es la libertad lo que lleva a las mujeres a abortar; la mayoría de las veces tiene que ver con la inmensa presión de su entorno. Esta desparece una vez que reciben apoyo”. Verónica Hoffman habla desde su experiencia como directora ejecutiva de Chile Unido, fundación que trabaja desde hace 15 años dando apoyo a mujeres en conflicto con su embarazo. La labor la desarrollan junto con un grupo de voluntarias capacitadas que brindan “apoyo” y “contención” a quienes marcan el número telefónico del programa.

A dicho número, que es gratuito —explican desde la fundación—, llaman mujeres de todos los estratos sociales y edades. Un 40% es de jóvenes. En esa vía pueden acceder luego a una red integral de respaldo, que incluye médicos, psicólogos y lugares de acogida.

“No creemos que la decisión de continuar un embarazo no deseado sea fácil”

“Nosotros no creemos que la decisión de continuar un embarazo no deseado sea fácil. Sabemos que es difícil para una mujer, pero intentamos brindarle el apoyo para que entienda que el hijo no es el problema”, explica Hoffman.

Tal afirmación, sostiene, resulta verosímil incluso en los casos más dramáticos, como los de embarazos involuntarios —una de las causas que hoy se mencionan en el debate sobre una eventual despenalización del aborto—. Aun en esas circunstancias, afirman haber constatado que “no decidir por la muerte de ese hijo es mucho más sano” para las mujeres y sus familias.

Respecto de los resultados del programa, Verónica Hoffman sostiene que el 85% de quienes lo han contactado ha terminado optando por la vida de sus hijos, incluso en tres casos de mujeres que habían sido violadas. Y si se trata de números, el presidente de la fundación, Heriberto Urrutia, resume la conversación con una frase: “El programa ha permitido que hasta la fecha hayan nacido 4 mil niños, cuatro mil completos”.

Así, dentro de ese esfuerzo, han conocido historias como la de Francisca Ortiz, a quien Chile Unido apoyó cuando el aborto se le apareció como única opción, y la de Ana Luisa Baquedano, quien, para apoyar la labor de la fundación, decidió hacer pública su experiencia como hija de una mujer violada.

ANA LUISA BAQUEDANO, NACIDA FRUTO DE UNA VIOLACIÓN:

“¿Piensan que yo no debería estar acá, que debería estar muerta?”

Fue en junio, al final de una presentación en el Teatro Municipal de Las Condes, cuando Ana Luisa Baquedano, entonces profesora de danza moderna, contó públicamente una realidad de la que solo se había enterado dos años antes: su nacimiento había sido el producto de una violación. Tras oír sus palabras, las 700 personas que habían acudido a presenciar el espectáculo de danza se sorprendieron al escuchar que la valiente de su “maestra”.

La decisión de hablar la tomó luego de la petición de una amiga que conocía su historia y que esa tarde asistía al teatro junto con un grupo de adolescentes para las que —entonces— ese mensaje podía ser importante.

Meses después, expresándose con la elegancia de la artista que es, Baquedano no estaba su rechazo a alimentar el “morbo” en torno a su situación. Explica que se siente profundamente agradecida

por la oportunidad que le dio su madre al permitirle nacer y que si ha querido compartir su experiencia, ha sido para expresar un mensaje de optimismo, que sirva a los jóvenes y les permita meditar acerca de la vida.

A sus 54 años, la profesora de danza no para en todo el día. “Un, dos, tres”, marca los pasos de los alumnos en su escuela. Dice que la vocación por enseñar es parte de lo que da sentido a su existencia. Y que ese convencimiento se acrecienta cuando hace dos años su madre le contó la verdad respecto de su

“Se los conté a mis alumnos, porque quiero que ellos entiendan que yo tenía el mismo derecho a nacer que cualquier otra persona”.

concepción. “Mi mamá estaba en ese momento muy enferma, y creo que había llegado el momento de saber. Nunca me dijo nada cuando era chica o adolescente, me lo dijo a una edad en la que uno puede reflexionar al respecto”.

En ese momento, asegura, la hizo entender muchos aspectos de su vida y la miraba que tiene de ella. “Yo no soy religiosa, ni siquiera he hecho la confirmación. Pero creo que el mundo tiene un orden, cada cosa está donde tiene que estar, en el momento que tiene que estar”. Así, “yo tengo que transmitirle a los jóvenes la importancia de respetar la vida, de que todo viene al mundo por algo, independiente de la forma en que venga. No podemos cortar ese ciclo”.

Su madre, quien se recuperó de aquella enfermedad, vive en California desde hace 20 años. Y la profesora de danza no puede evitar sentir orgullo cuando la menciona. “Mi mamá es una mujer increíble. Es pianista, es artista y es enfermera de la Cruz Roja. Y donde hay problemas, ella parte a ayudar”, cuenta. De la relación entre ambas hablaba, pero sonrió al recordarlo. “No sé qué diferencias podría haber entre tener con cualquier otra persona”.

quier otra relación de madre e hija... Ella sabe lo importante que es para mí”, reflexiona.

Sin embargo, Ana Luisa Baquedano está consciente de que no es fácil plantear su historia y supestar hoy en día. En medio del silencio de un público silencioso donde se guardan la ropa y accesorios de los bailarines, reconoce sentir tristeza cuando, en el fragor de la actual discusión política, la violación se esgrime como argumento para abortar. “Me da pena cuando los escuchas, y me preguntas entonces, ¿ellos creen que yo no debería estar acá? ¿Piensan que yo debería estar muerta?”.

La discusión que ha debido tener también con sus alumnos. “A propósito de los debates que se han dado en la televisión, a veces llegaban acá conversando el tema. Entonces, yo les conté lo mío. Quiero que entiendan que yo tenía el mismo derecho a nacer que cualquier otra persona”.

El mismo derecho que —agrega— también tienen los niños que vienen con algún problema o enfermedad. “Imagínate que empezamos a eliminar personas por tener un cromosoma más o uno menos, o porque viene ciegos o cojos. ¿Al final vamos a tener el Mundo Feliz?”, se pregunta, aludiendo a la famosa novela de Aldous Huxley sobre una sociedad supuestamente perfecta.

La profesora de danza (al centro) comenzó hace solo dos años lo sufrió por su madre.

FRANCISCA ORTIZ, MADRE UNIVERSITARIA:

“Todo cobró sentido el día en que nació la Jose”

Fue en un momento de desesperación cuando Francisca Ortiz, entonces de 22 años, buscó “aborto” en Google. Tras una pakea con su madre y con un embarazo de 2 meses, estaba decidida a terminar con lo que se había transformado en un problema sin retorno. En internet cotizó los valores del misotrol, fármaco del que una amiga de la universidad le había hablado. “Eran 4 pastillas. Una me la tenía que tomar, otra ponía bajo la lengua y dos introducidas en la vagina. Tenía que estar acompañada por alguien, porque la hemorragia se supone que es fuerte”, recuerda.

Dos años antes, la joven había entrado a estudiar Edus. Pertenecía a la Universidad Católica, para luego cambiarse a Derecho en una universidad privada. Aunque el cambio de carrera y de plantel había provocado algunos rasguños, sobre todo en su madre, el hecho de ser universitaria era motivo de orgullo para toda la familia. Por eso la noticia del embarazo la golpeó y ella misma lo sabía así. “Todo se me vino en contra: que nadie me iba a ayudar; que la universidad se me iba a complicar; que no iba a poder terminar los estudios...”, eran algunos de sus miedos. “Me superé bastante”, recuerda. “Yo era súper cariñosa, me gustaba salir, y

Francisca Ortiz cursa hoy cuarto año de Derecho. Su hija tiene dos años.

“A veces, cuando la veo, me altera pensar que podría no estar...”.

siempre había dicho que si quedaba embarazada no iba a tener. Eso fue lo primero que pensé”.

Y si bien reconoce que nadie le había dicho directamente de aborto ni la indujo a tomar esa decisión, la presión del entorno y las discusiones con su familia la convencieron de que esa era la mejor opción. “No le lo dicen en mala, pero te preguntan: que van a decir los vecinos y que van a pensar en la universidad, qué vergüenza, sobera y embarazada. Nadie entiende que en ese momento uno está más sensible y todo lo que te dicen te afecta al doble”.

Así, esa día, en la soledad de su casa, el computador la fue guiando. Pastillas, médicos e incluso una inyección eran las alternativas que aparecían. Todas tenían instrucciones, datos y precios. \$60 mil, por ejemplo, era el costo del misotrol. “La inyección, me daba miedo —explica—. Me daba miedo que no resultara y que la quijaliera nacer con problemas”.

Sin embargo, cada vez que escribía la palabra “aborto” en el buscador, aparecía entre las opciones “Chile Unido” y un número en el que se ofrecía ayuda. En medio de la desesperación, se decidió a marcarlo. “Cuando me contestaron, me di cuenta al fondo que yo no quería abortar. Lograr un calmarme, cuando iba a tomar una decisión que me marcaría para siempre”, recuerda. Ese número y una voluntaria a la que ni siquiera veía se transformaron en el soporte que le permitió enfrentar los meses que venían. “Me llamaban una vez a la semana y me seguían ayudando hasta que me pagaba un año: ayuda con temas médicos y económicos, pero lo principal fue que me sentí acompañada”.

Francisca Ortiz está hoy en cuarto año de Derecho y además trabaja. Josefina, su hija, tiene dos años. La estudiante universitaria reconoce que lo que vino después de decidir seguir adelante con su embarazo no fue fácil. “Era incómodo ir a la universidad con malestares, sintiéndome mal. Nadie entiende que de repente tienes que salir de la sala porque estás mal. Ni las sillas están hechas para embarazadas”, relata. Pero “todo cobró sentido el día en que nació la Jose”.

A veces, cuando la ve, me altera pensar que podría no estar...”, confiesa.

FONTE: SÁNCHEZ CAMPOS (2014).

continuar a gravidez. Há, sim, uma tentativa ao longo de texto de reforçar o posicionamento da entrevistada (SÁNCHEZ CAMPOS, 2014):

Explica que se siente profundamente agradecida por la oportunidad que le dio su madre al permitirle nacer y que si ha querido compartir su experiencia, há sido para expresar un mensaje de optimismo, que sirva a los jóvenes y les permita meditar acerca de la vida. [...] “Yo no soy religiosa, ni siquiera he hecho la confirmación. Pero creo que el mundo tiene que estar, en el momento que tiene que estar”. Así, “yo tengo que transmitirles a los jóvenes la importancia de respetar la vida, de que todo viene al mundo por algo, independiente de la forma en que venga. No podemos cortar ese ciclo”. [...] En medio del silencio de un piso subterráneo donde se guardan la ropa y accesorios de los bailarines, reconoce sentir tristeza cuando, en el fragor de la actual discusión pública, la violación se esgrime como argumento para abortar. “Me da pena cuando los escucho, y me pregunto: entonces, ¿ellos creen que yo no debería estar acá? ¿Piensan que yo debería estar muerta?”.

Na parte inferior da página, El Mercurio apresenta uma narrativa sobre a história de Francisca Ortiz, mãe universitária. Uma foto de mãe e filha acompanha o texto *Todo cobró sentido el día en que nació la Jose*. Ortiz chegou ao atendimento Chile Unido por meio de buscas no Google, quando descobriu a gravidez aos 22 anos. Era estudante de direito, solteira, gostava de sair e conta que sempre pensou que interromperia a gestação se fosse possível. Procurou o atendimento das voluntárias e encontrou acolhimento na sua decisão (SÁNCHEZ CAMPOS, 2014):

“Cuando me contestaron, me di cuenta al tiro de que yo no quería abortar. Lograron calmarme, cuando iba a tomar una decisión que me marcaría para siempre”, recuerda. Ese número y una voluntaria a la que ni siquiera veía se transformaron en el soporte que le permitió enfrentar los meses que venían. “Me llamaban una vez a la semana y me siguieron ayudando hasta que mi guagua cumplió un año: ayuda con temas médicos y económicos, pero lo principal fue que me sentí acompañada”.

No caderno Internacional, o tema aparece em raras ocasiões, como em março de 2012, na nota *Justicia argentina despenaliza el aborto en casos de violación*⁷¹. Trata-se de um texto de apenas um parágrafo na parte inferior esquerda da página, publicado sob o chapéu “Corte Suprema (Fallo unánime)”, que informa sobre a decisão da Justiça da Argentina que tornava a partir de então possível o aborto em caso de estupro. Não há citações, entrevistas ou qualquer tipo de contextualização. O jornal também não aproxima o fato noticiado da realidade chilena, onde o aborto é proibido na mesma situação. Não encontramos informações sobre a ação que moveu tal decisão da Corte Suprema: o caso de uma garota grávida vítima de um estupro do padrasto. O jornal no entanto informa que a descriminalização nesses casos também se estende aos profissionais da saúde que realizarem o procedimento.

⁷¹ JUSTICIA argentina despenaliza el aborto en casos de violación. *El Mercurio*, Santiago, 14 de mar. 2012, p. A4.

Segun el fallo, para que la mujer pueda realizarse la práctica, deberá completar una declaración jurada, dejando constancia del delito del que fue víctima, para que los profesionales que la asistan puedan interrumpir su embarazo sin responsabilidad penal. (JUSTICIA, 2012)

4.3 FOLHA DE S.PAULO (BRASIL)

No período analisado, o caso de maior cobertura foi o da menina de 9 anos, grávida de gêmeos após ser estuprada pelo padrasto em Pernambuco. Ela tinha 1,36 m e 33 kg quando a família descobriu a gestação a partir da realização de exames para saber o motivo das dores e náuseas que incomodavam a menina. Ao ser questionada, a criança acabou contando sobre os abusos que sofria do padrasto de 23 anos. Permitido por lei, o aborto foi realizado no Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), da UPE (Universidade de Pernambuco), apesar da pressão contrária de movimentos religiosos.

Após a interrupção da gestação, a mãe, os médicos e demais pessoas envolvidas na realização do procedimento foram excomungadas pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, que ganhou entrevistas, fotos e destaque nas páginas dos jornais.

O primeiro texto sobre o caso foi publicado no dia 5 de março sob o título *Menina de nove anos faz aborto e igreja protesta*⁷². Sem destaque nem foto, o texto dá destaque para a realização do aborto “mesmo com os protestos da Igreja e a falta de consenso entre os pais”. Há um foco na legalidade do processo, como mostram os trechos a seguir (AGÊNCIA FOLHA, 2009a):

De acordo com o Imip (Instituto Materno Infantil de Pernambuco), onde ela estava internada desde sexta, o setor jurídico aconselhou o adiamento do aborto pois os pais da menina não chegaram a um consenso sobre o procedimento —a mãe era favorável e o pai não. [...] Segundo [Sérgio] Cabral [diretor médico do hospital onde a menina foi internada], a interrupção da gravidez foi realizada, pois teve respaldo da Justiça, já que a menina foi vítima de violência sexual e tratava-se de uma gravidez de alto risco.

O texto não dá muitas informações sobre a conjuntura do caso, informa apenas que de que se tratava de uma gravidez fruto de uma violência sexual (AGÊNCIA FOLHA, 2009a): “Há uma semana, seu padrasto foi preso suspeito de a ter estuprado e engravidado”. Não há protagonismo da vítima e, além do fato de ter sido violentada, sabemos que “passa bem” após a realização do aborto. Mesmo assim, o foco é em seu útero, já que não há debate sobre outras consequências do abuso e da gravidez para a menina-mãe. “Segundo o diretor médico do

⁷² AGÊNCIA FOLHA. Menina de nove anos faz aborto e igreja protesta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 de mar. 2009a, p. C5.

hospital, Sérgio Cabral, ontem pela manhã o aborto por indução foi feito. No final da tarde, ela foi submetida a uma curetagem no útero e passa bem” (AGÊNCIA FOLHA, 2009a).

Além do hospital e seu representante, o diretor Sérgio Cabral, o jornal dá espaço à Igreja Católica, que “chegou a ameaçar fazer uma denúncia ao Ministério Público de Pernambuco para tentar evitar o ‘assassinato de duas crianças’”, e ao Ministério Público, que “não deve intervir no caso” (AGÊNCIA FOLHA, 2009a).

No dia seguinte, a história continua em pauta, mas com mais destaque: as matérias sobre a interrupção da gestação da menina de nove anos ocupam mais da metade de uma página do caderno Cotidiano. O texto principal, *Igreja excomunga mãe e médicos após aborto*⁷³, a foto principal e a entrevista que o acompanham dão protagonismo ao arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho. A posição de destaque para o religioso também é reforçada nas duas linhas finas, que colocam a violência sofrida pela menina-mãe em segundo plano e direcionam o debate para as declarações relacionadas ao arcebispo. Informam os textos (BAPTISTA, 2009a): “Segundo o arcebispo de Olinda e Recife, ‘lei de Deus está acima de todas as coisas’; menina de 9 anos estava grávida do padrasto” e “Ministro Temporão, da Saúde, classificou a posição de ‘extrema’ e ‘inadequada’; diretor do hospital não quis comentar declarações”.

No texto, o primeiro parágrafo privilegia informações sobre a excomunhão da mãe e dos médicos que realizaram o aborto. “A garota, por ser menor de idade, não foi excomungada”, diz ainda o texto (BAPTISTA, 2009a). O arcebispo é a primeira fonte citada:

“O médico dizia que havia o risco [de morte da menina], mas o fim não justifica os meios. A boa finalidade de salvar a vida dela não podia ter suprimido duas vidas humanas”, disse o arcebispo. “Devemos lembrar que a lei de Deus está acima de todas as coisas”. De acordo com o religioso, o aborto é um crime previsto nas leis de Deus e quem o induziu está automaticamente excluído da comunhão com a Igreja — não pode mais receber a eucaristia ou outros sacramentos, como o casamento; mas não está banido de participar de celebrações da Igreja, como missas. (BAPTISTA, 2009a)

Tal declaração é criticada pelo ministro José Gomes Temporão e pela secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque. A fala de Temporão aparece também em destaque em um olho no meio do texto (BAPTISTA, 2009a): “Fiquei chocado com a posição radical desse religioso, que, ao dizer que defende uma vida, coloca em risco uma outra [a da menina de 9 anos]”.

Em dois momentos, a reportagem justifica a legalidade do aborto: na fala do ministro, “A lei é bastante clara: garante e protege o que foi feito”, e no último parágrafo, “O aborto é permitido por lei em vítimas de estupro até a 20ª semana de gestação e pode ser feito conforme a avaliação médica, sem autorização judicial” (BAPTISTA, 2009a).

⁷³ BAPTISTA, Renata. Igreja excomunga mãe e médicos após aborto. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009a, p. C3.

FIGURA 12 – Folha publica reportagem sobre o caso da menina de 9 anos que engravidou após ser abusada pelo padrasto em Alagoinha (PE)

FOLHA DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2009

cotidiano C3

Igreja excomunga mãe e médicos após aborto

Segundo arcebispo de Olinda e Recife, 'lei de Deus está acima de todas as coisas'; menina de 9 anos estava grávida do padrasto

Ministro Temporão, da Saúde, classificou a posição de 'extrema' e 'inadequada'; diretor do hospital não quis comentar declarações

RENATA BAPTISTA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

A Igreja Católica excomungou a mãe da menina de nove anos de Alagoinha (230 km do Recife) e os médicos responsáveis pelo aborto realizado antontem, segundo o arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho. A garota, por ser menor de idade, não foi excomungada. A posição da Igreja foi criticada pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

A menina estava grávida de gêmeos de cerca de quatro meses. O padrasto dela, que foi preso, confessou à polícia que abusava sexualmente dela e da irmã mais velha, de 14 anos e que possui problemas mentais, há cerca de três anos.

"O médico dizia que havia o risco [de morte da menina], mas o fim não justifica os meios. A boa finalidade de salvar a vida dela não podia ter suprimido duas vidas humanas", disse o arcebispo. "Devemos lembrar que a lei de Deus está acima de todas as coisas."

De acordo com o religioso, o aborto é um crime previsto nas leis de Deus e quem o induziu está automaticamente excluído da comunhão com a Igreja — não pode mais receber a eucaristia ou outros sacramentos, como o casamento; mas não está banido de participar de celebrações da Igreja, como missas.

A arquidiocese ameaçou fazer uma denúncia ao Ministério Público para tentar evitar o procedimento, mas, conforme o arcebispo, suas ações não surtiram efeito e "duas crianças foram assassinadas".

Arcebispo d. José Cardoso Sobrinho; arquiocese ameaçou ir ao Ministério Público para impedir aborto

A menina permanecia internada ontem na maternidade do Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), ligado à Universidade de Pernambuco, acompanhada da mãe. A reportagem não conseguiu falar com a mãe.

O diretor médico do hospital, Sérgio Cabral, disse que o estado clínico dela era muito bom, mas ainda não havia previsão de alta, pois precisaria ser submetida a exames. "Ela fica brincando com a boneca e o ursinho dela. É uma criança. Não sei se ela entende o que passou."

Cabral não quis comentar as declarações do arcebispo. Conforme ele, a menina, que tem 1,36 m e 33 kg, poderia morrer caso levasse a gravidez adiante.

O ministro Temporão fez duras críticas à Igreja e ao arcebis-

po no programa "Bom Dia, Ministro". "A posição da Igreja é extrema, radical, inadequada", disse. "Fiquei chocado com a posição radical desse religioso, que, equivocadamente, ao dizer que defende uma vida, coloca em risco outra vida tão importante como qualquer outra."

Fiquei chocado com a posição radical desse religioso, que, ao dizer que defende uma vida, coloca em risco uma outra [a da menina de 9 anos]

JOSÉ GOMES TEMPORÃO
Ministro da Saúde

Temporão defendeu o aborto realizado. "A lei é bastante clara: garante e protege o que foi feito. Do ponto de vista biológico, não acredito que ela teria condição de levar a termo essa gestação, de gêmeos, que colocaria em risco sua vida."

A secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque, afirmou que o governo presta assistência à vítima e que a posição do arcebispo é "inadequada e pouco humanitária". "Isso mostra a posição arcaica da Igreja, que não se adequa à realidade do estado laico e da democracia."

O aborto é permitido por lei em vítimas de estupro até a 20ª semana de gestação e pode ser feito conforme a avaliação médica, sem autorização judicial.

Colaboração: JOHANNA NUBLAT e SÓFIA FERREIRAS, da Sucessão de Brasília

entrevista

Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico

LAURA CAPRIGLIONE
DA REPORTAGEM LOCAL

O médico Rivaldo Mendes de Albuquerque, 51, professor de ciências médicas da Universidade Estadual de Pernambuco, foi um dos profissionais que interromperam a gestação da menina de 9 anos, grávida de gêmeos.

Católico praticante, todo domingo ele pode ser encontrado na missa, aonde vai para pedir "luz e compreensão". Sobre a excomunhão decretada por dom José Cardoso Sobrinho, o médico disse: "Tenho pena do nosso arcebispo, que não conseguiu ter misericórdia por uma criança inocente, desntrida, franzina, em risco de vida, que sofre violência desde os seus seis anos".

FOLHA - Como um católico praticante recebe a excomunhão?

RIVALDO MENDES DE ALBUQUERQUE - Com tristeza. Mas não foi a primeira vez. Quando o serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual da universidade foi inaugurado em 1996, o mesmo dom José Cardoso Sobrinho nos excomungou a todos, porque o serviço, entre outros atendimentos, realiza as interrupções de gestação nos casos previstos em lei.

FOLHA - Então a pergunta é: como um católico faz abortos, apesar da proibição religiosa?

ALBUQUERQUE - Primeiro, é

preciso que fique claro. Não foi Deus que proibiu a interrupção da gestação em qualquer caso. Foram os homens da Igreja. E eles erram. Quando comecei a trabalhar neste programa, conversei com minha mãe, então com 80 anos, católica praticante desde sempre. Perguntei se me condenaria por interromper a gestação de mulheres estupradas. Ela me disse que não. Que se fosse com ela, gostaria de encontrar um médico compassivo com sua situação. A mesma pergunta fiz à minha mulher — mesma resposta. Tenho duas filhas. O que faço por outras mulheres é o que eu gostaria que fizessem pelos meus entes queridos se com eles ocorresse uma tragédia dessas.

FOLHA - Dom José Cardoso Sobrinho falou com alguém da equipe do Cisam?

ALBUQUERQUE - Não. Mas, se tivesse falado, o procedimento adotado teria sido o mesmo. Nós não recebemos um único centavo a mais para fazer esse tipo de intervenção. Fazemos pelo respeito. Fazemos pelo respeito que uma mulher vítima de violência merece, e que o arcebispo, infelizmente, trata sem nenhuma misericórdia. Veja que curioso: quem nos condenou à excomunhão não proferiu uma só palavra a respeito do homem que estuprou essa criança.

FOLHA - Como é a menina?

ALBUQUERQUE - Estava no quarto mês de gestação. Típica vítima da miséria. A mãe pensava que a barriga era decorência de vermes, por isso não tomou providências antes. É uma criança desntrida, que brinca com boneca.

Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE

DA AGÊNCIA FOLHA

Uma menina grávida de 11 anos está prestes a ter bebê após ser estuprada pelo pai adotivo, em caso semelhante ao da gravidez de uma garota de nove anos que foi interrompida em Pernambuco antontem.

A criança é de Irai (481 km de Porto Alegre) e está no sétimo mês de gestação. Ela está internada desde a semana passada, em Tenente Portela, em ala para grávidas com risco moderado. O hospital e o Conselho Tutelar não dão mais informações sobre o caso.

O bispo da Diocese de Frederico Westphalen, Antonio Carlos Keller, diz que o pároco local acompanha o caso desde que a tia (responsável pela garota) tomou conhecimento dele. Ele afirma que a família, que é católica, não cogitou o aborto.

O pai adotivo, um pedreiro de 51 anos, tio da menina, foi indiciado sob acusação de estupro. A Polícia Civil pediu a prisão dele. A garota vive com a tia e o marido dela desde os seis meses de idade, mas a adoção nunca foi oficializada, segundo o delegado Antônio Maieron, que investiga o caso. O casal che-

gou há pouco mais de um ano e meio em Irai, de acordo dele.

O homem fugiu quando a investigação teve início, mas depois se apresentou à polícia. De acordo com o delegado, ele confessou que abusou da garota uma vez, em uma noite de embriaguez, mas disse que a iniciativa partiu da adolescente. Na versão da garota, foram três relações.

Como ela está no sétimo mês de gestação, a legislação não permite o aborto, que é possível até a 20ª semana (cerca de cinco meses) em casos de estupro e risco para a gestante.

CPI aprova quebra de sigilo de acusados de atuar em rede de pedofilia em Catanduva

ROBERTO MADUREIRA
DA FOLHA DE RIBEIRÃO

Os sete senadores da CPI da Pedofilia aprovaram, por unanimidade, a quebra de sigilo telefônico de oito acusados e 14 vítimas de uma suposta rede de pedofilia de Catanduva (SP).

"A juíza do caso [Sueli Juarez Alonso] disse que suspeitava de uma tentativa de acobertamento de pessoas com poder aquisitivo alto ainda no primeiro inquérito", afirmou o senador Romeu Tuma (DEM-SP).

O primeiro inquérito foi aberto neste ano e encerrado

em 15 dias, após a prisão do boraço José Barra Nova de Melo, 46, o Zé da Pipa, acusado de abusar de ao menos 18 crianças. Ele não tem advogado.

A investigação foi aberta pela delegada-titular da Delegacia de Defesa da Mulher, Maria Cecília Corrêa Sanches, mas concluída pela interina, Rosana da Silva Vanni. Nenhuma delas comentou a acusação da juíza — que não deu declarações.

Durante a primeira apuração, outros dois suspeitos foram detidos e soltos em seguida, entre eles William Melo de Sousa, 19, que foi reconhecido

pelas vítimas e preso novamente após o segundo inquérito. Na mesma ocasião foi preso Eduardo Arquino, 19, solto no dia seguinte por falta de indícios. Dois menores, de 16 e 17 anos, foram apreendidos acusados de aliciar as crianças.

Além de Zé da Pipa, os dois menores, Sousa e Arquino, também foram alvo da quebra de sigilo do médico Wagner Rodrigo Bida Gonçalves, 29, o empresário José Emmanuel Volpon Diogo, 44, e André Luiz Cano Centurion, 22, filho de um comerciante. A Folha não conseguiu ouvir os acusados.

FONTE: BAPTISTA, 2009a

Em três trechos, o texto apresenta de forma breve o contexto do caso e nos dá referências sobre as características físicas e psicológicas da menina-mãe naquele momento (BAPTISTA, 2009a):

A menina estava grávida de gêmeos de cerca de quatro meses. O padrasto dela, que foi preso, confessou à polícia que abusava sexualmente dela e da irmã mais velha, de 14 anos e que possui problemas mentais, há cerca de três anos. [...] A menina permanecia internada. Ontem na maternidade do Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), ligado à Universidade de Pernambuco, acompanhada da mãe. A reportagem não conseguiu falar com a mãe. O diretor médico do hospital, Sérgio Cabral, disse que o estado clínico dela era muito bom, mas ainda não havia previsão de alta, pois precisará ser submetida a exames. “Ela fica brincando com a boneca e o ursinho dela. É uma criança. Não sei se ela entende o que passou”. [...] Conforme ele, a menina, que tem 1,36 m e 33 kg, poderia morrer caso levasse a gravidez adiante.

Ao lado do texto principal, há uma entrevista com o médico Rivaldo Mendes de Albuquerque⁷⁴, que participou da interrupção da gravidez da menina de 9 anos intitulada *Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico*. Assim como a matéria de abertura, o foco da entrevista é a excomunhão, com especial ênfase na religiosidade do médico, como pode ser percebido no segundo parágrafo que antecede as perguntas: “Católico praticante, todo domingo ele pode ser encontrado na missa, aonde vai para pedir ‘luz e compreensão’” (CAPRIGLIONE, 2009).

Além disso, três das quatro perguntas ao especialista, que teve contato várias vezes com a vítima, referiam-se à religião (CAPRIGLIONE, 2009): “Como um católico praticante recebe a excomunhão?”, “Como um católico faz abortos, apesar da proibição religiosa?”, “Dom José Cardoso Sobrinho falou com alguém da equipe do Cisam?”. A última questão é a única que trata da vítima (CAPRIGLIONE, 2009, grifo do autor):

FOLHA- Como é a menina?

ALBUQUERQUE - Estava no quarto mês de gestação. Típica vítima da miséria. A mãe pensava que a barriga era decorrência de vermes, por isso não tomou providências antes. É uma criança desnutrida, que brinca com boneca.

Antes disso, na introdução à entrevista, há uma fala do médico que nos aproxima da menina-mãe: “Tenho pena do nosso arcebispo, que não conseguiu ter misericórdia por uma criança inocente, desnutrida, franzina, em risco de vida, que sofre violência desde os seus seis anos” (CAPRIGLIONE, 2009).

Naquele dia, um terceiro texto compõe a cobertura sobre o caso. Intitulada *Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE*⁷⁵, a matéria tem duas fontes: o bispo local e o delegado de polícia. Já no segundo parágrafo o jornal informa que o hospital e o conselho tutelar não deram mais informações sobre o caso, abrindo espaço para a igreja se manifestar sobre a possibilidade de interrupção da gestação. “O bispo da Diocese de

⁷⁴ CAPRIGLIONE, Laura. Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009, p. C3.

⁷⁵ AGÊNCIA FOLHA. Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009b, p. C3.

Frederico Westphalen, Antonio Carlos Keller, diz que o pároco local acompanha o caso desde que a tia (responsável pela garota) tomou conhecimento dele. Ele afirma que a família, que é católica, não cogitou o aborto” (AGÊNCIA FOLHA, 2009b).

O primeiro parágrafo faz um resumo do caso: uma menina gaúcha grávida após ser estuprada pelo pai adotivo. Em dois momentos há informações específicas sobre o estado de saúde da menina e o contexto em que o abuso ocorreu (AGÊNCIA FOLHA, 2009b):

A criança é de Iraí (481 km de Porto Alegre) e está no sétimo mês de gestação. Ela está internada desde a semana passada, em Tenente Portela, em ala para grávidas com risco moderado. [...] O pai adotivo, um pedreiro de 51 anos, tio da menina, foi indiciado sob acusação de estupro. A Polícia Civil pediu a prisão dele. A garota vive com a tia e o marido dela desde os seis meses de idade, mas a adoção nunca foi oficializada, segundo o delegado Antônio Maieron, que investigou o caso. O casal chegou há pouco mais de um ano e meio em Iraí, de acordo dele.

Ao final, assim como no texto principal, há uma justificativa legal para a medida adotada. “Como ela [a menina-mãe] está no sétimo mês de gestação, a legislação não permite o aborto, que é possível até a 20ª semana (cerca de cinco meses) em casos de estupro e risco para a gestante” (AGÊNCIA FOLHA, 2009b).

No dia 7 de março, o tema é tratado nas matérias que abrem duas páginas do caderno Cotidiano, sendo que nos dois casos o assunto principal é o arcebispo: o primeiro com uma entrevista com o religioso (*Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro*⁷⁶) e o segundo com o posicionamento do então presidente Lula (*Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável*⁷⁷).

A reportagem com a entrevista, concedida à Folha “por cerca de uma hora, na sede da regional da CNBB em Recife”, do arcebispo ocupa a capa do Cotidiano no dia 7, espaço mais nobre do caderno naquele dia. O texto foi distribuído em uma coluna inteira à esquerda da página. Na primeira linha-fina, há mais informações sobre as declarações do arcebispo (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Dom José defende não excomungar o padrasto da menina de nove anos, que a estuprou” e “Ele afirmou que Lula é um católico ‘mais ou menos’ por ter criticado a decisão de excomungar mãe e médicos responsáveis pelo aborto”.

O texto é dominado pelos argumentos do religioso contra o aborto e informações sobre a excomunhão da mãe e dos médicos que realizaram o procedimento, bem como a não inclusão do padrasto, acusado de ter estuprado a menina, na pena. Há, no entanto, breves referências no texto à garota, que nos dão informações sobre o seu estado de saúde e o contexto do caso.

⁷⁶ BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009a, p. C1.

⁷⁷ BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009b, p. C3.

Primeiro, logo após a fala do arcebispo de condenação da interrupção (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Para os médicos, a continuidade da gestação de gêmeos poderia ser fatal à menina, que pesa cerca de 30 quilos”. Depois, na citação da fala do médico ouvido no dia anterior (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Tenho pena do nosso arcebispo, que não conseguiu ser misericordioso com o sofrimento de uma criança inocente, desnutrida, franzina, em risco de vida, que sofre violência desde os seus seis anos”. E no último parágrafo, que apresenta uma breve atualização do caso (BAPTISTA, ODILLA, 2009a):

A menina, que estava com quase quatro meses de gravidez de gêmeos e passou pelo aborto na quarta, recebeu ontem alta. Ela e a mãe foram levadas a um abrigo em local não divulgado. A menina vai continuar recebendo atendimento médico e psicológico. O padrasto está preso desde o dia 27, no presídio de Pesqueira, cidade vizinha a Alagoinha, onde a família morava.

A segunda página dedicada ao assunto traz como destaque a entrevista com o presidente Lula (BAPTISTA, ODILLA, 2009b) sobre as declarações do arcebispo. Ao contrário da página ocupada pela entrevista com o arcebispo, no entanto, o posicionamento de Lula divide espaço com um texto sobre a nota da CNBB sobre o caso da menina e o comentário de um padre defendendo a gravidez. Há destaque no alto da página para as aspas dos dois entrevistados principais com foto, Lula e o arcebispo, e à repercussão do caso em jornais internacionais, com ênfase para a excomunhão. No texto desta página, há uma foto da menina com o rosto coberto. A imagem, no centro do texto, ajuda-nos a construir uma ideia mais concreta sobre a menina, seu desenvolvimento físico e de que como seria aquele corpo franzino carregar uma gestação de gêmeos. Em comparação à mulher que a acompanha, a menina parece pequena e frágil.

O texto que abre a página, no entanto, não traz informações sobre a menina e limita-se à discussão sobre a excomunhão dos envolvidos na realização do aborto. O presidente Lula é a principal fonte, mas divide espaço com as respostas do arcebispo sobre suas declarações.

“Como cristão e como católico, lamento profundamente que um bispo da Igreja Católica tenha um comportamento conservador como este. Não é possível permitir que uma menina estuprada pelo padrasto tenha esse filho, até porque ela corria risco de vida”, afirmou o presidente. [...] O arcebispo rebateu as críticas do presidente. Disse que para algumas coisas é, sim, conservador. “Se o assunto é não matar, todos devemos ser conservadores até a morte.” (BAPTISTA, ODILLA, 2009b)

Abaixo do texto principal, outros dois textos reforçam o viés religioso do debate sobre o caso da menina de 9 anos. Na matéria *Em nota, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’*⁷⁸, há um posicionamento da instituição católica sobre o estupro, “Repudiamos veementemente este ato insano”, e críticas à legislação brasileira sobre aborto (EM NOTA, 2009). O jornal também

⁷⁸ EM NOTA, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.

aponta os silêncios da entidade, que “não faz referência à excomunhão da mãe da menina [...] e dos médicos” e “não comenta as afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o caso” (EM NOTA, 2009).

No pequeno texto *Aos 6 meses de gestação, parto seria possível, diz padre*⁷⁹, a Folha apresenta uma entrevista com um médico da CNBB, que disse não acreditar que a menina-mãe “corresse risco imediato de morrer por causa da gestação. ‘Todo organismo feminino que concebe tem capacidade de conduzir a gestação’, afirmou” (AOS SEIS MESES, 2009). Não há outras fontes para comentar tais afirmações.

Nos dias 6 e 7 de março de 2009, auge da cobertura na Folha, apenas duas das dez reportagens não citaram no título a igreja ou o arcebispo dom José Cardoso, que excomungou a menina, sua mãe e os médicos responsáveis pela interrupção da gravidez.

Nos dois dias, apenas uma matéria não fazia referência no texto à religião, à igreja ou ao arcebispo. Em algumas reportagens (*‘Fim não justifica os meios’, diz arcebispo*, *Crítica da Igreja é chocante, afirma ministro da saúde*, *Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável* e *Em nota, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’*), há mais citações de uma dessas três palavras do que à vítima. Na matéria principal do dia 6 de março há uma única foto, do arcebispo dom José Cardoso Sobrinho, a fonte mais citada em algumas das reportagens analisadas.

No texto com a entrevista com o presidente Lula, há três parágrafos dedicados à resposta do arcebispo às críticas do presidente –repetidas no primeiro texto, que, por sua vez, não teve espaço para a defesa de Lula.

Nos dias 6 e 7 de março, duas matérias eram entrevistas com o religioso, uma informava sobre uma nota da CNBB e uma era uma análise de um padre sobre o caso. Desse modo, é possível apreender que a igreja e seus representantes ocuparam espaço central nos dois dias de cobertura.

Apesar de dar espaço às críticas sobre o posicionamento da igreja, o jornal perdeu o foco na vítima, nas consequências de uma possível gravidez e do aborto, na compreensão do caso em relação à outra violência sofrida (o abuso sexual), à interrupção da gestação enquanto direito, enquanto os holofotes do debate ficaram restritos aos argumentos religiosos (e suas críticas diretas) sobre o aborto.

⁷⁹ AOS 6 MESES de gestação, parto seria possível, diz padre. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.

FIGURA 13 – Publicação do dia 7 de mar. 2009 na Folha de S.Paulo sobre caso da menina de Alagoinha (PE)

FOLHA DE SP PAULO

SÁBADO, 7 DE MARÇO DE 2009

cotidiano C3

O QUE DISSE O PRESIDENTE

Conservador "Como cristão e como católico, lamento que um bispo da Igreja Católica tenha um comportamento conservador como este. Não é possível permitir que uma menina estuprada pelo padrasto tenha esse filho, até porque ela corre risco".

Medicina [Neste caso] A medicina está mais correta que a igreja".

Responsabilidade "A gente não pode colocar filho no mundo e achar que é o Estado que tem que cuidar. Quem tem que cuidar é a família".

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA presidente da República

Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável

'Se o assunto é não matar, todos devemos ser conservadores até a morte', diz arcebispo

Presidente, que se classifica como cristão e católico, no caso da menina de nove anos, a medicina está mais correta que a igreja'

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE DA ENVIADA ESPECIAL A VITÓRIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem a Igreja Católica, classificando como "conservadora" a decisão do arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, de excomungar a mãe da menina de nove anos que interrompeu a gravidez de gêmeos após ser estuprada pelo padrasto.

Para o presidente, nesse caso, "a medicina está mais correta que a igreja". "Como cristão e como católico, lamento profundamente que um bispo da Igreja Católica tenha um comportamento conservador como este. Não é possível permitir que uma menina estuprada pelo padrasto tenha esse filho, até

A garota de 9 anos que foi estuprada pelo padrasto e fez aborto

porque ela corre risco de vida", afirmou o presidente. Lula acredita que a medicina salvou a vida da menina que, agora, precisará de tratamento psicológico e, segundo ele, "possivelmente levará décadas para voltar à normalidade".

O arcebispo rebateu as críticas do presidente. Disse que para algumas coisas é sim, conservador. "Se o assunto é não

matar, todos devemos ser conservadores até a morte". Segundo o religioso, Lula deveria procurar uma assessoria teológica antes de se pronunciar sobre o assunto, uma vez que demonstra não conhecer as leis da igreja, apesar de ele se declarar "cristão e católico".

"Até acredito que ele seja (cristão e católico). Tem pessoas que são católicas, mas que

não são suficientemente instruídas sobre a lei de Deus."

Exemplo dentro de casa A crítica de Lula à Igreja Católica foi feita na manhã de ontem, logo após o lançamento do Programa Território de Paz, em Vitória (ES). Durante o discurso aos moradores do bairro São Pedro, região mais carente da capital capixaba e com elevadas taxas de criminalidade, Lula fez referência ao caso para dizer que os pais precisam dar exemplo dentro de casa.

"A gente não pode também colocar filho no mundo e achar que é o Estado que tem que cuidar. Quem tem que cuidar é a própria família", disse.

Lula lamentou o fato de os meios de comunicação não colaborarem para combater a violência, limitando-se a mostrar casos de jovens delinquentes e ignorando "os milhões que estão estudando e que estão trabalhando".

DOM JOSÉ CARDOSO SOBRINHO, arcebispo de Olinda e Recife (PE)

O QUE DISSE O ARCEBISPO

Mais ou menos "Católico que é católico aceita a lei da igreja. Quem não aceita é católico mais ou menos, e isso não existe".

Lei de Deus A igreja condena todos os pecados. Homicídio e pecado. Quem comete não está excomungado, mas é um pecado grave. Roubar, assaltar e estuprar são pecados, mas não são tão graves como o aborto.

Desconhecimento "Até acredito que ele [Lula] seja (cristão e católico). Há católicos que não são suficientemente instruídos sobre a lei de Deus."

DOM JOSÉ CARDOSO SOBRINHO, arcebispo de Olinda e Recife (PE)

Em nota, CNBB diz que estupro foi 'ato insano'

DA SUCESSAL DE BRASÍLIA

O estupro da menina de nove anos pelo padrasto em Pernambuco foi um "ato insano", de acordo com nota divulgada ontem pela presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que se disse "perplexa".

"Repudiamos veementemente este ato insano e defendemos a rigorosa apuração dos fatos, e que o culpado seja devidamente punido, de acordo com a Justiça", diz o texto.

A nota da instituição não faz referência à excomunhão da mãe da menina, que autorizou o aborto, e dos médicos que o conduziram, anunciada anteriormente pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho.

Também não comenta as afirmações do presidente Lula Inácio Lula da Silva sobre o caso e a reação da igreja.

No texto, a CNBB também reforçou o posicionamento contrário à interrupção da gravidez — defendido por dom José Cardoso Sobrinho — citando trecho de outra nota, divulgada pelos bispos da Região Nordeste 2 da instituição, na qual estão Estado de Pernambuco.

"Diante da complexidade do caso, lamentamos que não tenha sido enfrentado com a seriedade, tranquilidade e o tempo necessário que a situação exigia. Além disso, não concordamos com o desfecho final de eliminar a vida de seres humanos indefesos".

Direitos humanos

A segunda nota faz críticas à legislação brasileira, que, afirma o texto, reflete "a cultura dominante, que nem sempre respeita os princípios éticos e naturais" — a lei permite o aborto em vítimas de estupro ou quando a gestante corre risco de vida.

Ao falar que a instituição defende a vida historicamente, o texto lembra que esse "princípio norteou a prática da igreja no Brasil, também na época do regime militar, instaurado em 1964, quando se colocou a favor da vida e da dignidade das pessoas, defendendo os direitos humanos dos perseguidos, torturados e refugiados políticos".

FOLHA ONLINE

Leia as integrações das notas da CNBB

www.folha.com.br/090653

Neste verão, para cuidar da pele use protetor solar. Para cuidar de todo o resto use Purificador Brastemp.

Assine o Purificador de Água Brastemp. O único que garante água pura na sua casa sempre.

Aos 6 meses de gestação, parto seria possível, diz padre

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Formado em medicina, o padre Herardo Graz, da Comissão em Defesa da Vida da Regional da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que atua no Estado de São Paulo, defendeu ontem que a gravidez da menina de nove anos em Pernambuco poderia ter sido mantida até por volta de seis meses, quando o parto dos fetos gêmeos poderia ser viável.

De acordo com ele, isso seria possível com acompanhamento médico intensivo.

O religioso disse não acreditar que criança corresse risco imediato de morrer por causa da gestação. "Todo organismo feminino que concebe tem capacidade de conduzir a gestação", afirmou.

Para ele, o esforço deve ser sempre feito para salvar tanto a vida da mãe como do feto.

Mais 12 crianças são identificadas como vítimas de suposta rede de pedofilia

ROBERTO MADUREIRA DA FOLHA DE BRASÍLIA

Outras 12 crianças de Catandara (interior de SP) foram identificadas como vítimas de uma suposta rede de pedofilia, segundo para 36 o número de meninas e meninos de 5 a 14 anos que disseram ter sofrido abuso. A Justiça recebeu ontem a denúncia oficial das famílias.

Ontem, ao menos quatro vítimas que ainda não estavam relacionadas no grupo inicial de 24 prestaram depoimento. Elas relataram aos promotores detalhes da casa de alto padrão, em bairro nobre da cidade, onde dizem ter sofrido abuso. A suspeita é que a casa seja do médico Wagner Rodrigo Brida Gonçalves, 29.

"Minhas filhas só me contaram ontem [ontem], após umas conversas abertivas no grupo", disse a mãe de duas meninas incluídas no caso.

Uma outra mãe, que já tinha um filho de 11 anos envolvido, descobriu que as filhas de nove e seis anos também teriam sido fotografadas e sofrido abuso.

"Elas falaram, inclusive, de uma criança, que até então ninguém tinha citado", afirmou a mãe.

Os promotores, a juíza e a delegada do caso, que participaram dos depoimentos, não dão entrevistas desde a última segunda, quando o processo passou a ser segredo de Justiça.

Ontem, em entrevista coletiva, o advogado José Luis de Oliveira Melo, que faz a defesa do médico, disse que as acusações são "mentirosas e levianas".

"Se essas crianças reconhecerem os golfinhos na casa dele [espécie de fonte na piscina], eu resso minha carteira da OAB. Ele passou por 11 reconhecimento e não foi identificado."

A Polícia Federal informou que o inquérito federal sobre o caso foi aberto na última quinta-feira. A atribuição da PF no caso será investigar o destino do material produzido sobre os materiais na internet.

Quebra de sigilo

Anteontem, a CPI da Pedofilia aprovou a quebra do sigilo telefônico de oito suspeitos. Dois deles, o bormacheiro José Barra Nova de Melo, 46, e seu sobrinho, William Melo de Sousa, 19, estão presos e dois menores, apreendidos. Os outros são o empresário José Emmanuel Volpon (Diogo, 44, o al-mexarife Eduardo Augusto Arquinho, 19, e André Camo Centurion, 22, filho de comerciante.

Os advogados dos suspeitos não quiseram se pronunciar. Um funcionário do empresário disse que ele estava em viagem.

MULTIMÍDIA

Veja a repercussão do caso na imprensa internacional

EL PAÍS

» O periódico espanhol publicou texto sobre a excomunhão da mãe e dos médicos que frearam a gestação de uma garota de nove anos, que foi violentada pelo padrasto?

CORRIERE DELLA SERA

» "Brasil: menina estuprada aborta. Bispo excomunga os médicos: Crime" foi o manchete sobre o caso da menina de Pernambuco no site jornal italiano

NEW YORK TIMES

» O diário norte-americano trouxe em sua edição on-line uma pequena reportagem sobre o aborto e as críticas que a igreja fez sobre a interrupção da gravidez

BBC

» "Arcebispo brasileiro disse que todos os que ajudaram a garota vítima de estupro a abortar estão excomungados pela igreja", informou a emissora estatal britânica em seu site

A segunda fonte mais citada foram os médicos, incluindo o posicionamento do então ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Dar voz aos médicos, no entanto, não significou nas reportagens silenciar o discurso religioso.

A partir da análise dos textos desses dois dias de cobertura do caso, fica claro o destaque dado pela reportagem da Folha de S.Paulo à Igreja Católica, conhecida pelo seu posicionamento contrário ao aborto em qualquer situação. Como os médicos foram ouvidos em várias matérias, é possível identificar que o debate, nesses dois dias de cobertura, foi direcionado para oposição entre igreja e medicina. Verifica-se ainda a ausência de fontes relacionadas ao direito das mulheres ou das crianças, e de familiares ou pessoas que conheçam a vítima.

Nas matérias, o papel de protagonista foi ocupado pelo arcebispo (e não pela vítima), que teve mais espaço do que a história da menina. Não há, nas reportagens analisadas, informações que apresentem para o leitor o contexto social em que o abuso e o aborto foram realizados. Há duas menções, sem aprofundamento, que indicam que a família era pobre: quando o médico Rivaldo Mendes de Albuquerque diz que a menina é uma “típica vítima da miséria” e quando a secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque, diz que a mãe e filha seriam encaminhadas para um abrigo público. Do mesmo modo, as reportagens não apresentam dimensão histórico-cultural do caso. Os diagnósticos e prognósticos ficam a cargo das entrevistas com médicos e a Igreja Católica, principais fontes citadas nas reportagens, todas oficiais.

No dia 22 de março de 2009, o caso volta a ocupar duas páginas do caderno Cotidiano, da Folha de S.Paulo. O primeiro texto, *Após aborto, garota de nove anos recebe apoio psicológico*⁸⁰, tem uma foto da menina de costas, levada pela mão por uma mulher de roupa branca também não identificada. O cabelo preso, a blusa vermelha infantil com estampa de estrelas brancas e o corpo franzino dão ao leitor uma ideia clara do corpo e das condições físicas da garota que quase virou mãe de gêmeos. A mãozinha que segura a acompanhante mostra seu caráter de criança, reforçado em várias partes do texto que, dessa vez, enfatiza as condições físicas e psicológicas da vítima, o contexto cultural e econômico dela e da família que viviam no interior de Pernambuco.

As duas linhas finas já mostram um pouco dessa realidade: “Mãe não quer retornar a Alagoinha por temer que filhas fiquem marcadas e não consigam retomar as suas vidas” e “Secretaria Especial da Mulher afirma que menina passa bem e não faz ideia de que passou por um aborto para interromper a gravidez” (BAPTISTA, 2009b).

⁸⁰ BAPTISTA, Renata. Após aborto, garota de nove anos recebe apoio psicológico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 de mar. 2009b, p. C6.

Em vários trechos, a jornalista destaca o caráter infantil da menina, que “passa os dias desenhando, pintando e brincando com bonecas em um abrigo em Recife, com a mãe e a irmã, de 14 anos” (BAPTISTA, 2009b).

A Secretaria Especial da Mulher, órgão estadual responsável pela tutela da menina, afirma que ela passa bem, tem recebido apoio médico e psicológico e não faz ideia de que passou por um aborto para interromper a gravidez de gêmeos —que estava no quarto mês. [...] A secretária da Mulher, Cristina Buarque, afirmou, logo depois do aborto, que a menina pensava que havia sido submetida a um procedimento para se livrar de vermes. A secretária executiva da pasta, Lucidalva Nascimento, diz que a garota não entende o que passou pois é “muito menina”, e que ela realmente acredita que estava apenas com verminose. (BAPTISTA, 2009b)

O texto cita a repercussão do caso com a igreja e o fato de que o arcebispo excomungou a mãe e os médicos que realizaram o aborto, mas isso não é o foco principal da matéria. A menina não fala diretamente, mas a repórter ouve as pessoas que a cercam, incluindo seu pai. Pela primeira vez, o jornal fala do estigma do abuso e do aborto, fato que leva a mãe da garota a temer o retorno à cidade de 14 mil habitantes onde o crime aconteceu.

Há também informações sobre contexto social em que a família vivia: uma casa alugada na zona urbana de Alagoinha, de dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Na escola, diz o texto, ela era “carinhosa e nunca faltava às aulas. “Mesmo assim, apresentava déficit de aprendizado que a fez repetir o ano passado” (BAPTISTA, 2009b).

A seguir, a matéria traz trechos da entrevista (BAPTISTA, 2009b) com o pai da menina, identificado apenas pela profissão de lavrador. Daí, é possível inferir que o pai não convivia muito com a garota, já que a “separação com a mãe foi traumática”. Nesse trecho, há um reforço do aspecto infantil da menina “que tem 1,36 metro e 33 quilos” e “ia morrer”, caso o pai não autorizasse o aborto. Diz o pai ao jornal: “Ela falou que ia ser uma dela e outra para a irmã brincar. Ela sabia que estava grávida”. O último parágrafo faz uma pequena atualização da investigação policial sobre o abuso sexual.

No mesmo dia, a Folha publicou uma entrevista com padre Eduardo Vieira dos Santos, membro do Tribunal Eclesiástico de São Paulo, intitulada *Excomunhão ainda causa dúvidas entre as pessoas, diz padre*⁸¹. O texto é motivado pela excomunhão da mãe e dos médicos envolvidos na interrupção da gestação da menina de nove anos, mas não trata desse caso específico. As perguntas abordam as principais causas e consequências dessa pena prevista no Direito Canônico.

⁸¹ BERGAMASCO, Daniel. Excomunhão ainda causa dúvidas entre as pessoas, diz padre. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 de mar. 2009, p. C7.

No único trecho em que a entrevista aborda o caso da menina de Alagoinha, o padre diz que “a punição não se aplicava à mãe, por ela ter agido sob pressão, temendo a morte da filha, e que não era possível apontar quais médicos estavam incluídos na pena, pois é desconhecida a responsabilidade de cada membro da equipe na cirurgia” (BERGAMASCO, 2009). Em outro trecho, ele é questionado sobre a excomunhão em casa de aborto (BERGAMASCO, 2009):

FOLHA - Por que aborto é passível de excomunhão e um assassinato não é?

PADRE SANTOS – Um assassinato é um pecado grave e há outros tipos de punição para ele. A excomunhão é prevista para casos específicos, como apostasia (abandono da religião) ou para o sacerdote que deixa de punir o cúmplice de seu pecado contra a castidade.

Percebe-se que o padre, representando a Igreja Católica, tem o protagonismo do texto, espaço ocupado nas publicações anteriores pelo arcebispo dom José Cardoso Sobrinho.

Em julho de 2010, a Folha publica a notícia *Mãe grávida de 12 anos pede ajuda para achar o pai do bebê*⁸² no caderno Ribeirão, de circulação restrita aos assinantes da região da cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Trata-se do caso de uma menina de 12 anos no sexto mês de gestação, mas o enfoque da matéria é a identidade do pai do bebê, desconhecido pela menina, sua mãe e as autoridades locais (conselho tutelar e Delegacia de Defesa da Mulher). Além disso, o texto aponta para a relação entre a gravidez e a conduta sexual da menina, que disse “não saber quem a engravidou” e contou “ter saído com um rapaz no Carnaval” (SOTRATTI, 2010).

A notícia afirma que a delegacia chegou a receber uma denúncia contra o padrasto da garota, que prestou depoimento, mas delegado diz que não acredita que o padrasto não tenha praticado o abuso.

Não existe no texto referência ao crime de estupro presumido, já que no caso citado a menina tem menos de 14 anos e, segundo a legislação brasileira (BRASIL, 1940), não há consentimento da menina para uma relação sexual com essa idade⁸³. A reportagem também não questiona se o caso está sendo acompanhado por uma equipe multidisciplinar, que auxiliaria no depoimento, caso ela estivesse se sentindo intimidada em dizer quem a abusou. Também não há referências sobre o estado de saúde da menina, os possíveis riscos de uma gestação aos 12 anos, nem à impossibilidade de ser realizado um aborto legal, já que está no sexto mês de gestação.

⁸² SOTRATTI, Ligia. Mãe grávida de 12 anos pede ajuda para achar o pai do bebê. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 de jul. 2010.

⁸³ Segundo o art. 217-A do Código Penal, é considerado estupro de vulnerável: “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. A pena prevista é de oito a quinze anos de reclusão (BRASIL, 1940).

Há dados de partos de meninas com menos de 14 anos em Franca, um breve relato sobre a investigação policial, mas falta um contexto aprofundado, diagnósticos da situação. Mais do que a gravidez em si, o ato sexual que a ocasionou, que não é tratado pela reportagem como uma violência, parece ter mais relevância na cobertura.

No dia 27 de agosto de 2011, a Folha publica um depoimento contundente de uma vítima de abuso sexual pelo pai. O texto *Severina absolvida*⁸⁴ ocupa meia página com foto e uma narrativa em primeira pessoa, no formato que recebe o chapéu “Minha história”. Na linha fina, há um pequeno resumo da história da pernambucana que posa em frente ao Ministério Público (GUIBU, 2011): “**Mãe de cinco filhos**, todos gerados à força **com o próprio pai**, pagou **R\$ 800 para que ele fosse assassinado e agora foi inocentada pela Justiça**” (grifo do autor).

No alto à esquerda, a história ganha um resumo do repórter, uma introdução em terceira pessoa para a narrativa contada a seguir. Diz o texto (GUIBU, 2011):

Resumo: A agricultora Severina Maria da Silva, 44, foi absolvida pela Justiça de Pernambuco anteontem. Ela era acusada de ter encomendado a morte do pai, Severino Pedro de Andrade, de quem engravidou 12 vezes e teve cinco filhos durante os 29 anos em que foi vítima de abusos sexuais e agressões por parte dele. Os assassinos, Edilson de Amorim e Denisar dos Santos, foram presos, julgados e condenados.

A narrativa não é de lamento, de quem aspira pena. É sim uma história de dor, uma dor no plural, da violência sofrida pelas limitadas condições da vida pobre e rural, dos estupros do pai, da postura da mãe, da polícia que não recebeu sua denúncia e da Justiça que a manteve presa por um ano e seis dias. Mas a narrativa é também de ação, de uma vítima e suas ferramentas de resistências, que culmina no pagamento do assassinato do próprio pai.

O texto começa com um breve contexto da história (GUIBU, 2011):

Nunca estudei, nunca tive amiga, nunca arrumei namorado na vida, nunca saí para ir a festa. Até os 38 anos vivi assim e foi assim até quando me desliguei do meu pai, no dia em que ele foi morto. Meu pai não deixa eu e minhas irmãs fazer nada. Comecei a trabalhar na roça com seis anos.

Em seguida, é narrado o primeiro episódio de abuso, “ele tentou ser dono de mim”, e a violência da mãe, “ela me deu uma pisa. Fiquei sem almoço. À noite, minha mãe foi me buscar e me levou para ele, que me abusou. No outro dia fui andar e não consegui” (GUIBU, 2011). A história também cita a principal consequência dos reiterados abusos sofridos por tantos anos (GUIBU, 2011): “Com 14 anos, eu engravidei. Tive o filho, e ele morreu. Eu tive 12 filhos com meu pai. Sete morreram. Seis foram feitos na cama da minha mãe”.

⁸⁴ GUIBU, Fábio. Severina absolvida. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 de ago. 2011, p. C4.

FIGURA 14 – Reportagem da Folha de S.Paulo sobre uma mulher que foi abusada por 29 anos

C4 cotidiano ★ ★ ★ SÁBADO, 27 DE AGOSTO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

Bernardo Soares/JC Imagem

Severina ao deixar prédio do Ministério Público em Caruaru

RESUMO A agricultora Severina Maria da Silva, 44, foi absolvida pela Justiça de Pernambuco ontem. Ela era acusada de ter encomendado a morte do pai, Severino Pedro de Andrade, de quem engravidou 12 vezes e teve cinco filhos durante os 29 anos em que foi vítima de abusos sexuais e agressões por parte dele.

Os assassinos, Edilson de Amorim e Denisar dos Santos, foram presos, julgados e condenados.

“Antes, eu pensava na liberdade e na cadeia ao mesmo tempo. Quero que minha história sirva de exemplo, para que os pais e as mães procurem respeitar os seus filhos, ser amigos deles. A gente é pobre, mas pobreza não é desonra

MINHA HISTÓRIA SEVERINA MARIA DA SILVA, 44

SEVERINA ABSOLVIDA

(*) Depoimento a

FÁBIO GUIBU
DE RECIFE

Nunca estudei, nunca tive amiga, nunca arrumei namorado na vida, nunca saí para ir a festa. Até os 38 anos vivi assim e foi assim até quando me desliguei do meu pai, no dia em que ele foi morto.

Meu pai não deixava eu e minhas irmãs fazer nada. Comecei a trabalhar na roça com seis anos.

Aos nove, fui com meu pai para o roçado. No caminho, ele me levou para o mato, amarrou minha boca com a camisa e tentou ser dono de mim. Eu dei uma pedrada no nariz dele, e ele puxou uma faca para me sangrar.

A faca pegou no meu pescoço e no joelho. Depois, ele tentou de novo, mas não conseguiu ser dono de mim.

Em casa, contei para mi-

Mãe de cinco filhos, todos gerados à força com o próprio pai, pagou R\$ 800 para que ele fosse assassinado e agora foi inocentada pela Justiça

nha mãe e ela me deu uma pisa. Fiquei sem almoço.

À noite, minha mãe foi me buscar e me levou para ele, que me abusou. No outro dia, fui andar e não consegui. Falei: “Mãe, isso é um pecado”. E ela: “Não é pecado. Filha tem que ser mulher do pai.”

A partir daquele dia, três

dias por semana, ele ia abusando de mim. Com 14 anos, eu engravidei. Tive o filho, e ele morreu. Eu tive 12 filhos com meu pai. Sete morreram.

Seis foram feitos na cama da minha mãe. Dormíamos eu, pai e mãe na mesma cama.

Um dia, uma irmã minha disse que estava interessada

em um namorado. O pai quis pegar ela, disse que já tinha um touro em casa.

Eu mandei minha mãe correr com minha irmã. Depois disso, minha mãe não ficou mais com ele. Foram para a casa do meu avô, em Caruaru. Ela e as minhas oito irmãs.

Só ficamos eu e meu pai na

casa. Eu tinha 21 anos, e ele sempre batia em mim. Tentei me matar várias vezes, botei até corda no pescoço.

Os filhos nasciam e morriam. Os que vingavam foram se criando. Minha filha estava com 11 anos quando ele quis ser dono dela.

Eu disse para ele: “Se você ameaçar a minha filha, você morre.” Meu pai me bateu três dias seguidos.

Um dia, ele amolou a faca e foi vender fubá. Antes, disse: “Kapaniga safada, se você não fizer o acordo, vai ver o começo e não o fim.” Ele foi para a feira e eu, para a casa

da minha tia. Foi quando paguei para matarem ele.

Peguei um dinheiro guardado e paguei ao Edilson R\$ 800 na hora. Quando o pai chegou, Edilson e um amigo fizeram o homicídio.

A minha filha, a filha dele, eu salvei. Quem é pai, quem é mãe, dói no coração.

Antes disso, eu ainda procurei os meus direitos, mas perdi. Há uns 15 anos, fui na delegacia, mas ouvi o delegado falar para eu ir embora com o velhinho (o pai), que era uma boa pessoa.

O homicídio foi no dia 15 de novembro de 2005. No cemitério, já tinha um carro de polícia me esperando. Na cadeia, passei um ano e seis dias. Depois do julgamento, fiquei feliz. Agora, quero viver e ficar com meus filhos.

FOLHA.COM
Leia íntegra em
folha.com/no966007

MORTES NA OSCAR FREIRE

Suspeito se escondeu na casa da mãe

O suspeito de assassinar duas pessoas na segunda-feira à noite em um apartamento na rua Oscar Freire, em Pinheiros (zona oeste de SP), voltou para a casa de sua mãe, em Sertãozinho (333 km de SP), na manhã seguinte ao crime. A informação foi dada por conhecidos do suspeito Lucas Cintra Zanetti Rossetti, 21, em re-

des sociais na internet. A mensagem dizia que a mãe de Rossetti fazia curativos nele. O criminoso, segundo policiais, se feriu quando matou a facadas o analista de sistemas Eugênio Bozola, 52, e o modelo Murilo Rezende, 21. Rossetti está foragido. Segundo a polícia, o criminoso matou as vítimas após discutir com Bozola.

CRIME NOS EUA

Pedreiro confessa ter matado brasileiros

O pedreiro Valdeir Gonçalves dos Santos, 31, fez acordo judicial e confessou ter matado três brasileiros em Omaha, nos Estados Unidos. Os corpos do empreiteiro catarinense Vanderlei Szczepanik, da mulher dele, Jaqueline (ambos com 43 anos), e do filho do casal, Christopher, 7, nunca foram achados. O crime ocorreu em

2009 por causa de uma briga sobre pagamento. O pedreiro não poderá ser condenado à morte. Ele disse que José Coutinho e Elias Lourenço o ajudaram. Coutinho está preso em Omaha e Lourenço foi deportado para o Brasil em abril. Na ocasião a polícia não tinha provas contra ele. Familiares dos três brasileiros negam o crime.

A PARTIR DE SEGUNDA

Prefeito veta celular dentro de banco

O prefeito Gilberto Kassab sancionou a lei que proíbe o uso de celulares dentro dos bancos da capital. Na segunda-feira, a lei já estará em vigor, porém, os bancos deverão ter um tempo para se adaptar e colocar os cartazes informando aos clientes. O objetivo da medida, que já é aplicada em outras cidades, é combater crimes como

a “saidinhas de banco”, quando o cliente saca dinheiro e é assaltado perto do banco. Não será permitido fazer ou receber ligação nem enviar mensagens de texto. O banco que desrespeitar a lei terá de pagar multa de R\$ 2.500. Em caso de reincidência, o valor dobra. Os clientes não serão penalizados caso usem o aparelho no banco.

FONTE: GUIBU (2011).

Contada em primeira pessoa, essa Severina desconstrói a ideia de passividade que normalmente a sociedade e os meios de comunicação fazem das vítimas de abuso sexual infantil. Além de dor e violência, há nelas também ação, força e resposta.

Eu dei uma pesada no nariz dele, e ele puxou uma faca para me sangrar. A faca pegou no meu pescoço e no joelho. Depois ele tentou de novo, mas não conseguiu ser dono

de mim. [...] Um dia, uma irmã minha disse que estava interessada em um namorado. O pai quis pegar ela, disse que já tinha um touro em casa. Eu mandei minha mãe correr com minha irmã. [...] Tentei me matar várias vezes, botei até corda no pescoço. [...] Minha filha estava com 11 anos quando ele quis ser dono dela. Eu disse para ele: “Se você ameaçar a minha filha, você morre”. Meu pai me bateu três dias seguidos. [...] Ele foi para a feira e eu, para a casa da minha tia. Foi quando paguei para matarem ele. [...] A minha filha, a filha dele, eu salvei. Quem é pai, quem é mãe, dói no coração. Antes disso, eu ainda procurei os meus direitos, mas perdi. Há uns 15 anos, fui na delegacia, mas ouvi o delegado falar para eu ir embora com o velhinho (o pai), que era uma boa pessoa. (GUIBU, 2011)

Há também um protagonismo na foto de Severina, que dialoga com a última frase do texto “Agora, quero viver e ficar com meus filhos” (GUIBU, 2011).

É verdade que o jornal poderia ter ido além, convidando o leitor à reflexão a partir do diálogo do texto de protagonismo com outros especialistas, para ajudar o leitor a extrapolar o caso isolado e tentar ver que histórias de abuso estão também em bairros ricos e contextos urbanos das grandes cidades. Falta ainda uma relação mais próxima com o contexto do aborto provocado nessa situação e a legislação brasileira. Severina dá a entender que todos foram naturais (GUIBU, 2011): “Os que vingavam foram se criando”.

Apesar desses hiatos, é louvável que o jornal tenha publicado tal narrativa e dado o protagonismo (tão raro nos casos de abuso sexual infantil) a uma vítima, madura e apta a falar da sua experiência. A narrativa sem meias palavras é dura e cruel e, por isso, é capaz de alcançar a emoção e a empatia do leitor atento.

A história de Severina volta a ser notícia na Folha um ano e meio depois do relato em primeira pessoa. Dessa vez, porém, não há destaque nem foto para a nota de apenas três parágrafos intitulada *Mulher abusada pelo pai dos 9 aos 38 anos terá pensão vitalícia*⁸⁵. A protagonista agora não tem voz e a nota tem como gancho o benefício concedido pela prefeitura de Caruaru após um pedido da Secretaria Municipal Especial da Mulher. Há um breve resgate da história da mulher:

Severina Marta da Silva, 46, foi molestada sexualmente pelo próprio pai dos 9 aos 38 anos. Nesse período, engravidou 12 vezes e teve cinco filhos. Em 2005, ela encomendou a morte do pai após ele tentar violentar uma das filhas-netas, na época com 11 anos. Severina ficou presa durante um ano. Em 2011, ela foi absolvida pela Justiça. (MULHER, 2013)

Destaca-se que não há informações atuais sobre a mulher e sua família.

Naquele mesmo ano, duas notícias da Folha retomam o debate entre aborto em caso de estupro, com foco no serviço de saúde público que oferece a interrupção legal da gestação. A

⁸⁵ MULHER abusada pelo pai dos 9 aos 38 anos terá pensão vitalícia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 de fev. 2013, p. C7.

primeira notícia parte de uma fala da então ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Política para as Mulheres. O texto *Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’*, diz ministra⁸⁶ foi publicado do dia 15 de junho como matéria principal de uma das páginas internas do caderno Cotidiano. Abaixo do título, a linha fina justifica a nossa escolha pela matéria (NUBLAT, 2013): “Atendimento a vítimas de abuso sexual é frágil, afirmou Eleonora Menicucci em reunião de conselho”.

Acompanham o texto uma foto do hospital Pérola Byington, que realiza o procedimento em São Paulo, e um posicionamento do governo do mesmo Estado sobre a fala de Menicucci: *Para secretaria de SP, ministra está ‘equivocada’*. A oposição entre as duas principais fontes também é reforçada pelas frases em destaque (NUBLAT, 2013):

“Há uma centralização que leva a que as mulheres estupradas que fazem o boletim de ocorrência numa delegacia sejam encaminhadas todas ao hospital Peróla Byington, complicando muito o acesso das vítimas”, Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em nota. “A ministra está equivocada”, Secretaria de Estado de Saúde em nota.

O texto principal apresenta, além das duas fontes citadas, a entrevista com especialistas, que fazem um diagnóstico da rede de aborto legal e comentam a fala da ministra: a pesquisadora Debora Diniz, da Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, e Jolúzia Batista, assessora técnica do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria).

Especialistas veem fragilidades nos serviços de aborto legal, em geral ligados a centros que fazem o primeiro atendimento da vítima de violência sexual, o que explica a menção feita pela ministra. Entre os problemas citados estão a falta de capacitação, dificuldade de manter equipes completas, profissionais que alegam “objeção de consciência”, pressões feitas por igrejas e autoridades públicas e falta de informações ofertadas à mulher. (NUBLAT, 2013)

Há também dados do Ministério da Saúde, que indicam uma contextualização do tamanho do crescimento desse tipo de atendimento nos últimos anos no país.

A segunda matéria mostra o posicionamento da secretaria de São Paulo sobre o pronunciamento da ministra e o serviço de aborto legal no Estado. Em seguida, a jornalista apresenta novas fontes para se aproximar da realidade desse tipo de atendimento.

Segundo funcionários do Pérola Byington ouvidos sob anonimato, o hospital sofre com o fato de ser única referência no Estado em relação à violência sexual contra a mulher. Essa particularidade faz com que pessoas do Estado inteiro sejam atendidas no hospital — não só de violência sexual. O ideal, afirmam, era que houvesse mais descentralização do serviço, que exige, por exemplo, equipes multidisciplinares, quadro que não está disponível em qualquer unidade de saúde. (NUBLAT, 2013)

⁸⁶ NUBLAT, Johanna. Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’, diz ministra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 de jun. 2013, p. C2 9.

O texto escrito em Brasília cita o serviço de aborto legal de São Paulo e, apesar do esforço da repórter de falar com os funcionários (que não se identificam) do hospital Peróla Byington e de especialistas, é latente o silêncio das principais interessadas no atendimento: as vítimas de abuso sexual. Após dados e entrevistas, falta a percepção da repórter, a caracterização do lugar. O que as mulheres pensam do atendimento? O Ministério da Saúde fala em 66 locais que realizam o procedimento, a especialista diz que só 45 funcionam, a secretaria de São Paulo diz que tem seis serviços de aborto legal no Estado. Como as mulheres são afetadas por essa distribuição? De fato, a estrutura desses locais complica o acesso das vítimas, como diz a ministra?

A repórter entra em um debate sobre a estrutura dos serviços de aborto legal no Brasil e sugere, por meio das entrevistas, que ele está aquém do atendimento que deveria apresentar. Porém, ao mostrar apenas os dados e não mergulhar na experiência desse tipo de hospital, bem como nas especificidades do atendimento a vítimas de abuso sexual e mulheres que querem realizar aborto legal, o texto fica quase burocrático e não permite um aprofundamento no debate.

Em agosto do mesmo ano, o serviço volta a ser motivo de resportagem, dessa vez a partir do enfoque político. Em *Atendimento a vítimas de estupro deve ser aprovado*⁸⁷, Folha foca na discussão em torno do termo “profilaxia de gravidez” nos serviços públicos de saúde que atendem mulheres e mulheres após violência sexual.

A área técnica do governo recomendou ontem a sanção, sem vetos, da lei que trata do atendimento, na rede pública de saúde, de vítimas de estupro. A presidente Dilma Rousseff dará, hoje, a palavra final, e deverá acatar a sugestão. A proposta é chamada de “lei da profilaxia da gravidez”. (ATENDIMENTO, 2013)

As fontes diretas e indiretas são do Executivo: Ministério da Saúde, presidente Dilma, Palácio do Planalto. Há um pequeno contexto dos entendimentos divergentes entre governo e a bancada evangélica sobre a definição do termo (ATENDIMENTO, 2013):

A lei aprovada estabelece que os hospitais do SUS devem prestar serviço multidisciplinar à mulher vítima de violência sexual, incluindo a “profilaxia da gravidez”, ou seja, o uso da chamada “pílula do dia seguinte”, prática já prevista em norma técnica do Ministério da Saúde. Comunidades religiosas pediam o veto na lei por entender que o termo “profilaxia” abre brechas para a prática do aborto.

A centralidade é no debate político, mas há uma breve menção à importância do procedimento na prevenção de abortos. “O Ministério da Saúde entende que, em casos de

⁸⁷ ATENDIMENTO a vítimas de estupro deve ser aprovado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1º de ago. 2013, p. C1.

estupro, ‘a pílula do dia seguinte’ tem se mostrado eficaz ao evitar abortos clandestinos” (ATENDIMENTO, 2013).

Em março de 2014, a Folha publicou na capa do caderno Cotidiano a matéria *RJ concede pensão a criança fruto de estupro*⁸⁸. Na linha fina, o jornal destaca uma nova informação de que se tratava de um abuso sexual infantil e de que a pensão era prevista na lei estadual: “Adolescente deu à luz o bebê após ser violentada pelo próprio pai; benefício é previsto em lei estadual de 1998” (NOGUEIRA, 2014). A segunda linha fina faz uma aproximação do episódio no RJ com o contexto do debate nacional: “Medida semelhante é defendida no Congresso pela bancada evangélica; entidades de direito da mulher são contra” (NOGUEIRA, 2014).

O tema ganhou enfoque político na cobertura internacional sobre aborto em caso de estupro em três publicações de 2012. As três notícias, publicadas sem destaque no caderno Mundo, tratavam da cobertura sobre as eleições naquele ano e registram episódios em que dois candidatos republicanos ao Senado dos Estados Unidos deram declarações consideradas polêmicas sobre aborto em caso de estupro. Sem citar as situações de abuso sexual infantil, que estariam contempladas na interrupção legal da gestação nos Estados Unidos, as três notas tratam da repercussão de políticos (do próprio partido dos candidatos ou de opositores) sobre as manifestações dos candidatos.

Em agosto, a Folha de S.Paulo publica *Republicano é atacado por declaração sobre estupro*⁸⁹ e *Republicano que falou que estupro não engravida mantém campanha*⁹⁰. Em outubro, o jornal noticia *Republicano diz que gravidez pós-estupro é ‘vontade de Deus’*⁹¹. Nesses casos, não há fontes fora da cena política. Mesmo no primeiro caso, em que o candidato Todd Akin disse que “estupros legítimos raramente leva a gravidez” e foi amplamente criticado por médicos, como a própria notícia cita, desconhecemos os argumentos desses últimos especialistas, que não são entrevistados na matéria (REPUBLICANO, 2012a).

Apenas um dos textos faz uma breve referência à legislação sobre aborto nos Estados Unidos, sem diagnósticos, contexto e protagonismo das vítimas a que se referiram os candidatos. Pela superficialidade das notícias, é possível questionar se tais declarações ganhariam repercussão no jornal brasileiro se não fosse a corrida presidencial no Estados Unidos, já que a campanha do então candidato Mitt Romney é citado em tais episódios.

⁸⁸ NOGUEIRA, Ítalo. Governo do RJ dá pensão a criança concebida por causa de estupro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 de mar. 2014, p. B10.

⁸⁹ REPUBLICANO é atacado por declaração sobre estupro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 de ago. 2012, p. A12.

⁹⁰ REPUBLICANO que falou que estupro não engravida mantém campanha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 de ago. 2012, p. A16.

⁹¹ REPUBLICANO diz que gravidez pós-estupro é ‘vontade de Deus’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 de out. 2012, p. A26.

Em março de 2012, no entanto, há uma abordagem um pouco diferente na notícia *Argentina libera aborto para estuprada*⁹², publicada também no caderno Mundo, que parte da decisão da Corte Suprema da Argentina sobre o caso de uma adolescente grávida fruto de um estupro do padrasto. A linha fina serve de explicação de como a medida foi alterada e reforça a ideia de que vale para casos de estupro: “Corte Suprema do país decide que interromper a gestação de mulheres que tenham sido violadas não é crime” (COLOMBO, 2012). Logo abaixo, há uma segunda linha fina, que segue a mesma perspectiva jurídica do anterior (COLOMBO, 2012): “Decisão confirma sentença do Tribunal Superior de Justiça da província de Chubut, após caso polêmico”. Além de citar os juízes, a notícia dá voz a especialistas, à Igreja Católica e ao governo, que apresentam diferentes diagnósticos sobre a decisão e aborto naquele país. A notícia apresenta um breve contexto histórico do caso e mostra dados do aborto na Argentina. “Apesar de ser ilegal no país, cifras do próprio governo admitem a prática de cerca de 500 mil abortos por ano na Argentina” (COLOMBO, 2012). Não sabemos, no entanto, mais informações sobre a menina.

Ao lado da matéria principal, um box faz uma apresentação com a realidade brasileira: *Brasil já permite interrupção em caso de violação* (COLOMBO, 2012), com informações sobre como o procedimento é feito no Brasil, a caracterização de crime nos demais casos segundo o Código Penal e dá exemplos de outras legislações no mundo (Estados Unidos, Reino Unido).

4.4 O GLOBO (BRASIL)

No período entre 2009 e 2014, a maior parte da cobertura do jornal O Globo sobre aborto em caso de abuso sexual infantil pode ser dividida em dois blocos: em 2009, o caso da menina de nove anos grávida de gêmeos em Alagoinha (PE) e, em várias ocasiões, o monitoramento da rede de aborto legal no Brasil (que atende, entre outras, as vítimas de abuso sexual infantil).

A primeira notícia sobre o caso de Alagoinha foi publicada no dia 5 de março de 2009 sob o título *Menina de 9 anos estuprada por padrasto aborta*⁹³. A foto que acompanha o texto é a da vítima, pequena, magra e guiada pela mão por uma mulher adulta. Na linha fina, porém, o espaço é dado à Igreja Católica, que “ameaça processar mãe da vítima por interrupção da gravidez, mesmo tendo sido feito dentro da lei” (GUANDELIN, 2009). Da mesma forma,

⁹² COLOMBO, Silvia. Argentina libera aborto par estuprada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 de mar. 2012, p. A14.

⁹³ GUANDELIN, Leonardo. Menina de 9 anos estuprada por padrasto aborta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de mar. 2009, p. 12.

todos os sete primeiros parágrafos citam representantes da Igreja Católica. Diz o advogado da Arquidiocese, Márcio Miranda (GUANDELIN, 2009): “Nós, ministros da Igreja Católica, temos obrigação de proclamar a lei de Deus. Nesses casos, os fins não justificam os meios, e a lei humana contraria a lei de Deus, contra a morte” (GUANDELIN, 2009). Em outro trecho da matéria, fala o arcebispo: “A menina engravidou de maneira totalmente injusta, mas devemos salvar vidas. A Igreja sempre condenou e vai continuar condenando o aborto” (GUANDELIN, 2009).

Só depois de dar espaço aos religiosos é que sabemos mais informações sobre a menina, que “tem 1,33 m e pesa 36 kg”. O diretor da maternidade em que o aborto foi realizado e a coordenadora da ONG Grupo Curumim comentam o risco que significava a manutenção da gravidez.

Para a coordenadora do Grupo Curumim, Paula Viana, não havia mais tempo a esperar.

— A cada dia que passava, o risco era maior, a menina se sentia mal e já apresentava outras complicações. Tinha que ser feita uma intervenção médica imediata — afirmou. (GUANDELIN, 2009)

O restante da reportagem traz um histórico do caso: os abusos ocorreram desde que a vítima tinha seis anos, a gravidez foi descoberta depois que a criança se queixou de dores, a mãe não sabia dos abusos e o padrasto foi preso.

No dia seguinte, o destaque volta a ser para a Igreja. No texto *Ministro critica Igreja por excomungar médicos*⁹⁴, as fontes ouvidas tratam de comentar a posição do arcebispo que excomungou a mãe da garota e os médicos que fizeram o aborto. O primeiro é o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que defende o procedimento e a conduta dos médicos. “O resto é a opinião da Igreja”, diz (ALENCASTRO, LINS, 2009). Em seguida, há espaço para a CNBB, “que não quis se manifestar sobre o assunto” e o próprio arcebispo, que critica Temporão: “Se o ministro tem opinião diferente da Igreja, se acha que é lícito suprimir a vida de um inocente para salvar a vida de outra pessoa, da mamãe, a Igreja diz não” (ALENCASTRO, LINS, 2009).

Uma médica que participou da interrupção da gestação também é fonte na matéria.

Sou católica, mas dirijo uma entidade que está habilitada a fazer o aborto legal. Teria feito novamente. Se não fosse assim, essa criança poderia no mínimo ficar estéril, ou até morrer. Ela poderia sofrer ruptura de útero, hemorragia, eclâmpsia ou parto prematuro, pois não tinha condições físicas de levar a gestação até o fim — disse a médica Fátima Maia, diretora do Centro Integrado de Saúde Amauri Medeiros, onde foi feito o aborto. (ALENCASTRO, LINS, 2009)

⁹⁴ ALENCASTRO, Catarina, e LINS, Letícia. Ministro critica Igreja por excomungar médicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de mar. 2009, p. 12.

Apenas no último parágrafo há mais informações sobre a situação da menina, que passa bem e “já tinha voltado a brincar com bonecas e outros brinquedos” (ALENCASTRO, LINS, 2009). Perceba que o debate religioso dominou a reportagem, deixando em segundo plano um possível aprofundamento sobre o abuso sexual infantil e a possibilidade de aborto nesses casos.

FIGURA 15 – Reportagem publicada pelo jornal O Globo no dia 7 de mar. 2009 sobre o caso da menina de Alagoinha (PE)

Sábado, 7 de março de 2009 O GLOBO 3

O PAÍS

CRIME E CASTIGO

'Aborto é mais grave que estupro'

Arcebispo excomunga médicos, mas não o esturador de menina de 9 anos

Alexandre Gondim/DP/D A Press

Letícia Lins*

RECIFE

O arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, afirmou ontem que o crime de estupro é “menos grave” que o de aborto. O arcebispo fez a comparação ao justificar a excomunhão de todos os envolvidos no aborto legal realizado em uma menina de 9 anos, estuprada pelo padrasto em Pernambuco, enquanto o criminoso não sofreu qualquer punição da Igreja.

— Ele (o padrasto) cometeu um pecado gravíssimo, mas não está excomungado. Segundo a Igreja, o aborto é um crime mais grave ainda. A pessoa que comete o estupro, assalta ou faz tantos delitos graves que acontecem não é penalizada com a excomunhão. Mas o Código Canônico é bem claro com o aborto. Ele estabelece, em seu Canon número 1.398, a excomunhão automática para quem o pratica. No caso da menina, permanecem excomungados os médicos, a mãe, que autorizou, e todas as pessoas que participaram do aborto — disse o religioso, acrescentando que a vítima não está excomungada por ser uma criança.

O arcebispo havia anunciado a excomunhão da mãe, dos médicos e de todos os envolvidos no aborto, feito com base legal, na quarta-feira, em uma maternidade pública da capital pernambucana. Quem é excomungado fica proibido de receber sacramentos da Igreja, como batismo, comunhão, crisma e casamento.

Ontem, o arcebispo justificou a excomunhão alegando que “a lei de Deus está acima de qualquer lei humana”, referindo-se à legislação brasileira, que autoriza o aborto em caso de estupro ou quando a mãe corre risco de vida — neste caso, as duas situações se somaram, já que ela corria risco de vida com a gravidez.

Médico diz que não deixará de ir à missa

• Ainda ontem, Dom José comparou numericamente os abortos praticados no mundo ao Holocausto: — Na Segunda Guerra Mundial aconteceu um genocídio. Aquela ditador, Hitler, queria exterminar os judeus. E mataram seis milhões. Agora acontece um holocausto silencioso no mundo inteiro. A cada ano, há 50 milhões de abortos no mundo. No Brasil, um milhão. Nós, cristãos, não podemos ficar de braços cruzados — apelou o religioso, no lançamento da Campanha da Fraternidade em Recife, quando recebeu apoio da Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Sérgio Cabral, o diretor da maternidade Cisam, onde foi realizado o procedimento, está entre os excomungados. Ele reagiu: — Nós continuaremos a atender mulheres vítimas de violência sexual e a garantir-lhes o direito por lei de serem adequadamente assistidas, inclusive no abortamento previsto em lei, caso seja necessário.

Outro médico da equipe, Rivaldo Albuquerque, já havia sido excomungado antes. Ele entrou em choque com a Igreja desde que participou da criação de um serviço de atenção a mulheres violentadas, que faz o aborto nos casos previstos por lei.

Católico praticante, o médico disse que não vai deixar de ir à missa: — A minha tristeza se dá porque a Igreja poderia levar para este outro lado da fraternidade e leva para o conflito. Então, não é esta Igreja que a gente gosta. O povo quer uma Igreja de perdão, de amor e de misericórdia.

Carla Batista, educadora da S.O.S. Corpo, que comandou uma mobilização para que o aborto fosse autorizado pela Justiça, também disse ter formação católica e que a excomunhão não muda sua relação com a Igreja. ■

* Com agências

“Pela primeira vez, estou de acordo com Lula: a medicina está mais certa que a Igreja”
— Faiz Farah Saliba, em comentário no site do Globo

“Apenas Deus tem o direito de tirar a vida, já que é Ele que permite a sua concepção. Apoio incondicionalmente a decisão da Igreja, a única instituição com senso de humanidade neste mundo corrompido”
— João Ramos de Andrade, em comentário no site do Globo

“É um absurdo um líder religioso afirmar que o aborto é mais grave que o estupro. Só pensar algo assim já é grave. Pior ainda é afirmar isso publicamente, em entrevistas”
Fernando Borges Montenegro, em comentário no site do Globo

Vaticano: ‘Igreja não pode trair sua missão de defender a vida’

CNBB defende arcebispo que excomungou mãe e médicos e pede punição ao agressor, mas na Justiça

• ROMA e RECIFE. O Vaticano e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defenderam ontem a decisão da Igreja Católica em Pernambuco de condenar o aborto legal realizado na menina de 9 anos que foi estuprada pelo padrasto e engravidou. O chefe do Conselho Pontifício do Vaticano para a Família, Gianfranco Greco, disse ao jornal italiano “Corriere della Sera” que foi correta a excomunhão dos que fizeram o aborto.

— É um tema muito, muito delicado, mas a Igreja não pode trair sua missão de defender a vida desde a sua concepção até o seu término natural, ainda que diante de um drama humano tão forte como o da violência a uma menina — declarou.

Em nota, a CNBB se diz perplexa com o crime e defende punição, na Justiça, ao agressor. “Repudiamos veementemente este ato insano e defendemos a rigorosa apuração dos fatos, e que o culpado seja devidamente punido, de acordo com a Justiça. Lamentamos que não seja um caso isolado. Preocupamo-nos o crescente número de atentados à vida de crianças, vítimas de abuso sexual. A Igreja se faz solidária com esta e todas as crianças vítimas de tamanha brutalidade, bem como com as famílias. A Igreja, em fidelidade ao Evangelho, se coloca sempre a favor da vida, numa condenação inequívoca de toda violência que fere a dignidade da pessoa humana.”

A nota, enviada de Roma, onde está a cúpula da CNBB, é assinada pelo presidente, dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo de Mariana; pelo vice, dom Luiz Soares Vieira, arcebispo de Manaus; e pelo secretário-geral, dom Dimas Lara Barbosa, bispo auxiliar do Rio. Eles reiteram outra manifestação, dos bispos do Regional Nordeste 2 da CNBB, que ontem também distribuiu nota em defesa do arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho: “Nem sempre se pode identificar o que está amparado por leis com princípios éticos e valores morais. Para nós, sempre terá precedência o mandamento do Senhor: não matarás.”

“Assumimos seu pronunciamento e com eles reafirmamos: Diante da complexidade do caso, lamentamos que não tenha sido enfrentado com a serenidade, tranquilidade e o tempo necessário que a situação exigia. Além disso, não concordamos com o desfecho final de eliminar a vida de seres humanos indefesos”. Os textos não citam a excomunhão da mãe da vítima e dos médicos.

Com agências internacionais

Ao lado do texto principal, a notícia *Crime e demora*⁹⁵ trata de outro caso e o debate principal gira em torno da possibilidade da interrupção da gestação de uma menina de 11 anos no Rio Grande do Sul. “Tanto a polícia quanto o Ministério Público afirmam que não houve sequer discussão sobre a possibilidade de a criança ser submetida a aborto porque não houve pedido por parte dos responsáveis legais” (CARVALHO, 2009). Por fim, há um breve histórico do caso e o desenvolvimento da investigação policial.

Assim como na Folha de S.Paulo, no dia 7 de março também o Globo dedica duas páginas ao caso, uma com entrevista com o arcebispo e outra com as declarações do presidente Lula. No texto *‘Aborto é mais grave que estupro’*⁹⁶, há trechos da entrevista concedida por dom José Cardoso Sobrinho defendendo a excomunhão e justificando o fato de não punir também o padrasto que abusou da garota de nove anos. A notícia ouve outros dois médicos e uma educadora da ONG SOS Corpo, que comentam a excomunhão e suas próprias posturas religiosas.

Católico praticante, o médico [Rivaldo Albuquerque, que fazia parte da equipe] disse que não vai deixar de ir à missa [...] Carla Batista, educadora da SOS Corpo, que comandou uma mobilização para que o aborto fosse autorizado pela Justiça, também disse ter formação católica e que a excomunhão não muda sua relação com a Igreja. (LINS, 2009a)

Abaixo da notícia principal e da foto do arcebispo, a Igreja é representada por outras duas fontes, a CNBB e o Vaticano, no texto *Vaticano: ‘Igreja não pode trair sua missão de defender a vida’*. Mais uma vez, o que está em discussão é a excomunhão, e não a situação da menina, a complexidade das consequências do abuso e as nuances da decisão pelo aborto.

Na página seguinte, O Globo publicou *‘A medicina está mais correta do que a Igreja’*, diz Lula, sobre aborto⁹⁷, com declarações do presidente sobre a postura do arcebispo de Olinda e Recife, reproduzindo uma oposição superficial e limitando o debate que deveria gerar o caso.

Acompanha o texto do presidente uma matéria com foto sobre a situação da garota. Em *Menina recebe alta e vai para abrigo*⁹⁸, há informações sobre como foi realizado o aborto, o risco da gestação para a menina e um breve prognóstico sobre o futuro dela e da mãe. A informação da foto, de um corpo infantil que carregava uma gravidez de gêmeos, é confirmada pelo texto, que lembra que a menina tinha 33 kg e 1,36 m de altura. “A gravidez de gêmeos, com dois ou mais fetos, já é considerada de alto risco por inúmeros fatores. Imagine ter uma

⁹⁵ CARVALHO, Cleide. Crime e demora. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de mar. 2009, p. 12.

⁹⁶ LINS, Leticia. ‘Aborto é mais grave que estupro’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009a, p. 3.

⁹⁷ ‘A MEDICINA está mais correta do que a Igreja’, diz Lula, sobre o aborto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 4.

⁹⁸ MENINA RECEBE alta e vai para abrigo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 4.

gravidez levada adiante em uma criança de 9 anos”, diz o médico Sérgio Cabral (MENINA RECEBE, 2009).

Logo abaixo, o texto *Filha acusa pai em Minas*⁹⁹ traz informações sobre outro caso de abuso sexual infantil, dessa vez envolvendo uma menina de 14 anos em Minas Gerais. A fonte da matéria é a polícia, que fornece informações sobre a investigação policial e a denúncia. “Ela contou que há muito tempo vinha sendo molestada pelo pai”, que “a acariciava e a ameaçava, para que não contasse a ninguém” (FILHA ACUSA, 2009).

Há uma quarta notícia sobre o caso da menina de Pernambuco, com a repercussão internacional da postura do arcebispo. *Excomunhão de médicos é notícia no mundo* cita as redes BBC, Foxnews, El País, The New York Times e Karachi News, todos reforçando o debate sobre a excomunhão em detrimento de um olhar direcionado à situação da vítima. Tal abordagem é a mesma do texto *Jornal católico francês condena excomunhão*, publicado no dia 10 de março, quando são citados o La Croix e o Le Figaro.

No dia 10, outra matéria, *Aborto: mãe pode ser indiciada em PE*¹⁰⁰, traz declarações sobre a excomunhão e a postura do arcebispo dom José Cardoso Sobrinho, nas falas do padre Edson Rodrigues e da Arquidiocese do Rio de Janeiro. No início do texto, no entanto, prevalecem as fontes policiais, com informações sobre o andamento do caso. O dado mais preciso sobre a menina é de que “foi levada para um abrigo e deve ficar sob proteção da Secretaria Estadual da Mulher” (ABORTO, 2009a).

Três dias depois, o enfoque continua sendo no arcebispo e na repercussão da excomunhão da mãe e dos médicos envolvidos na interrupção da gestação. As fontes da matéria *CNBB desautoriza bispo e nega excomunhão*¹⁰¹ são todas ligadas à instituição católica. Não há informações sobre a menina, problematização sobre o abuso ou a complexidade sobre o aborto, mas uma “tentativa de reparar o dano à imagem da Igreja”, como afirma o texto (ALENCASTRO, 2009a).

Abaixo da matéria com a CNBB, há outro texto sobre um caso semelhante de abuso e gravidez já noticiado pelo jornal. Em *Nasce o bebê de criança estuprada pelo pai adotivo*¹⁰², o foco no primeiro parágrafo é o parto e no bebê, que nasceu com “2,8 quilos e 45 centímetros”, “de cesariana, por volta das 11h15, no Hospital Santo Antônio”. A notícia informa que “a menina e o bebê passam bem” (NASCE, 2009).

⁹⁹ FILHA ACUSA pai em Minas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p.4.

¹⁰⁰ ABORTO: mãe pode ser indiciada em PE. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de mar. 2009a, p. 9.

¹⁰¹ ALENCASTRO, Catarina. CNBB desautoriza bispo e nega excomunhão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de mar. 2009a, p. 10.

¹⁰² NASCE o bebê de criança estuprada pelo pai adotivo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de mar. 2009, p. 10.

Em seguida, há um resgate histórico do caso: a menina, que era criada por uma tia e o marido, inicialmente disse ter engravidado de um menino, mas “acabou admitindo relações sexuais com o padrasto por três vezes” (NASCE, 2009). Note que ao usar “relações sexuais” ao invés de abuso ou estupro, há uma relativização do abuso sexual, que havia sido citado no parágrafo inicial. Na primeira parte da matéria, além das fontes médicas, foram consultadas também as policiais, já que o texto diz que o pai adotivo foi denunciado por estupro e “deve aguardar julgamento preso” (NASCE, 2009).

Um entretítulo separa o caso anterior, que se passa no Rio Grande do Sul, de outro, registrado na Bahia, onde “uma menina de 13 anos está grávida, supostamente do próprio pai, que confessou à polícia que a estuprava desde a morte da mãe da garota, em 2007” (NASCE, 2009). A seguir, o jornal informa que a jovem será submetida a um exame de paternidade, que está com 17 semanas de gravidez (passível, portanto, de um aborto legal), mas não cita se foi oferecida à menina esta opção. Há mais informações sobre a confissão do pai, o depoimento da menina, que “disse que era ameaçada de espancamento pelo pai e por isso manteve silêncio” (NASCE, 2009).

O texto também apresenta um breve contexto histórico e econômico do caso, que já era de conhecimento do Conselho Tutelar desde o ano anterior. Além de órfã, a menina de 13 anos cursava a 3ª série do ensino fundamental (o que já mostra um atraso no desenvolvimento escolar) e tem dois irmãos mais novos, ambos portadores de deficiência mental. Não há protagonismo da vítima nem diagnósticos de especialistas.

No dia 15 de março, O Globo retoma o debate religioso em torno do caso do aborto da menina de 9 anos de Pernambuco, desta vez na matéria *Aborto: Vaticano critica excomunhão de médicos*¹⁰³. O texto, na verdade, trata de um artigo escrito por um religioso no jornal do Vaticano, uma crítica à excomunhão da mãe e de médicos. Segundo o jornal brasileiro, o religioso se volta para “a terrível história da violência cotidiana” que a menina sofria. A matéria também tenta mostrar um “distanciamento radical entre a Igreja do Poder e os dramas humanos” (ABORTO, 2009b), simbolizado pela posição do arcebispo dom José Cardoso Sobrinho. Não há aprofundamento na discussão sobre abuso ou sobre aborto, evidenciando apenas o conflito religioso.

Ao lado do texto, uma entrevista de três perguntas com o diretor do centro onde o aborto foi realizado serve como um suposto “outro lado”, mas reforça o debate restrito ao ponto de vista da religião. Das três questões, duas tratam do assunto (LINS, 2009b, grifo do autor)¹⁰⁴:

¹⁰³ ABORTO: Vaticano critica excomunhão de médicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de mar. 2009b, p. 10.

¹⁰⁴ LINS, Letícia. ‘Não vamos tolerar a intromissão da Igreja’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de mar. 2009b, p. 10.

O GLOBO: Para o profissional da Medicina, o que dói mais: interromper a gestação ou ver a criança chegar violentada e grávida ao hospital?

SÉRGIO FERNANDES CABRAL: Nenhum componente da equipe do Cisam está feliz com esse caso. Mas estamos satisfeitos, porque teve um desfecho como desejávamos. Houve sucesso na operação. Gostaríamos de ter encontrado uma criança aproveitando a infância, estudando, brincando, e não tendo que lutar pela vida. Continuaremos lutando pelo direito de as mulheres realizarem abortamentos legais.

Como recebeu a excomunhão?

CABRAL: Não me abalou em nada. Nem por um segundo mudei minha decisão de continuar a atender essa criança.

A excomunhão mexeu com sua fé?

CABRAL: Sou católico de batismo, mas não praticante. Acredito em Deus. Acredito que Ele está comigo e com a equipe médica que acolheu a menina.

No dia 29 de maio daquele ano, O Globo retoma a polêmica da Igreja Católica em relação ao aborto e ao estupro. No texto *Cardeal espanhol diz que aborto é pior que estupro*¹⁰⁵, há uma referência ao arcebispo dom José Cardoso Sobrinho, que havia dito no Brasil meses antes que o aborto era mais grave do que o estupro. A matéria, publicada na editoria Mundo traz declarações do cardeal espanhol e da ministra de Saúde e Política Social da Espanha à época, Trinidad Jiménez. O primeiro diz que

[...] os abusos endêmicos contra crianças em instituições católicas irlandesas “são condutas totalmente condenáveis e temos que pedir perdão (por elas)”. No entanto, acabou afirmando que não é possível comparar “o que (algumas crianças) possam ter passado em alguns colégios” às “mais de 40 milhões de vidas destruídas legalmente pelo aborto”. (CARDEAL ESPANHOL, 2009)

Em seguida, fala a ministra, que pediu uma retratação do cardeal e “tachou a declaração de ‘muito grave’ e ‘irresponsável’. Segundo ela, ‘uma coisa é falar de direito, outra, de um crime’” (CARDEAL ESPANHOL, 2009). O último parágrafo da matéria tem um breve resumo da história da menina brasileira e a excomunhão de sua mãe e dos médicos que realizaram o aborto. Não há outras fontes nem aprofundamento no debate. O texto limita-se a resgatar a polêmica brasileira e situa-se na polarização que, em geral, permeia a discussão sobre aborto.

O caso da menina-mãe de 9 anos serviu de gancho para publicações sobre a rede de aborto legal no Brasil em duas ocasiões. No dia 9 de março, ainda em meio à polêmica sobre a excomunhão da mãe que autorizou e dos médicos que realizaram a interrupção da gestação, o jornal aproveita os atos do 8 de março (Dia Internacional da Mulher) para mudar o foco da cobertura. A cobertura de página inteira apresenta, como texto de abertura, a reportagem *Infância violentada*¹⁰⁶, com linha-fina “Em hospital, meninas grávidas por estupro correspondem a 43% dos atendimentos”.

¹⁰⁵ CARDEAL ESPANHOL diz que aborto é pior que estupro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de mai. 2009, p. 34.

¹⁰⁶ MENEZES, Maiá, FARAH, Tatiana. Infância violentada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de mar. 2009, p. 3.

O texto parte do caso da menina pernambucana para mostrar que não se trata de um episódio isolado. Já no lead, as repórteres afirmam (MENEZES, FARAH, 2009):

Um dado, recolhido no Hospital estadual Pérola Byington, em São Paulo, referência no tratamento a mulheres vítimas de violência sexual, mostra que 43% dos atendimentos diários se referem a meninas com menos de 12 anos, que engravidaram depois de estupradas. No ano passado, cerca de 3.050 abortos previstos em lei, em mulheres de todas as idades, foram realizados no país, segundo dados do Datasus.

Em seguida, a fala da psicóloga Daniela Pedroso, que atende essas vítimas, reforça a ideia anterior, de que casos como o de Pernambuco não são únicos, e ainda indica o desafio aos profissionais que atendem essas meninas (MENEZES, FARAH, 2009):

A mais nova que atendi tinha 10 anos. Ela decidiu interromper a gravidez depois de abusada pelo padrasto. Casos semelhantes ao da menina de Pernambuco acontecem diariamente. É preciso estar envolvido, mas com o distanciamento necessário, para oferecer às mães as opções que elas têm.

Para dar voz às mulheres que se submeteram a um aborto após um estupro, a reportagem cita entrevistas de uma pesquisa da organização internacional Ipas Brasil em parceria com o Ministério da Saúde. Trata-se de uma saída interessante, diante da dificuldade de contato com essas protagonistas. O texto destaca que elas “dizem não se arrepender” e destaca que a maioria delas era contra o aborto até engravidar após o episódio de violência. Apesar de as entrevistas citadas não tratarem especificamente de menores de 14 anos, o foco desta pesquisa, elas são importantes porque trazem para o leitor experiências reais, dão o protagonismo àquelas que viveram a violência sexual e tiveram que optar entre manter ou a gestação.

Aos 32 anos, uma mulher católica, violentada no caminho para o trabalho, disse aos pesquisadores ter se sentido “desmoralizada, amedrontada e sem alternativas” ao descobrir a gravidez. Tomou sozinha a decisão pelo aborto, dois anos antes da entrevista. [...] “Foi uma violência, por que eu estaria gerando este ser?”, disse a mulher aos pesquisadores. Aos 18 anos, também católica, a mais jovem entrevistada pela pesquisa interrompeu a gravidez aos 16, depois de um estupro. Como as outras, ela também não se diz arrependida: “Porque eu não ia ter um filho marcado, filho de um desconhecido!”. Uma outra mulher, de 29 anos, afirma que optou pelo aborto por medo de não sentir amor pelo filho, caso nascesse: “Eu fiquei com medo de levar essa gravidez para frente. Eu fiquei com muito medo de rejeitar... Será que eu ia amar, como amo minha filha?”. (MENEZES, FARAH, 2009)

Em seguida, o jornal volta a ouvir mulheres que estão diretamente em contato com essas mulheres e meninas. A médica Leila Adesse diz que “o que importa é ouvir a vontade de quem está sendo atendido” (MENEZES, FARAH, 2009). A fonte seguinte, a assistente social Irotilde Pereira, afirma que se sente “mais fortalecida em saber que as mulheres são bem atendidas” (MENEZES, FARAH, 2009).

FIGURA 16 - Reportagem do O Globo de 19 de mar. 2009 apresenta dados e entrevistas sobre casos em que o abuso sexual infantil resulta em gravidez

Segunda-feira, 9 de março de 2009 O GLOBO 3

O PAÍS

Infância violentada

Em hospital, meninas grávidas por estupro correspondem a 43% dos atendimentos

Malá Menezes e Tatiana Farah
RIO e SÃO PAULO

Casos como o da menina pernambucana de 9 anos que se submeteu a um aborto de gênero depois de estuprada pelo padrasto são trágica rotina no país. Um dado, recolhido no Hospital estadual Pêrola Byington, em São Paulo, reforça o tratamento a mulheres vítimas de violência sexual, mostra que 43% dos atendimentos diários se referem a meninas com menos de 12 anos, que engravidaram depois de estupradas. No ano passado, cerca de 3.050 abortos previstos em lei, em mulheres de todas as idades, foram realizados no país, segundo dados do Datasus.

— A mais nova que atendi tinha 10 anos. Ela decidiu interromper a gravidez depois de abusada pelo padrasto. Casos semelhantes ao da menina de Pernambuco acontecem diariamente. É preciso estar convencido, mas com o distanciamento necessário, para oferecer às mães as opções que elas têm — diz a psicóloga Daniela Pedrosa, do Pêrola Byington, uma das coordenadoras de pesquisa qualitativa recém-lançada pelo ONG Ipas Brasil em parceria com o Ministério da Saúde, que analisa o perfil de mães vítimas de violência, que optaram pelo aborto.

— Para todas elas, a opção pelo aborto é difícil — diz Daniela.

Ao procurar o serviço público de saúde, diante de uma gravidez resultante de estupro, a mulher se vê diante de três opções: ficar com a criança, doar para adoção ou se submeter ao aborto. Há ainda outra alternativa: caso procure atendimento 72 horas depois do estupro, a mulher tem direito a receber a pílula do dia seguinte.

Entrevistadas dizem não se arrepender

• A maioria das mulheres ouvidas pela pesquisa se diz contrária ao aborto. Mas as vítimas mudam de posição quando a gestação é fruto de estupro. Nenhuma delas afirma ter se arrependido da opção pelo aborto legal.

Aos 32 anos, uma mulher católica, violentada no caminho para o trabalho, disse aos pesquisadores ter descoberto a gravidez. Tomou sosseira a decisão pelo aborto, dois anos antes da entrevista. Os dados foram colhidos em 2007 e organizados pela ONG Ipas Brasil, que lida com o tema do aborto há trinta anos. "Foi uma violência, por que eu estaria gerando este ser?", disse a mulher aos pesquisadores.

Aos 18 anos, também católica, a mais jovem entrevistada pela pesquisa interrompeu a gravidez aos 16, depois de um estupro. Como as outras, ela também não se diz arrependida. "Porque eu não ia ter um filho marcado, filho de um desconhecido". Uma outra mulher, de 29 anos, afirma que optou pelo aborto por medo de não sentir amor pelo filho, caso nascesse: "Eu fiquei com medo de levar essa gravidez para frente. Eu fiquei com muito medo de rejeitar. Será que eu ia amar, como ao minha filha?".

— O que importa é ouvir a vontade de quem está sendo atendido. Zelar pelo cumprimento dos pré-requisitos de atenção. E procurar respaldo da lei para os procedimentos. Sinceramente, esse é o nosso foco e nossa batalha — diz a médica Leila Adesle, especialista em Saúde da Mulher e da Criança e diretora da Ipas, que treina profissionais envolvidos no atendimento de mulheres que engravidaram vítimas de violência sexual.

A assistente social Iritilde Pereira, de 62 anos, trabalha há 20 anos no Hospital Jabaquara, em São Paulo, que faz atendimento semelhante ao do Pêrola Byington. Militante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que defende a descriminalização do aborto, ela afirma que não se sente fazendo nada errado ao ajudar as mulheres a interromper a gravidez.

— Eu me sinto mais fortalecida em saber que as mulheres são bem atendidas. Não me sinto peçoada.

O GLOBO NA INTERNET
▶ Miriam Leticia: A menina de Recife lembra o quanto a luta da mulher será longa globo.com.br/pais/cidades

MANIFESTANTES ESTENDEM faixa em defesa da legalização do aborto durante passeata realizada em São Paulo: protesto contra "humilhações e condenações criminais"

No Dia da Mulher, a defesa do aborto legal
Grupos protestam contra arcebispo de Recife e Olinda e CPI prevista para ser instaurada na Câmara

SÃO PAULO e RIO. A defesa do aborto legal deu o tom da passeata que reuniu cerca de duas mil pessoas em São Paulo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A caminhada começou na Avenida Paulista e terminou com um ato pelo aborto legal e seguro no Parque Ibirapuera. Militantes de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos carregaram cartazes em protesto contra o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, que excomungou a mãe e os médicos que interromperam a gravidez da menina de 9 anos estuprada pelo padrasto. "Se o Papa fosse mulher, o aborto seria legal" era uma das frases do ato.

Em vários estados, mulheres têm sofrido perseguições, humilhações e condenações criminais por terem realizado aborto. No Congresso Nacional, está para ser instaurada uma CPI do aborto, cujo resultado trará mais perseguição às mulheres", diz manifesto distribuído na passeata.

No Rio, o projeto "Mulheres da Paz", que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Estado do Rio (Pronasci-Rio), organizou caminhada com duas mil moradoras de comunidades carcerais. À tarde, representantes das nove Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) distribuíram, no trem de acesso ao Cristo Redentor, panfletos sobre como denunciar um agressor.

O GLOBO NA INTERNET
▶ Veja fotos da caminhada pelo Dia Internacional da Mulher em Capelinha globo.com.br/rio

MULHERES com instrumentos musicais improvisados: mensagens por garantia de aborto seguro

ALGUNS NÚMEROS

ABORTO NO BRASIL
Estimativas de 2005 do Ministério da Saúde indicam que o número de abortos no Brasil era de **1.054.243 por ano**

ABORTOS LEGAIS
2007 **2.130** Cerca de dez por dia
2008 **3.050**

Violência sexual contra crianças
Segundo dados das secretarias estaduais de Segurança, há no Brasil **8,72 casos de estupro por 100 mil habitantes**

ESTUPROS
Segundo dados das secretarias estaduais de Segurança, há no Brasil **8,72 casos de estupro por 100 mil habitantes**

Violência sexual contra crianças
Segundo dados das secretarias estaduais de Segurança, há no Brasil **8,72 casos de estupro por 100 mil habitantes**

Polícia procura suspeito de engravidar enteada em GO

História de menina pernambucana se repete: garota dois anos mais velha está grávida e acusa padrasto

• **BRASÍLIA e SALVADOR.** O drama da menina de Pernambuco se repete em Barro Alto, a 228 quilômetros de Goiânia. Um bôia-fria, acusado de violentar e engravidar a enteada de 11 anos, é considerado foragido pela Polícia Civil de Goiás desde a última quarta-feira. Ele foi denunciado pelo Conselho Tutelar da cidade. Grávida de seis meses, a menina terá o filho: embora a gestação seja de risco, médicos que examinaram a menor disseram não haver tempo hábil para o aborto. À polícia, a menina contou que era assediada pelo padrasto há um ano. Ao longo desse período, eles teriam mantido cerca de 15 relações sexuais. Responsável pelo caso, o delegado Germano Cesar de Castro Melo disse acreditar que a mãe sabia dos abusos, embora ela e a filha tenham negado em depoimento.

— Temos certeza de que a mãe está tentando proteger o marido, mas não há como provar isso.

Casos de abuso flagrados no Dia Internacional da Mulher
A polícia fez buscas em vários endereços, mas o delegado acredita que o bôia-fria já se escondou fora da cidade. Ele aguarda denúncias que ajudem na localização do acusado.

BRASÍLIA e SALVADOR. O drama da menina de Pernambuco se repete em Barro Alto, a 228 quilômetros de Goiânia. Um bôia-fria, acusado de violentar e engravidar a enteada de 11 anos, é considerado foragido pela Polícia Civil de Goiás desde a última quarta-feira. Ele foi denunciado pelo Conselho Tutelar da cidade. Grávida de seis meses, a menina terá o filho: embora a gestação seja de risco, médicos que examinaram a menor disseram não haver tempo hábil para o aborto. À polícia, a menina contou que era assediada pelo padrasto há um ano. Ao longo desse período, eles teriam mantido cerca de 15 relações sexuais. Responsável pelo caso, o delegado Germano Cesar de Castro Melo disse acreditar que a mãe sabia dos abusos, embora ela e a filha tenham negado em depoimento.

— Temos certeza de que a mãe está tentando proteger o marido, mas não há como provar isso.

Casos de abuso flagrados no Dia Internacional da Mulher
A polícia fez buscas em vários endereços, mas o delegado acredita que o bôia-fria já se escondou fora da cidade. Ele aguarda denúncias que ajudem na localização do acusado.

FONTE: MENEZES, FARAH (2009).

Nota-se que há um esforço de humanização do debate abstrato em torno da relação entre aborto e estupro (aqui incluídos os casos de abuso sexual infantil). Saem políticos e religiosos e entram as mulheres para falar, mesmo que de forma breve, como vivem a decisão pela interrupção da gestação e como atendem às que sofreram uma violência e precisam de cuidado e apoio.

Ao lado do texto principal, há um infográfico com números sobre o aborto no Brasil e os casos de abuso sexual infantil atendidos pelo Hospital Peróla Byington, em São Paulo. Abaixo dos dados, estão destacadas quatro falas de mulheres que fizeram um aborto. Ainda no gráfico, uma foto da menina de nove anos estuprada pelo padrasto, de costas, acompanha um breve resumo do episódio, com informações sobre a gravidez de gêmeos, o aborto, a excomunhão da mãe e dos médicos, a reação do presidente Lula e o que diz a lei brasileira sobre situações como esta.

As duas fotos que compõem a página são da passeata realizada em São Paulo no dia anterior com mensagens em defesa da legalização do aborto. Abaixo da imagem principal, um texto, intitulado *No Dia da Mulher, a defesa do aborto legal*, trata dos atos realizados em São Paulo e no Rio em protesto contra a postura da Igreja Católica no caso da menina de Alagoinha e contra a criminalização da interrupção voluntária da gestação no Brasil.

Completa a página, um texto sobre outros três casos semelhantes ao da menina de Pernambuco: o de uma garota de 11 anos grávida de seis meses após ser estuprada pelo padrasto, outra de 16 anos abusada em Brasília também pelo padrasto e o terceiro, em Salvador, um flagrante de exploração sexual infantil envolvendo duas adolescentes de 13 anos. Nas três situações narradas, as fontes são a polícia. Há uma menção, inclusive, ao Código Penal, que “considera estupro presumido manter relações sexuais com menores de 14 anos, mesmo que não haja violência ou ameaça grave” (MENEZES, FARAH, 2009).

No dia 22 de março, o serviço de aborto legal no Brasil novamente é destaque no jornal. Na matéria *Aborto legal aumentou 242,6% em oito anos*¹⁰⁷, a jornalista apresenta informações sobre a idade das meninas e mulheres que recorrem ao atendimento e trata do impacto dos procedimentos ilegais no sistema de saúde. Há um direcionamento da matéria para os casos de gestações fruto de uma violência sexual e, em especial, às meninas menores de 14 anos vítimas de um abuso. Tal enfoque é motivado pela história da menina de Pernambuco que havia engravidado de gêmeos e abortado após ter sido estuprada pelo padrasto. Ao relacionar esse

¹⁰⁷ FARAH, Tatiana. Aborto legal aumentou 242,6% em oito anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de mar. 2009, p. 12.

caso à realidade brasileira, o jornal dá mais elementos para a construção de um contexto social e cultural do problema:

Ano passado, 49 crianças de até 14 anos fizeram aborto com amparo legal no país. Entre 2000 e 2007, foram 176 casos de abortamento legal de crianças. Em 2005, duas morreram em tentativas frustradas de aborto clandestino. Meninas de até 12 anos representam 43% dos casos atendidos pelo Serviço de Violência Sexual do Hospital Pérola Byington, de São Paulo, referência no país. (FARAH, 2009)

A seguir, a fala do médico Jefferson Drezett aproxima os dados sobre aborto entre crianças menores de 14 anos da realidade complexa do abuso sexual infantil, em que agressor muitas vezes é pai ou padrasto da vítima (FARAH, 2009):

Os abusos são cercados por silêncio. Aquele que abusa sabe quem tem maior vulnerabilidade à ação dele. A forma de abordar (a criança) é altamente elaborada na maioria das vezes, o que mostra que há alto grau de consciência, de premeditação — diz Drezett.

No parágrafo seguinte, o texto fala dos casos de abortos legais entre adolescentes de 15 a 19 anos. A reportagem também apresenta um diagnóstico de como a ampliação da rede de atendimento dos casos previstos em lei diminui o número de interrupções clandestinas e do impacto dos atendimentos emergenciais pós-aborto na rede pública. Em um pequeno texto, a jornalista também dá informações sobre como acessar o serviço: “A interrupção da gravidez decorrente de estupro pode ser feita sem que a mulher procure a polícia. Cerca de 55 hospitais são referência no país” (FARAH, 2009).

A matéria trata da relação entre aborto e mortalidade materna e insere esse debate no contexto de desigualdade social no Brasil: “Quem tem dinheiro paga até R\$ 5 mil. Quem não tem usa chás e agulha de crochê. O remédio mais popular custa R\$ 200” (FARAH, 2009).

Ao final, o texto apresenta informações sobre a complexidade da decisão pelo aborto entre mulheres e meninas que sofreram um estupro, a partir da entrevista com a psicóloga Daniela Pedroso: “É um momento de dificuldade. Ninguém acha bonito fazer o aborto; todas chegam sofrendo muito e pensando na morte” (FARAH, 2009).

Acompanha a matéria principal o gráfico intitulado *Os números da polêmica na rede pública*, com dados de aborto legal no SUS e atendimentos por complicações decorrentes de abortos malsucedidos também no sistema público de saúde. Há ainda um recorte por faixa etária, em que o primeiro recorte é entre os 10 e 14 anos.

FIGURA 17 – Reportagem publicada no dia 22 de mar. 2009 pelo jornal O Globo sobre a rede de aborto legal no Brasil

12 • O PAÍS

O GLOBO

Domingo, 22 de março de 2009

Aborto legal aumentou 242,6% em oito anos

No ano passado, 3.241 mulheres e crianças, a maioria vítimas de violência sexual, buscaram serviço público

Tatiana Farah

• SÃO PAULO. Casos de aborto legal na rede pública cresceram 242,6% nos últimos oito anos, segundo dados do Ministério da Saúde obtidos pelo GLOBO. Se, em 2000, 930 mulheres e 16 crianças procuraram o serviço público para interromper legalmente a gravidez, no ano passado foram registrados 3.241 procedimentos do tipo no país. De acordo com a legislação brasileira, o aborto é legal nos casos de estupro e risco de vida para a mãe. Na maior parte dos casos atendidos, a gravidez resultou de estupro.

O caso da menina de Pernambuco que abortou de gêmeos depois de ser sistematicamente abusada pelo padrasto não é exceção. Ano passado, 49 crianças de até 14 anos fizeram aborto com amparo legal no país. Entre 2000 e 2007, foram 176 casos de abortamento legal de crianças. Em 2005, duas morreram em tentativas frustradas de aborto clandestino. Meninas de até 12 anos representam 43% dos casos atendidos pelo Serviço de Violência Sexual do Hospital Pérola Byington, de São Paulo, referência no país. Segundo o coordenador do serviço, o ginecologista Jefferson Drezetti, o agressor geralmente é parente ou conhecido, e leva bastante tempo para o caso vir à tona. Chefiando o setor há 15 anos, o médico traça o perfil de abusadores, muitas vezes os próprios pais e padrastos.

— Os abusos são cercados por silêncio. Aquele que abusa sabe que em tem maior vulnerabilidade à ação dele. A forma de abordar (a criança) é altamente elaborada na maioria das vezes, o que mostra que há alto grau de consciência, de premeditação — diz Drezetti. O número de abortos com amparo legal em adolescentes revela a gravidade do problema. Nos últimos oito anos, foram 2.950 procedimentos desse tipo na rede pública em meninas entre 15 e 19 anos, 578 só no ano passado. Os números apontam que essas jovens violentadas estão deixando de recorrer a práticas clandestinas para buscar seu direito de ter acesso ao serviço público.

— Os atendimentos de complicações de aborto caíram desde a ampliação do serviço de aborto com amparo legal na rede pública — diz a coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Lena Peres. Lena cita que em 2000 houve 238.902 intervenções hospitalares para atender vítimas de abortos mal sucedidos. Em 2004, foram 248 mil complicações de aborto atendidas pelo SUS, enquanto foram realizados 1.600

abortos legais. No ano passado, as complicações de aborto caíram para 236.749 atendimentos médicos. Já em 2007, foram 222 mil atendimentos de emergência para situações de aborto, a maior queda desde 1997. Não há dados ainda sobre mortes de mulheres que abortaram clandestinamente naquele ano.

“Aborto clandestino mata uma mulher dia sim, dia não” Segundo a médica, no ano passado o serviço de atendimento telefônico a mulheres vítimas de violência, o 180, teve aumento de 31% na demanda sobre o aborto legal.

A interrupção da gravidez decorrente de estupro pode ser feita sem que a mulher procure a polícia. Cerca de 55 hospitais são referência no país. O ideal é que a vítima procure o serviço de saúde para prevenção com a pílula do dia seguinte. O aborto é, segundo o Ministério da Saúde, a segunda causa de mortalidade materna no país. Para cada um dos 236 mil casos de aborto clandestino que acabaram nos hospitais públicos no ano passado, estima-se que há quatro clandestinos não notificados. Quem tem dinheiro paga até R\$ 5 mil. Quem não tem usa chá e agulha de crochê. O remédio mais popular custa R\$ 200. A mortalidade materna por aborto cresceu 5,7% entre 2000 e 2006, quando foram registradas 82 mortes, alerta Drezetti.

— No Brasil, morre uma mulher por aborto dia sim, dia não. É muito grave. Agora, estamos tendo de enfrentar a maternidade infantil, com a mortalidade de 15 crianças por ano no parto. O médico Luis Codina, do Opa (Organização Panamericana de Saúde), confirmou que a instituição estima que no Brasil são realizados, em média, um milhão de abortos clandestinos por ano. — É um número real, um problema de saúde pública, uma consequência de uma cadeia

mal sucedida de eventos dramáticos: violência e falta de planejamento familiar. A psicóloga Daniela Pedrosa, que atende no Hospital Pérola Byington há 12 anos, diz que, entre as vítimas de estupro, muitas são religiosas. — A maioria é católica, mas pensa: “Não posso ter essa criança, não consigo”. A culpa judaico-cristã depois se justifica porque ela diz a si mesma que só abortou porque foi estuprada — conta. — É um momento de dificuldade. Ninguém acha bonito fazer o aborto; todas chegam sofrendo muito e pensando na morte. Digo que elas têm de voltar à vida, ao trabalho, sair de casa. Digo: “Você parou de viver. Tem de recompor”. ■

DANIELA: “Ninguém acha bonito”

Os números da polêmica na rede pública

Anencéfalos: julgamento ainda este ano

Pressão para definição aumentou após caso de menina estuprada por padrasto

Catarina Alencastro e Evandro Ebbli

• BRASÍLIA. A inclusão do aborto de fetos anencéfalos na lista de casos de interrupção da gravidez previstos em lei poderá ser julgada ainda este ano no Supremo Tribunal Federal (STF). É o que acredita o ministro Marco Aurélio Mello, relator da ação movida pela Conederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). A pressão para uma definição sobre o tema ganhou força com a repercussão do caso da menina de Alagoinha (PE) estuprada por padrasto. A ação reivindica que mães de fetos com ausência de cérebro, centro do sistema nervoso humano, tenham o direito de optar pela interrupção da gesta-

ção sem recorrer à Justiça. Segundo a CNTS, 65% dos fetos anencéfalos morrem no útero, e os que sobrevivem resistem pouco. Raros seriam os bebês que vivem nessa condição. Marco Aurélio disse que o processo deverá estar pronto para entrar na pauta do plenário do STF até o meio do ano. — Colegiado surpreende, quando você pensa que a tendência é uma. Por isso é colegiado, cada qual votando de acordo com sua ciência, consciência e a formação humanista. O ministro se declarou favorável ao aborto de anencéfalos ao conceder, em julho de 2004, liminar permitindo o procedimento. A liminar foi cassada no mesmo ano. Em seu voto, Marco

Aurélio diz que a gravidez de feto anencéfalo implica em risco de vida para a gestante, além de “impor a mulher danos à integridade moral e psicológica”. Segundo levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, há 39 projetos de lei tramitando no Congresso sobre o aborto. A maioria (31) restringe as correntes previsões legais para a interrupção da gravidez. Para Temporário, amplo debate é indispensável. Para o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, é dever do governo buscar soluções adequadas para os óbitos e internações anuais resultantes de abortos ilegais praticados no país. — O aborto é responsável

por 15% da mortalidade materna no país. Não há dúvida de que se trata de um grave problema de saúde pública e o seu amplo debate é indispensável técnica, ética e politicamente. O ministro afirmou que é de conhecimento que o Sistema Único de Saúde (SUS) garante o acesso da população à informação e aos métodos contraceptivos. Sobre as declarações do padre Luiz Antônio Bento, que o acusou de estimular a política de aborto no país, respondeu: — Lamento o conteúdo do pronunciamento do representante da Igreja Católica e reitero o compromisso do governo em garantir a plena implementação da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos. ■

CORPO A CORPO

PADRE LUIZ ANTÔNIO BENTO

‘O Estado tem feito uma política de aborto’

• Assessor da Comissão Vida e Família da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Luiz Antônio Bento diz que o governo tem feito uma política pró-aborto. Critica o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o presidente Lula, por ter distribuído camisinhas no carnaval.

Catarina Alencastro

O GLOBO: A Igreja condena todo aborto? PADRE LUIZ ANTÔNIO BENTO: Sim. A Igreja Católica é contrária a qualquer forma de agressão à vida. A missão da medicina é salvar vidas, não matar. É diferente de fazer um aborto terapêutico, como alguns chamam o aborto em casos de anencéfalia. É um aborto eugenico, é um aborto para eliminar crianças que têm malformação. Hoje são os anencéfalos, amanhã poderá ser o que tem Síndrome de Down.

• No STF, mães de fetos anencéfalos contaram seu sofrimento. PADRE BENTO: O ministro Marco Aurélio Mello (relator) não foi prudente em dar espaço igual a todos. Se éramos sete contra o aborto, os favoráveis eram 15. Você vê a falta de sensibilidade do ministro. Mães que não abortaram dizem que disseram aos filhos, no momento em que eles vieram: eu te amo, eu te amo. Mães que abortaram não sabem onde estão as crianças. Se o bebê nasce morto, tem direito a um túmulo, um registro e um lugar onde a mãe pode ir visitá-lo. Não acredito que um país que não acaba com o mosquito da

PADRE BENTO: “O aborto de anencéfalo é aborto eugenico”

denega consigo dar hospitais a todas as mães que querem fazer aborto. Essa mãe precisa é de orientação espiritual. • O Estado não tem de assistir todas? PADRE BENTO: Falo de uma política familiar que ajude a formar para o sentido da sexualidade, e não essa depravação que está aí, quando temos um presidente que tem coragem de jogar camisinha para todo mundo. Não é coisa de um chefe de nação. É confrontar valores da sociedade. Quem disse que os valores dele são os de todos? O presidente tem que respeitar valores impregnados na sociedade.

• E quem depende do SUS? PADRE BENTO: Muitas mulheres fazem o aborto em clínicas. O ministro Temporão já disse que sabe quantas clínicas existem. Deveria denunciar o aborto no Brasil só não está legalizado oficialmente, mas o Estado tem feito uma política de aborto e de amparo às que querem abortar. Se tem um que é de fá de que crianças sejam assassinadas no ventre da mãe é o ministro Temporão. Ele é o grande incentivador de uma cultura de morte. Legalizando o aborto, as pobres vão continuar fazendo clandestinamente. Não é verdade que legalizar vai beneficiar os pobres.

• O que acha da condenação da Igreja ao aborto feito pela menina estuprada? PADRE BENTO: A Igreja vai ajudar essa família. Mas a imprensa fica falando só do bispo. Estão usando a menina para criar uma mentalidade abortista. O padre Edson, de Alagoinha, e a comunidade estarão próximos desta mãe. O Temporão vai estar muito longe. Vivo nas periferias. Sei o que passam nos postos de saúde.

O GLOBO NA INTERNET
Audiô: Ouça trechos da entrevista com padre
globo.com.br/pais

A MELHOR PÓS-GRADUAÇÃO
Uni IBMR

Especialização Lato Sensu

- ANATOMIA HUMANA: ASPECTOS FUNCIONAIS E EVOLUTIVOS
- PSICOTERAPIA TRAUMÁTICA, ORTOPÉDICA E ESPORTIVA
- GASTROENTEROLOGIA (*)
- GINECOLOGIA (*)
- HIPNÓSE CLÍNICA (Kory Schimer)
- MASOTULOGIA (*)
- NEUROLOGIA (*)
- NEUROPSICOLOGIA APLICADAS A REABILITAÇÃO
- OBSTETRICIA (*)
- PERÍCIA MÉDICA (*)
- PSICANÁLISE CLÍNICA
- PSICODIAGNÓSTICA, APLICADA AO ESPORTE
- PSICODIAGNÓSTICA, APLICADA AO ESPORTE
- PSICODIAGNÓSTICA, APLICADA AO ESPORTE
- PSICOTERAPIA HUMANISTA E EXISTENCIAL
- SEXUALIDADE HUMANA
- TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL

INSCRIÇÕES ABERTAS (*) Para médicos

DESCONTOS ESPECIAIS PARA EX-ALUNOS E ALUNOS NOVOS ATÉ 27/03

Prós do Botafogo, 158 - Botafogo
Tels.: (21) 2559-8600 • 2559-8640
www.ibmr.br • posgrad@ibmr.br

INÍCIO AULAS 28/03

FONTE: FARAH (2009).

Abaixo do gráfico, estão dispostos mais dois textos sobre aborto. O primeiro, *Anencéfalos: julgamento ainda este ano*, traz entrevistas com o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, e com o ministro da Saúde José Gomes Temporão sobre a pressão para uma decisão em relação à interrupção da gestação em caso de anencefalia fetal¹⁰⁸, que teria aumentado após a divulgação da história da menina pernambucana estuprada pelo padrasto.

O segundo texto é uma entrevista com o padre Luiz Antônio Bento, que representa a CNBB e comenta a rede de atendimento ao aborto legal no Brasil e o processo sobre interrupção em caso de anencefalia que tramitava no STF. Em *O Estado tem feito uma política de aborto*¹⁰⁹, o padre aparece com foto e diz que o ministro da Saúde é “o grande incentivador de uma cultura da morte [por defender a legalização do aborto]” (ALENCASTRO, 2009b). Apenas a última pergunta trata do caso da menina de Pernambuco.

O que achou da condenação da Igreja ao aborto feito pela menina estuprada?

PADRE BENTO: A Igreja vai ajudar essa família. Mas a imprensa fica falando só do bispo. Estão usando a menina para criar uma mentalidade abortista. O padre Edson, de Alagoinha, e a comunidade estarão próximos desta mãe. O Temporão vai estar muito longe. Vivo nas periferias. Sei o que passam nos postos de saúde. (ALENCASTRO, 2009b)

Ao que parece, a entrevista com o padre serve como um “outro lado”, a fim de representar os que defendem a manutenção da proibição do aborto no Brasil. É como se, apesar dos dados e das entrevistas com sujeitos envolvidos diretamente no atendimento a mulheres em situação de abortamento, ainda fosse necessário explorar a oposição “pró *versus* contra” para dar legitimidade à cobertura. Falta a voz das mulheres, mas na data o jornal conseguiu fazer uma importante contextualização e ofereceu ao leitor diagnósticos importantes do problema.

Em novembro de 2013, o jornal volta a tratar da rede de aborto legal no Brasil, dessa vez com menos destaque e sem o gancho de um caso que estava na mídia. A reportagem *País tem só 65 locais para aborto legal*¹¹⁰ foca na distribuição espacial do serviço, que atende meninas vítimas de abuso sexual que engravidaram. O gráfico que acompanha o texto compara o número de estupros registrados com o número de hospitais que realizam aborto legal em cada unidade federativa. Daí o jornal conclui, por exemplo, que o Rio de Janeiro tem o 2º maior número de estupros, mas só possui um serviço desse tipo na rede pública, informação que aparece em destaque na linha fina abaixo do título.

¹⁰⁸ O julgamento, no entanto, só ocorreu em 2012, quando os ministros do Supremo decidiram pela legalidade do aborto de feto anencéfalo.

¹⁰⁹ ALENCASTRO, Catarina. ‘O Estado tem feito uma política de aborto’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de mar. 2009b, p. 12.

¹¹⁰ TIMÓTEO DA COSTA, Mariana. País tem só 65 locais para aborto legal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de nov. 2013, p. 8.

O primeiro parágrafo é uma crítica à rede de aborto legal, mostra o contexto de estupro no país e questiona a abrangência do serviço (TIMÓTEO DA COSTA, 2013):

O número de estupro já é maior do que o número de homicídios no Brasil e o dado chama atenção para uma questão que, segundo levantamento feito pelo GLOBO, não recebe a devida atenção das autoridades. Como garantir o direito de uma mulher que eventualmente engravida após a violência (até 6% delas) e tem de interromper a gestação? O Ministério da Saúde informa que existem apenas 65 serviços de abortos legais no país.

Apesar de o texto não citar especificamente os abusos sexuais infantis, entendemos que esta reportagem deveria fazer parte desta parte da dissertação porque traz uma abordagem nova e interessante que faz parte da realidade das meninas que engravidam antes dos 14 anos e têm o direito, pelo menos na lei, de escolher pela manutenção ou não da gestação.

A reportagem traz diagnóstico de especialistas e ONGs sobre o problema da discrepância entre o alto número de estupro e a baixa oferta de serviços de aborto legal, caso de Roraima, líder em registros desse crime e que não possui nenhum centro de atendimento. O texto também apresenta uma crítica aos centros de saúde pública ligados a igrejas, que segundo as fontes ouvidas não tratam devidamente a questão por conta de fundamentalistas religiosos, e ao Ministério da Saúde, que não divulga o endereço dos serviços de aborto legal “porque médicos e vítimas podem ser hostilizados” (TIMÓTEO DA COSTA, 2013).

No último trecho, a reportagem conta de maneira breve a história de uma adolescente que foi estuprada e passou por quatro locais (dois postos de saúde e duas delegacias) até ser atendida da forma adequada.

Só queria ser atendida para tomar a pílula do dia seguinte, fazer exame de HIV. Mas o posto não me deu o remédio, disse que eu tinha que vir para cá, porque é só aqui que atende casos como o meu. Deus me livre ficar grávida — lamenta. (TIMÓTEO DA COSTA, 2013)

A entrevista completa os diagnósticos e o contexto apresentados anteriormente, humanizando, ainda que de forma superficial, o debate em torno da necessidade de se ter serviços de qualidade que atendam de forma rápida e eficaz mulheres e meninas que sofreram um estupro.

A matéria *Preso ao engravidar irmã de 11 anos*¹¹¹, de 2010, é uma das poucas notícias, dentro do período selecionado para esta dissertação, que não tratam nem do caso da menina de Alagoinha nem da rede de aborto legal. Antes de partir para leitura do texto em questão, no entanto, é importante destacar que ela retoma o diálogo comum com a Igreja Católica nas publicações sobre a história de Pernambuco do ano anterior. Acima da notícia sobre abuso

¹¹¹ LINS, Letícia. Preso ao engravidar irmã de 11 anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de mai. 2010, p. 12.

sexual infantil, gravidez e a possibilidade de aborto está o texto (com foto) *Arcebispo afirma: 'A sociedade atual é pedófila'*¹¹², em que dom Dadeus Grings fala que abusos são mais frequências entre médicos e professores do que entre padres. Há notável mais espaço e destaque para o religioso, que explica o abuso sexual a partir do argumento de que a “liberalização da sexualidade” gera “desvios de comportamento”, ou seja, a violência sexual contra crianças e adolescentes seria causada porque “a sociedade atual é pedófila”. Além de não reconhecer a complexidade do problema e a responsabilidade da Igreja nos casos que acontecem dentro de instituições católicas, associa o abuso à homossexualidade (WEBER, 2010):

Quando a sexualidade é banalizada, é claro que isso vai atingir todos os casos. O homossexualismo é um caso. Antigamente não se falava em homossexual. E era discriminado. Quando começa a (dizer) que eles têm direitos, direitos de se manifestar publicamente, daqui a pouco vão achar os direitos dos pedófilos — disse.

Pois bem, voltemos nosso olhar agora ao texto que trata de um caso concreto de abuso sexual infantil. Situado na parte menos nobre da página, a notícia trata do crime cometido por um homem de 29 anos contra a irmã de 11. No oitavo mês de gestação, a vítima “não pode mais fazer um aborto, que seria considerado legal por envolver violência sexual e risco de vida” (LINS, 2010).

A narrativa privilegia o ponto de vista do acusado, que culpa a vítima pelo estupro. Não há críticas às suas falas e, em certos momentos, a história é contada quase como um romance (LINS, 2010): “A menina realmente gosta dele. Ela não queria que ele fosse preso. É uma situação muito difícil, mas a lei está aí para ser cumprida”, diz a delegada. Em outro trecho, é o acusado reforça a ideia (LINS, 2010): “Eu sou apaixonado por ela e ela, por mim. A gente se gosta – disse o irmão da garota ao ser preso. – Ela me beliscava, me tocava, me acariciava. Quando vi estava envolvido”. Sobre o acusado, diz o texto (LINS, 2010): “Ele está na cadeia sob os protestos da vítima, que afirmou amar o irmão agressor”.

Narrada dessa forma, perde-se a oportunidade de mostrar a complexidade das relações que compõem o abuso sexual infantil. As vítimas têm facilidade de perceber o que vivem como uma violência? As ações da criança (“ela me beliscava, me tocava, me acariciava”) são sexuais ou foram significadas como tal por parte do adulto? Até que ponto uma criança de 11 anos “procura” e consente um ato sexual? Sem diagnósticos de especialistas e sem uma busca pelo contexto em que o fato ocorreu, a notícia restrita ao episódio “policial” limita a discussão à culpa ou não da vítima pelo estupro e pela gravidez.

¹¹² WEBER, Demétrio. Arcebispo afirma: ‘A sociedade atual é pedófila’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de mai. 2010, p. 12.

Há algumas referências ao contexto social e econômico da família: viviam em Feira Nova, cidade a 70 quilômetros de Recife, o homem dormia no mesmo quarto com as duas irmãs, era ajudante de pedreiro, teria envolvimento com drogas e “dava trabalho aos parentes”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos iluminar um debate muitas vezes colocado às sombras pelo jornalismo e pelas sociedades brasileira e chilena, que são os casos de intersecção entre abuso sexual infantil e aborto. Chegar até parte dessas sombras não foi tarefa fácil, já que os dados oficiais são insuficientes para medir o tamanho do problema, como apresentado na **Parte 2** desta dissertação, e os preconceitos às vezes falam mais alto do que os próprios envolvidos nessas experiências, como tratado nas **Partes 3 e 4**.

Foi preciso então ouvir as mulheres como parte do esforço para identificar os sentimentos, as dores e a complexidade que talvez não estivessem nos livros nem nas páginas dos jornais. Os encontros realizados nesta dissertação, como já dito, não tiveram o objetivo de alcançar conclusões específicas sobre como as mulheres vivenciam o aborto e o abuso sexual na infância e na adolescência. Para análises aprofundadas nesse sentido, talvez fossem mais adequadas pesquisas direcionadas nas áreas da saúde pública, da psicologia ou da antropologia. Para este trabalho, nos limitamos a ouvi-las em busca de uma aproximação e de um esforço inter e transdisciplinar com os sujeitos da pesquisa.

As narrativas que formam a **Parte 3** desta dissertação dialogam com a revisão bibliográfica desenvolvida na **Parte 2**. Isso porque, ao nosso ver, seria insuficiente apresentar conceitos, ferramentas e metodologias sem saber como essas mulheres significam situações de abuso sexual na infância e na adolescência e a possibilidade de aborto nos casos em que essa violência resulta em uma gestação. Se os números são imprecisos, as histórias de Pilar e Bya transformam em concretos os sentimentos de vergonha, culpa e até amor que fazem parte das histórias de abuso sexual. No caso do aborto, as pesquisas sobre o Brasil e o Chile e os indicadores internacionais mensuram seu impacto na saúde pública, mas são as narrativas de Paola, Frida e Luisa que, nesta dissertação, mostram como fatores emocionais, sociais, psicológicos e culturais permeiam esse tipo de decisão, que não pode ser reduzida à polarização entre pró e contra a interrupção voluntária da gestação. Também os conceitos de abuso sexual infantil e adolescente e aborto são aprofundados quando expostos às experiências dos profissionais envolvidos no atendimento desses casos e nos cheiros e texturas dos hospitais que recebem meninas grávidas de um abuso.

Essa aproximação entre os saberes dos livros e dos afetos (RESTREPO, 1994), no entanto, foi limitada pelo tempo, pelos recursos disponíveis e pela capacidade restrita desta pesquisadora de lidar com as feridas próprias e as alheias. Esta dissertação, portanto, abre

inúmeras novas possibilidades de pesquisa, já que o nosso mergulho em direção à complexidade não tinha o objetivo de esgotar o debate sobre abuso sexual infantil e aborto. Das novas possibilidades, destacamos apenas algumas a título de exemplo. São elas: a intersecção entre religiosidade e a decisão pelo aborto; o peso da criminalização da prática e o peso da culpa que algumas mulheres sentem por conta da interrupção; o mito de um amor materno que é inerente à experiência do “ser mulher” e a negação desse “papel” pelas mulheres que abortam; e as consequências sociais, psicológicas e sexuais do abuso sexual para mulheres adultas.

As **Partes 2 e 3**, portanto, deram-nos subsídios para uma leitura crítica sobre abuso sexual e aborto, realizada na **Parte 4**, dos jornais selecionados para esta dissertação: O Globo, Folha de S.Paulo, La Tercera e El Mercurio. Ao adotar ferramentas da leitura cultural (LEANDRO, MEDINA, 1973; MEDINA, 2003; MEDINA, 2007) associadas a alguns elementos da análise do discurso (ORLANDI, 1999), buscamos o distanciamento de uma análise maniqueísta de tais publicações jornalísticas. Desse modo, a leitura das notícias e reportagens neste trabalho não mostrou “mocinhos” e “bandidos”, mas uma diversidade de abordagens e níveis de profundidade de situações de abuso sexual infantil e a possibilidade de aborto.

Do material coletado, três reportagens se destacam por um esforço em direção à complexidade (MORIN, 2005) do tema proposto. São elas: *La Belén de Alto Hospício* (La Tercera), *Severina absolvida* (Folha de S.Paulo) e *Infância violentada* (O Globo). As duas primeiras apresentam aos leitores relatos de mulheres que sofreram abusos sexuais dentro de casa e engravidaram em razão dessas relações que as feriram e as modificaram para o resto de suas vidas (RAMOS ROJAS, 2013; GUIBU, 2011).

Chama a atenção o fato de que nenhuma das duas (Severina, na reportagem da Folha de S.Paulo, e Andrea, publicada no La Tercera) ter provocado (ou pelo menos não declararam à reportagem tal conduta) um aborto por conta das violências sofridas. Emergem daí algumas dúvidas, não passíveis de serem sanadas nesta dissertação: Será que as mulheres temem reconhecer a prática do aborto publicamente? Ou será que suas narrativas foram publicadas exatamente porque são casos em que a menina-mulher manteve a gravidez mesmo que o feto tenha sido gerado após estupros? Seria uma forma de reforçar a “maternidade compulsória” defendida por estratos da sociedade?

De qualquer forma, os relatos mostram as mulheres protagonistas, contando suas experiências por elas mesmas. Não foram médicos, políticos, policiais ou feministas que falaram sobre seus corpos, suas histórias, experiências e decisões. Os jornalistas, mediadores culturais, apresentam-se a partir de textos que enfatizam os contextos sociais e as raízes

históricas e culturais do fato narrado. Esses dois elementos, ao lado do já citado protagonismo das mulheres que viveram essas violências, representam bem os elementos da leitura cultural (LEANDRO, MEDINA, 1973; MEDINA, 2003; MEDINA, 2007). Faltariam os diagnósticos e prognósticos, o quarto pilar dessa ferramenta metodológica, mas uma leitura do conjunto da cobertura sobre o assunto mostra que os “especialistas” de diversas áreas e instituições já haviam sido amplamente consultados e ouvidos sobre o assunto ao longo da cobertura dos jornais Folha de S.Paulo e La Tercera.

O terceiro caso de destaque no material analisado tem características um pouco distintas das duas citadas acima. Assim como *La Belén de Alto Hospício* (RAMOS ROJAS, 2013), *Infância violentada* (MENEZES, FARAH, 2009) também parte de um caso de repercussão nacional envolvendo uma menina que engravidou do padrasto. Aí passa a avançar na discussão sobre o assunto. Diferentemente da publicação chilena, O Globo não privilegia a narrativa de protagonismo, mas usa dados e entrevista de profissionais diretamente envolvidos nesse tipo de atendimento para, então, superar a polarização pró e contra o aborto e mostrar que o caso da menina de Alagoinha (PE) não era exceção no Brasil.

Na reportagem, há um deslocamento até geográfico, o que, não podemos negar, auxilia na aproximação do leitor com os casos e de abuso sexual infantil, gravidez e aborto. As jornalistas, embebidas pela empatia, apresentam o problema de modo complexo, transportam-no da situação ocorrida no interior de Pernambuco em uma família de extrema pobreza para a realidade da maior cidade do país, São Paulo. Ao falar que “43% dos atendimentos diários se referem a meninas com menos de 12 anos” (MENEZES, FARAH, 2009), elas mostram que o caso de Alagoinha poderia se tratar de uma criança conhecida, de um contexto urbano e muito próximo dos leitores do jornal. Avançam nessa direção com a entrevista com a psicóloga do hospital, Daniela Pedroso, que diz:

A mais nova que atendi tinha 10 anos. Ela decidiu interromper a gravidez depois de abusada pelo padrasto. Casos semelhantes ao da menina de Pernambuco acontecem diariamente. É preciso estar envolvido, mas com o distanciamento necessário, para oferecer às mães as opções que elas têm. (MENEZES, FARAH, 2009)

Diante da dificuldade de acessar mulheres e meninas que sofreram uma violência sexual, a opção das repórteres foi publicar trechos de entrevistas realizadas por uma pesquisa sobre o assunto. É fato que essas entrevistas “terceirizadas” não substituem a narrativa de protagonismo, nem o contato direto entre repórter e sujeito entrevistado, mas é louvável o esforço das jornalistas de reconstruir a experiência da violência e do aborto não só pelos especialistas, mas também pelas próprias mulheres.

É importante destacar que esses bons exemplos de reportagens emergem de um contexto desfavorável às apurações em profundidade. Em São Paulo, a realidade presenciada e vivida por esta pesquisadora é de que a cada ano há menos repórteres (por conta das recorrentes ondas de demissões, conhecidas como “passaralhos”) e menos tempo para investigações complexas.

No cenário acima descrito, como pôde ser observado neste trabalho, ainda prevalecem as discussões polarizadas e superficiais, que priorizam o debate sobre o aborto em detrimento da complexidade da experiência do abuso sexual infantil e da gravidez dele resultante.

Na Folha e no Globo, destaca-se a cobertura do caso da menina de Alagoinha (PE), quando a excomunhão da mãe e dos médicos que realizaram o aborto na menina-mãe de apenas 9 anos ganhou mais espaço nos jornais do que as condições da criança. Entrevistas com médicos foram direcionadas à religiosidade dos servidores da Saúde. Enquanto isso, o presidente Lula e o ministro da Saúde saíram em defesa da interrupção da gravidez de gêmeos e da saúde da menina, transportando o debate para um plano político-religioso, vago e com pouco impacto na vida da menina e nenhuma proximidade com a experiência dos leitores. Por outro lado, sobraram notícias com a repercussão da excomunhão com a CNBB, o Vaticano e seus representantes, desumanizando mais uma vez a questão do abuso e da gravidez. Dessa forma, a menina sequer teve nessas coberturas um papel coadjuvante, como se o corpo em questão não tivesse história, sentimentos, como se não fosse humano o suficiente para deixar o papel secundário.

Em silêncio também permaneceram as meninas que viraram notícia nos chilenos La Tercera e El Mercurio no período analisado nesta dissertação. Destaca-se o mínimo espaço aos casos no El Mercurio, que muitas vezes se esquivou do debate, produzindo pequenas notas, sem o mínimo de aprofundamento ou contexto das histórias mencionadas. O mesmo jornal, no entanto, dedicou páginas a entrevistas de organizações, partidos e pessoas que se posicionavam abertamente contra o aborto em qualquer situação. Com abordagem limitada, o jornal chegou a publicar duas vezes reportagens com uma ONG que faz atendimentos telefônicos para evitar que mulheres façam aborto. Deu amplo espaço para um grupo de médicos também contrários ao tema e só ouviu mulheres para dar coro aos pró-vida (dos fetos, não das mulheres e meninas grávidas). Sob o nosso ponto de vista, ao ouvir várias fontes a fim de sustentar um único posicionamento, El Mercurio esquiva-se do debate, age com má-fé com o leitor e não contribui para uma discussão aprofundada sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil ou adolescente.

La Tercera, por sua vez, inscreve-se em uma suposta imparcialidade, também observada nos brasileiros O Globo e Folha, e oferece mais espaço ao debate sobre o assunto. Assim como

os demais, há inúmeros silêncios a respeito das reais protagonistas das histórias sobre aborto e abuso sexual, enquanto o debate é marcado por uma intensa polarização política, em que prevalecem as fontes médicas e representantes do Legislativo e Executivo. No entanto, há sinais de autoria dos repórteres que conseguem, em alguns momentos, produzir notícias mais “equilibradas”, com algum contexto social, histórico e cultural e, como já dito, de protagonismo. O jornal mostra um posicionamento contrário ao aborto, que pode ser observado pelo espaço dedicado às fontes que defendem argumentos nesse sentido e às informações em destaque (títulos, olhos, fotos, linhas-finas). Mas, ao contrário do El Mercurio, em que os favoráveis ao aborto nem aparecem nas matérias, La Tercera apresenta diferentes posicionamentos.

Por conta da proibição total do aborto no Chile no período de análise desta dissertação, a discussão sobre o assunto ganhou maior contorno político do que no Brasil, já que prevaleceu o debate em torno da manutenção ou mudança da lei. No Brasil, apesar de a lei já permitir o aborto nas situações tratadas nesta dissertação, também emergiram com protagonismo as fontes do Executivo e Legislativo e religiosos (é bom destacar apenas evangélicos e católicos, e não de outras denominações).

Diante do exposto, é importante citar que, salvo os exemplos já citados, a cobertura dos jornais La Tercera, El Mercurio, O Globo e Folha de S.Paulo priorizou, entre 2009 e 2014, a manutenção de um debate superficial e polarizado sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em detrimento de abordagens complexas e mais humanas sobre o tema. Manteve-se constante a discussão entre agentes políticos, mas pouco se falou sobre o impacto das políticas já existentes na vida das meninas-mãe do Brasil e do Chile. Silenciadas, elas foram muitas vezes substituídas por homens de terno ou túnicas religiosas. Delas, pouco conseguimos saber sobre suas histórias, dores e sonhos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MEDICINA está mais correta do que a Igreja', diz Lula, sobre o aborto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 4.

ABORTO: mãe pode ser indiciada em PE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de mar. 2009a, p. 9.

ABORTO: Vaticano critica excomunhão de médicos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de mar. 2009b, p. 10.

ABRAPIA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA). **Abuso sexual contra Crianças e Adolescentes, Mitos e Realidades**. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

AGÊNCIA FOLHA. Menina de nove anos faz aborto e igreja protesta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de mar. 2009a, p. C5.

AGÊNCIA FOLHA. Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de mar. 2009b, p. C3.

ALBUQUERQUE, Beatriz [nome fictício]. [23 de abril a 2 de junho de 2015]. São Paulo. **Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza**. Disponível nos apêndices desta dissertação.

ALENCASTRO, Catarina, e LINS, Letícia. Ministro critica Igreja por excomungar médicos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de mar. 2009, p. 12.

ALENCASTRO, Catarina. CNBB desautoriza bispo e nega excomunhão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de mar. 2009a, p. 10.

ALENCASTRO, Catarina. 'O Estado tem feito uma política de aborto'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de mar. 2009b, p. 12.

ANDI – Comunicação e Direitos. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas**. Belo Horizonte, MG: Rede Andi Brasil, 2009. Disponível em <http://www.andi.org.br/sites/default/files/estatuto_crianca_adolescente.pdf> Acesso em 31 de out. 2016.

AOS 6 MESES de gestação, parto seria possível, diz padre. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.

ATENDIMENTO a vítimas de estupro deve ser aprovado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º de ago. 2013, p. C1.

AYRES BRITTO, Carlos. **Voto no julgamento pelo STF da ADPF 54** (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). Brasília, STF, 12 abr. 2012. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoBrittoADPF54.pdf>> Acesso em 2 de nov. 2016.

BACHELET, Michelle (Presidenta 2014-2018). **Mensaje Presidencial**, 21 mayo de 2014. Valparaíso, 2014. Disponível em <http://21demayo.gob.cl/2014/pdf/2014_discurso-21-mayo.pdf> Acesso em 30 de nov. 2016.

BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 de mar. 2009a, p. C1.

BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 de mar. 2009b, p. C3.

BAPTISTA, Renata. Igreja excomunga mãe e médicos após aborto. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 de mar. 2009a, p. C3.

BAPTISTA, Renata. Após aborto, garota de nove anos recebe apoio psicológico. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de mar. 2009b, p. C6.

BARROS, Andréa; CRUZ, Angélica Santa; SANCHES, Neuma. “Nós fizemos aborto”. **Revista Veja**. São Paulo: Editora Abril, p. 26-33, 17 set. 1997.

BARROS, Manuel de. **Memórias inventadas: as infâncias de Manoel de Barros**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BERGAMASCO, Daniel. Excomunhão ainda causa dúvidas entre as pessoas, diz padre. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de mar. 2009, p. C7.

BRASIL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em 30 de out. 20156.

BRASIL. DECRETO No 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990 (1990b). **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm> Acesso em 18 de jul. 2016.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (1990a). **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 30 de out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2005a). **Portaria nº 1.508, de 1º de setembro de 2005**. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html> Acesso em 17 de jan. 2017.

BRASIL. **Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica**. (2005b). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas –

Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em <http://www.cremesp.org.br/crmonline/publicacoes/atencao_humanizada.pdf> Acesso em 30 de out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.** Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm> Acesso em 3 ago. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5069/2013.** Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1E21FA5170028BDDF9C8184824ADB385.proposicoesWeb1?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013> Acesso em 11 de jan. 2017.

CAPRIGLIONE, Laura. Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 de mar. 2009, p. C3.

CARDEAL ESPANHOL diz que aborto é pior que estupro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de mai. 2009, p. 34.

CARVALHO, Cleide. Crime e demora. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de mar. 2009, p. 12.

CARVALHO, Marco Antônio, PERON, Isadora, CARDOSO, Daiene. Maior parte dos projetos do Congresso sobre aborto prevê endurecer a pena. **O Estado de S. Paulo**, 1º de dez. 2016. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,maior-parte-dos-projetos-no-congresso-sobre-aborto-preve-endurecer-a-pena,10000091795>> Acesso em 17 de jan. 2017.

CERQUEIRA, Daniel e COELHO, Danilo de S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar).** IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). nº 11. Brasília, mar. 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf> Acesso em 3 ago. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectiva Antropológicas da Mulher 4: Sobre Mulher e Violência.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

CHILE. **Código Penal de la República de Chile.** Santiago: Congresso Nacional, 12 de nov. 1874. Disponível em <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1984>> Acesso em 11 de jan. 2017.

CHILE. **Actas Oficiales de la Comisión Constituyente.** Segunda Parte de la sesión 83ª, celebrada en jueves 31 de oct. 1974. Santiago. Disponível em <http://www.bcn.cl/lc/cpolitica/constitucion_politica/Actas_comision_ortuzar/Tomo_II_Comision_Ortuzar.pdf> Acesso em 6 de nov. 2016.

CHILE. Ley num. 18.826. **Sustituye artículo 119 del Código Sanitario**. Santiago, 24 de ago. 1989. Disponível em <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30202>> Acesso em 4 de nov. 2016.

CHILE. Ley num. 19.947. **Establece Nueva Ley de Matrimonio Civil**. Santiago, 22 de abr. 2004. Disponível em <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=225128>> Acesso em 13 de jul. 2016.

COLOMBO, Silvia. Argentina libera aborto par estuprada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 de mar. 2012, p. A14.

COMISION NACIONAL DEL XVII CENSO DE POBLACION Y VI DE VIOLENCIA. **CENSO 2012**. Santiago de Chile, marzo de 2003. Disponível em <<http://www.ine.cl/cd2002/sintesisencensal.pdf>> Acesso em 1º de dez. 2016.

COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM). **Niñas Madres. Embarazo y maternidad infantil forzada en América Latina y el Caribe**. Balance Regional, 2016. Disponível em <<http://www.cladem.org/pdf/nin%CC%83as-madres-balance-regional>> Acesso em 18 de jul. 2016

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: maio, 2013. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>> Acesso em 14 de jul. 2013.

COMITÊ NACIONAL DE ESTADÍSTICAS VITALES. **Anuario de Estadísticas Vitales, 2014**. Santiago de Chile, 2014. Disponível em <http://www.ine.cl/canales/menu/publicaciones/calendario_de_publicaciones/pdf/completa_vitales_2014.pdf> Acesso em 25 de nov. 2016.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CIPD). **Plano de Ação**. Cairo, 1994. Disponível em <<http://unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>> Acesso em 18 de jul. 2016.

CONTRERA, Malena Segura. **O mito na mídia: a presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n.15, p. 959-966, 2010.

DINIZ, Debora. Aborto e Saúde Pública no Brasil. In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 1992-1993, 2007.

DINIZ, Debora. **Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil**. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

DRAGNIC, Paola. [23 de maio de 2016]. Santiago, Chile. **Entrevista a Marcelle Cristine de Souza**.

DREZETT, Jefferson (2002). Aspectos médicos do abuso sexual contra crianças e adolescentes. In: VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. e MALLAK, Linda Simone (Org.). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba, SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

EM NOTA, CNBB diz que estupro foi 'ato insano'. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.

ENRIQUE PARIS, sobre el embarazo de una niña de 11 años: "Sé que está en peligro a vida de la niña. Es correcto practicar un aborto terapéutico". **El Mercurio**, Santiago, 14 de jul. 2013, p. D13.

EZZATI: "Con todo el respeto que me merecen las mascotas, creo que la persona y la vida humana valen mucho más". **El Mercurio**, Santiago, 22 de may. 2014, p. C5.

FARAH, Tatiana. Aborto legal aumentou 242,6% em oito anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de mar. 2009, p. 12.

FARIAS, Adriana. O obstetra Jefferson Drezett fez mais de 600 abortos legais. **Veja São Paulo**. Editora Abril: São Paulo, 6 nov. 2015.

FAÚNDES, A., ROSAS, C., BEDONE, A. & OROZCO, L. (2006). Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Rev Bras Ginecol Obstet**. 2006; 28(2):126-35.

FAÚNDES, Aníbal. [2 de maio de 2016]. Campinas. **Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza**.

FILHA ACUSA pai em Minas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 4.

FILME DE ABORTO. **Direção e produção: Lincoln Péricles**. Capão Redondo, São Paulo, 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kJ2iLqpbxYk>> Acesso em 26 de jul. 2016.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA). **Informe del Estado de la Poblacion Mundial 2013, Maternidad en la ninez: Afrontar el desafio de un embarazo adolescente**. Nova York, 2013. Disponível em <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/ES-SWOP2013.pdf>> Acesso em 18 de jul. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Ano 9. São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf> Acesso em 3 de ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad 1: la voluntad de saber**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

FRANÇA JUNIOR, Ivan. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos Humanos. In: **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.12, p.23-38, fev. 2013.

FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar NICOLESCU, Basarab. **Carta da Transdisciplinaridade**. (Adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade). Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 nov. 1994.

KAHLO, Frida. **Frida y la cesárea (inconcluso)**, 1931, óleo sobre tela, 73 x 62 cm, Museo Frida Kahlo, Cidade do México, México.

KAHLO, Frida. **Frida y el aborto**, 1932a, litografia, 31,5 cm x 24 cm, coleção Museo Dolores Olmedo Patiño, Cidade do México, México.

KAHLO, Frida. **Mi nacimiento**, 1932b, óleo sobre metal, 30,5 x 35 cm, coleção privada.

KAHLO, Frida. **Hospital Henry Ford (La cama volando)**, 1932c, óleo sobre metal, 30,5 x 38 cm, coleção Museo Dolores Olmedo Patiño, Cidade do México, México.

KAHLO, Frida. **Yo y mi muñeca**, 1937, óleo sobre metal, 40 x 31 cm, coleção Jacques e Natasha Gelman, Cidade do México, México.

GALEANO, Eduardo. Entrevista a Eric Nepomuceno. **Programa Sangue Latino**, Canal Brasil, 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=w8rOUoc_xKc> Acesso em 1 de jul. 2016.

GALLI, Beatriz, SYDOW, Evanize, ADESSE, Leila. **Autonomia reprodutiva em questão: relatos de mulheres sobre aborto e estigma em Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IPAS BRASIL, 2010.

GÁLVEZ, Mario. ONU pide incluir embarazo por incesto entre causales para despenalizar el aborto. **El Mercurio**, Santiago, 25 de jul. 2014, p. C15.

GANORA, E., ASTUDILLO, D. Gobierno cambia estrategia y prepara proyecto propio para despenalizar el aborto. **La Tercera**, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 2.

GARCÍA CACLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GUANDELIN, Leonardo. Menina de 9 anos estuprada por padrasto aborta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 de mar. 2009, p. 12.

GUIBU, Fábio. Severina absolvida. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 de ago. 2011, p. C4.

GUTIERREZ ORTEGA, Pilar Andrea. [25 de maio de 2016]. Santiago, Chile. **Entrevista a Marcelle Cristine de Souza.**

GUTTMACHER INSTITUTE e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Induced Abortion Worldwide, 2012.** Disponível em <https://www.guttmacher.org/sites/default/files/factsheet/ib_aww-latin-america.pdf> Acesso em 25 jul. 2016.

HEILBORN, Maria Luiza, CABRAL, Cristiane da Silva, BRANDÃO, Elaine Reis, FARO, Livi, CORDEIRO, Fabíola, AZIZE, Rogério Lopes. Itinerários abortivos em contexto de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n.7, p. 1699-1708, 2012.

HERRERA, Hayden. **Frida: Uma biografia.** São Paulo: Globo, 2011.

HTUN, Mala. Sexo y Estado: **Aborto, divorcio y familia bajo dictaduras y democracias en América Latina.** Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Religião – Amostra.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=censodemog2010_relig> Acesso em 25 jul. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS – CHILE (INE). **Censo 2002.** Disponível em <<http://www.ine.cl/cd2002/religion.pdf>> Acesso em 25 jul. 2016.

IPAS BRASIL. **Processos judiciais envolvendo abortamento: Negação dos direitos reprodutivos das mulheres em Mato Grosso do Sul.** Rio de Janeiro: IPAS BRASIL, 2008. Relatório disponível em <http://www.despenalizacion.org.ar/pdf/publicaciones/relatorio_ms_final.pdf> Acesso em 27 de out. 2016.

LABRAÑA, Marcela. [26 de maio de 2016]. Santiago, Chile. **Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza.**

LAGOS, Claudia. **Aborto en Chile:** El Deber de Parir. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2001.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico1. In: LANDER; Edgardo (comp.). **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, p.4-23, 2000.

LATINOBARÓMETRO. **La confianza en América Latina 1995-2015:** 20 años de opinión pública. Santiago de Chile, 2015. Disponível em <<http://www.latinobarometro.org>> Acesso em 13 de jul. 2016.

LEANDRO, Paulo Roberto e MEDINA, Cremilda de Araújo. **A Arte de Tecer o Presente** (jornalismo interpretativo). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, 1973.

LINS, Leticia. ‘Aborto é mais grave que estupro’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 3.

LINS, Letícia. 'Não vamos tolerar a intromissão da Igreja'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de mar. 2009, p. 10.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el Caribe. ¿Es posible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región?. In: LANDER; Edgardo (comp.). **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, p.108-121, 2000.

MADEIRO, Alberto Pereira e DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, 2015. No prelo.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia. São Paulo, 1976. (Coleção Os pensadores, n. 43).

MATUS, J., CASTILLO, G. Embarazo de niña violada abre debate sobre aborto en casos especiales. **La Tercera**, Santiago, 7 de jul. 2013, p. 18.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e Epistemologia da Complexidade. In: MEDINA, Cremilda (coord. e org.). **A Crise dos Paradigmas** – Anais do 1º Seminário Transdisciplinar. ECA/USP, 1991.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Leitura crítica**. In Rumos [do] Jornalismo Cultural. Felipe Lindoso (org). São Paulo: Summus: Itaú Cultural, 2007.

MEDINA, Cremilda. **O Signo da Relação: Comunicação e pedagogia dos Afetos**. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MELLO, Marco Aurelio (relator). **Voto no julgamento pelo STF da ADPF 54** (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). Brasília, STF, 12 abr. 2012. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>> Acesso em 2 de nov. 2016.

MENEZES, Maiá, FARAH, Tatiana. Infância violentada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 de mar. 2009, p. 3.

MENINA RECEBE alta e vai para abrigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de mar. 2009, p. 4.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e Democracia. In: **Revista Estudos Feministas**, vol 20, nº 3. Florianópolis: set./dez. 2012.

MIRANDA O. Marjory. “Este minuto es importante para debatir”. **La Tercera**, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 4.

MIRANDA, M., WILSON, J.M. Aborto: DC dice que aún no hay una postura en la Nueva Mayoría. **La Tercera**, Santiago, 6 de nov. 2014, p. 23.

MIRANDA, Paloma. Madre de niña violada por padrastro defiende al acusado. **La Tercera**, Santiago, 6 de jul. de 2013, p. 28.

MOLINA, Ramiro C., GONZÁLEZ, Electra A., SANDOVAL, Jorge Z., GUTIÉRREZ, Ximena G. Embarazo en adolescentes producto de una agresión sexual: alto riesgo obstétrico y perinatal. In: **Revista de la Sociedad Chilena de Obstetricia y Ginecología Infantil y de la Adolescencia**, v. 2, n. 3, p.74-82, 1995.

MOLINA, Ramiro. [24 de maio de 2016]. Santiago, Chile. **Entrevista a Marcelle Cristine de Souza**.

MOORE, Henrieta. The problem of explaining violence in the social sciences. In: GOW, Peter e HARVEY, Penelope (eds.). **Sex and Violence – Issues in Representation and Experience**. New York: Routledge, 1994.

MORGADO, Rosana. **Mulheres/mães e o abuso sexual incestuoso**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. **Linguagem da Cultura de Massas: Televisão e Canção**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MULHER abusada pelo pai dos 9 aos 38 anos terá pensão vitalícia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 de fev. 2013, p. C7.

MUÑOZ, D., LABRIN, S. Piñera compromete toda la ayuda del Estado en caso de menor embarazada. **La Tercera**, Santiago, 10 de jul. 2013, p. 9.

MUÑOZ, Daniela, MATUS, Javier, DÍAS, Felipe. Colegio Médico y gobierno discrepan por caso de niña violada. **La Tercera**, Santiago, 9 de jul. 2013, p. 10.

NASCE o bebê de criança estuprada pelo pai adotivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de mar. 2009, p. 10.

NEIRA FARÍAS, Soledad. Menor embarazada presenta estado satisfactorio de salud. **El Mercurio**, 11 de jul. 2013a, p. C6.

NEIRA FARÍAS, Soledad. Niña de 12 años dio a luz, por cesárea, en Hospital de Puerto Montt. **El Mercurio**, 21 de dic. 2013b, p. C35.

NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. In: **Educação e Transdisciplinaridade**. 1o Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP.

Itatiba: abr. 1999. Disponível em
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>> Acesso e 25 jul. 2016.

NIÑA DE 11 años violada por pareja de su madre está embarazada. **El Mercurio**, Santiago, 6 de jul. 2013, p. C31.

NOGUEIRA, Ítalo. Governo do RJ dá pensão a criança concebida por causa de estupro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2 de mar. 2014, p. B10.

NUBLAT, Johanna. Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’, diz ministra. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 de jun. 2013, p. C2 9

“NUNCA ES Buenos instrumentalizar las cosas”. **El Mercurio**, Santiago, 5 de nov. 2014, p. C10.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORTIZ ORTEGA, Adriana. Yo no quería abortar. In: ORTIZ ORTEGA, A. (edit.) **Razones y pasiones en torno al aborto**. Ciudad de México, D.F.: EDAMEX y The Population Council, Inc., 1994.

PALOMERA, Fredy. Hay dos sospechosos por violación a menor en Carahue. **La Tercera**, Santiago, 5 de nov. 2014, p. 3.

PAULA. **Direção: Eugenio Canevari**. Produção: Mamá Húngara Cine, El Dedo en el Ojo, Bande à Part. Argentina, 2015. Digital.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PROPUESTAS pro-embarazo. **La Tercera**, Santiago, 5 de nov. 2014, p.3.

QUEZADA QUEZADA, Luisa Irene. [3 de junho de 2016]. Santiago, Chile. **Entrevista a Marcelle Cristine de Souza**.

RAMOS ROJAS, Natalia. La Belén de Alto Hospicio. **La Tercera**, Santiago, 1 de sep. 2013, p. 20.

RAMOS, Natalia. Obispo González: “Ni el Estado ni el Colegio Médico pueden decir cuándo quitar la vida”. **La Tercera**, Santiago, 12 de jul. 2013a, p. 12.

REPUBLICANO é atacado por declaração sobre estupro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 de ago. 2012a, p. A12.

REPUBLICANO que falou que estupro não engravida mantém campanha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 de ago. 2012b, p. A16.

REPUBLICANO diz que gravidez pós-estupro é ‘vontade de Deus’. **Folha de S.Paulo**, Santiago, 25 de out. 2012c, p. A26.

RESTREPO, Luis Carlos. **El derecho a la ternura**. Bogotá: Arango Editores, 1994.

RODRÍGUEZ, Sergio. “El médico está para curar, no para causar la muerte”. **La Tercera**, Santiago, 5 de nov. 2014a, p. 4.

RODRÍGUEZ, Sergio. Sename asistió a 58 menores embarazadas producto de una violación entre 2012 y 2013. **La Tercera**, Santiago, 2 de feb. 2014b, p. 8

ROJAS, Carolina. Las residencias para madres adolescentes. **Paula**. 19 de may. 2016. Disponível em <<http://www.paula.cl/reportajes-y-entrevistas/las-residencias-madres-adolescentes/>> Acesso em 30 de out. 2016.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: **Nueva Antropología**, v. VIII, n. 30, p. 95-145, nov. 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Circuito fechado: Abuso sexual incestuoso. In: **Mulheres: Vigias e Castigadas**. São Paulo: Cladem (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n.16, p. 115-136. Campinas, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007> Acesso em 27 de out. 2016.

SÁNCHEZ CAMPOS, Jaime. Revelan impactantes testimonios em médio de debates sobre abortos. **El Mercurio**, Santiago, 30 de nov. 2014, p. D14.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SERVICIO NACIONAL DE MENORES (SENAME). **Anuario estadístico 2015**. Santiago, 2015. Disponível em <http://www.sename.cl/wsename/images/anuario_2015_final_200616.pdf> Acesso em 14 de jul. 2016.

SOTRATTI, Ligia. Mãe grávida de 12 anos pede ajuda para achar o pai do bebê. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 de jul. 2010.

SOTTORFF, Sebastián. Madres voluntarias han evitado 3.450 abortos a través de asistencia telefónica. **El Mercurio**, Santiago, 16 de oct. 2012, p. C12.

SOUZA, Nivaldo, CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **O Estado de S. Paulo**, 6 de out. 2014. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>> Acesso em 17 de jan. 2017.

THE HUNTING GROUND. **Direção e roteiro: Kirby Dick**. Estados Unidos, 2015.

THE INVISIBLE WAR. **Direção Kirby Dick**. Produção Amy Ziering, Tanner King Barklow e Kirby Dick. Estados Unidos, 2012.

TIMÓTEO DA COSTA, Mariana. País tem só 65 locais para aborto legal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de nov. 2013, p. 8.

VAN RYSELBERGHE, Jacqueline. La Presidenta cree firmemente en el aborto, y este proyecto es solo el primer paso para que se legalice. [Entrevista a Nicolás Guzmán y Fernanda Paúl]. **El Mercurio**, Santiago, 31 de may. 2014, pág. C2.

VENEGAS, M.A., FUENTES, V. Cómo se gestó la declaración de 101 médicos contra el aborto y a favor de subsidio para madres. **El Mercurio**, Santiago, 31 de jul. 2014, p. C7.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Index 2015**. Ginebra, 2015. Disponível em <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/>> Acesso em 7 de jul. 2016.

YÁÑEZ, Cecilia. Expertos opinan sobre viabilidad de bebé de 22 semanas. **La Tercera**, Santiago, 10 de jul. 2013. p. 9.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA: ANIBAL FAÚNDES, presidente do grupo de trabalho sobre prevenção ao aborto inseguro da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (Figo) e autor do livro *O drama do aborto*.

A lei chilena chegou a permitir o aborto terapêutico antes de 1989, quando esse dispositivo do Código Sanitário foi revogado. Como era tratado o tema até essa época?

Na verdade, a lei chilena não era muito diferente da lei brasileira atual, ela permitia a interrupção da gravidez se a gravidez colocava em risco a vida da mulher, o qual significava que praticamente todo mundo entendia que o aborto era, como aqui no Brasil, que o aborto não é permitido, que toda mulher que queria fazer um aborto era criminosa etc. Mas o que aconteceu é que o hospital que a gente trabalhava tinha muito aborto, na época então estava recém entrando a anticoncepção, havia o desejo de não ter filho, o número de ideal de filhos tinha caído muito e não havia métodos de como evitar a gravidez então as mulheres resolviam, as condições de vida, tinha uma casa pequena, não tinha onde colocar muitos filhos, então tinham dois, três filhos e não queriam mais, engravidavam e abortavam. Isso na década de 50 e 60. Eu sou muito velho, eu me formei no ano 1954 e na época que eu era residente, era interno de medicina na minha prática de urgência, o aborto se atendia na urgência, no pronto-socorro dos hospitais, tinha um grande sistema de pronto-socorro no Chile, era muito bom, o serviço público de saúde era muito bom, o serviço nacional de saúde. Bem no início eu coloco o porquê eu coloco, a gente podia ficar 2 horas de plantão fazendo [...], sem anestesia, porque a mulher era criminosa, que tinha que ser punida, então, era uma coisa terrível e aí foi onde eu me motivei a dedicar uma boa parte da minha vida a diminuir os abortos, que menos mulheres tenham que passar por esse processo. E no início a gente acreditava muito na anti-concepção. Lá no Chile os primeiros dispositivos intrauterinos apareceram no ano 59, antes dos anos 60 uma linha pesca que fazia parecer um anel e depois passava para manter um fio unido, deixava uma cauda, isso era um dispositivo intrauterino, a gente colocava um lastro de ferro, com uma [...] na ponta, pra colocar o anel, que como era muito flexível você podia tirar, que era fininho, você colocava atrás do colo o DIU, esse é o anel de [...], que foi criado no ano 1959, a gente usou muito. Depois apareceram outros dispositivos, daí apareceu a pílula, então a gente começou a fazer anti-concepção. Mas, em torno do ano 64, 65, a gente tinha 6.000 abortos por anos. Então

começamos um programa de anti-concepção pós-aborto fundamentalmente com DIU, então um grupo de voluntárias, damas de vermelho, chamávamos, que atuavam como voluntárias no hospital, a gente conseguiu a colaboração delas, elas recebiam uma palestra com apresentação de slides e tals, sobre os riscos de abortos e distintos métodos anticoncepcionais e ofereciam a possibilidade de sair do serviço já com anti-concepção. Eu tenho um estudo aqui, 80% com método anticoncepcional. Havia mais assistência por parte das adolescentes. E, portanto, eram as que mais voltavam por aborto. A gente conseguiu diminuir pela metade o número de abortos em 4, 5 anos. Já no fim dos anos 1960 a gente viu que não ia conseguir acabar com os abortos e seguiam chegando meninas novinhas com complicações, chegavam com infecções tão terríveis que a gente tinha que tirar as trompas, os ovários, era uma coisa terrível, tem uma utero pequena que estava constantemente cheia com moças que tinham complicações seríssimas, se não morria e a gente conseguia salvar, salvava, mas tirava as trompas, sin ovários, com 15, 16 anos ficavam estéreis para sempre, sem nenhuma possibilidade. Daí a gente decidiu que não podíamos mais continuar desse jeito e que de fato a mulher que chegava e dizia “eu vou provocar um aborto”, essa gravidez estava colocando em risco a sua vida, porque a gente tinha mortes semanais, então decidimos que estava dentro da lei interromper a gravidez, porque se essa gravidez colocava em risco a sua vida, que era o que dizia a lei, essa mulher entrava dentro da lei. A partir desse momento a gente começou a colocar na história clínica a mulher provocava um aborto, portanto, coloca em risco a sua vida e se interna de acordo com a lei. Informamos o serviço nacional de saúde. Primeiro houve uma discussão interna dentro do hospital, não foi uma coisa de momento, os colegas que trabalhavam na área de aborto estavam todos de acordo, todo o pessoal. Quem não estava em contato direto com o aborto não estava tão convencido, então houve uma discussão, finalmente foi aceito, o chefe do serviço apoiou e começamos a fazer. A organização do serviço nacional de saúde era muito perfeita, hospital onde a gente trabalhava era um centro de referência para uma área geográfica bem definida, então não sabíamos que não podíamos atender todo o Chile, mas o pessoal dava um jeito para conseguir um atestado de que moravam nesse lugar, então chegavam de todo canto. Então no lugar de provocar um aborto, pagar o que não tinha, saber que corria um risco de morrer, fazer sem anestesia, iam ao hospital e a gente recebia, atendia bem, encontravam um ambiente solidário, de pessoas que entendiam seu problema... todas tinham que sair com método anticoncepção, aí acabou a voluntariedade, não era mais 80% (que aceitavam o método) era 100%, não podiam sair sem um método de longa duração, não sair com uma prescrição de pílula, ou 3 ou 4 camisinhas, tinha que sair com DIU ou [...], não podiam sair sem estar protegidas. Bom, e a gente conseguiu acabar com a mortalidade materna, só que aí veio o golpe militar e acabou com

o programa, acabou todo. Pero, não tem nada a ver com o que está fazendo no Brasil agora, que é aplicar a lei em caso de estupro, de violência sexual, nada a ver. Não era que tivesse uma causal, causal era que a mulher ia provocar um aborto, a gente não investigava a causa, na verdade, eu penso que a gente não tem que investigar a causa, se a mulher decide, você não pode se colocar na cabeça dela para saber por que ela está decidindo, nunca vai entender a causa, porque só ela sabe. Você não pode imaginar o que ela está sofrendo, tiene que vivir el problema para saber cuál es. Então, não tem nada a ver o que aconteceu no Chile antes do golpe militar, que foi uma interpretação da lei, não foi uma mudança da lei, foi uma interpretação da lei, com isso que você está propondo, porque não era questão de violência sexual ou não violência sexual, a gente não sabia qual era a causa que a mulher vinha, nem perguntava. A única coisa era o limite gestacional até 12 semanas e tinha que morar na área de atendimento do hospital.

Vocês atendiam também adolescentes?

Não havia limite de idade, nenhum limite de idade, nem permissão do pai, a gente parte do princípio de que o que importa não é a idade cronológica, se não o que a maturidade da mulher, isso mocinha de 14 anos, a solicitar uma anticoncepção, a solicitar uma interrupção de gestação era madura o suficiente para saber o que quer. No, a gente não colocava nenhum limite desse tipo. No código sanitário, a questão do estupro nem se discutiu, nem passou, não houve nada parecido com o que acontece aqui no Brasil. Por outro lado, avançamos muito mais que... a verdade é que não se aplica ao seu problema, seu tema, que é violência sexual de meninas, não tem nada a ver. A gente nem cogitou esse problema naquela época.

No governo Allende houve alguma discussão sobre mudança da lei de fato?

Eu trabalhei no programa de saúde da mulher no governo Allende. Ele foi eleito no ano 1970, no ano 1971, quando tinha um ano de governo, ele, como em todos os anos, tinha que fazer uma mensagem para o Parlamento em que tinha que expor o que foi feito e o que se planejava fazer desde o ponto de vista do Executivo. Nessa mensagem ao Congresso no ano 1971 está incluído revisar a lei sobre aborto para proteger a saúde da mulher. Isso está na mensagem. Essa parte fui eu que escrevi e ele aceitou. Mas isso não deu tempo, no ano seguinte os problemas eram outros, não deu tempo.

Eu tenho ido ao Chile e discutido isso aí [o projeto da presidente Michele Bachelet]. Para mim, não há nenhuma justificativa para manter o aborto proibido, punido, como crime. Não se

justifica para nada, porque a intenção do legislador quando proíbe algo é evitar que isso aconteça, mas está demonstrado no mundo inteiro que a lei não diminui, não tem nenhum efeito sobre a frequência dos abortos, ou seja, a taxa de aborto é totalmente independente da legalidade. Na União Soviética não havia acesso a anticoncepção, não havia pílulas, não tinha DIU, então mulheres tinham aborto, taxas de aborto eram muito altas. Quando entrou o dispositivo intrauterino na Rússia, caiu a taxa de abortos drasticamente. Tem que ver com acesso a anticoncepção, não tem nada a ver com lei. E tem outra coisa que é mais importante ainda que é a gente está para publicar uma análise de todos os países que legalizaram o aborto, em todos caiu a taxa de gravidez. Depois de certo tempo, começa a cair a taxa de aborto. Então, legalizar é um instrumento que permite a redução da taxa de aborto, por uma razão muito simples, que é quando o aborto é clandestino é comercial, e, portanto, não há nenhum interesse de quem faz o aborto de prevenir a sua repetição. Enquanto se transforma em institucional, a instituição tem muito interesse em que não se repita o aborto, então dá informação, dá anticoncepcional, então consegue reduzir os abortos. Então, legalizar o aborto é um instrumento para conseguir reduzi-lo, em lugar de ser um mecanismo de inibir o aborto, não serve como mecanismo. O que tem de muito eficaz é aumentar mortalidade, nisso é extremamente eficaz a lei, agora, mudar a taxa de aborto, não tem nenhuma eficácia. Tem eficácia no sentido contrário, se você transforma uma lei que restritiva em uma lei liberal, você consegue reduzir os abortos. Então, não tem nenhum sentido três causais ou quatro causais. Como eu te dizia antes, a mulher que decide pela interrupção da gravidez sabe ela e só sabe porque lo está fazendo, não consegue transmitir a você o que está passando na sua cabeça, o que está passando sua emoção que leva a interrupção da gravidez. Para mim, é absurdo que ainda existam países que a lei proíba o aborto, em especial na América Latina, com exceção do Uruguai e de Cuba.

Por que não conseguimos avançar no tema do aborto na América Latina?

Aborto continua sendo um estigma muito grande, eu que estou que estou trabalhando nos países da América Latina com outros colegas, agora a gente já consegue falar aborto, tem muitos lugares na América Latina onde o aborto não existe, existe uma “hemorragia da primeira metade de gravidez”, não existe a palavra “aborto”, é “hemorragia da primeira metade da gravidez”. Já estão conseguindo falar aborto, já estão conseguindo discutir, já estão conseguindo colocar no Congresso, etc. Pero o estigma da palavra aborto é tão grande que o pessoal confunde discutir a questão do aborto com ser a favor do aborto. Mientras você mantém a cabeça na areia, o aborto não existe, lendo a discussão dos parlamentares chilenos, as declarações são “ah, vocês vão ser culpables de todos os abortos que vão acontecer no Chile”, ou seja, hoje não há aborto

no Chile, porque é ilegal, entonces não hay. Estão fechando os olhos, não estão querendo ver que o aborto existe, independentemente de que seja legal o não, como se não existe aborto agora. É negar a realidade, negarse a ver a realidade. Mas essa mesma coisa acontece, mas está mudando, pelo menos na área dos obstetras e ginecologistas está mudando progressivamente. [A formação dos profissionais de saúde] ainda está muito ruim. Não digo aqui na Unicamp, nós temos feitos trabalhos com residentes de obstetrícia em São Paulo, a maioria não faria um aborto legal. O estigma do aborto continua existindo e vai demorar muito tirar esse estigma. Mas é muito importante continuar falando sobre o aborto, porque isso que vai tirando o estigma. Eu não seria respeitado, falando como falo de aborto, se não fosse porque eu tenho toda uma história em que fiz muitas outras coisas, Comitê de Mortalidade Materna no Brasil fui eu que comecei lá no ano, eu cheguei no Brasil em 4 de julho de 1976, uma semana depois fui convidado pelo Ministério da Saúde para discutir mortalidade materna e aí foi quem começamos o primeiro que fez foi criar o comitê de mortalidade materna, primeiro comitê de mortalidade materna lá no ano 1976. Então, eu trabalhei com mortalidade materna, pesquisei mortalidade materna, propusimos. Então a pessoa reconhece por outras razões, não por aborto. Eu posso falar de aborto, as pessoas me escutam porque eu tenho prestígio por outras razões. Se eu falasse só de aborto, ninguém me escutaria, ninguém me escutaria. A Figo, 15 anos atrás, só 15 años, trabalhei em vários comitês de mortalidade materna na Figo, nessa época, eu recebi um documento da Figo sobre mortalidade materna em que dizia todas as coisas que deviam ser feitas, os problemas etc, não havia uma palavra sobre aborto. Então, eu escrevi ao secretário geral da Figo e disse “como podemos escrever um documento sobre mortalidade materna sem falar nada sobre aborto?”. E a resposta foi: aborto é um problema politicamente muito delicado e não podemos entrar nisso. 15 anos atrás. Teve que ser eleita uma mulher presidente de Figo, que já no discurso de posse da posição de presidente declarou que um assunto que ele dedicaria seus três anos de presidente seria aborto. E aí foi criado o grupo de trabalho sobre aborto inseguro, que me ofereceram a cherman, presidência do grupo de trabalho, isso foi no ano 2007. Dilma, nem fale. Eu votei pela Dilma na primeira, na segunda já estava ela fazendo ela essa política de compra de votos. E não se comprometeu durante os quatro anos para nada com mudança. Aí foi que fiquei totalmente desiludido e, na verdade, a segunda eleição já não votei por ninguém, anulei meu voto. [...] Quando eu era coordenador de saúde da mulher do governo Salvador Allende, um cara chileno convenceu [...] de que, para reduzir a mortalidade materna, havia que comprar monitores fetais e colocar monitores fetais em toda parte, porque se se monitorava a gravidez ia reduzir a mortalidade materna. Eu disse: “você compra os monitores e eu saio”. Não era disso que elas estavam morrendo, eu fui um dos primeiros que fez uma

intervenção fetal no mundo, eu bolsista no ano 1960, quando começou a fazer monitoramento fetal, mas eu sei a limitação disso. E vão dizer que isso é que vai resolver o problema? Essa questão da tecnologia, a tecnologia é em outra etapa da revolução da saúde. Quando foi construído o hospital da Unicamp se vendeu tanta porcaria, conseguiram vender tanta porcaria, corrupção. [...]

O senhor foi processado após dar uma entrevista sobre aborto em 1994, como foi isso?

Tinha uma moça, uma jornalista da Folha, que era filha de uma professora daqui da Unicamp, com a qual eu tinha trabalhado, chegou a ir até a minha casa, com essa “eu sou filha da professora tal”. E me contou a história, me disse o que o senhor acha de uma mulher que foi para a cadeia em Jundiaí porque ela era uma professora que tinha se divorciado, tinha dois filhos, continuava trabalhando como professora, cuidando dos seus filhos, e um dia qualquer, um fim de semana, que os filhos que estavam com o avô, chegou o marido e estuprou a senhora e como não tinha companheiro, não estava usando métodos anticonceptivos, estava no período fértil e engravidou. Então ela descobriu que estava grávida, foi a uma aborteira, não era nem médico e teoricamente fizeram uma interrupção de gravidez, só que ela sangrou um pouco, passou e não chegou a próxima menstruação, e ela sentia que estava grávida ainda. Então foi ao consultório médico, e o médico disse “a senhora está grávida de mais ou menos quatro meses”. Voltou na aborteira, você me cobrou, paguei e aí tentou mais uma vez fazer um aborto e perfurou o útero, perfurou a bexiga, foi parar no hospital e o médico ficou tão bravo com a barbaridade que tinham feito à mulher que denunciou à polícia, que foi à casa da mulher e não encontraram nada, mas a mulher tinha provocado um aborto, portanto era uma criminosa, foi parar na cadeia. O que o senhor acha? Eu disse “eu acho que essa mulher tinha direito da interrupção legal da gravidez, porque ela foi estuprada, a gravidez foi do estupro, estava dentro da legislação. E de fato a gente fazia interrupção da gravidez aqui, a Unicamp tinha um convênio com uma ONG que se chamava SOS Corpo, que atendia casos de violência, e quando a violência sexual terminava em gravidez mandava a mulher para o nosso departamento e o chefe da ginecologia fazia essa interrupção da gravidez. E depois, quando eu cheguei a chefe da obstetrícia, era eu ou ele ou ambos que fazíamos a interrupção da gravidez. E eu disse para ela, se ela viesse, em lugar de ir a uma aborteira, viesse à Unicamp, a gente teria feito a interrupção, porque ela teria direito. Então, ela pergunta “em que casos”? Em caso de risco de vida, etc. E não há outros casos. “Em caso de anencefalia e ela solicita a interrupção da gravidez, a gente interrompe, a gente não pode obrigar ela a seguir com um feto condenado à morte, ela tem direito a querer que interrompa. E a Folha não encontrou nada mais interessante que colocar

no Cotidiano “Unicamp faz aborto ilegal”. Isso foi manchete no dia seguinte, por coincidência eu tinha ido de madrugada a Belo Horizonte, tinham me convidado para falar sobre ética e aborto, eu fiz minha conferência e me disseram “Olha, o reitor está te chamando, você tem que voltar de imediato”. Aí me informaram o que tinha saído na Folha. Eu mudei a minha passagem, fui para a Unicamp e o reitor me pediu renúncia do meu cargo, eu era diretor do Caism naquela época. Não sou diretor do Caism por interesse meu, foram meus colegas que me pediram, assim que aqui está a minha renúncia. No dia seguinte tinha um congresso em São Paulo e, claro, os jornalistas queriam me entrevistar, mas tudo isso. Se você olhava na página 3 da Folha, o que tinha de carta de apoio à Unicamp, porque fazia abortos de fetos anencéfalos, inclusive Miguel Reali Jr. que escreve uma carta que se justificava plenamente, está dentro da lei. E o reitor começou a receber felicitações parabenizando a Unicamp por fazer. Então, já recebi uma ligação de que voltava a ser diretor do Caism. A minha renúncia durou 24 horas, porque me pediram que voltasse a ser diretor do Caism. Porém, fui processado. O procurado municipal ou estadual, não sei, se sentiu obrigado a processar, porque era público que eu recomendava fazer aborto, publicamente, estava a favor de fazer um aborto que era ilegal, fui processo, tive que contratar advogado, me custou dinheiro, não passou mais disso, não prosperou o processo, porque venceu o prazo, nunca cheguei a ser condenado. Eu gostaria de ser condenado, ficaria famoso. Mas não fui condenado, infelizmente não fui condenado.

Depois disso, o senhor ficou com receio de dar entrevista?

Muito pelo contrário, eu te digo que se eu fosse condenado ficaria contente. Não. Eu não tenho medo.

Como o senhor avalia, no Brasil, a cobertura da imprensa sobre aborto em geral?

Não sei. Primeiro, não me dedico a seguir a imprensa. Eu leio a Folha de S.Paulo e eu acho que, em geral, eles têm uma visão bastante aberta. O que eu sou crítico é das pesquisas, porque do modo que eles perguntam, a resposta vai ser sempre a mesma. Temos feitos já vários estudos em que a gente pergunta a opinião da pessoa sobre a lei, que nós chamamos “opinião geral”, e depois perguntamos “você acha que uma mulher que se provoca um aborto deve ir para a cadeia?”, aí a resposta muda. E depois perguntamos “você conhece alguém que provocou um aborto?” e a maior parte conhece. Aí a gente pergunta “você acha que essa pessoa que você conhece deveria ter ido à cadeia?”, daí 90% diz que não. É o que chamamos de “opinião teórica geral”, “opinião na prática geral” e opinião na prática pessoal. São 3 porcentagens distintos de opinião sobre aborto, um é a opinião geral, aí pessoa pensa “se eu não proíbo, estou sendo a

favor do aborto”. Então, melhor dizer que proíbo, porque aí não sou a favor do aborto. Mas quando a gente coloca na prática, vamos aplicar a lei, “você acha que uma mulher que aborto deve ir para a cadeia?” Não, não, aí não. A lei deve existir, mas não deve ser aplicada. E se a gente coloca em uma questão pessoal, a pessoa que ele conhece, aí 90% é contra. Quando eu digo, o Datafolha quando pergunta não deve conformar-se em perguntar a opinião em geral, porque não te dá uma informação correta. Mas fora disso, eu acho que podem estar em uma boa posição. E todo mundo usa os dados do Datafolha para dizer que a maioria das pessoas está contra o aborto, porque a maior parte não quer que mude a lei, quer que fique assim como está. Por que respondem isso? Porque se eu digo que deve mudar eu estou dizendo que estou a favor do aborto, e se confunde com estar contra que a mulher seja condenada a ser a favor do aborto, pensando que a lei consegue inibir o aborto. Aborto na Unicamp (no Caism) é uma prática como qualquer outra, tem um grupo que discute cada caso, eu acho que se discute demais, mas tudo bem. Mas é normal, como aqui como em muitos outros hospitais é totalmente. Nas capitais dos Estados, em todas as capitais existem hospitais que fazem aborto legal, no interior já fica mais difícil. Continua havendo a famosa objeção de consciência que a gente fez um estudo que não é objeção de consciência, é medo do estigma, é muito bom dizer “não, não faço, por objeção de consciência”, porque tem medo que se faz vão falar que é “aborteiro”. Medo de estigma.

O senhor teve medo no início?

Nesse momento não tinha nem opinião porque... Eu acho que nunca, não lembro de ter tido medo. Não lembro, porque na época que a gente começou a fazer aborto eu não era chefe, nem subchefe nem nada. Tinha um grupo que trabalhava muito de acordo. Interessante que não era questão de partido político, era de precurparse das pacientes. Medo? Não lembro de ter tido medo nunca.

Tem algum caso dessa época que marcou o senhor?

Eu sempre digo, imagina área que trabalhávamos era uma grande enfermaria, tinha como 30, 36 camas. Tínhamos um uti, que tinha 3 camas, não tinham salas pequenas, então quem chegava tinha que compartilhar com 30 mulheres, tirar sua roupa, colocar a roupa do hospital que inevitavelmente estava manchada de iodo, de alguma coisa, não branquinha como esse avental, mas era toda manchada, limpa, mas machada de ter sido lava não sei quantas vezes. E de pronto, eu era ecógrofo, como tinha um limite de 12 semanas, era um exame ginecológico. Eu era que fazia o exame ginecológico e definia a idade gestacional, se tinha mais de 12 semanas ou menos de 12 semanas. Terrível quando era mais de 12 semanas: “lamento muito, mas...” Me contavam

histórias que a menstruação... Não podia ser. Eu era quem atendia e permitia a entrada ou não permitia a entrada de pessoas. Chegou uma mulher, você aqui? Eu fui atleta quando estava na escola. E conhecia as atletas mulheres dos colégios, desde os colégios privados até os colégios públicos. E essa era uma moça de um dos colégios mais caros de Santiago, que era atleta, tinha sido atleta e eu a conhecia por isso. Ela me disse “eu sei que ia te encontrar”. “Você tem dinheiro, pode fazer um aborto na melhor clínica de Santiago, o que vem fazer aqui?”. Ela disse “Eu já fiz e foi uma coisa tão desagradável ver pessoas que fazem por dinheiro, que eu quis vir aqui, porque aqui sei que vou ter ambiente solidário, que não é por dinheiro”. “Você vai ter que compartilhar com um monte de mulher” “Eu quero esse ambiente e não o ambiente onde eu fiz um aborto clandestino”. Isso foi uma das coisas que mais marcaram. No período anterior, quando morriam, aí eu lembro de mocinhas, jovens que tive que tirar o útero e que vieram uma vez, a gente ofereceu anticonceptivo, não quis, mocinha que acha que nunca mais vai acontecer, aí voltou e estava extremamente complicado porque demoraram a se decidir, tivemos que tirar o útero, conseguimos salvar a vida, porque estava dias entre a vida e a morte, mas sobreviveu e depois diziam “eu quero ser médica, porque quero trabalhar igual você”. Essas coisas, lembranças que a gente tem. Do período que a gente fazia aborto legal, não era nenhuma coisa especial, a gente fazia com aspiração, com anestesia endovenosa de curta duração, 3 a 5 minutos, não demora mais fazer uma aspiração. Era muito rápido. Entravam de manhã, saíam de tarde. Não tinha nenhum problema.

Tem risco para uma menina de menos de 14 anos grávida?

Depende. Na verdade, se você estuda o risco de distintas complicações, com exceção de menos de 12 anos, que existem um claro maior risco, morte é muito difícil de medir porque é pouco frequente a mortalidade materna. Se ela engravidou, é que já tinha menstruado e já tinha desenvolvimento, e se já tinha desenvolvimento não tem problema. O risco é o risco de ser mãe, quando ainda não está preparada para ser mãe, não é um risco biológico de ter mais doenças. De fato, tem um pouco maior de risco de ter pré-eclâmpsia, doença típica, mas não é muito claro quanto é o risco de vida de acordo com a idade e quanto é da circunstância de quem engravida que tem um ambiente social distinto de quem não engravida. Então, não é muito claro se existe um risco biológico maior, que uma menina de 11 do que uma de 18. O risco é o risco de ser mãe absolutamente não está preparada para ser mãe. Ela pode ter um parto normal, igual que qualquer outra. Eu gostaria de dizer que “não, é muito mais grave”, mas me dediquei a estudar, em casos como este, morbidade, mortalidade, não existe nada claro. Quando são casos

de 8 anos, 9 anos de idade, aí já sim. Existe um maior risco biológico de doenças e enfermidades. [...]

Por que o senhor veio para o Brasil?

Quando eu tive que sair do Chile, eu saí do Chile. O golpe militar foi dia 11 de setembro, eu estava de plantão, terça-feira era meu dia de plantão na maternidade e fiquei de plantão até a sexta, porque não entrava nem saía ninguém. Já na sexta-feira estava sozinho, porque todos os outros médicos tinham ido se esconder, mas eu não pertencia a nenhum partido político e sempre fui muito independente, já não estava em cargos públicos, tinha saído, conflito com a compra dos monitores fetais, e porque começaram a exigir que eu entrasse em um partido político. Saí do cargo. Não tinha cargo, não pertencia a nenhum partido político, disse “não tenho nada a temer”. Mas eu tinha uma reunião em Miami, de uma pesquisa multicêntrica que eu estava participando, no fim de semana da semana seguinte, golpe foi 11, deve ter sido como 21, 22, 23 de setembro. E eu pensei que não devia ir, porque a situação estava tão complicada, todas as pessoas que dependiam de mim, tinha muita relação comigo, e estava passando muito mal, presas, morrendo. Então não devia viajar. Aí, a minha mulher e a minha mãe disseram “acho que é melhor que você viaje”. Afastei um pouquinho, eu fui pedir permissão para viajar, a gente tinha que pedir permissão em postos internos, tinha que provar que não tinha dívidas com o Estado. Eu viajava muito, sempre ia a esse lugar, fui com o passaporte, e aí a moça disse “o chefe mudou, agora é o coronel”, fui e mostrei o convite, “coronel, não sei se devo viajar, a situação como está”, e ele disse “a situação está normal, viaja”. Viajei e no dia seguinte que saí do Chile apareci numa lista de médicos. E aí minha mulher começou a averiguar e eu estava em uma lista que o Colégio Médico de Chile (associação médica) preparou de médicos perigosos, estava junto com o reitor e com outros colegas, que eu tenho a honra de ter sido colocado na lista de médicos perigosos, todos quase foram presos, menos eu. Eles estavam no Chile, eu também podia estar. Eu tenho muito remorso de ter escapado, de não ter ajudado todos eles. Todos foram colocados na ilha que está ao sul do Estreito de Magalhães. Ficaram aí não sei quanto tempo. E eu não, porque eu estava fora do Chile. Aí a minha mulher me avisou que eu não podia voltar, e não voltei mais. E a minha e eu decidimos que não íamos sair da América Latina. Eu dirigia um programa que era de Uruguai, Argentina e Chile, eu dirigia a parte de Chile, e tinha uma reunião em Buenos Aires na semana seguinte, fui e me ofereceram ir à Genebra trabalhar na OMS, mas minha mulher e eu dissemos que não íamos sair da América Latina. Depois eu consegui um cargo na República Dominicana e fui. Mas a primeira ligação na minha casa depois do golpe militar, depois que já tinha saído do Chile, a primeira ligação

que de fora do país foi de Pinote, tinha ligado para a minha casa oferecendo ir ao Brasil. Porque Pinote foi meu aluno, ele fez um curso comigo no ano 1966 e depois disso ele me convidou muitas vezes para ir a Campinas, eu vinha dar cursos, “anestesia peridural em ginecologia e obstetrícia”. A minha mulher e o meu filho, meu primeiro filho que nasceu no ano 1959 já nasceu com anestesia peridural que eu fiz na minha mulher, não só o parto, eu fiz o parto do meu filho, e fui anestesista da minha mulher. Meus filhos nasceram todos das minhas mãos. Quando você fala de medo, veja que eu não tenho medo. Eu não tive medo de fazer o parto da minha mulher, de fazer anestesia peridural da minha mulher. Eu estive aqui em Campinas muitas vezes. Já tinha aceito ir para a República Dominicana. Pinote era ginecologista e eu era obstetra. Ele precisava de um obstetra formado para desenvolver a área da obstetrícia na Unicamp. Aqui o pessoal não fazia fórceps, eu ensinei todo mundo a fazer fórceps aqui. Porque apesar de você me ver com essa coisa de aborto, eu já era parteiro, tão parteiro que fiz parto dos meus filhos, da minha filha eu fiz o parto, meus netos eu recebi, e não tive medo, medo realmente não é uma característica minha.

APÊNDICE B - ENTREVISTA: LUISA IRENE QUEZADA QUEZADA, professora chilena.

Cuéntame de su familia, Luisa.

Yo tenía tres años cuando fue el golpe militar. Mi papá se fue cuando yo tenía 8 años, mi mamá tuve que volver a trabajar y nos quedamos tres hijos solos. Ella trabajaba mucho, como 9 horas al día, a veces por la noche, entonces nunca hablaba con nosotros sobre nada, ni políticamente. Entonces yo permanecí en la absoluta ignorancia hasta 18 años, cuando unos vecinos empezaron a decirme que había gente torturada... Yo no tenía ni idea. Además, en el colegio no se podía hablar, los profesores no podían, los mataban, nadie podía hablar de eso. Había lo que se llamaba sapos. ¿Conoces el animal? Había sapos, personas que eran informantes, podía ser mi vecino o un hermano, yo no sabía. Entonces, se tu decía “hay, Pinochet, malo”. Incluso estaba prohibida la música. [...] Cuando yo estaba en tercero medio, en un recreo yo me quedé en la sala, no quise salir, y uno de mis compañeros tiró una bomba lacrimógena a la sala. Tenía 15 años. Entonces había jóvenes que tenían informaciones que los papás les contaba. Claro, porque había gente que estaba siendo torturada, y se tenía familiares hablaban de eso entre ellos. Eso no pasó en mi familia.

¿Su papá no se fue por la Dictadura de Pinochet?

Bueno, en parte sí. Mi papá tenía una empresa. Entonces, ¿qué pasó? Pinochet hizo bajar el dólar y mi papá tenía todo invertido en dólares, y perdió todo, incluso quedó con deudas. Entonces, se no se iba, iba a prisión. Y muchos de sus amigos que eran empresarios suicidaron. Una catástrofe de suicidio. Entonces mi papá, y tengo un tío en Argentina, él se fue a Argentina primero. Después se fue a Venezuela, Caracas, yo tenía otro tío en Caracas. Mi papá se fue a Venezuela y después se perdió el rastro, después desapareció. Porque pasaron cinco años, después de cinco años él podría haber vuelto. Entonces mi mamá le llamó por teléfono a Venezuela y le dijo “oye, pasaron los cinco años, no hay ningún cargo sobre ti, puedes volver”. Entonces mi papá dejó de comunicarse con nosotros. Eso pasó con él. Nosotros no teníamos nada, porque, claro, antes que él se fue teníamos todo, incluso un chofer, limusina, todo y después que el se fue nos quedamos en la absoluta miseria. Antes ella trabajaba, pero dejó de trabajar para cuidarnos. Entonces tuve que volver a trabajar por un sueldo bajísimo, porque ella tampoco tenía estudios, no era una profesional. [...] Mis vecinos me mostraron una película, que yo no sabía, pero eran comunistas, eran amigos míos, el nombre está en inglés “Missing”,

donde se mostraba la tortura y todo lo que se estaba pasando. El año 88 hubo un plebiscito en Chile, entonces nosotros sabíamos que había plebiscito y para participar en la mesa mirando que no hubiera trampa. Mis amigos eran comunistas, pero ellos se inscribieron en un partido neutro, como PPB, un poco a la izquierda, y yo me inscribí en un partido, en la democracia cristiana, que era como del centro, para pasar menos peligro. La idea era mirar que no hubiera fraude electoral. Era increíble la pelea que teníamos con los de derecha para que no ganara Pinochet.

¿Y cómo fue cuando salió el resultado?

Impresionante. Incluso en las calles había gente que se abrazaba con policías. Libres, libres, libres. Maravilloso el triunfo. El triunfo fue algo como 54% ganó el NO, no fue tan avasallador. Mucha gente tenía miedo, tenía miedo de que volviera el comunismo, el comunismo no iba a volver por ningún motivo a Chile. La gente quería democracia. [...]

Por eso los chilenos somos cuidadosos, desconfiados, existe el miedo, todavía [de un nuevo golpe militar]. No sé si los jóvenes, pero la gente de mi edad sí. Los veo a los jóvenes como muy indiferentes a la política, muy tecnologizado, preocupados si tienen el iPhone, si tienen esto. Mi sobrino “¿qué me importa quién me gobierne?” “Cómo no te va importar?” [...]

¿Y su mamá no hablaba de sexualidad, del cuerpo de la mujer y tal?

No, nada. De hecho, para mi mamá si una mujer quería tener sexo tenía que casarse primero. A mí me lavó el cerebro, porque cuando se fue mi papá, ella y yo dormíamos juntas hasta que yo tenía 28 años. [Hasta que salió de casa?] Nunca salí de casa realmente. Ella me concientizó sobre eso, no podía tener sexo sin casarme, entonces yo me casé por sexo, realmente, por eso mi matrimonio fracasó. Yo tenía 25 años, tenía un pololo, quería tener sexo y nos casamos. Pero nunca quisimos tener una familia, nunca quisimos tener una casa. Incluso ahora somos amigos, porque yo estoy consciente, no sé si él, que era por eso. Mi primera regla fue a los 10 años. Ello no habló nada [sobre si podría embarazarse], porque me tenía tan convencida de que era imposible, y malo y diabólico que ella sabía que yo no iba hacer nada. [Y hablaba con sus amigas sobre eso] No, tampoco, nada. Interesante. Yo tenía dos amigas, dos vecinas, pero empecé a juntarme con ellas cuando tenía como 17 años y ellas eran muy católicas. Yo siempre fue esoterista, siempre me gustaba el esoterismo, no a la religión. Y ellas eran muy católicas.

¿Entonces, fue descubrir la sexualidad cuando se casó?

Claro, exactamente.

¿No había escuchado sobre el aborto?

No, absolutamente ninguna información. Porque antes, por ejemplo, no había educación sexual en las escuelas. Ahora sí.

Me dijeron que incluso ahora los chilenos no hablan mucho sobre la sexualidad...

Sí, verdad. La gente todavía es así. No los jóvenes, son liberales. Me gusta eso.

¿Su primer embarazo con cuantos años fue?

Fue el año 96, yo tenía 26 años, ahí fue mi primer embarazo. Porque yo me casé en 95.

¿Y quería se quedar embarazada?

No, nunca quise me quedar embarazada. Porque yo sólo tenía sexo por placer. Pero tampoco tenía la educación sexual. Cuando empecé a tomar anticonceptivos fue después, con 27 años, y claro después de la primera pérdida empecé a tomar píldora. El problema es que soy hipertensa, de familia, genético, y me hicieron muy mal, yo cambié con el doctor, me hicieron mal también. Fue catastrófico.

¿Su primera pérdida, como fue para usted?

Lo que pasa que yo sabía que había diferentes tipos de pérdida. La primera fue una pérdida... Estaba embarazada y empecé a sangrar. Pero la sangre era de un color rosado, no era rojo. “Estoy embarazada, estoy sangrando, no es lógico”. Entonces fue a la doctora, me hicieron exámenes, todo, y, bueno, me dijeron “usted está perdiendo su bebé”. Yo dije “¿y qué puedo hacer?” Porque yo soy súper práctica, a mí me gustan las soluciones, hay un problema solucionémoslo. Y me dijo “nada”. “¿Cómo nada?”, le dijo yo. “Voy a estar con estar perdida, con dolor, con sangre...” “No se puede hacer nada, porque en Chile no está permitido hacer nada. No se puede hacer nada. No le pueden tocar. Solamente tiene que hacer reposo”. No pude hacer reposo, porque estaba estudiando, no me acuerdo qué, pero siempre estaba estudiando mucho, yo creo que estaba estudiando griego en esta época, un diplomado griego y cultura clásica en la [Universidad de] Chile. Entonces yo no hice reposo.

¿Y el dolor?

Un dolor catastrófico. La sangre no era mucho, pero era. La sangre fue mucha cuando una tarde me dolía mucho, mucho, y me puse un guatero, que es como una bolsa con agua caliente. Me

dolía tanto, tanto mi estómago que me puse un guatero. Y fue al baño un rato después para orinar y ahí, boom, expulsé algo, porque oí un sonido en el agua abajo, como se caía una pelota, como splash. Algo cayó y yo sentí un alivio, pasó el dolor, pero empezó una hemorragia catastrófica. Mi marido no vivía conmigo, él vivía con su mamá y yo vivía con mi mamá, porque nosotros no queríamos tener una familia. Entonces vivía yo con mi mamá y mi hermano. Ellos ya sabían que en cualquier momento iba a perder el bebé, que no era bebé, al final supimos que era una aberración cromosómica, era como algo extraño, un monstruo. Y porque hicieron una biopsia y todo, después, con el raspaje. Eso fue en el baño de mi casa. ¿Eso te molesta?

No, a mi no. ¿Y a ti?

A mí no, no tengo sentimiento. [ri muito] Mi vida ha sido muy terrible, entonces no tengo más espíritu. [ri mais] Entonces yo empecé a pedir ayuda. Mi mamá y mi hermano no sabían qué hacer. Mi mamá empezó a correr por todo el lado. Mi hermano dijo “no, estoy lavando la ropa”, como un robot. Todavía es igual. Yo fue hasta el teléfono, porque en esta época no había celular, y llamé a mi doctora: “empezó la hemorragia”. Porque había me dicho que iba a empezar en cualquier momento, que iba a perder el bebé. Ella no podría hacer nada antes. No podía, prohibido. Ilegal, totalmente ilegal. La llamé por teléfono y me dijo “voy a estar en el Hospital de Carabineros”. Le dije “perfecto. Voy para allá en taxi”. Tomamos el primer taxi que había en la calle, fue sólo con mi mamá, mi hermano no me acuerdo. Me fue con mi mamá y el taxista no conocía el hospital de carabineros, y empezó a darse una vuelta y no había GPSs en esta época. Una hora después llegamos al Hospital de Carabineros, yo iba con una toalla, mucha sangre, y al entrar yo me senté en la escalera. Mi mamá entró al hospital y le contó que yo pasaba y le dijeron: “cheque, un cheque, necesitamos un cheque en blanco”. Y nosotros no. Mi mamá dije “no tenemos cheque”. “Entonces, no. Somos un hospital privado”. “Pero mi doctora iba a estar ahí”. “No, no puede entrar”. “Diga a su hija ¿por qué se hice un aborto?” “No, mi hija está con doctor, es una perdida”. La cosa es que mi mamá me subió por dentro del hospital sin pasar por... saltamos toda la burocracia, y encontramos la doctora arriba, que nos estaba esperando. Ahí me atendió súper rápido, con cinco médicos más, con un anestesista, con otro doctor, con una enfermera. No tuvimos que pagar, porque yo la veía a ella en la universidad. Entonces era una ginecóloga de la universidad. Ahí hicieron el raspaje, la biopsia y todo. Era una aberración cromosómica. No me pusieron sangre y nada. Me dieron de alta al otro día. Y después volví a la vida normal. Podía volver a mi vida normal tres días después.

¿Había una pérdida emocional?

No, la verdad es que nunca quise tener un hijo. Nunca. Porque yo sé lo que significa. Y sé lo que es, lo caro que es, lo difícil que es. Entonces, nunca que querido tener hijo realmente. Tengo un hijo, pero pobrecito. Nunca quise tener una familia. Entonces, si tu no quiere tener una familia, no quiere tener solo un hijo. No me parece lógico. Tuve un hijo porque... no sé. Salió. Pero, lo amo. Sí.

¿Después tuviste otro aborto?

Eso fue el año 96. El año 2000 fue el otro, el segundo. Pero fue diferente, fue muy diferente. Interesante. Porque el segundo fue un aborto retenido.

¿No salió el feto?

Exactamente.

¿Tuviste una infección?

No, menos mal que no. Podría haber tenido. Primero me quedé embarazada. Y toda mi familia “no”, como pánico, “va a perder de nuevo”. Todos pensaban lo mismo, porque tenía perdido la primera vez. Bueno, mis papás son primos, no sé si lo había dicho. Entonces, puede ser por eso, no sé. Fue al doctor y ver el seguimiento del feto y me dijeron “mira, algo pasa, porque no crece”. Lo perdí con dos meses. Todos los perdí a los dos meses. No estaba creciendo, pero tampoco estaba perdiendo sangre. Y ni siquiera me acuerdo si dolía o no. No me acuerdo. Pero una noche empezó a sangrar, pero no era una sangre rosada, una sangre diferente y ahí empezó el dolor. Poca sangre y mucho dolor. Yo dije “mamá, me duele, me duele”. Ahí estaba viviendo con mi esposo, estaba viviendo mi mamá, mi esposo y yo. El como muy indiferente, siempre fue igual. “Me siento mal, mamá”. “¿Qué hacemos, ¿qué hacemos?”. Un taxi, no hay, hay que tomar un taxi. Y fuimos al hospital público más cercano, de emergencia. Y como no había hemorragia, no era algo tan catastrófico, era dolor, más que nada. Entonces me quedé en la sala de espera, con mi mamá y mi ex esposo. Esperamos hasta que me atendieron y me llevaron a una camilla, había una sala enorme de emergencia, y ahí estaba con miles de camas, no me acuerdo cuantas camas, con gente gritando de dolor con diferentes enfermedades, diferentes cosas y había un enfermero para todas las personas. Me revisaron y me dijeron “mira, esto es un aborto, que yo no tenía idea que existía, retenido. Así que paciencia, porque va a tener que esperar”. Y me pasaron algo, una cosa cilíndrica para morder por el dolor.

¿Ni un medicamento?

Nada. “Y que va a pasar?”. “Le va a doler mucho”. “Qué tengo que hacer?”. “Esperar”. Toda la noche, yo creo que fueron ocho horas de sufrimiento, fue como si hubiera sido un parto, pero de ocho horas. Yo no veía nada, porque estaba en la camilla y estaba mordiendo... Y sin calmante para dolor.

¿Por qué?

No sé. Porque era hospital público, no sé. Es como un infierno, una penalización para los pobres. Fue increíble. El enfermero me iba a ver a cada rato: “Ah, sí, está perdiendo”. Cuando se dieron cuenta que había perdido todo el feto, entonces tenía que hacer un raspaje. Y me avisaron. Y, menos, mal, me pusieron anestesia general. Después fue un alivio, otra vez, como “Dios existe”. Vuelvo mi vida normal.

¿En algún momento había pensado en provocar un aborto?

No, nunca.

¿Por qué, si no quería?

Buena pregunta. Porque era ilegal, por la parte ilegal, yo pienso. Pero nunca quise hacerlo. También por el karma. Pensé que hiciera eso después iba a sufrir más. Yo no quería agregar karma a mi vida, que ya tenía bastante. Entonces, “ok, estoy embarazada, ok”. Si viene, viene, si no, no. Un alivio. Imagínate pasar por esta situación catastrófica e después, cuando tu sale es como que empieza otra vida. Yo creo que pasa en cualquier enfermedad.

¿Cuánto tiempo se quedaron casados?

Nos casamos en 95 y nos separamos el 2009. Harto tiempo, 14 años, para no querer casar, no querer formar una familia fue mucho. Todavía aún no nos divorciamos. Estamos separados de hecho, pero no nos divorciamos. Porque es muy complicado, caro, hay burocracia. Y ninguno de nosotros está interesado en pagar por eso. Así que aún estoy casada.

¿Y su hijo vive contigo?

Sí, mi bebé, mi única guagua.

¿Y después se quedó embarazada de su hijo?

Ah, sí. Eso fue un milagro. Tengo que contar lo que pasó. El 2002 me quedé embarazada de nuevo y ahí entré en pánico absoluto y dije: tercera vez, tercera pérdida, no... Y mi mamá

empezó a tejer, hacer sapatitos de lana y me dice “ahora no va a perder tu hijo”. Yo dije, “mamá, yo ya perdí dos. Por qué piensas que no voy a perder”. “No, yo intuía que no va a perder ese”. Interesante. Yo fue al doctor inmediatamente, preocupadísima: “Estoy embarazada, ya perdí dos”. Y fue con todos los papeles de la biopsia, ecografía, todo. Entonces el ginecólogo que era joven, no gratis, de una clínica normal, me dijo “yo le voy a dar unas hormonas para retener al feto”. “¿En serio, existe, doctor?”. “Sí, existe, le voy a dar estas hormonas y tiene que tomárselas todos los días”. Y era super cara, pero mi ex se la compró. En esa época era como una caja costaba 35 mil pesos el año 2002, no sé ahora cuánto. Así que durante todo mi embarazo me tomé la hormona. Era una capsula diaria. La cosa funcionó, quedé embarazada y dice “no puede ser”. Y barriga me estaba creciendo. “No puede ser, increíble, estoy en choque”. Mi dio mucha hambre, empecé a comer. Subí 15 kilos, genia. Interesante experiencia. Bonito, bonito. Porque todos te cuidan, están todos preocupados por ti. “Ah, cuidado”. El doctor me decía no puede forzarse por nada, tiene que cuidar. Bonita experiencia, te la recomiendo, genia. Eso que yo no quería tener hijo. Una vez que yo sabía que venía, que estaba listo, yo empecé a tomar consciencia, fue super diferente, muy diferente. Imagínate un bebé. Primer lugar, cesárea, el doctor lo recomendó por la hipertensión. Entonces el parto fue programado, en una clínica... un millón me costó en esa época, en el año 2002. No sé cuánto costará ahora una cesárea en una clínica.

¿Y cómo fue cuando viste su hijo por primera vez?

Me enamoré, me enamoré. ¡Tan lindo! Bueno, ¿tú lo viste, sí? Precioso mi bebé. Es como un ángel. Parece un actor. No sé a quién salió, porque yo no soy tan bonita, mi esposo tampoco. Mi enamoré de mi hijo.

¿Y tu mamá te ayudaste a cuidarlo?

Sí, porque yo tenía que trabajar. No tenía un contrato fijo, entonces, dos semanas después de nacer el, yo tuve que volver al trabajo, dos semanas después. Aún tenía los puntos. Fue mucho sufrimiento. Leche yo no tenía.

¿Y después no tuviste ganas de tener otro hijo?

Después tuve otra pérdida, 2007, y ahí me separé. Lo que pasó que quedé embarazada por cuarta vez, entonces me hice el examen, todo, y ahí le dije a mi esposo: “mira, estoy embarazada de nuevo”. “¿Qué?”. Y ahí me dijo: “Sabes, la verdad es que yo no me imagino seguir viviendo

contigo”. En serio. Y fue una sorpresa para mí, yo me quedé en choque. El me lo dijo así, en mi cara. “Yo ya no estoy enamorado de ti, ya no te amo”. Tahhhh... Tercera perdida.

¿En este momento?

No, después. Pero yo me enojé mucho.

Ya no quería tener hijo...

Yo nunca quise tener hijo, ningún hijo, porque eso es sinónimo de sufrimiento y a mí no me gusta sufrir, a mí me gusta pasarlo bien, mi gusta disfrutar de la vida, vivir bien, estar tranquila.

¿Sufrimiento por las pérdidas?

No, por el sacrificio, el trabajo, el sacrificio, levantarse temprano, trabajar, subir al metro... No me gusta la idea de que dependen de mí. Me gustaría vivir sola, realmente.

¿Y cómo fue esta tercera perdida?

Mira, la tercera perdida fue mucho mejor. Porque yo ya había pasado por dos, entonces ya sabía lo que tenía que hacer. La primera fue la peor, la tercera fue la mejor. Entonces fue a mi doctor. Fue a la misma clínica donde yo tuve a mi hijo y pedí hora con un doctor allá, me dijo “este embarazo... mira, el feto no está creciendo”. Otra vez, tercera vez que escucho lo mismo. Y ahí él me dijo: “mira, vamos a hacer algo. Si el feto no sigue creciendo hasta tal fecha vamos programar... no un aborto, una inducción. Entonces, llegué en la fecha que me dijo y no creció nada, nada. Esto no va, esto no es viable. Entonces en la misma clínica preparó una inducción. Con suero, con todo. Ahí estuve cuatro días. Me ponían calmantes, fue fantástico el aborto.

¿Esto fue como un aborto inducido?

Si. Pero yo creo que depende mucho del doctor, porque todos fueron con doctores diferentes, todo. Depende de la mentalidad.... Y un hombre.

Si mira la ley, ¿él podría hacer eso?

No, no. Él no podría haber hecho eso. Y el precio fue, igual tuve que pagar, fue algo privado, pero fue como si hubiera sido un raspaje. Como 400 mil pesos por cuatro días en la clínica, bien, super bien. No estaba creciendo, totalmente inviable, no era lógico seguir esperando. Claro, imagínate toda la sangre que perdía y el sufrimiento.

¿Conoces alguien que hizo un aborto?

Si, una amiga, mi mejor amiga.

¿Y estuviste cerca de ella en este momento?

Si, incluso la acompañé. Porque ella me lo pidió. Yo no estaba de acuerdo, absolutamente no. Fue el año 2000. Lo que pasa es que ella no tenía un pololo fijo, entonces se quedó embarazada de un cualquiera, pero ella tenía 29 años, tenía la carrera lista, todo listo. Claro, no estaba casada, pero no ha sido un problema económico, de salud, no tenía. Bueno, dijo “no quiero tener este hijo” y se lo dijo a la hermana, que estaba embarazada, que estaba casada y la familia de mi amiga es muy católica. Ella no es católica, pero su familia era catoliquísima. E ahí me llamó: “oye, amiga...”, yo dice “¿en serio?”, ella dice “no quiero”. “¿Esta segura?”. “Sí, estoy segura”. Yo tampoco quería acompañarla, porque tú puedes ir a la cárcel. Es peligroso en todos los sentidos, tanto físico, como te pueden meter en la cárcel, a ella, para mí, a toda la gente. “Estoy segura. Acompáñame”. Fueron varios días que me llamaba por teléfono “me acompaña, me acompaña”. Yo la acompañé. Ella estaba super decidida, iba a ir sola o conmigo, pero yo no quería dejarla sola en este momento, porque es mi mejor amiga todavía. Primero yo quería acompañarla solo hasta abajo del edificio. Ella me dijo “no, hasta arriba”. Yo tenía miedo también. Subimos en ascensor... en un edificio de Providencia. Como una casa normal, un departamento normal. Entonces yo la acompañe, salimos del ascensor, tocamos el timbre, abrió la puerta una mujer con delantal blanco con una cara tan horrible, una mujer tenía pelo rubio, de unos 55 años, una cara como un monstruo. Mi amiga le dice: “Soy Jesika”. “Ah, sí, pase”. Yo dice “¿puedo acompañarla?”. Y me dijo “no”. Yo bajé y esperé como una hora. Mi amiga bajó después. Caminaba... así... Fuimos de metro de un lugar a otro, después creo que tomamos un taxi hasta mi casa. Ella no hablaba nada, estaba en choque. Cuando llegamos a mi casa, le serví un té, te puse un guatero, la abrigué bien con frazadas y ella estaba en choque. Y ella quedó en choque por diez años, llorando por diez años, porque había hecho eso. Quedó super mal. Pobrecita. Hasta que tuvo un hijo. Por la culpa, “yo lo maté”. Y después me llamaba, “yo lo maté, yo lo maté”, por diez años. Yo le decía “tranquilizase, ya pasó”. Yo era la única que sabía, solamente le podía decir a mí, a nadie más. Me contó [como fue]. Catastrófico. Terrible. Me dice que la sentaron en una silla de dentista. No tuve anestesia. Le dieron unas pastillas... fue algo así como introdujeron algo en ella. Ella pagó un millón de pesos en esta época. Pero fue rápido y no tuve secuelas, no tuvo ningún problema después. Después de lo que había hecho quería tener hijo, como para retratarse. Yo creo que en toda parte es un tema tabú.

¿Y qué piensas sobre ese proyecto?

¿Yo? Estoy totalmente de acuerdo, si, absolutamente de acuerdo. En otros países es más extremo. Lo que pasa es que hay persona que la mujer que quiere puede hacerlo diciendo que tiene problema económico. Yo creo que tiene que saber lo que hace. Estar consciente. Yo creo que está bien. Incluso estoy de acuerdo con la eutanasia, con el suicido asistido. Estoy de acuerdo, absolutamente. Porque quien sabe qué vá pasar después, después, si el cielo fue inventado, el infierno fue inventado, si morimos y nos convertimos en polvo. No se sabe nada. Yo creo que es personal.

¿Tienes alguna religión?

No, gracias a dios. Hahahahah... Ninguna. No soy ateísta creo que hay una forza, como agnóstica. Yo creo que hay una razón para todo, una razón para todo, hay algo. [...] Para mí fue algo muy marchante la experiencia de mi mamá con mi papá, porque mi papá se fue y después yo nunca pensé en tener una familia. Yo creo, porque no crecí en una familia normal. Entonces, como no tenía una familia normal, nunca pensé que podría tener una familia normal. Yo tengo una familia normal ni la voy a tener, con la edad que tengo. O creo que influye mucho la vida de sus padres en tu vida. Si yo tuviera otro modelo de familia todo sería diferente, yo creo. Tal vez habría deseado tener un hijo, una familia.

Mi mamá siempre me había contado cosas de él, que era un hombre tan bueno, un hombre tan generoso, tan amable. Para mí era como curioso, porque la había abandonado con tres hijos, la había dejado sola, sin darle plata, sin nada. ¿Cómo puede ser eso? Quería conocerlo. Y conversé con él. Vivir con él tres meses. Yo conversaba con él y le preguntaba cosas de su juventud. Y ahí me contó que cuando él se casó él ya tenía un departamento donde tenía mujeres y llevaba sus mujeres allá. Y ese departamento siguió el resto de su matrimonio, su matrimonio duró veinte años. Seguía con esa doble vida sin que mi mamá supiera y mi mamá era como una mujer... tan permisiva, tan tolerante, indiferente... no entendiendo su reacción, su comportamiento, porque no puede ser eso. Si su tienes un esposo, es tu esposo, entonces no lo es. Me contaba que a veces llegaba a las 2 de la mañana y que pasaba, él decía que estaba en reunión de negocios y llegaba con un franco de crema chantilly, porque a mi mamá le gustaba la crema chantilly, entonces llegaba y él me contó que ella se sentaba en la cama y se ponía a comer la crema. El me contaba eso riéndose “y tu mamá se comía la crema chantilly”. Comía entera la crema. Entonces mi mamá tenía 40 años y pesaba 85 kilos, y es más baja que yo. Horrible. Ciego y riéndose. Y yo con unas ganas de matarlo. Imagínate. Yo me aguantaba para

seguir preguntando. Él se sentía orgulloso de lo que decía. Yo nunca quise tener familia, ella quería tener familia, quería tener ocho hijos, yo nunca quise. [...]

APÊNDICE C - ENTREVISTA: MARCELA LABRAÑA, ex-diretora do Serviço Nacional de Menores (Sename) do Chile.

¿Cuál es la realidad del abuso sexual y del embarazo tras una violación en Chile?

La realidad es dura, pero es realidad, no es una película, le cuesta convencerse que estas cosas existen. Y en Chile, porque los brasileños son muchos más abiertos en cuestión sexual, los chilenos evitan hablar del tema, entonces eso también es parte de la característica que hace con la gente tenga rechazo a saber que esto pasó o no pasó, que el abuso sexual, la violación, el embarazo, etc. No es porque una mujer o una niña lo provocó. Hay mucha cifra negra. Solo llegan hasta Sename los casos judicializados. El Sename depende del ministerio de justicia, no depende del ministerio de desarrollo social ni salud, y es un servicio auxiliar del poder judicial. [...] Pueden llegar por un caso de maltrato y en el proceso de reparación que se hace en el servicio nacional de menores, porque para que una niña te diga que fue abusada tiene que existir confianza, a parte que las niñas, por lo general también se sienten culpables por la situación. En la primera instancia no lo dicen, pero si el abuso sexual siempre de las niñas que llegan al Sename, acompañada de otra vulneración de derecho. Pueden llegar por maltrato, por negligencia de los padres y después uno en la terapia psicosocial tu te vas dando cuenta que la niña había sido abusada, porque el proceso ellas te cuentan que fueron abusadas, el servicio nacional de menores se dice que hay primera, segunda y tercera causal de ingreso, ingresaron por una cosa, pero después te cuentan que fue por otra. Y otros que llegan derechamente por abuso sexual. Eso son los casos que llegan al Sename, y en Chile es la única institución pública o privada que tiene digitalizada la información. La Unicef Chile tiene algunas. [...] Incluso también llegaban niñas vulneradas embarazadas o llegaban por una causal de abuso sexual y embarazadas, “pero, no se sabe si se quedó embarazada del abuso”. “¿De quién más va quedar embarazada?” Este es el debate que se da en el tribunal de justicia. La psicóloga del Sename dice “obvio que se quedó embarazada por el abuso”. Nosotros recién estamos instalando el debate en la justicia de que hay que no sigue vulnerando los derechos de esa niña. No exponerla en el juicio y se mantenga la reserva también y lo otro es que hay una cultura machista que se haga con que algunas veces se concluya algunas... a mi tocó esta en varios juicios presente, varias audiencias, eso se lo reportó la prensa, que es una niña que fue en los juegos de sur y era basquetbolista, ella viene que de familia de basquetbolistas. [...] A la niña la abusaron, salieron a un local, un bar, y le dieron un trago que tiene absinto, y las personas que hacen deporte no toman alcohol, entonces, con muy poco alcohol se emborracha. Le dieron absinto y rápidamente

quedó completamente borracha, la llevaron de vuelta a la habitación y entre tres seleccionados adultos. Empezaron a buscar a ella. Hubo periodista que fueron tremendamente machistas, que relativizaron, pero todo. Bueno, alcanzó mandar un WhatsApp, entraron los amigos y encontraron tres hombres desnudos, ella en el baño con otro tipo que estaba desnudo y había sangre en el piso y en el pene de ello. Cuando se fue al juicio, estuve presente en la audiencia y era tremendo como se referían a ella. Y los jueces se cohíben frente a los medios al tomar una decisión. A lo mejor, antes no era así. Convoque a los medios de comunicación para hacer un poco de presión y en la audiencia la defensa de los abusadores... Yo por causalidad entre en la audiencia y me siento, por error, del lado de los familiares y escuche todo lo que decían “perra”, “maraca”, a la mama de la niña decían que era porque ella lo buscó, malcriada, no la educaron como correspondía, la familia de ellos decía todo eso. Una vez, ya con experiencia, llegue a la audiencia y pregunte donde estaba la familia de una niña, y nadie estaba por la niñita que la habían abusado y la mataron con un golpe, no fue nadie a favor de la niña. ¿Dónde están los que están por la niña? No, no hay. Nadie, ningún familiar, nada. Me partió el alma... Y cuando la defensa, bueno, primero cuestionaron la sangre, decían que era la menstruación que la había llegado. Pero cuando tú vas al servicio legal, los peritos forenses, los médicos forenses saben perfectamente distinguir de lo que es la sangre de la menstruación de lo que es la sangre de una violación, porque es muy distinta, una tiene más hierro, los colores, o sea, todo es distinto. Entonces dijeron que era la menstruación y el informe del instituto médico legal decía que era desfloración, o sea, la niña era virgen, o sea ni siquiera había tenido relaciones sexuales antes, su primera vez era esa. La defensa de los tres imputados fue tremenda, que ello lo busco a ellos. Tu crees que la primera vez de una niña va ser buscar a tres hombres... Eso es imposible. A parte con romanticismo que existe sobre cómo debe ser su primera vez, que llega a ser exacerbado. De verdad, en Chile hay que llegar un príncipe, que no es real, no existe. [...]

Estos son los datos de la fiscalía de Chile, después te voy a mostrar el power point del embarazo. Las denuncias por abuso sexual en Chile son 25.884, aquí hay mucha cifra negra, nosotros somos un país con bastante menos habitantes que Brasil... 22.311 son víctimas de delitos sexuales, de las cuales 18 mil corresponden a niñas y niños. O sea, de las 25 mil denuncias, 18 mil son solo niños y niñas... Tremendo. También aquí hay el abuso de poder asimétrico, que tiene que ver con el poder del adulto con la niña. Solamente 2.375 tuvieron condena De los 25 mil. Entonces, dime ¿cuál es el incentivo para denunciar a la justicia? Frente a este dato había que responder con profesionales especializados.

Hasta ese momento ¿la familia de la víctima tenía que pagar un abogado?

Claro. Hay casos que nunca llegan hasta el servicio nacional de menores y no son [los abogados de Sename] solo para la gente de escasos recursos sino para todos. [...]

Estas son cifras de los carabineros de 201: El padre biológico es el principal abusador sexual de los niños y las niñas en Chile. No hay una condición para ser abusado, porque a veces dicen “ah, porque tiene baja autoestima”... No, no tiene que ver que tenga baja autoestima, principalmente por la simetría del abuso y por la característica de que ha sido abusada es que el abusador principalmente está involucrado de alguna forma afectiva con la niña abusada, se relativiza el tema del consentimiento en Chile, mucho, o sea siempre se instala la duda de que fue la niña la que dejó que fuera abusada, el consentimiento es muy relativizado en ese país. Y a parte que la víctima no se visualiza como tal como víctima, sino como culpable, y eso hace con que la investigación sea tremendamente dificultosa. Los medios de comunicación tampoco colaboran en eso, porque se instala que la mujer es la que está provocando, la mujer la que lleva a la conducta sexual, como en la publicidad. Siempre se insinúa que la mujer es la que hace el despertar sexual en la pareja, no el hombre. El en fondo tu puedes concluir que según este comportamiento sexual es si hay o no hay relación, y por eso se instala tanto en Chile que el consentimiento depende de la mujer. [...]

Bueno, 8.852 niños entraron en Sename por abuso sexual, 529 niñas entraron embarazadas en Sename, 32 niñas tenían hasta 13 años. En Chile, hasta los 13 años es violación, o sea, aunque sea con consentimiento. De las 529 embarazadas, 63 ingresaron por abuso sexual y solamente decía que 28 habían sido violadas. Pero, mira lo complejo que es el sistema chileno: entraron por abuso sexual, fueron violadas, están embarazadas, pero según la justicia ese embarazo no necesariamente es de la violación. Que absurdo. De hecho, cada vez que yo lo explicaba frente a los parlamentarios, ellos no entendían como. Ingresaron en Sename por abuso sexual, violadas, están embarazadas pero el embarazo no es necesariamente producto de la violación. Entonces, ¿producto de qué? Para que hagas una idea, lo otro según el proyecto de interrupción del embarazo... No hay comprensión del fenómeno del abuso sexual. O sea, ¿qué es lo que dicen algunos parlamentos? Que no le podemos quitar a ese niño el derecho a vivir. Pero la tortura de una mujer y una niña de haber sido violada, una niña que ni siquiera alcanza decidir, que ha sido abusada, violada y embarazada a los... ¿Tú tienes hijos?

No...

A nosotros hacen una cuestión bien romántica de lo que es el embarazo, pero el embarazo es el complejo y cuando nacen los niños también. O sea, los primeros dos meses uno no duerme, y no sabía cuándo nació mi hija si era día, noche, es muy duro. Bueno, hay tres causales, uno por dificultad que al nacer te vas a morir, por violación y la otra causal es riesgo para la madre. La más compleja es de la violación, no hay un entendimiento del fenómeno de la violación, porque si tú te entierras, la tortura que significa ser violada, amedrentada, para una niña y más encima que te juzguen... O sea, esa es una decisión muy personal. Hay mujeres, niñas, en realidad no sé, yo en realidad no sé si una niña debe estar embarazada... Me cuesta como hablarlo, porque si me dijeron que sí, que quieren tener la guagua, no sé si la dejaría tener la guagua. A lo mejor, mi posición tiene que ver que he estado dos años en este servicio y de ver la cruda realidad. El servicio nacional de menores tiene varias residencias donde llegan niñas embarazadas y en estas residencias las niñas tienen en nivel de agresividad impresionante, impresionante. Yo tuve una dificultad con un medio de comunicación, que es la revista Paula, porque este medio de comunicación nosotros les autorizamos a que fueran, le hicimos el puente para que fueran a una institución que es privada, que tiene una subvención del servicio nacional de menores - subvención no es que sea del Sename, pero tiene que cumplir un marco teórico - para los proyectos de reparación. Son niñas que llegan embarazadas, primera que no deseaban estar embarazadas, segundo que llegaron ahí porque no tienen techo donde vivir. O sea, no quieren estar embarazada, su familia la echó, su familia la rechazó, o que fue abusada y la familia niega ese abuso. Y son niñas, porque son niñas que son muy agresivas, entonces lo que hace la mayoría de esas niñas es que cuando nacen a su guaguas, no quieren a la guagua, las desprecian, les pegan, las golpean, entonces viene el tribunal de familia y les quitan la guagua y después, como este país es tan machista, dicen "yo no entregue", es que "vine el tribunal y me la quito", un medio de decir "no la quiero", porque tampoco alcanzan a aislar y a razonar y decir "no quiero esta guagua y la quiero entregar en adopción". De hecho, el servicio nacional de menores tiene un programa que se llama "maternidad en conflicto" y el promedio de las mujeres que llegan a este programa son adultas, 23, 25 años, o sea tienes que ser una mujer para decidir "yo lo quiero ceder en adopción mi hijo", pero una niña no logra hacer eso. Entonces cuando vine el parlamentario y dice "es que la niña tiene que decidir", "es super linda la maternidad", "a lo mejor que la entreguen en adopción". Es una niña, la viviendo te dice que una niña no es capaz de decidir. Dime, ¿quién va estar hablando? Un hombre, si no sabe siquiera qué es la menstruación, el embarazo, no tiene idea, no sabe que está hablando, no tiene la menor idea, cómo hace para llevar un hijo, yo creo que eso es de una violencia, de una tortura, sí esto es, una tortura. Antes de tenerlo lo decidiste, pero aquí no, te violaron. Entonces, es muy complejo.

¿Cómo crías este hijo? Y lo vi, son tremendamente agresivas, porque la gente que cree que, porque hay dos niñas de 14 años y que son embarazadas, como que tienen algo en común, “son amigas”. No es así. Entonces llegan a esa residencia y tiene que compartir pieza con la niña al lado, o sea quedaron embarazadas, su casa no la recibió y tiene que dividir la pieza con otra niña que no conoce y tiene que escuchar los llantos de la guagua de al lado. Cuando tú seas mamá o se tu llegas a ser mamá tu te vas a dar cuenta que es el amor de madre que hace que uno tolere ese llanto, porque puede ser ensordecedor. Pero uno se banca, como dice en Chile, el de tus hijos, pero te vas a aguantar... No... Ya el tuyo es producto de una violación. En la noche las niñas se levantan, gritan groserías, “calla tu guagua de mierda” y te puedes imaginar el ambiente. Siempre decía la residente, que ella se ponía muy nerviosa, porque las niñas tomaban la guagua, la tiraban a la cama, porque llegan guaguas de diez días, porque sueltan la guagua para pelear con al de lado. Entonces los equipos profesionales se ponen muy nerviosos. Son agresivas, porque a ellas siempre las maltrataron, es la forma que tienen de relacionarse. Bueno, cuando fue este equipo de reportaje... El otro es que tiene mucha ignorancia... Quien tiene cuidado personal por esas niñas es la directora de cada residencia. Y tiene que responder por caso al tribunal de familia permanentemente. Entonces, cualquier cosa que quieras hacer tiene que pedir la autorización al tribunal, porque la idea es que no se vuelva a vulnerar los derechos de esa niña. Ellos querían reportear las tres causales, entonces nosotros decimos “bueno, complicado, pero si lo negamos qué van a decir después, que queremos esconder algo, no sé qué”. Desmole la autorización, pero siempre las niñas tienen que estar con la psicóloga tratante en la entrevista, porque solamente algunas personas pueden hacer el tratamiento con la niña y preguntarle que fue uno y otra vez qué fue lo que se pasó puede ser tremendamente dañino para ella. Imagínate, Marcelle, a ti te violaron, te quedaste embarazada y viene un desconocido, ya es un tema muy difícil, y viene un desconocido, por muy buena periodista que tu sea, “cuénteme qué fue lo que le pasó”. ¿Cómo le va a contar tú, como te penetraron? que está en choque porque está en punto de tener la guagua? o que tuviste una guagua que no deseaste, no planificaste y tu futuro que tenías pensado no existe, y se lo tienes que contar a uno desconocido. ¿Tú crees que, por muy buena periodista que tú seas, alguien entiende que es periodista? No... Lo que siempre se busca es que estén la psicóloga presente para evitar, porque las niñas empiezan a recordar, empiezan a responder de forma agresiva, porque le vuelve a revivir el momento. Por eso yo creo que en Brasil se debe evitar llevar a la prensa a los juicios, para no se siga victimizando a la niña, porque la dañada es la niña finalmente, no es nadie más, y salir de ese daño es tremendo, hay la posibilidad de tener problemas psiquiátricos son infinitos. Entonces, ¿qué fue le pasó? Qué ella escondida esperó a una niña que estuviera sola.

La niña había quedado embarazada por el hermano. ¿Te puedes imaginar el trastorno de ella? quedó embarazada por el hermano. Y la periodista fue bien astuta porque ella ingresó con menos de 18 años, pero cuando la entrevistó tenía 18 años y 20 días, entonces te puedes imaginar la rabia de ella, su familia no la apoyó y ella quedó embarazada de su hermano. Ponte el en caso. Que tú te quedaste embarazada de tu hermano y tu familia se pone de lado de tu hermano. Y tú te tienes que ir de tu casa. Para mí este es un tema que me moviliza. Mira, te voy a confesar, yo milito en un partido político y hoy día el único que me gustaría tener una cuota de poder político para poder en pauta este tema, tiene que legislar, eso es tremendo, nos destruye como país, esto es tremendamente vulnerador, y lo peor de todo es que las mujeres estamos acostumbradas que nos maltraten. [...]

¿Qué ha dicho a la periodista?

Y la niña le contó que había peleas, que son tremendas, entonces las profesionales tienen formas de cómo actuar con ellas en la noche cuando ocurre todo eso, porque tampoco las pueden tocar porque dice la niña que la golpearon. Entonces dejan que se pelean, hay veces que tienen que llamar Carabineros, porque esto es violento, es casi de cárcel, no que sea la cárcel la casa, sí que se comportan así. Porque, hay que entender eso, una niña embarazada que está, así como la Virgen María, hay tantos mitos, estas son niñas... con eso no quiero decir que son malas, entiendo por qué son así, son violentas, groseras, agresivas, que destruyen, qué saben ellas del amor si nadie les dio amor. que saben de respeto si nadie las respetó? No tienen ni idea que es cariño, respeto, no tienen ni idea porque nadie les ha tratado así. Entonces es parte de la reparación todo eso porque ayudarlas a entender los afectos, porque van a pasar a ser madres. Imagínate que el vínculo de madre e hijo es afectividad, pero si ellas no saben eso... ¿Cómo? Yo no creo en el instinto materno, eso no existe, eso no existe, se aprende, pero se ellas nunca han tenido la experiencia del amor, ¿cómo van a tratar sus hijos? Entonces es un círculo que nunca termina. Y el maltrato se justifica: si a ella le maltrataron, ¿tiene que maltratar lo que sigue? Entonces, al final el maltrato y el abuso es intergeneracional. La niña, para que tu veas el comportamiento que tiene la niña, después de eso que le contó a la periodista, que había peleas y que no las defendían, claro, porque ella estaba contando su versión, pero no la había contado a la periodista que el embarazo era de su hermano, porque es negación. Prefirió no contar. Guardar silencio es una forma de no aceptarlo. Ella no le contó eso a la periodista, pero ella le fue contar a su psicóloga, le dijo que la periodista la había seguido y la había esperado afuera, y me preguntó esto, esto, aquel otro. Mira, es que no son fieles con nada. Son niñas, están jugando, están con rabia y quieren provocar la periodista, le contó todos los detalles.

Bueno, así supieron los equipos profesionales del hogar, porque la niña fue y la contó. El equipo personal, que tiene el cuidado personal de la niña fueron al tribunal, primero se contactaron con la revista, y le dijeron que no podían publicar la historia de la niña. Y ahí nosotros como servicio nacional, como equipo de comunicación del servicio se contactó con el equipo de la revista Paula y le dijeron que no podían, porque estaban vulnerando la niña. Le pusimos el abogado, un experto en derecho humano, al teléfono y le explicó a la editora, le dijo “no puedes publicar la historia de la niña, porque ella está embarazada de su hermano”. ¿Tú crees que estaba confesando a ti? No... La periodista creía que estaba manejando un secreto y no sabía que la misma niña la estaba acusando. La periodista no logra entender eso, porque no entienden la dinámica, porque no conocen el fenómeno del abuso sexual y el daño que es tremendo. Y el abogado explicó a la editora que el caso tiene reserva judicial y si tú quieres publicar la historia de la niña tienes que pedir autorización al juez. A veces lamentablemente, como que, buscando la cosa roja, no sé qué estaban buscando. Bueno, el equipo editorial de la revista lo tomó pésimo y dijeron que se estaba escondiendo la información. Los equipos pusieron, por cada una de las niñas, porque no sabían cuántas niñas habían hecho eso, se presentaron al tribunal de familia se dio aviso y el tribunal determinó prohibición de informar las historias de las niñas. Después la revista: “Censura”. Ni siquiera fuera el Servicio nacional de menores, que no tiene el cuidado personal de las niñas. Entonces que había censura, fue un golpe bajo, porque ¿cómo tú te defiende de la censura en estos tiempos? Aquí hay una falta de comprensión del fenómeno por parte de los medios de comunicación, que no comprenden. En Chile hay una campaña que se llama “no me pregunte más”, para evitar la revitalización de los casos de abuso sexual. Hay un proyecto de ley, hay una campaña, hay un entendimiento que no puedes ir a preguntarles tantas veces porque eso revictimiza e complejiza el proceso judicial y la condena del abusador.

¿Cómo hacer periodismo humanizado sin revictimizar la persona abusada?

Con la psicóloga al lado... hay como hacer eso sin entrevistar a la niña. Esta es mi crítica. ¿Por qué las investigaciones de abuso sexual se centran en la niña? Y ¿por qué esto no es como en España? No de buscar evidencias en el entorno. El juicio que hay en Chile se centra en la niña, pero no indagar en testigos, investigación, se tiene que modernizar el proceso investigativo para evitar la revictimización de la víctima. Siempre hay un cómplice pasivo aquí, siempre hay alguien que sospechó que algo raro estaba pasando. Lo que pasa es que en el abuso sexual intrafamiliar es entre familia, entonces la gente lo niega, lo niega. ¿Te das cuenta que si se puede? ¿Por qué todo tiene que ser a costa de revictimizar a la niña que fue abusada? Yo no he sido abusada sexualmente, pero yo comprendo lo que pasa, lo comprendo y apoyo la

interrupción de embarazo por violación y no he sido violada, no he sido abusada. la periodista, por qué tiene que centrar su reportaje en la niña? Es lo mismo que hace la justicia, ¿por qué tiene que centrar su proceso investigativo en destrozar a la niña? ¿Por qué no entrevistar al equipo psicosocial que la te atiende? La periodista no consiguió lo que quería. Porque no se entiende el fenómeno, porque la niña es una violentada, ella es agresiva, pero justo de la agresión que ella recibió. Entonces tú no puedes entrevistar a una persona en estas condiciones, es como entrevistar a un loco.[...] Y el entorno, dónde está? Primero tiene que entender lo que significa. Hay que ilustrarse a respecto al tema. Es tan delicado el tema que tienes que ilustrarte y prepararte. Y así como es un desafío para los medios de comunicación también es un desafío para la justicia. Ni una mujer que ha sido violada es capaz de abarcarse en un proceso judicial, cómo va ser con una niña. La pusieron una molotov en su vida, la hiciste de niña a mujer de una patata, y ni siquiera porque quería, porque en este país, cuando ya tuviste relaciones sexuales ya eres adulta, aunque tengas 13 años. No te dejaron ser nunca más niña. Los medios tienen que romper el paradigma de que tienen que ir hasta la víctima para investigar el proceso del abuso sexual. [...] Pregunta a una persona que fue abusada? Ellos hablan desde su rabia. Y no se puede hacer políticas públicas con base en eso. [...] Fernando Karadima era un sacerdote y yo conocí unos de los abusados por el sacerdote Karadima. Él era un sacerdote que se relacionaba con... yo estudié en la Universidad Católica y en Chile es una universidad bien de ética, donde llegaban estudiantes de nivel socioeconómico alto. Ese grupo iba al bosque, a la comuna de Providencia y ahí estaba el sacerdote Karadima, Fernando Karadima. El por muchos años tenía obsesión por los hombres, hombres de nivel socioeconómico alto, buenos mozos. Hasta que un día, un médico, hoy día es médico de la clínica Santa María, él se separó y mientras estaba casado tenía una relación con el sacerdote que les casó, que bautizó a sus hijos, que hizo la primera comunión, desde niño había abusado de él hasta que no aguantó más. Tú ves esa película y vas a entender Chile entero. Porque ya no tenía que ver con la condición socioeconómica, ahí estaba la gente de nivel alto y que destapó... la gente, los políticos de derecha los trataron de mentiroso, pero era ¿cómo tratar mal la propia familia, entiende?, porque el abusado también era de derecha, también eran conservadores, era tremendo. Aquí está la imagen, esto yo lo ví en vivo y en directo, fue un reportaje que se hizo TVN. Y tú lo ve un tipo hermoso doctor en filosofía. Esto marcó un antes y un después, porque si ves, esto no es gente de escasos recursos. No. La mayoría viene de un colegio bien de élite en Chile que se llama Verbo Divino. Esta imagen, esto fue tremendo, le entrevistaron a él y a su señora, la señora a la época, porque se separaron, porque Karadima le dijo a el que tenía que casarse con ella. El libro es tremendo. El abuso del poder ya hasta la saciedad. En la entrevista él contó cosas que

nadie había contado. Porque la periodista guardó silencio, porque la entrevistadora se preparó mucho para preparar el reportaje sobre qué era el abuso sexual, ella se preparó para entrevistarle, lo dejó hablar, hacía silencio, no hacía pregunta y mientras el empezó a contar y cómo se fue, olvida las cámaras y empieza a contar cómo el tipo le había abusado. Él contó una vez como sus hijos lo estaban esperando en el primer piso de la iglesia y él estaba teniendo relaciones con Karadima mientras su familia lo esperaba. Y su señora cuenta que una vez abrió la puerta y vio a su marido haciéndole sexo oral, pero ella se guardó el caso. Él vivió una depresión profunda, grande, grande, grande, no le hablaba a la señora, no le contaba, desaparecía, iba a la iglesia, no quería tener relaciones con ella hasta que se enloqueció y él no hablaba, no hablaba, pero tuve un quiebre. Fueron a la iglesia y su hijo de siete años, se desapareció en la iglesia, nadie lo encontraba y él pensó que Karadima le estaba abusado como él. Y se enloqueció, empezó a buscarlo, a gritar. Volvieron a la casa y le dijo “nunca más quiero volver a esa iglesia”. Pero no dijo a nadie por qué. El sacerdote fue un manipulador de mierda. El pagó el arriendo de un departamento para tenerlo cerca, él pagó el arriendo. Esto marcó un antes y un después en este país, los políticos se pelearon. Hubo empresarios que fueron hablar con el fiscal nacional para que no sancionaran Karadima, era el típico eclesiástico que dominaba la iglesia, los políticos conservadores y los empresarios. El tipo empieza a contar, tremendo, lo vio todo el Chile, el tipo se fue, ya no estaba hablando a la cámara, se fue. ¿Tú eres casada?

Sí.

Imagínate que tu marido no te hablaras, nada, pero nada, tú te empiezas a enloquecer. Hicieron un viaje que duró como cinco horas, y en esas cinco horas todo eso le vino a el después que el niño se perdió. Y dijo “basta” y nunca más volvió a la iglesia y la señora no entendía nada, porque más encima la señora se iba a confesar con este cura que ella creía que el la engañaba, no la tocaba, que no tenían relaciones sexuales y el manejaba todas las informaciones. En el fondo él era “la otra”. Eso era perverso, el abuso de poder. Empieza a contar que llegan de Santa Cruz, cinco horas sin hablar, la señora enloqueció, grito “no aguanto el silencio” y el no dijo nada. La señora se fue, sube al según piso. Todo eso, todo lo que empieza a decir en cámara no estaba programado, entonces fue como el golpe periodístico de ella, que tuvo la inteligencia de guardarse callada. Él dijo cosas que nunca había dicho. Él cuenta que a las dos de la mañana el sale del living. Porque llegaron y no se había movido, yo creo que el tipo estaba en choque. Y sube hasta la señora, la despertó y dice ¿tú quieres saber lo que me pasa? Te voy a contar. Pero esto va a ser fuerte” y le empieza a contar, contar que mientras era abusado por Karadima conoció a esta niña, el cura que dijo que tenía que pololear con ella, casarse con ella, que ella

cuando iba a la confesión le contaba todo y por eso Karadima se enteraba de cada paso de ella, incluso le dijo que ella fuera conversar con tal cura, el cura que tapaba los abusos de ese tipo, la mandó a esta mujer a una psiquiatra, psiquiatra que contaba todo a él. El tipo era poderoso en este país, poderoso, plata, poder eclesiástico, todo. Esto fue un quiebre. Él cuenta en el programa como fue la primera vez que lo masturbó Karadima y él cuenta llorando y dice “yo tuve una erección y me gustó”, y lloraba, lloraba. Y contó cosas que ni la señora sabía. Yo me acuerdo, ese día fue como Chile se paralizó. Al otro día había un programa político, todos los domingos a la noche. No invitaron a ningún político, le invitaron a él. Eran periodistas más diestros, más viejos, yo creo que ellos también tenían la habilidad de guardar silencio, no hacer muchas preguntas. Fueron hacer una denuncia a la iglesia, al derecho canónico, se fueron sumando. Era hombre, no entendía bien el embarazo. Entendía el abuso, pero no el embarazo. No era ni de nivel socioeconómico, de poder, aristocracia chilena, todos les dieron la vuelta a la espalda, le dijeron que estaba loco, cómo hacer eso contra Karadima? Después de eso hubo un quiebre en el país, porque el abuso sexual no tenía que ver con nivel socioeconómico. Porque no tiene que ver ni que sean del campo o de la ciudad. No estamos hablando de gente que no tenía educación, que no era ilustrada. El abuso sexual es intrafamiliar, no es un delincuente que te asalta, y si tu entiendes que es el abuso intrafamiliar logras entender qué pasa. Del total, 61 mil son niñas de las 527, 30 hasta 13 años, de las niñas 63 lo hicieron por causal de abuso sexual, según el proyecto por, de las 30 embarazadas, 12 podrían tener acceso a la interrupción. O sea, esto no es un problema de salud, esto es un problema de decisión ético. las cifras son muy reducidas. Por eso te digo que es ético, no importa que sean cinco. estos son los casos judicializados. 22 podrían tener acceso al proyecto de ley. De 2.622 solo 12% tenían menos de 18 años. es una decisión super lucida entregar a su hijo a la adopción. ¿Tú crees que una niña alcanza a eso? No y las cifras te muestran. La adopción no es la solución para las niñas embarazadas. Como no conocen el fenómeno yo creo que están legislando pensando en otras niñas, no en las abusadas sexualmente, están pensando en su hija.

APÊNDICE D - ENTREVISTA: PAOLA DRAGNIC, jornalista venezuelana que vive no Chile, mãe de dois filhos.

¿Cómo te parece la cobertura de la prensa chilena sobre aborto?

Es complicado, desde mi postura, porque yo cubrí el tema, soy periodista, pero también me ocurrió después la necesidad del aborto. Yo creo que parte de lo que ocurre cuando yo cuento mi caso es que se abre una discusión en los medios que no existía. Era como “el aborto”: “las malas”, las satánicas, las putas; y las buenas, provida.

¿Incluso entre los periodistas?

Sí, sí. Yo tengo grandes amigos periodistas acá que dicen “no, el aborto por ningún motivo”... Yo hice una publicación en el muro del Facebook, y la hice desde mi celular, sin ninguna pretensión periodística, nada. Solamente manifestando un enojo personal porque el senador Larraín, que es de la ultraderecha, había salido diciendo que este proyecto era una estupidez y que no era necesario el aborto si las mujeres cerraban las piernas. Entonces, cuando este carajo dice esto. yo dice “bueno, están llevando nuevamente a una violencia de género absoluta”, este “comportamiento sexual de esas putas”. Y esto no es. “Yo aborté”, puse en mi Facebook y conté rápidamente, o sea lo que se puede escribir desde el celular. Y me fue llevar mi hijo a la escuela. Después, cocinar, mi celular estaba en el silencioso. Y cuando vi tenía 20 llamados no atendidos, WhatsApp, mensajes... Dos horas después tenía 33 mil compartidos. Y yo pensé: ¿por qué este impacto? Entonces me empezaron a llamar colegas más cercanos y otros más lejanos y empezaron a hacerme un chantaje profesional, porque decían “no hay nadie en Chile que haya contado un testimonio así, tu eres periodista, no seas maricon, dame una entrevista”. Y a los periodistas hay algunos que les gusta salir en la tele y otros que no. Y a mí no. Y di una entrevista a una amiga y después a otro, a otro, a otro, y la cosa se masificó. Yo no estaba en medios en este momento, estaba haciendo trabajos de periodista, tranquila. Y ahí pasó una cosa extrañísima que se abrieron los medios grandes hablar de que existía el aborto terapéutico. Estaba invisible en esta pugna entre los “abortistas” y os “provida”. Estoy ironizando algunos términos. Esto fue sin querer. Entonces se produce un quiebre. Nunca me voy olvidar de un correo que me llegó de una conductora de noticias en Chile, que no es mi amiga, pero somos cercanas, ella es de derecha, católica, se casó en el Vaticano, y ella me manda un correo y me dice ¿cuándo te pasó esto que yo no supe? No puedo creerlo”.

Hasta esta hora había dos puntos: los abortistas (“los malos, los satánicos”) y los provida (“los buenos”). Y ahí cuando tu cuentas tu historia me parece que llega hasta la gente, una historia más cercana. E esto se pasó con muchos otros, editores, me escribieron curas, me escribieron... Lo que ocurrió es que hubo una ruptura del duopolio del discurso, se rompió. Esta cosa es que tú puedes ser super católico y que te puede pasar igual. Y como hizo sentido. Y eso fue una cosa muy poderosa en los medios de comunicación. Y a mi me costó verlo, porque de la noche hasta mañana se convierte en la niña símbolo del aborto.

¿Y cómo era antes en la prensa?

Antes muy satánico era todo. Yo cubrí... Tuvimos varios casos que a mí me tocó cubrir como periodista: fetos anencefálicos, por ejemplo, graves, super graves. Y a mí me tocó cubrir como periodista y yo sentaba y estaba un diputado que es médico, otro médico, otro diputado... Todo muy aséptico, esto es un tema médico. Ella no hablaba y no habló nunca. O sea, estaba ocurriendo todo eso, pero ello no habló. Y ella estaba en una conferencia prensa pidiendo un aborto terapéutico.

¿Ni los periodistas le preguntaban nada?

No, porque era como estar impidiendo un delito, esa era la sensación.

¿No importaba su historia, su sentimiento?

Ella habló muy poquito. La conferencia duró una hora y ella habló cinco minutos. No me acuerdo mucho, porque yo finalmente me centré en ella, en su cara, me acuerdo como estaba vestida, estaba con una camisa blanca con una jardinera maternal.

¿Escribiste sobre ella?

Yo sí. Hace mucho tiempo. Era para una revista online “Mujeres Chile”, era muy importante en esa época. La vi y tú le preguntaba algo y ella estaba demás imposibilitada de hablar emocionalmente porque ella sabía que era un delito, sabía que era iban a decidir que no, sin embargo, los diputados y los médicos querían hacer un intento. Y ha habido varios casos más, después. Aparece esta mujer siempre con un problema de fetos inviábiles, tratando de pedir el aborto en los medios y los medios le tocan así. Podrías ver algunas notas, porque son siempre iguales. “Juanita tiene 4 meses de embarazo, su feto es inviable, no tiene cerebro, no tiene riñón, no tiene pulmones, solicita una interrupción del embarazo prematura, pero se está a la espera”. Después tu no sabe lo que pasó. Y quien habla es el médico, todo muy quirúrgico, así como es

Chile. Y después: “Nació la guagua de Juanita, vivió 30 minutos y murió”. Finalmente, no se hace el aborto terapéutico. Nunca le dicen que no, nunca le dicen que sí. Tú no sabes que le hicieron el aborto o no. Pero después tú ves la noticia que nació el bebé, nació sin cabeza y vivió 30 minutos.

¿Y de la madre, nadie habla?

No, no mucho. No es tema. Mira, esto lo viví como periodista, pero me pasó, yo lo vivencie de una forma brutal, porque tu dejas de ser persona de verdad, o sea ahora yo soy Paola y estoy hablando contigo, me embarazo y soy útero. El foco se pone en [aponta para a sua barriga]. No está en la historia de vida que tu tienes de 35 o 40 años. No. Entonces, todo en función de esto, muy aséptico... Y yo lo viví. Era “me siento mal”, “pero es el embarazo”.

¿Y los editores, qué hablaban sobre el aborto?

Hay una teoría de una comunicóloga inglesa que se llama espiral del silencio y yo siento que los medios chilenos funcionan así. No hay una censura directa, nadie te dice “No, Marcelle, no hagas esto”. Tu parte de una lógica de que esto es un delito y por tanto no sé qué... No es que te censuren, porque no tienes consciencia de aquello, sino que construye un espiral del silencio.

¿Tuviste experiencia con niñas embarazadas?

El último fue en el gobierno de Sebastián Piñera, de derecha. Una niña de 12 años, violada y embarazada, y Piñera dijo en la prensa que era una niña muy buena, porque iba a ser muy feliz, y ser mamá, una cosa así. Y fue muy poco el cuestionamiento que recibió. Yo trabajaba para una radio fuera de Chile, radio Sur, de Venezuela, y yo trataba de explicar esa situación y es difícil de entender que un país no se sensibilice con este caso y finalmente lo mismo. Bueno, era menor de edad, nunca se tuvo mucho acceso a ella, sí a la madre, la madre apareció justificando esto. Y los medios no se dan cuenta de eso. En Chile no se hace periodismo interpretativo. En Chile si se cuentan las historias, pero las historias no desde la interpretación, sino desde el subjetivo, como fue tu infancia, una tratativa que lo vacía de la discusión política. Es como: yo tengo una mujer que fue violada y que está en este contexto, entonces yo la entiendo no en el contexto de la discusión del aborto, la entiendo como cuéntame tu vida, muy aséptico. En Chile hay mucho miedo del conflicto, de la discusión, no ponen el caso en el contexto político, es como una historia de vida. No una cosa directa, así ¿a ti te parece que en Chile...?” No, la historia de vida. Además, muy cuestionada, porque los menores en Chile no pueden dar entrevistas en los medios. La derecha tiene muchos medios, entonces saltan a

“proteger los derechos” para que no sean “usados políticamente” a favor del aborto. Y se trampa en esta discusión. Y siempre para hacer el contrapeso entrevistan a un cura... En Chile el periodismo tiene la obsesión por la objetividad. Yo creo que es un resabio del periodismo de los primeros años de la democracia, pos dictadura, pos Pinochet. Entonces, tenían mucho miedo del conflicto. [yo creo que en Brasil también] Pero yo creo que en Brasil el periodismo es un poco más valiente, donde se atreve un poco más a no ser objetivo. Si yo estoy contando una historia de una mujer agredida por su marido constantemente, estoy contando una historia de violencia, el periodista chileno siempre va tender a entrevistar el marido también, el victimario. Esta cosa de “igualdad de la fuerza”, cuando tiene una víctima... Eso es una cosa que a mí me hace muy difícil ejercer el periodismo en Chile, porque yo creo que la objetividad no existe, creo que no estoy obligada a entrevistar todas las fuentes, ni a la fuente contraria, porque no estamos hablando de una disputa legal, ni versiones de algo, no, estamos hablando de un delito, en un caso, por ejemplo, de violencia intrafamiliar. Esta cosa de siempre tener la otra parte. Me acuerdo un psicópata... pero antes que se supiera, desaparecieron 12 niñas, de 14 e 15 años, y la prensa asumió, desde de la discriminación, de que eran prostitutas. Jóvenes, pobres y mujeres. Y cuando desaparece la décima toda la prensa daba por hecho de que esto era niñas, ni siquiera que era una red de tráfico, que querían buscar un mejor futuro y se fueron a la prostitución. Y la prensa nunca cuestionó esto, hasta que un día la última niña logra [decir que] este tipo las violaba y las tiraba a un pozo, donde tiraba piedras para matarlas. Y a ella no la mató, le tiraba piedras, pero, como era de noche, no la mató. Ella logra salir de este pozo, pula a la carretera y cuenta. Lleva la policía y estaban los otros 11 cadáveres. La prensa nunca dijo “doce niñas desaparecidas...” No, nunca. Se compró esta tesis.... Los prejuicios, los estereotipos funcionan super fuertes en Chile. Bueno, posteriormente entrevistaron a esta niña sobreviviente, una entrevista que yo hasta el día de hoy la recuerdo como la cosa más horrible que he visto. Le preguntaban como la violaba, si la violaba con el pene, con objetos, con los dedos... Yo miraba esto y decía “esto no puede ser”. Este era un programa de un canal, y el programa de otro canal entrevistó el psicópata.

¿Y qué le preguntaban?

¿Por qué lo hacía?, ¿Cómo había sido su infancia?

¿Y mostraron su cara?

No, del psicópata no, tampoco. Proteger a la víctima y al victimario, por igual. Yo creo recién, ahora, este año y el año pasado, tienen periodistas que se atreven a dar un poco de opinión al

respecto de algo. Pero yo se lo atribuyó al proceso político que tenía Chile, porque cuando se va Pinochet y empieza la democracia, tú sabes que Pinochet siguió en el poder, él siguió siendo el jefe de las fuerzas armadas. Entonces, el periodismo en ese minuto era como el factor gatillante y un posible nuevo golpe de estado. Entonces estaban todos así... Si un periodista entrevistaba a un torturador, esa entrevista se censuraba directamente, porque peligraba la democracia. Entonces, tiene que tener la otra parte. Y yo creo que así fueron los primeros diez años de la democracia, en todo el 90, y fue tan fuerte que las nuevas generaciones de periodistas se acostumbraron a esa dinámica. Entonces, si yo tengo la violada, tengo que tener el violador. Y esta dinámica vacía de contenido político un caso como un aborto, una violación.

Su testimonio tiene una cosa de humanización del aborto que hasta aquel momento no tenía...

Si, y una humanización del aborto donde si ve en mi historia que yo lo que hago es que muestro que se puede pasar a cualquiera. Es una humanización, pero una transversalización. Y los medios los toman así. Eso es interesante porque se rompe el arquetipo de la buena provida y de la mala abortista. Entonces yo iba a una entrevista y “yo soy casada”, vivo con mi marido, no soy casada, yo me ponía un anillo. Incluso yo ponía una cruz católica, como para generar un quiebre y decir “soy católica, aborté, me pasó esto”. En ese minuto la reacción de la gente fue favorable un 99%, fue una cosa increíble, cómo la gente sintió que “te puede pasar a ti” y los medios entendieron esto, un proceso como de empatía, de que ya mi historia no estaba aislada, no era esa historia de la niña embarazada, no, era la historia de una mujer común y corriente que quería ser mamá y no lo resultó. Entonces eso te puede pasar a ti, a ti, a ti. Y los medios lo tomaron así. E esto generó un quiebre en el discurso de los medios, ya no eran los buenos y los malos.

Yo pensaba que sería más fácil hacer eso con una niña violada...

No. No porque la niña, a que aparece en los provida, donde sacan todas las cifras y dicen que las niñas violadas que son embarazadas son mínimas y que el aborto que va hacer aquí es lo mismo que su padrastro haría para seguir la violando. Acentuó una manipulación porque como la voz no está en ella, la voz no está en la chica, acentuó la manipulación de los datos, y finalmente la gente y la opinión pública se confunde entre los buenos y los malos. Lo que pasó en mi caso es que, como yo era periodista y había cubierto los casos, no podía sentar con un cura a discutir las encíclicas que abordan el tema y yo salí a discutir de igual a igual. Había una cosa de clase también. Chile es un país clasista, muy clasista. Toda la América Latina, pero

Chile yo pienso que es mucho. Tiene esta cosa europea, piensa que en Chile no había personas de color hasta hace un tiempo. Entonces yo aparezco blanquita, caraca de europea, hablo bien. Rompí el estereotipo de la niña débil, violada por otro, pobre, que allá en el campo, violada por este padre. Entonces a esta niña querían salvar las feministas, haciendo el aborto, y los provideda, evitando el aborto para que el padrastro no la siguiera violando. Entonces, yo no parezco como víctima. Y por primera vez los medios entienden que somos las que pasan. Muy simples, no soy víctima, no necesito ningún provideda que me salve y no necesito ninguna feminista que me salve. Entonces se rompe ese discurso mediático. Yo siento que este es el éxito de cómo se instala el aborto terapéutico en Chile. Es medio extraño que lo diga yo misma.

¿Hubo un cambio para usted? ¿Cómo pasó a ver las mujeres después de su propio aborto?

Si, totalmente. Porque antes de mi embarazo, de mi aborto, yo estaba en el discurso de las feministas. Esto es un derecho, punto, muchas más dura. Y cuando eso me ocurre por eso no tuve ningún problema de enfrentar a ningún trauma, ni nada. Lo hice. Pero el cambio se produce cuando yo cuento y me empiezan a escribir mujeres y veo un mundo que yo no había visto, de mujeres no feministas, de mujeres que ni siquiera saben que es el feminismo, de mujeres sin conciencia de género ni de la violencia la que están inmersas, nada. Mujeres comunes y corrientes, clase media, clase baja, que están en una dinámica donde aprendieran desde chiquititas que se tiene que casar y luego vienen los hijos y que todas esas cosas que te pasan en el útero son privadas y tienen que aguantar un sufrimiento desde la privacidad y de la privación femenina. Entonces se había antepuesto una experiencia vital a la racionalización teórica que era la que ella tenía. En mi yo tuve primero el razonamiento teórico y luego la experiencia. En el caso de ellas vino una experiencia “¿que hago con esto?”, “como me duele”, “me siento mal”, “soy sucia”, “soy un montón de cosas”, y eso se vivía íntimamente, en la privacidad. Cuando yo cuento esta historia esas mujeres me empiezan a escribir, pero no sé, mil doscientas y tantas mujeres, de Arica hasta Punta Arenas, de estratos sociales muy altos hasta muy bajos, con historias dramáticas de gente que yo no conocía. “Hola Paola, acabo de leer tu testimonio. Quiero contarte que yo también hice un aborto, porque me pasó esto”. Y ahí me caían las lágrimas. ¿Qué mierda hemos hecho en el periodismo? ¡Nada! Porque estas mujeres son las usuarias de la información que nosotros tenemos que generar sobre el aborto. Entonces, yo me dediqué a cada una de ellas, a responderles, y luego muchas me agregaron a Facebook, hicimos un vínculo. Y ahí tu te das cuenta de que la teoría de las feministas es tan sorda como la teoría de los provideda. La experiencia de las feministas no pasa pela teoría feminista, no pasa por ahí, pasa porque hay una experiencia y que las mujeres, sobretudo en nuestros países

latinoamericanos rurales y pobres, la van a contextualizar según el modelo de vida que tuvieron. Punto. Si la mujer tiene que parir, ella lo va hacer, no hay ningún cuestionamiento a respeto. Y desde ahí más se alejaron los medios de comunicación. Ya estaban lejos, pero después de esa experiencia estaban así... ¿Qué va importar la discusión entre el cura y la feminista no sé qué? No, ella lo que quiere saber es quien está pasando, cuáles son sus derechos, si le va doler o no le va doler, que otras mujeres están pasando por lo mismo, que no es culpa, solo ocurrió. Esto es contextualizar el aborto terapéutico en las três causales. Por ejemplo, otra cosa que me empezó a molestar que vi con esto es que la derecha más conservadora se volvió loca cuando yo salí, entonces empezó a buscar testimonios de mujeres que no habían abortado, que no habían sido tan malas como yo, sino que habían seguido... Entonces me invitaron a un debate en CNN con una mujer que había tenido el bebé, deforme, que sé yo. En mi caso yo no podría, porque él estaba muriendo, tenía un cáncer. Ella estaba sentada acá y yo estaba acá, y estaba la moderadora. Ella no sabía nada. Me dijo “no me traten mal, por favor”. Y yo dice ¿por qué eso te ocurre? yo soy mujer antes de cualquier cosa”. Mi mirada perdida. Empezó a contar su caso, yo empecé a contar mi caso, el periodista trató de nos hacer pelear. Yo me bajé, le abracé, le dije “somos mujeres, tenemos historias. yo estoy aquí, a ti te están usando, no te expongas, vive tu vida. vive tu luto, tranquila”. Esta manipulación del testimonio que los medios se compran muy fácilmente es extremadamente horrorosa e además intentaron hablar de acompañamiento [...]

¿Qué es necesario cambiar en el periodismo chileno en la cobertura de aborto?

Yo soy muy crítica del periodismo chileno. En Chile hay 82 escuelas de periodismo, todas privadas, con periodistas que escriben argentina con “h”, un nivel de ignorancia, de falta de pensamiento crítico que no hay en ninguna carrera. Para abordar un tema con una complejidad social como el aborto terapéutico o no terapéutico tú tienes que tener un periodista que sea capaz de procesar este pensamiento social desde un pensamiento crítico. Y como en Chile no hay pensamiento crítico, porque que se hizo fue tecnificar la profesión. Yo tengo periodistas que van, graban, transcriben y ponen lo que yo dice. No contexto del periodismo es así. Temas como el aborto, y otros temas de complejidad social yo creo que el periodismo chileno, honestamente, no está preparado para dar esa conversación, esa discusión. Pero es un tema de bases, no solo por el aborto. Yo creo que el aborto cae dentro de esos otros temas que están entre lo médico, lo valórico y finalmente la violación de los derechos individuales a respecto de lo que hacer con tu cuerpo. [...] Chile no es una sociedad adulta, no es una sociedad madura. Entonces en todos esos temas valóricos el periodismo lo que hace es reafirmar el deber ser,

“esto es así porque es así, lo bueno, lo malo. En los temas en que ha habido quiebres, son temas que, para mí, no existe gran importancia, como el consumo de marihuana, como los derechos gay. Me parece que se desvían los temas, de fondo de los elementos de la sociedad. [...] La prensa le interesa estos temas más light, pero el aborto no tiene esa cara light.

Me parecía que el debate era sobre el cuerpo del bebé, nunca sobre el cuerpo de la niña...

Era lo que yo te decía. Yo lo viví. Si tú te embarazas, el foco está aquí. Si tú tienes cáncer, si tu vienes con una enfermedad de base previa, lupus, grave, no te puedes embarazar, y cuando tienes lupus no se puede tomar anticonceptivos, y como tiene vida sexual activa, te embarazas. Esa mujer, le cortan el tratamiento. Si tú tienes un cáncer y te embarazas te cortan la quimioterapia. Entonces, todo se focaliza en el feto. Como se ese feto estuviera flotando en una nube que no tiene historia vital, que no tiene sueño, que no tiene... Ahora que tengo dos hijos, si me vuelve ocurrir algo así, por supuesto que ahora mi historia vital, a mi ser individuo... Hay mujeres que tuvieron embarazos complicados que tienen hijos y no quiero morir por mis hijos. Cada morir tiene su subjetividad. Una cosa que la prensa no ha tomado y pienso que ha sido una falla también de la estrategia que hemos hecho es que el aborto existió en Chile hasta 1989. No hay que hablar... Chile tiene un tema como de la memoria. Lo que tenemos que hacer es hablar de reposición del aborto, ya existió. [...] Los medios no se enganchan ahí, porque se enganchan ahí no enganchan en la discusión entre los buenos y los malos. Por eso prácticamente no hacen. Desatanizar, cuando tu polarizas el discurso va a tener prensa siempre y esa es una estrategia de la derecha, porque si no polariza desde los buenos y los malos los deja sin pelea.

APÊNDICE E - ENTREVISTA PILAR GUTIERREZ ORTEGA, conselheira nacional da Democracia Cristiana.

¿Por qué hiciste un testimonio sobre el abuso y sobre el aborto?

Yo soy militante de la Democracia Cristiana, que es un partido muy conservador, muy antiguo, con militantes de muchas alas, que hace con que el partido claramente tenga una postura no siempre evolucionando junto a los tiempos populares y a la tecnología. Nosotros tenemos militantes muy antiguos, nuestros principios son inamovibles, pero mal entendidamente también. La sociedad va evolucionando y nosotros como partido político tenemos la obligación de responder a la sociedad actual que pretendemos gobernar y no a la de hace 30 años atrás. Dentro de la Democracia Cristiana yo tengo un cargo a nivel nacional, soy consejera nacional, que es más o menos una estructura... te voy a explicar para lo entiendas. El partido tiene una directiva nacional, que es como se conoce públicamente, una presidenta, varios vice-presidentes y un a secretario-nacional. Pero las distintas estructuras en las comunas, que son como los estados nuestros, los departamentos, eligen representantes para estar directamente apoyando a la mesa directiva. Yo soy parte de ese grupo de dieciocho personas a nivel nacional que estamos permanentemente como un consejo asesor. Entonces todas las discusiones políticas se hacen entre la directiva y ese consejo. En ese consejo, en algún momento, nos tocaba ver el tema si la democracia cristiana se iba abrir o no a la discusión sobre la interrupción del embarazo. Ni siquiera sé si o si no. Solo se nuestros parlamentarios iban a poner tener la libertad de decidir en conciencia se estaban o no a favor de las tres causales. Pero lo previo era tan alejado, ni siquiera saber si estaban de acuerdo o no, si no solo se nuestros parlamentarios iban a poder dar la votación que permitiera discutir en sala y en comisiones el tema de la interrupción del embarazo. Tenemos dirigentes muy importantes del partido, históricos, que están por la posición de que la Democracia Cristiana, por su doctrina y sus principios, no deben ni siquiera abrir a la discusión al aborto. Una posición muy radical y muy fuerte y esa es la posición de gran parte de la sociedad de la democracia cristiana. La Democracia Cristiana, la cuestión más mal evaluada es que somos un partido que se ve muy alejado de la realidad de las personas comunes y corrientes. Iniciamos un proceso de discusión en el partido cuando vimos que venía este tema a la agenda de los compromisos presidenciales, la presidente Michelle Bachelet.

¿Antes del proyecto?

Lo que se pasa es que el proyecto fue presentado varias veces, pero lo que le da más fuerza en esta vuelta es que la presidenta lo asume como un compromiso presidencial la discusión. Entonces, nosotros como parte de la Nueva Mayoría, estábamos ya notificados de que sí el tema se iba discutir y no se iba seguir dilatando. Y nosotros teníamos que tener una posición. Empezamos a hacer un levantamiento a nivel nacional de las posiciones, invitando a conversar todos. Invitamos a la militancia en una comuna a conversar y dar sus opiniones para poco a poco ir levantando, nosotros la temperatura y saber que era que quería la gente. Porque se efectivamente, como es un partido democrático, si toda la gente decía que no quería discutir, nosotros teníamos que decir “no, en realidad, la democracia cristiana no quiere discutir este tema”. Y empezó una gran líder nuestra, Soledad Alvear, que fue directora del Sernam y además ha tenido varios cargos de ministra de Justicia, ministra de Relaciones Exteriores, una gran líder del partido, incluso fue pre-candidata presidencial, se opuso mucho a que nosotros incluso discutiéramos, que la democracia cristiana no tenía ni siquiera la posibilidad de discutir el tema. Y nosotros teníamos visto que la posición del partido no era tan clara y empezamos a ver que no le iba a ver que no íbamos a cumplir con el compromiso con la Nueva Mayoría y con la presidenta Michelle Bachelet de apoyar su programa. Pero, además, íbamos a nos distanciar muchísimo de lo que la ciudadanía común y corriente necesitaba. Y el tema se empezó a correr, a correr, a correr, hacia ese lado, hacia la postura que estaba presentando Soledad Alvear. Y en un consejo en ya íbamos a tomar la decisión de si no abríamos la discusión... en el consejo hay muchos parlamentarios, la gran mayoría de la composición del consejo y de la mesa es de parlamentarios. Por lo tanto, era altamente importante lo que iba ocurrir en el consejo. Yo fue una de las últimas a intervenir en el consejo y me sentí la obligación moral de hablar desde la experiencia y no desde de la teoría. En ese momento sentí la necesidad de humanizar el debate. El debate estaba demasiado arriba, demasiado en la teoría y finalmente tuvimos un buen resultado, o sea, creo que el testimonio dentro del consejo cambió la posición de muchos de mis camaradas que estaban en ese momento por ni siquiera por abrir la discusión. Posteriormente pasa un lapso grande en que yo mantengo en reserva esto, las sesiones del consejo no son públicas, por tanto, se mantuvo bastante en reserva, pero con el tiempo empieza a surgir de nuevo la posición de que la democracia cristiana no estaba por discutir.

¿Esto no fue hasta los medios?

No, solo la democracia cristiana dijo que se abría a la discusión, pero no dijo por qué. El consejo fue el año pasado [2015] y alguien del consejo filtró con esta periodista del diario El Mostrador que en el fondo lo que había gatillado que la democracia cristiana estuviera a favor de discutir

era mi testimonio. Y ahí me ubicó la periodista. Alguien de la mesa o alguien le contó a esta periodista me ubica y me dice “mira, está pasando esto, vamos hacer un reportaje de varias mujeres y su posición y queremos conocer la tuya”. Yo dijo “ya, ningún problema”. Son tres preguntas y después me llama y me dice “hablé con mi editor y la tuya vamos poner la entrevista completa”. Y dice ah... eh... Yo soy super desordenada, me cuesta mucho hablar así. Al final tuvimos una conversación de tres horas. Y yo le cuento, en el fondo, lo mismo que había contado en el consejo. Y ahí sale el reportaje y pasa todo lo que tú ya conoce. O sea, en el fondo era muy fuerte que desde la democracia cristiana estuviera diciendo “mira, en realidad nosotros ya discutimos esto, estamos efectivamente por apoyar las tres causales, una gran mayoría de las mujeres adentro”...

¿Incluso los hombres después?

Muchos. Fíjate que a la política le falta humanidad. Es imposible que un liderazgo se niegue a legislar a respecto de temáticas que no vengán cercanas. El problema nuestro es que los parlamentarios viven en otra realidad entonces les cuesta mucho imaginarse o asumir porque ven por la noticia no van asumir que las niñas son violadas por sus abuelos, y que la niña que es violada desde los 5 años no tiene idea que se quedó embarazada hasta cuando ya está para tener la guagua, no tienen idea que esa violencia sexual como resultado puede tener un embarazo, son cosas que no se ...entonces... era justo y necesario. Y fue sano. Además, el reportaje quedó muy bien armado, no fue agresivo, por lo tanto, creo que fue un aporte a la discusión.

Además de humanizar el debate trae el debate para otra clase...

Claro, el tema de ver y de asumir que tu par, la persona que está al lado tuyo de manera permanente también ha sufrido la situación hace que se sea mucho más difícil evadir la responsabilidad política de legislar a respecto al tema. Yo creo que empatizas mucho mejor con un par, y hacer parte de la elite política de cierta forma, o de relacionarme con la elite política de manera tan cercana me permitió influir directamente en ellos. Esto es un problema grave de la política, no solo por este tema, porque en general o sea en momentos, como ellos no viven y no ven como es la vida de una persona gana el sueldo mínimo para ellos es más fácil decir, tal vez si tuviesen un hermano, un primo, un amigo en esa situación legislarían de manera diferente.

¿Y hay muchas mujeres en el partido?

En la Democracia Cristiana, sí. Creo que un 60% sea de mujeres, pero somos pocas las que estamos como dirigentes nacionales, o sea el consejo total somos como 40 personas, son 12 mujeres. Tenemos una sola diputada y una sola senadora. Somos el partido más grande.

¿Tuviste contacto con otras mujeres después del testimonio?

Sí, eso fue muy fuerte. A través de red, así como me contactaste tú, por twitter, por Facebook, por distintas partes me empezó a escribir gente que conocía y que no conocía agradeciéndome en el fondo por haber sido la voz y a mí eso fue muy fuerte, porque mi intención era golpear a mis pares, generar un efecto político entre mis pares, pero no pensé que iba permear tanto para la sociedad civil y fue impactante, fue duro emocionalmente. Los dos o tres primeros días fue muy duro porque la gente se atrevió a contarme, gente que conocía y que no, sus propias historias. Hubo una mujer que es mamá de una compañera mía de colegio mía, que hace 20 años que no la veo, me contaba que su hija menor era producto de la violación de su marido. Entonces era así, yo veía las fotos en Facebook de la familia feliz... entonces fue muy oscuro, fue complicado emocionalmente... todavía me quedo un poco...

¿Qué decías para estas mujeres?

En general las frases terminaban como agradeciendo el espacio, entonces no era difícil enganchar con el “de nada”. “Mira, esto yo lo tenía que hacer, fue por tu” y terminaba con una frase bien armadita y con un poco de contención, pero no me dio para profundizar, porque también la mía es una herida abierta. Abrazar a otra mujer con herida más herida que la tuya. Porque esta cuestión, una dice “me pongo en tu lugar”, en la verdad yo ya logré salir y sanar un montón de cosas, he superado varias barreras en términos de estudios, económicos etc. Y miras a ella y la ve con una carga que ha sido mucho más fuerte, sin herramienta, sin psiquiatra, sin el psicólogo, sin el apoyo, sin la contención profesional. No me dio. Fue muy duro, muy duro. [Começa a a encher os olhos de lágrimas]

Aún es complicado para ti...

Sí, súper complicado. Es duro mi tema, pero ha sido mucho más fuerte tener que hacer un poco cargo... porque ahí tú te das cuenta que tenemos una sociedad súper hipócrita. O sea, la cantidad de casos, la agresividad de la historia de cada caso es una cuestión... y me empezaron a buscar muchas, así como 30 mujeres diarias... yo no daba, no daba, porque además todo el tema.... Hay una cosa que me gustaría destacar es que poca de la gente que no ha sufrido la misma situación me vio con lástima. Era un tema que a mí me preocupaba. Yo tampoco quería eso, yo tenía

morgue de “ah, pobrecita”. Y creo que eso la entrevista lo logró bien, pero si la reacción de complicidad con otras mujeres. Y me impactó ese efecto. Yo sabía iba a tener efecto político, que era lo que yo buscaba. Además, fue en un medio digital, que no es masivo, que nacional y todo, pero lo lee las personas que tienen preocupación política. En El Mostrador no hay farándula, no hay artistas, no hay fotos de cantantes, es un medio dedicado a la discusión política. Yo creo que me escapó un poquito de las manos, no porque fuera negativo, sino porque yo debía estar más preparada. Además, yo no sabía cuándo iba salir la entrevista, no sabía cuándo le iban a publicar. La publicaron en un día de madrugada, 3 de la mañana. Me dice “lo más seguro que sale la próxima semana, pero puede ser después porque lo queremos hacer coincidir con la discusión en el Senado”. Y acabaron subiendo en este mismo jueves por la noche, la madrugada de viernes. Entonces cuando yo despierto a las 6 de la mañana estaba llena de mensajes. Había alcanzado contarle a mi mamá, porque no sabía cuándo iba a salir y como es un medio, se supone relativamente restringido... Pero, si tu miras la historia objetivamente no tiene nada de increíble, es una historia bien relatada por la periodista, porque yo no la hablé así, pero no tiene nada increíble, es una realidad súper común, pero generó un impacto público. En mi familia no se habla. Yo asumí mi abuso con mi familia por completo recién en octubre del año pasado, recién, porque yo me encontré en el funeral de un primo mío, murió un primo muy querido que vivía conmigo murió y yo tuve que ir en el funeral y en funeral me encontré con el tío que me había abusado. Y eso reabrió todo y eso terminó haciendo que mi familia hoy día está totalmente quebrada porque salieron muchas cosas. Pero eso pasa todo el lado. Lamentablemente no es excepcional. Me encantaría que fuera excepcional, pero es mucho más común de que lo dijera. E con historias mucha más terribles y las mujeres no se atreven a hablar porque las mismas familias lo reciben con tención. Yo misma con mis papás me costó como diez años que me creyeran, que asumieron, que me apoyaran. Yo me fue de la casa, me fue a estudiar fuera y no quise volver nunca más. Porque hay una tendencia entre los adultos a querer bajar el perfil, no sé si como mecanismo de defensa, para no ver la realidad, porque al fondo tu como padre también tiene un grado importante de culpabilidad de no haber leído las señales, de haber expuesto tu hijo también. Creo que por bajar el perfil y no sufrir, por el padre evitar el sufrimiento que su hijo fue abusado. **[Bajar el perfil?]** Bajar el perfil es como no darle mucha importancia. O sea, en realidad ese es un tema súper grave, pero yo le bajo el perfil, le dejo ahí como que no fuera tan importante, para no tener que enfrentarlo, para no tener que enfrentarlo con mi hijo que fue abusado, para no tener que enfrentarlo con el familiar que cometió el abuso, con la sociedad completa porque me avergüenza que haya pasado esto. Y fíjate que con la gente que yo he conversado, con estas mujeres abusadas, que se quedaron más cercanas

posteriormente, del 100% creo que un 10% lo tenía asumido públicamente. Para el resto no es tema, es un tema que ellas saben que mejor lo mantienen en silencio, que para qué sé si pasaron tantos años. Imagina la situación de esa mujer que me violó mi esposo y mi hija siquiera sabe que es producto de una violación. Que pasaría con tus hermanos si supieran que su padre, que adoran, me forzó a tener relaciones sexuales. Ella después se separó, pero tú te separas y no necesariamente da las razones del por qué se separó a tus hijos, los hijos no entienden por qué sus papás se separaron, pero dentro del cuarto hay una realidad distinta. Cuesta mucho demostrar una violación conyugal. Todo que se pasa en el ambiente de la casa es más difícil de mostrar, es más difícil de enfrentar, porque tiene más de un herido, o sea ¿cuál es el costo mayor? Me traigo yo, la vulneración de mi derecho, pero no expongo a mi hijo, no expongo a mi madre, el entorno. Chile es un país, Brasil igual, pero en Chile la gente es muy católica, muy practicante las religiones, por lo tanto, les importa mucho lo que pase en esta institución, en esta iglesia, lo que va decir el sacerdote, el cura, lo que se va pasar en el colegio, entonces se vive mucho en las apariencias.

¿Y qué te pareció la entrevista?

Es exactamente lo que yo dice, pero está ordenado [o texto da entrevista]. Porque ya sabes que salto para un tema, salto para otro. Pero fue un trabajo conjunto con la periodista. No cosa que le pedía a ella era que me daba mucho miedo que ella, por el afán de vender, terminara haciendo una historia mucho más agresiva y violenta que yo quería, por respeto a mi propia herida también. Yo le dije “los detalles del abuso no le voy a dar”. Si tu quieres hablar del abuso yo no voy hacer, no voy hablar nada del abuso”. Y en el texto solo dice “fue abusada”, hace una breve reseño, pero no ahonda en el tema del abuso. Ahondamos en el tema de mi hija, del embarazo no viable, principalmente eso.

¿Y se quedó segura con el proceso de la entrevista?

Si, súper tranquila. Claro, tuve la suerte de tener en contraparte una periodista muy ética, muy empática, ella es mujer, madre, teníamos la misma edad, eso que tuviéramos una empatía particular. Tal vez si la entrevista lo tuviera hecho un hombre resultado iba a ser diferente. Porque la interpretación de los sentimientos, de los momentos de la vida, de personajes de la vida, es distinto. Cuando yo te dijo “hijo” es distinto para nosotras que somos mujeres que “hijo” para un hombre. Es diferente. Yo creo que de la entrevista no tengo nada que decir. Tuve esa y tuve otra sobre el tema del impacto que había causado la entrevista. Y también fue una mujer e el resultado también fue bastante noble, muy limpio. Hay factores que no manejan,

porque dependen mucho del entrevistado Yo sueño muy extrovertida, para mí casi no hay temas tabús, por lo tanto, siendo en un contexto de respeto no me siento agredida por el tipo de pregunta, no tengo problema de hablar de mí misma. Pero principalmente yo pienso que tiene que ver con la entrada, empática de la persona que está preguntando. el tema de respetar los tiempos de lo entrevistado, el momento de vida... con la Alejandra estaba con mi hijo de tres meses y estaba le dando el pecho, permanentemente interrumpida por el pecho, “no, no te preocupes”, o sea, ella entendiendo también que ella estaba invadiendo mi hogar, mi tiempo. El respeto, la empatía son importantes. Y lo otro es la disposición a dejar fluir la conversación, no tener ideas preconcebidas, ir construyendo el camino, la flexibilidad un poco al entrevistado. [...] Es un mito decir que con el aborto tu solucionas un problema, que la mujer aborta porque es egoísta y no quiere enfrentar un tema. Y demostramos con el testimonio que aquí había un problema integral, que involucraba toda la familia, que involucraba temas económicos, psicosociales que no estaban cubiertos en el proyecto. Por lo tanto, el estado a mí me quería ayudar efectivamente me tenía que dar dos opciones: interrumpir sin ser penalizada o continuar con el embarazo, pero con una contención integral, apoyo psicológico, apoyo económico, porque una cosa es su hijo va a ser [...] dependiente en la vida y además, necesita sillas de ruedas, un departamento especial, o interrumpir hoy día el embarazo y “acabó el problema”. O le dicen “mira, tu interrumpes el embarazo o nosotros como estado te acompañamos a ti y tu familia”. Nosotros como democracia cristiana lo que quisimos fue que se entregara alternativa a la interrupción del embarazo, que se despenalice la interrupción del embarazo para la mujer que lo decida, pero aquella que decida continuar con el embarazo también pueda hacerlo con las herramientas necesarias.

Yo con mi embarazo inviable tenía que decidir entre continuar con el embarazo, que yo consideraba que era el correcto, o como mamá decidir que yo no quería ver más sufrimiento a mi hija, porque mi hija estaba llena de tumores y tenía convulsiones, se notaba que tenía dolor. Yo tenía dos puntos que para mí pesaban muy similar, entonces la decisión nunca es fácil y creo que, a entrevista, parte del mérito que tuvo fue esto, de hacer entender, de desmitificar un poco la interrupción del embarazo como una solución feliz para la mujer. No, nunca es una solución feliz, siempre es una decisión compleja, y la mujer no necesita ser culpada, necesita ser acompañada. [...] Nosotros tenemos aquí una cifra negra. Hay muchas familias con recursos que sabemos que las niñas ingresan a operar por apendicitis y son embarazos a veces de sus novios, pero a veces de agresión dentro su familia, de un amigo. [...] Lo difícil del tema del aborto en caso de violación es que hay personas que entienden que hay dos derechos del mismo

nivel en juego, que es el derecho del niño, que en fondo es inocente, que no tiene nada que ver, y el derecho de la mujer, de la niña mujer sobre la vida de ese niño. Y lo mira desde esa perspectiva, no sobre el derecho de esa mujer sobre su propia vida. Pero cuando lleva la discusión a la parte cómo se provocó el embarazo, que le espera a esa niña, todos los problemas futuros que va enfrentar. [...]

Yo he leído que no está de acuerdo con el aborto en otras causales, solo en las tres. ¿Por qué?

Porque en el caso de los embarazos por descuido, pensando en los no voluntarios, si tú eres una persona adulta que tiene los medios para prevenir el embarazo, medios anticonceptivos, inyecciones, métodos anticonceptivos, tienes que hacer responsable por la vida sexual que está llevando, por la que optaste. Hoy día nadie se queda embarazada porque no quiere, sino se descuida. Entonces, no me gustaría el ejercicio libre del aborto porque creo que hoy día existen los medios para prevenir el embarazo, prefiero prevenir el embarazo que dar la opción después. Imagínate que hay países donde hay aborto hasta las 30 semanas.... para mí ya es como asesinato. Es distinto. Yo creo que el ser humano tiene que ser responsable de los actos. [Los hombres y las mujeres?] Si, pero lamentablemente, lo digo como mamá, la responsabilidad de la familia es de la mamá. Me encantaría que fuera más complementario, yo tengo una pareja espectacular, super presente, adora los niños, pero las pechugas las tengo yo. Los costos físicos, emocionales tengo yo, a lo hombre casi no se cambian la vida. Los niños se caen y buscan la mamá, es una cuestión natural ser más responsable de los niños. En términos también de la vida sexual, creo que la mujer, el hombre normalmente toma con más liviandad. Yo creo que puede tener sexo con cierta libertad, sin amor, pero eso no te libera de la responsabilidad. Si fuéramos un país que no tuviéramos ni la educación, ni los medios para...

Pero ¿hay educación sexual en las escuelas?

No, pero parte de la responsabilidad es de la familia. Cuanto a los niños les enseña. Si mi hija no tiene educación sexual en el colegio, la educación sexual le doy yo. Yo estoy de acuerdo que hay que tener educación sexual en los colegios, pero hay que las familias también tienen que ser responsables de formar a sus hijos. Hoy día el tema es mucho más relativo que antes, cuando Chile era más conservador. Uno como padre también tiene que ser más realista, aunque no quiera que su hija tenga relaciones sexuales.

APÊNDICE F - ENTREVISTA: RAMIRO MOLINA, médico e professor da Universidad de Chile.

Me gustaría que hablara un poco sobre los cambios a respeto del aborto en Chile desde la promulgación del Código Sanitario.

Dentro de la legislación al respecto del tema del aborto, nosotros tenemos dos grandes citas: 1) el cambio del año 1930, donde aparece el tema de la legislación sobre el aborto, que fue más bien restrictivo, era un aborto terapéutico, que quedaba en responsabilidad de decidir el por médico, el momento de la interrupción, e sobre todo era fundamentalmente un punto de riesgo médico, de riesgo de salud para la mujer; en el año 1960 se produce otro cambio importante, la ley permite entonces, con la opinión de dos médicos cirujanos, hacer la interrupción del embarazo en caso de riesgo de vida de la mujer y fue un poco más restrictivo que era en año 1930, que era más abierto, porque no especificaba que era riesgo de la vida, era riesgo de la salud, los años 1930 se legisló sobre la salud de la mujer, sin embargo en el año 1960 se restringe al tema riesgo de muerte. Bueno, la verdad es que el impacto que tuvo la legislación, el artículo 119 del Código de Derecho Sanitario, que se relaciona con Código de Derecho Penal, en realidad no tuvo mucha influencia, prácticamente solamente el mayor impacto que se produjo en la salud de mujer fue por el uso de los métodos anticonceptivos, a través del sistema público e después del sistema privado. En ese mismo ritmo, con gran descenso de la mortalidad materna, prácticamente nosotros teníamos en los años 60 el orden de 300/350 mujeres que se morían anualmente, ya hacia fines de los años 80 estábamos teniendo no más allá de 50 mujeres y el descenso se ha mantenido hasta hace diez años atrás. Desde 2006 a 2010, prácticamente la tasa de mortalidad materna se mantiene constante, 40, 42 mujeres que se mueren al año, siendo una de las más bajas de Latinoamérica. Sin embargo, el otro gran cambio que viene dentro de la legislación ocurre en el año 1989, que usted debe conocer con detalles, que la junta militar, antes de irse, al 90 termina la dictadura de Pinochet, prácticamente el congreso de la época, el poder legislativo de la época eran tres personas, tres generales, manejaron una comisión especial de salud de la cual legislaron, y a partir del año 1989, de septiembre de 1989, como cinco meses antes de irse, cambió la legislación, y entonces se dice que no se podrá practicar, hacer ninguna maniobra cuyo fin sea la práctica del aborto. Bueno, con eso nos quedamos prácticamente, yo diría, desde el punto de vista de la legislación sobre el aborto, como uno de los cinco países tal vez con legislación más drástica en el mundo. Ese es el gran panorama que le puedo contar como antecedente.

Sin embargo, porque tanto en Latinoamérica como en Chile se produce un fenómeno muy interesante a partir de la introducción de citotec en Brasil, se introduce prácticamente en todos los países latinoamericanos, sea por la vía oficial, por la vía no formal, por la informal, por el mercado negro, el mercado paralelo, pero la verdad es que en toda Latinoamérica se inicia un consumo, no sabemos cuánto, pero si sabemos que mucho, de misotrol o misoprostol, y que es una droga relativamente barata, que incluso en el mercado negro, el mercado paralelo, que pasa a tener... es una droga barata, no es una droga cara. Bueno, Chile pasa a constituir parte del conjunto latinoamericano de consumo, y curiosamente se produce un descenso de las infecciones por aborto, de los egresos hospitalarios por complicaciones infecciosas del aborto. Y aparentemente la única relación, asociación, aunque no hay ningún estudio específico que permita afirmarlo, no que yo conozca, sin embargo, la asociación del fenómeno es tan fuerte - introducción del misotrol, introducción de misoprostol en Latinoamérica, uso indiscriminado, y se asocia a este descenso que prácticamente disminuye las infecciones por los abortos clandestinos. O sea, siguen los abortos clandestinos, pero no siguen las complicaciones infecciosas por aborto clandestino. Bueno, creo que nosotros no somos una excepción, yo te diría alrededor de la década del 80, todas las maternidades en Chile, en Santiago, tenían una unidad especial para hacer atención de mujeres que llegaban con una complicación infecciosa del aborto, que tenían diferentes nombres y era aproximadamente, entre un 10% y un 15% de las camas, antes era mucho más, fue disminuyendo el número, pero todas tenían, alrededor de la década de los 80. Yo le voy a contar una anécdota. Yo era director de una maternidad muy grande en Santiago, que era la Maternidad del Hospital Clínico de la Universidad de Chile, teníamos nuestra maternidad en el sector norte de la ciudad. Y como director me tocó trasladar esa maternidad al hospital, la maternidad estaba aproximadamente a una cuadra de distancia, en el mismo recinto de la Facultad de Medicina, pero estábamos como a 200 metros, la maternidad y los recién nacidos estaban a parte del hospital, entonces hicimos el traslado de la maternidad para un sector en el hospital. Bueno, ¿por qué le cuento eso? Porque tuve que hacer el diseño arquitectónico para reinstalar la maternidad en el hospital, eran casi 150 camas, 200 camas, por lo tanto, era un volumen alto, con todo que se necesita, por lo tanto, tuve que trabajar con un arquitecto e ingeniero para que hicieran un cambio en el hospital. En la parte de la maternidad construimos un lugar especial que se llama aislamiento, un lugar donde tenía una entrada para los pacientes, pero toda la ropa, los pavillones eran solamente para ese sector, para no hubiese contaminación con el resto del hospital, porque si está en un hospital es diferente de estar solamente en una maternidad. A la entrada de un hospital es muy peligroso porque se

pueden producir infecciones intrahospitalarias, las infecciones que vienen de los pavillones de aborto son muy serias y contaminan todo, y eso puede dejar un desastre en el hospital. Por eso que toda la ropa que usa en las pacientes, los pavillones, los de desecho, lo que se elimina no puede seguir el camino del hospital, entonces tuvimos que hacer lugares de salida hacia afuera del hospital, donde se eliminaba la ropa como ocurre en todos los hospitales, hay lugares infecciosos con ropa aparte, con manejo aparte, con todo a parte, para proteger el resto del hospital. Eso fue lo que construí. ¿Por qué le cuento eso? Porque eso yo lo inauguré en año 1981 y estaba como una maternidad moderna y eso lugar era precioso, muy bien instalado, nuevo todo. Pues bien, eso fue en el 1981, en 1982 se cerró esa parte porque no fue necesaria, se acabaron los procesos sépticos, ya no hubo más ingresos. Con eso le do el ejemplo de cómo cambió, yo en 81, 82 ya no había pacientes asépticas, eso lo ocurrió en todo Santiago. De tal manera, que hasta la mitad de la década de los 80, fines de los 80, prácticamente no había ningún hospital en Chile que en su maternidad tuvieron lugares especialmente habilitados con aislamiento para atender pacientes complicadas por infecciones por aborto. El día de hoy, desde esa época, nunca tuvimos necesidad de tener lugares aislados de las maternidades para atender pacientes infectadas por aborto. Eso ocurrió en toda Latinoamérica en mayor o menor grado, no sé si fuimos más o menos, pero ocurrió en toda Latinoamérica, hubo un cambio y todo eso se asocia al mercado regular o al mercado negro del misostrol o misoprostol, porque prácticamente desaparecen los aborteros, eso no es más necesario, las mujeres compran el misostrol, lo toman y prácticamente eliminan, abortan, pero sin ser intervenida ginecológicamente, sin llegar a introducirse cosas por la vagina, dentro del útero para eliminar el bebé, prácticamente eso desaparece. De tal manera, primera cambia ese panorama del aborto. Junto con esto también empieza a realizarse las leyes, la ley cambia en Colombia, cambia en Perú, cambia en Brasil, cambia en México, yo diría que por lo menos cuatro o cinco países en Latinoamérica que se hacen menos drásticas las leyes a respecto al aborto y algunas de ellas aceptan el aborto por razones de salud, por riesgo de vida para la mujer, por más formaciones congénitas o por violación, que son las tres causas: una causa médica, una causa embriológica y la otra una causa de carácter criminal. Estas tres causales empiezan a aparecer. [...]

Desde el año 90 yo creo que ha habido 12 o 13 intentos, propuestas, a nivel legislativo, desde la Cámara de Diputados, para hacer una propuesta de cambio de la ley, y la verdad es que toda la vez ha fracasado porque no ha pasado en la comisión de salud específica de la Cámara de Diputados y nunca llegó a sala, nunca pude llegar a sala, a excepción del año 2013, en el 2013 se discutió en la comisión de salud y lo aprobaron y pasó a la discusión de sala, y en la discusión

de sala no se aprobó. O sea, fue un primer avance, nunca había logrado la ley a llegar a la sala, se discute o no se discute. Pasaron dos años y el ejecutivo, cuando Michelle Bachelet se hace cargo en el gobierno, uno de los planes de gobierno era revisar los planos de salud de la mujer, fundamentalmente el tema del aborto. [...]

Pero la discusión en la Cámara de los Diputados no fue fácil...

La tercera causal, de violación fue una sorpresa, que la votación fue muy alta y se aprobó. El partido DC, más católico dentro de la gente pro-gobierno, iba a votar en contra, y la verdad es que se ganó por 11 votos, eso es mucho. Fue una primera sorpresa. El proceso sigue ahora. Este momento está en discusión en el senado, estamos de echo...

Estuviste en la Comisión de Salud del Senado para hablar sobre el tema, ¿no?

A mí me tocó decir que no iba a haber un aumento en la cantidad de abortos. [...] Cada caso es muy complejo. Esto no es una cuestión, mira, “por esto”. Cada caso de una chica violada dentro de su familia es un pastel aparte. No hay dos pasteles iguales, no hay dos queques iguales, no hay dos situaciones iguales, son todas diferentes, por lo tanto, tu nunca va saber cómo va a ser la reacción de esa chica, de esa mamá, de esa familia, de ese violador, tu no sabe qué va a pasar en esas familias. esos son. cada hora es un mundo aparte. En esta materia, nadie puede decir que se la sabe. yo he trabajado con niñas violadas, yo te diría, por lo menos 15 años trabajé en la Facultad de Medicina teníamos un centro, recibíamos prácticamente todas las chicas violadas de Santiago, del servicio médico legal, yo digo “es traumático” el asunto, hay que tener piel de elefante, terrible, muy fuerte la experiencia. hay pocos estudios, yo te diría que los más fuertes son los que hicimos nosotros, yo los tengo publicado los dos. El 40% de las solicitudes de aborto lo confirman. ¿Lo qué significa eso? Cuando ya tenía todo aprobado, ya tenía visto los equipos, cuando son menos de 14 años y el perpetrador está en la familia, solo llegan 40%. entre 518 abortos y 1535 aborto teníamos en Chile por la causal de violación. Los riesgos son mayores para las chicas violadas. Las chicas violadas intrafamiliar sufren más problemas del embarazo, del parto, del pos-parto, ojalá lo pudiéramos saber. ganar un premio nobel. Seguramente hay muchos factores, factores internos de la persona, la violación es un estrese, es una situación en que se pone la mujer en, es un estrese que seguramente los mediáramos los niveles de cortisol eso significa que estaríamos midiendo la posibilidad, el cortisol es el origen de los corticoides, los corticoides se genera en la suprarrenal, y se generan frente al estrese, un terremoto, un choque, porque la suprarrenal reaccionan como un mecanismo de defensa al estrese, ahora cuando eso es permanente, una niña que ha sido violada y está embarazada, es como todos los

días es en terremoto diario, que no para, por lo tanto quiere decir que esta persona tiene, al producir ese fenómeno se produce un fenómeno metabólico, de las células de todo el organismo. del cerebro, del riñón, del corazón, y se empiezan a producir fenómenos metabólicos, y por lo tanto esa persona, cuando va a tener algún problema normal, que exige más a su cuerpo, como el embarazo, son diferentes procesos metabólicos, el niño sigue creciendo igual, entonces por lo tanto, una mujer estresada, todo el fenómeno metabólico, entonces las consecuencias son hacia la enfermedad, hacia el aumento de la presión arterial, hacia, depresión, síndromes, además hace mayor la posibilidad de adquirir infecciones, mayores posibilidades de hemorragia, la cicatrización está más alterada,. Entonces, una de las cosas que nosotros hemos defendido, en lo que hemos presentado en el congreso es que hay ciertos mitos y creencias sobre todo en los grupos muy católicos, muy religiosos, aunque, por ejemplo, plantean que el hecho de ser intrafamiliar casi como protección, hecho de ser es estrese más grande que se puede imaginar, no es protección de nada. porque además están presionadas internamente. 40% no llegan a la cita para ejecutar el aborto, o sea, que pasa ahí? ¿Qué pasa en esas 24 horas? Horrible. De las chicas que están violadas y se les ofrece alternativa, solamente la mitad de ellas dicen no. La mitad dice no. La otra mitad sigue con su bebé. y no Es una niña violada, que decide tener su hijo, va a tener más dificultad de seguir adelante, seguir estudiante, va a tener mucho más dificultada que una adolescente que se embarazo de la misma edad voluntariamente o porque estaba con su novio, no fue una relación sexual forzada o con violencia, sino que fue natural. entonces, en ese caso la decisión de ser mamá es una decisión que se va a tener en conjunto y va a tener más éxito que la otra que fue violada. cuando no existe ley de despenalización del aborto, tiene que todo el modelo de lo que significa el acompañamiento que se va a hay que seguir también con la que quiere seguir con su bebé, pero sin ley, queda sola, nadie se preocupa de ella. Finalmente, nuestra sociedad es más dura, la chica adolescente embarazada por una violación termina siendo a prostituta del barrio, por algo le haber ocurrido. La imagen de esa persona, lo peyorativo de la sociedad es tremendamente cruel. Es otra violencia, exactamente. Una mujer violada tiene que ter protección de la ley, tiene que tener las mismas peyorativas de apoyo y acompañamiento que la otra que decidió no tenerlo.

¿Cuáles son las conclusiones de tus estudios sobre niñas violadas que no interrumpen la gestación?

Hemos hecho el acompañamiento de los hijos de las madres violadas, no los entregaron a la adopción. Tenemos seguimiento de bastante madres y el panorama no es nada bueno, nada bueno. El tema de salud mental... Esa niña tiene que ser acompañada psiquiátricamente porque

si no lo van a pasar muy mal. Muy fuerte. Pero de los niños que hemos seguido nosotros, madres violentadas que decidieron continuar con sus bebés generalmente este chico tiene, en comparación con el resto que el diferente, son más golpeados, son más mal atendidos por la madre, tienen mayor cantidad de abandono, en el colegio se retrasan en el aprendizaje, del hablar, del caminar, de las habilidades motoras, tiene retraso en la adquisición de la aprendizaje del conocimiento., por lo menos tenemos hasta los cinco años de observación. Y hasta los cinco años de observación significa que efectivamente su desarrollo es peor.

¿Qué te parece la cobertura de la prensa sobre esos casos?

Sobre la prensa, tiene que ver con la sociedad en que vivimos. Yo creo que nosotros somos muy pacatos, muy cerrados, muy conservadores, ustedes son menos conservadores, tiene más libertad en decir la cosa, y la prensa también es una expresión de eso. la prensa es expresión de la cultura de su país, nada más, ni mejor, ni peor. ahora en países, como Chile, nosotros somos un país muy tradicional, que estamos influenciados fuertemente por la iglesia católica y, todavía, no tenemos educación sexual, aquí no se puede hacer educación sexual porque no se puede hacer. por lo tanto la ignorancia que tenemos en la educación sexual es terrible e desde ese punto de vista el comportamiento frente al tema, a estos temas relacionados con la sexualidad, el tema del aborto está directamente relacionado con ello, va ser un tema que va a ser manejado por la prensa de forma muy pacata, ahora, en caso chileno tiene que saber que nuestra prensa está dominada fundamentalmente por dos o tres grandes familias, que son los dueños de toda la prensa, las dos grandes cadenas, que son la cadena de El Mercurio y la cadena La Tercera, las dos pertenecen a dos familias diferentes, pero una familia, y esa cadena es muy grande, que tiene relaciones con las cadenas de radio y de televisión, la influencia que tiene esas familias, que son muy conservadoras, tienen una gran importancia, que lo escribe el Mercurio, lo que deja de escribir el Mercurio, como lo dejan escribir y cuando lo dejan escribir, mientras no ocurre el boom que está pasando en el país, no van a escribir nada. El Mercurio es muy pacato, tiene que leer nuestra literatura, leerte los diarios online, esos son los que publican más, pero no son los más difundidos.

APÊNDICE G - ENTREVISTA: BEATRIZ ARBUQUERQUE (nome fictício), professora e autora dos blogs Filhas do Silêncio e Diário da Bya Albuquerque.

Quantos anos você tem? Estuda? Trabalha? É casada? Tem filhos?

Tenho 47 anos, quase 48.

Você trabalha?

Estou "aposentada", até abril ainda dei aulas particulares de russo e português, mas resolvi parar por um tempo...por causa das fortes crises de ansiedade. Sou formada em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia Social.

Você é casada e tem filhos?

Sou casada faz 21 anos e tenho uma filha de 19 e um filho que fará 17 agora em maio.

Há quanto tempo o abuso aconteceu?

O abuso aconteceu por um período de 24 a 25 anos. Começou quando eu era ainda bebê e terminou aos 26, um pouco antes do meu casamento.

Por que você decidiu montar o blog? Escrever sobre o assunto é uma dor ou te garante alívio?

Depois dos 40 anos e morte do meu pai, senti um alívio tão grande que entrei em depressão profunda. Precisei fechar o meu curso de russo e parar segunda faculdade (de Linguística). Me vi numa encruzilhada: ou me matava ou lutava para deixar de ser filha do silêncio. Montei o primeiro blog (antes abri a comunidade no Orkut). Mais tarde, dois amigos (um advogado e uma jornalista) me incentivaram a montar o blog de depoimentos, pois eles diziam que eu deveria dar um "grito" para que outras pessoas também pudessem falar. Então chegou o Facebook. Hoje, minha comunidade "Filhas do Silêncio" é formada por dois perfis, três blogs, duas páginas, dois grupos e um e-mail. Todos queriam que eu escrevesse um livro, porém eu não quis e nem quero. Ao invés do livro, abri um blog diário, onde escrevo e mostro como é a vida de alguém com consequências causadas pelo abuso sexual (que são devastadoras). Nunca abri a comunidade na condição de vítima e, sim, para ajudar pessoas mais velhas a colocarem essa dor para fora. Consegui com que várias escrevessem o seu livro e ajudar essas pessoas é o

objetivo da minha comunidade. Escrever no blog diário é um alívio...nunca foi dor. Ajudando as pessoas, ajudo a mim mesma, pois o retorno e o carinho são imensos.

É importante para você se manter em contato com outras mulheres que sofreram abuso?

Não mantenho contato pessoal com as outras vítimas, somente através da comunidade. E sou procurada diariamente, procuro ajudar e orientar, mas não me comprometo emocionalmente. Caso fizesse isso já teria enlouquecido, já que nesses oito anos da comunidade quatro pessoas se suicidaram. Tenho minha vida e meus problemas pessoais, por isso não vivo mais na net como antes. Hoje em dia entro de manhã e só.

Você faz hoje algum tipo de acompanhamento psicológico? Como você lida hoje com a violência que sofreu?

Eu não faço tratamento psicológico, mas já fiz várias vezes. Acho que sou bem resolvida em relação ao abuso, nunca penso nele e nem no meu pai. O pior foi e é o abuso emocional. Esse deixou marcas profundas e é para toda a vida. Convivo diariamente com as consequências dos abusos físico e emocional...tento lutar para conseguir sobreviver um dia de cada vez. No ano passado pensei em suicídio mais uma vez (segunda). Precisei optar novamente entre a vida e a morte e escolhi viver. Comecei a cobrar menos de mim mesma, aceitando os meus limites atuais. Vivo um dia de cada vez. E tem dado certo, na medida do possível. O fato de não me envolver emocionalmente com as outras vítimas e viver um dia de cada vez foram fatores dominantes para minha sobrevivência.

Onde você nasceu? Tem irmãos e irmãs? Como era a sua relação com eles?

Nasci em Moscou, Rússia... filha de russa e brasileiro. Morei até os 10 anos lá. Tenho uma irmã quase 12 anos mais nova, nascida aqui no Brasil. Não nos falamos, mas ela foi a razão de tantos anos de abuso praticado pelo meu pai.

Como você consegue não se comprometer emocionalmente com as pessoas que te procuram diariamente?

Não me comprometo emocionalmente porque não quero sentir pena. O sentimento de pena não ajuda em nada. A compreensão sim. As pessoas sabem que podem contar comigo. Eu não abro o bate-papo e não uso nenhum outro meio de comunicação. Os membros mais antigos têm o número do meu celular e, em vez de quando, nos falamos (porém, nunca sobre o assunto). Durante todos esses anos de abuso adquiri resistência e resiliência. A vida continua... não

podemos reviver o abuso constantemente. Quem passa pelo abuso sexual, não vive... sobrevive. Ficar focando nesse abuso é suicídio.

Você diz que o pior é lidar com as consequências do abuso e cita em especial a violência emocional. Eu queria saber o que foi e quais são as cicatrizes desse abuso emocional.

Bullying... descredito... indiferença... agressão verbal... e forte coação, chantagem emocional. Tenho Síndrome de Cushing... vaginismo... distúrbio alimentar... fortes crises de ansiedade... forte fobia social e baixa estima... e a pior para mim: insônia.

Você toma remédios ou já tomou para a depressão?

Tomei durante 16 anos fluoxetina e esse ano parei por conta própria. Tomo Rivotril para ansiedade (infelizmente ele não me faz dormir).

O seu marido e os seus filhos sabem do abuso? Vocês têm uma relação aberta para conversar sobre o assunto?

Desde início contei ao meu marido e depois precisei contar aos meus filhos. Minha filha teve puberdade precoce, então não deixamos mais ela ver os meus pais e a minha irmã (morávamos em outro estado). Tanto o meu marido como meus filhos sofreram abuso emocional pelo meu pai e os meus filhos também sofreram e ainda sofrem consequências por isso. Quando abri o segundo blog, o de depoimentos, foi com a ajuda do meu marido e aprovação do texto por ele.

Como você se vê como mulher hoje? Quando você se olha no espelho, o que percebe?

Não me amo... não me respeito... aliás, não me olho no espelho. Baixa estima total.

Como era o seu pai?

Meu pai foi um sociopata. E como sociopata ele tinha o dom de se fazer querido por todos e tinha uma ótima fluência verbal. Ele era engenheiro geólogo, homem culto, de posses, com amigos influentes e importantes e de uma família tradicional daqui de Ribeirão Preto. O sonho dele era ser geólogo, mas na época minha tia, que é uma antropóloga bem conhecida no seu meio, fazia universidade no Rio e meu avô a sustentava, além das outras 3 tias. Meu pai, como único homem e mais velho ajudava. Trabalhava em São Paulo e estudava economia na PUC. Ele ficou sabendo que uma escola de russo estava dando bolsas para estudar em Moscou e se candidatou. Mas nunca fez parte do partido e não era comunista (e nem minha mãe). Minha mãe é engenheira mecânica e química e era cientista. Trabalhava no que seria Nasa, com

satélites, na parte de criogenia. Eles se conheceram numa festa de engenheiros. Ao mesmo tempo que era um homem bom, também era cruel e somente esse ano minha mãe me contou como ele havia sido muitas vezes cruel com ela. Sempre queria ter a última palavra, razão, e caso não conseguisse, ficava anos sem falar com a pessoa. Tinha um caráter muito difícil, nunca se sabia como ia reagir. Pelo que sei teve uma infância e adolescência tranquila e abastada. Viajou muito, conheceu cerca de 60 países e estive em vários deles por mais de uma vez.

Sobre a sua irmã, por que ela foi a razão de tantos abusos praticados pelo seu pai? Ela também era abusada?

Ao que eu saiba, minha irmã nunca sofreu abuso. Meu pai me ameaçava e chantageava com ela, caso eu não cedesse às vontades dele. Eu amava muito a minha irmã e decidi que ela não precisava passar por isso. Isso explica tantos anos de abuso sofrido.

Como é uma noite de insônia para você? Em que você pensa? Nessas noites, o que você costuma fazer? Ver TV, entrar na internet?

Hoje tive insônia... sempre tenho, mas hoje ela veio acompanhada de uma forte crise de ansiedade. Não consigo ler, ver TV e nem entrar na net, pois o cansaço é muito grande. Procuro não pensar em nada, já que isso se torna uma tortura emocional. Fico deitada, esperando o tempo passar. Levanto antes das cinco, tomo um Rivotril e entro na net. Muitas vezes escrevo no meu blog e vou ver a comunidade. Depois lavo o quintal (tenho 3 cachorros) e vejo TV. Faço poucas coisas em casa, não saio a não ser com a motorista, não tenho amigos... então a TV é minha grande companheira. Meu marido e minha filha moram em São Paulo e eu e meu filho aqui. No final desse ano vamos para São Paulo também. Eu gosto de Sampa, mas também adoro Ribeirão e meu filho idem. Só que tivemos problemas sérios com ele, entre esses problemas um tumor e perda de um órgão. O tumor voltou ano passado e no início desse ano. Por isso ainda fiquei em Ribeirão.

Você me falou de uma série de consequências que sofre até hoje por causa do abuso físico e emocional. Você, a partir do contato com outras mulheres, acha que eles são comuns (ou pelo menos a maioria desses sintomas) a outras pessoas que passaram pela mesma violência? O que elas relatam?

Sim, a grande maioria das vítimas apresentam os mesmos sintomas, fora a Síndrome de Cushing. Os sintomas variam de pessoa para pessoa, mas o denominador comum é a depressão.

Eu sempre me auto mutilei e outras tb praticam o ato. Quase todas sofrem com o vaginismo e transtorno alimentar.

Você disse que seu marido e filhos também sofreram abuso emocional. Você poderia me descrever uma cena em que essa violência aconteceu? Como vocês lidam com a consequência desses abusos em família?

Meu pai perseguiu o meu marido desde início e através da forte influência que tinha com amigos importantes, meu marido não conseguia trabalhar. Durante anos ele fez consultoria via internet e eu também sempre trabalhei. Ele se juntou com uma irmã (outra sociopata, não estou falando por mim, mas sim com o aval de psiquiatras com os quais conversei), prometeu uma casa para ela (e minha mãe deu) para que ela infernizasse nossa vida em outro estado que moramos. Ele e ela mentiram para minha família toda sobre o meu marido e depois sobre mim. Por isso não mantenho contato com a mesma, apesar de 4 tias e muitos primos. Foi um verdadeiro mar de mentiras sobre mim e meu marido e isso nos prejudicou muito. Depois ele resolveu tirar os nossos filhos, alegando que sofriam maus tratos. Meus filhos têm QI acima da média e memória fotográfica. Sempre foram os primeiros alunos da classe, queridos por professores e coleguinhas. Sempre foram crianças sociáveis e saudáveis. Sempre estudaram em bons colégios. Por 3 vezes meu pai contratou não um advogado, mas sim uma firma toda de advogados. Por 3 vezes perdeu a causa, chegando ao absurdo de ligar para uma amiga minha, que era também conhecida da minha tia, pedindo para pegar depoimentos dos pais dos amigos das crianças sobre o mau trato. Pegamos os depoimentos, só que eram sobre como as crianças eram inteligentes e queridas e de como estavam muito bem. Peguei laudos médicos, atestados do colégio e depoimentos dos vizinhos. Na terceira vez o juiz nem quis julgar. Deixou claro que se meu pai achava que os netos passavam fome (olha que absurdo!!!), então ele é que providenciasse cesta básica e mandasse aos netos. Depois ele entrou pela quarta vez, alegando que queria a visita dos netos nas férias (ele arcaria com as despesas) e o direito de telefonar para eles. Só que antes da audiência, ele morreu. Minha irmã foi para Porto Velho, RO (fim do mundo para onde fugimos) com o advogado, pagando todos os custos, inclusive hotel de 5 estrelas. Já vieram com a causa perdida. Eu e meu marido nem nos dávamos ao trabalho de contratar mais advogado...era público. Antes da audiência o advogado do meu pai foi procurar o meu (o qual nós conhecemos na hora) para tentar fazer um acordo. Ganhamos a causa ditando nossas regras, entre elas que só passariam uma parte das férias e que minha mãe e irmã não podiam falar mal de nós (eu e meu marido). Pois quando as crianças iam ainda passar férias com os avós, eles nos chamavam de vagabundos e meu pai os ameaçava diretamente de tirá-los

de nós. A audiência foi em novembro e em dezembro minha mãe convidou as crianças. Meu filho não quis ir e minha filha foi. Minha mãe e irmã fizeram com ela uma linda viagem à Bahia, mas chegando em Ribeirão, irritada com alguma coisa da minha filha, chamou o meu marido de imprestável e vagabundo. Minha filha ligou imediatamente chorando. Liguei para minha irmã e lembrei-a dos termos do acordo. No dia seguinte ela estava conosco. Detalhe: minha mãe nunca telefonou para os meus filhos e era isso que eles estavam pedindo (meus pais). Foi nessa época que comecei a notar problemas emocionais das crianças. Viviam com o pavor de serem tiradas de nós (sempre fomos super unidos). Meu filho rejeitou totalmente o meu pai e rejeita até hoje. Meu pai foi o herói dele. Meu pai teve 4 irmãs, 2 filhas, 1 neta, e depois chegou o neto. Mimava as crianças ao máximo, principalmente ao meu filho. Um dia meu filho falou: não tenho mais o avô. O psicólogo explicou que ele sempre pensa com a razão, e não com o coração como grande maioria das pessoas. Imagina crianças na faixa de 11 e nove anos passarem por tanta pressão psicológica. Na quarta audiência (meu pai já estava morto) ele botou fogo nos seus óculos. Graças a Deus que ele os tirou. Liguei para minha mãe e pedi para cancelar a audiência e muito friamente ela respondeu que não...que estava fazendo a última vontade do meu pai, nem ligando para agonia e sofrimento dos netos. A cada audiência meus filhos precisavam passar por médicos, psicólogos e assistentes sociais. Foi muito estressante para eles, acho que só aguentaram por causa do nosso amor e carinho, pelo carinho dos pais dos amigos e pela nossa forte união familiar.

Meu pai morreu no dia 2 de julho de 2007 de infarto fulminante, exatamente um mês após eu completar 40 anos. Morreu em cinco minutos, não deu tempo nem de chamar a ambulância. Fiquei sabendo que quase ninguém foi ao velório, ao enterro, sim. Imediatamente fui considerada assassina por essa família cheia de doutores e cientistas. Fui considerada a culpada pela morte dele. Ele morreu aos 70 anos, sendo que a família dele é considerada pela longevidade. Meu avô morreu dois meses antes de completar 90 e minha avó aos 88. Todas minhas tias têm mais de 70 anos. Detalhe: uma semana antes meu pai fez exames clínicos e de coração. Todos os exames foram excelentes. Ele morreu uma pouco antes das seis da manhã de uma segunda feira. No domingo participou de uma prova estadual de natação e ganhou em primeiro lugar. Almoçou com os amigos do clube e à noite jantou com amigos pessoais. Estava feliz. Vários psiquiatras me explicaram que uma emoção positiva também pode causar o infarto. E caso não tenha sido isso, morreu do próprio veneno, pois a vida dele era somente pensar e armar em como nos prejudicar...

Porto Velho é o fim do mundo, uma vida sem cultura. Todos os nossos amigos eram de fora. Em 2010 voltamos. Meu marido para São Paulo e eu com as crianças para Ribeirão Preto, pois achei que seria mais fácil criar dois adolescentes numa cidade menor (os meus dois filhos são paulistanos... meu marido é de Lisboa, chegou ao Brasil com 13 anos, filho de um português com uma brasileira). Minha filha tinha 14 e meu filho 12. Ao chegar em Ribeirão coloquei as crianças numa boa escola e meu filho numa escola de música, já que ele tem muita musicalidade e toca muito bem violão e guitarra. Ficamos numa casa, num dos melhores lugares aqui, e adotamos dois cachorros (a terceira é filha dos dois). Durante meio ano tudo correu bem, mas no ano seguinte tanta tortura psicológica começou cobrar seu preço. Durante dois anos minha filha sofreu de Síndrome de Pânico, abandonou os estudos. Depois ela conseguiu fazer o primeiro ano do ensino médio e novamente Síndrome de Pânico. Por sorte que meus filhos tiveram uma boa formação escolar e cultural. Ela prestou o ENEM no ano passado e teve um resultado excelente, principalmente em redação. Prestou a prova especial, que valia para terminar o ensino médio. Conseguiu assim terminar os dois anos restantes. Passou em 3 faculdades de jornalismo e foi para São Paulo. Hoje está estudando e trabalhando.

A história do meu filho é mais triste. Por 3 vezes ele repetiu a sétima série (oitavo ano), não pelas notas e sim pq não ia ao colégio. Ia ao clube, à casa de amigos, ficava passeando. Apesar do meu esforço e do meu marido e do esforço da diretoria do colégio, não teve jeito. Na quarta vez teve o tumor. Se envolveu com amigos errados, começou a beber e a fumar (nunca usou drogas). Vivia do jeito que queria, até que comecei a controlá-lo de uma forma sistemática e por 4 meses ele ficou em “prisão domiciliar”, ou seja, sem sair. Aos poucos ele mesmo foi vendo que os amigos não prestavam e se afastou deles, fez outras amizades. Perdi o meu filho. Do menino doce e educado virou um rapaz desbocado e revoltado ao extremo. O ano passado o tumor voltou e ele parou de estudar. Esse ano consegui uma escola municipal que tem EJA. Foi difícil conseguir a matrícula. Ele foi durante uma semana e caiu em depressão profunda. E agora estou procurando ajuda-lo ao máximo. A “ficha dele caiu”. Os amigos estão terminando o ensino médio e ainda faltam dois anos para ele terminar o fundamental. Ele tinha sonho de seguir carreira militar, ele tinha tudo e de tudo para dar certo.

Tanto minha filha como meu filho culpam os meus pais pelo tudo que aconteceu, principalmente pela violência emocional e agressão verbal que eu sofri por parte da minha mãe. Minha filha não fala com ela. Hoje em dia parei de trabalhar para cuidar do meu filho. Não é fácil ver seu menino, sempre tão alegre, com muitos amigos e fãs, ficar deitado, dormindo, sem

se alimentar direito. Pois eu também estou esgotada, sem dormir e sem comer, com forte crise de ansiedade, doente fisicamente e emocionalmente, tomando forte medicação e sozinha. Mas sou forte, é uma fase que vai passar. Minha filha conseguiu e meu filho é bem inteligente e também vai superar e conseguir seguir o seu caminho. Quanto a mim, dei um prazo até os 50 anos para resolver a minha vida (vou fazer 48). Preciso antes ver que os meus filhos estão encaminhados e bem. Depois vou decidir a minha vida...

Gostaria de saber como você conheceu e se apaixonou pelo seu marido. Onde vocês se conheceram? Quanto tempo namoraram? Quando vocês decidiram se casar e como foi a cerimônia (simples e rápida ou tradicional)? Seu pai implicava com ele desde o começo do namoro? Ele foi seu primeiro namorado? O que você sentiu quando saiu da casa dos seus pais e cessaram os abusos?

Antes de conhecer meu marido, eu tive vários namorados e já tinha tido relações sexuais com dois deles. Conheci o meu marido numa festa em São Paulo, eu estava estudando na USP e ele na PUC. Mas nesse ano de 1988 eu comecei a namorar e o namoro durou 4 anos e meio. Ele se apaixonou de cara por mim e fomos amigos durante dois anos. Depois ele também namorou durante dois anos, a namorada dele queria casar, mas ele ainda tinha esperanças de me rever. Em novembro de 92 nós nos reencontramos, em dezembro começamos a namorar e ele me pediu em casamento. Eu nunca fui apaixonada por ele, mas sabia muito bem o que era paixão e que o companheirismo e o respeito também são vertentes de amor. Ele sempre soube disso (até hoje) e sempre diz que a paixão dele é por nós dois. Em 2 de junho de 93 (meu aniversário) ficamos noivos e dia 27 de agosto de 93, já com todos os preparativos para o casamento quase prontos, começamos a morar junto. No dia 15 de janeiro de 1994 foi o casamento oficial: de manhã no cartório, à tarde na igreja, à noite no buffet e de madrugada fomos para uma boate da moda. Meu pai implicou com ele desde início mas piorou após o nascimento dos meus filhos. Quando saí de casa, em agosto, senti um alívio tão grande que a minha resiliência murchou e tive uma enorme depressão.

Eu também queria saber um pouco mais sobre a sua mãe. Ele era omissa ou realmente não sabia dos abusos? Como era a relação de vocês na infância e na adolescência? Hoje vocês se falam? Como você vê a sua mãe?

Minha mãe foi omissa sim. Antes da minha irmã nascer, ela me tratava bem. Após o nascimento da minha irmã (eu tinha 11 anos e meio e também tive puberdade precoce) ela passou a me tratar mal, agredir verbalmente e emocionalmente. Hoje eu entendo que para ela eu era uma

coisa suja e minha irmã era a luz. Ficamos anos sem nos falar e somente esse ano é que nos reconciliamos. Principalmente após minha história ter saído num documentário da TV. Ela admite a todos que meu pai foi pedófilo e tirano e contou-me muitas coisas a respeito dele e como a tratava. Eu já desconfiava de algumas. Depois ela me contou um pouco sobre o que viveu (esse é um assunto pessoal, o qual não vou discutir). Aparentemente estamos numa boa. No momento ela está na Alemanha (minha irmã está morando por dois anos lá, trabalhando num projeto) e deve voltar no meio de maio, para o aniversário do meu filho.

Parece que o seu namoro/casamento foi um processo rápido, apesar de você não estar apaixonada. Você acha que se casou para fugir das violências que sofria em casa? Como foram os seus primeiros dias fora da casa dos seus pais? Que pequenos ritos do cotidiano eram novos ou diferentes para você?

Eu nunca disse que não amei ou amo o meu marido. Eu nunca me apaixonei por ele, porém somos muito amigos, companheiros. Muitas vezes esse tipo de amor e respeito valem mais que a paixão. Também nunca fugi do abuso através de um relacionamento. Isso seria uma falta de respeito muito grande com os sentimentos de outras pessoas. Antes do meu marido, tive vários fãs que queriam casar comigo (sem saber do abuso). Eu jamais brincaria com os sentimentos dos outros. Sempre fui super sincera com o meu marido e a amizade prevaleceu. Escolhi ele não por me sentir segura, mas por saber que a paixão passa e o que prevalece numa relação é o respeito e companheirismo, outras formas de amor. Meu casamento foi em menos de um ano pq nós já éramos amigos durante cinco anos. Conheci um dos sobrinhos dele quando tinha dois anos e esse ano ele vai fazer 28 e vai ser pai. Aliás, meu marido só soube do abuso após irmos morar juntos, então não foi nem pena por parte dele e nem fuga da minha parte. Quando casamos eu já não morava com os meus pais, foi uma transição normal, acredito que com dificuldades que todos passam quando começam a dividir sua vida e seu dia a dia com outra pessoa. A adaptação leva algum tempo, mas não tivemos problemas. O amor para mim, antes de tudo, significa divisão e respeito. Companheirismo. União. Eu já amei sim. O que nunca aconteceu foi eu amar e ser amada ao mesmo tempo. Mas já é tarde para mim, não espero mais isso da vida. Sou um pouco frustrada em relação a isso e muito felizarda em ter essa família que amo tanto (apesar dos problemas) e a qual não abandonarei caso aparecesse uma paixão.

Pelo que você conta, o seu pai e a sua mãe tratavam você e sua irmã de forma completamente diferente. Você consegue entender o porquê isso acontecia?

Eu realmente não vou falar mais do meu pai e da minha irmã. Coloquei um ponto final nas duas relações e não quero revivê-las. Quanto à minha mãe, conseguimos nos entender em certos pontos. Estou me mudando para São Paulo e não terei quase contato nenhum com ela (praticamente já não temos mais). Em relação ao meu marido, toda e qualquer mudança não é fácil, precisa de dedicação e paciência. Após o casamento, meu pai soltou o seu lado de sociopata e a violência emocional foi muito intensa. Somente a união familiar (minha direta) é que possibilitou a superação de muitas injustiças e mentiras. Como eu já escrevi: ainda pagamos um preço caro. Se eu não poderia ter sido do meu pai, então não poderia ser de mais ninguém!!! Eu fiz a minha escolha de vida e tenho que viver de acordo com ela. As consequências do abuso sexual são para toda vida... Eu fui estudar na USP e fui morar num pensionato. Nessa época meus pais moravam em Santos. Aliás, eu nunca “senti” a transição, pois não ficava pensando no abuso. Nem mesmo hoje, a não ser quando sou entrevistada. Não vivo do passado... não sou a primeira, nem a única e nem a última abusada sexualmente. Há casos muito piores e mais sórdidos que o meu. Mas terei de conviver até a morte com as consequências físicas e emocionais. Por isso, vivo um dia de cada vez.

Você pretende voltar a dar aulas? Elas eram sinônimo de prazer para você? Como você lidava com os compromissos das aulas enquanto sofria as crises de ansiedade, a insônia e o transtorno alimentar?

Por enquanto, não pretendo voltar a dar as aulas, enho questões mais importantes no momento. Dar o meu curso (criado por mim) tanto de russo como de português sempre foi um enorme prazer. Mas quando fiquei doente parei de dar aulas. Assim é até hoje: se não estou bem, não vou.

Qual é a sua relação com a comida? Em vários pontos você comenta que só conseguiu comer danoninho, comida batida no liquidificador ou sopa. Por que o alimento líquido ou pastoso é mais fácil para você? Quando você percebeu que estava com transtornos alimentares?

Minha família tem intolerância a lactose e aos dezenove anos desenvolvi também à glicose (qualquer tipo). Comecei a ter sérios problemas de transtorno alimentar faz quase 3 anos. Muitos dias fico sem comer. Comida pastosa é comida de bebê, você come e nem sente e o estômago aceita.

Com que frequência você toma cerveja? Você acha que é um vício?

Cerveja é um vício sim. Não sinto prazer em tomar e ela não tem nenhum efeito sobre mim, então devo considerar como vício.

Como funciona esse grupo secreto de vítimas de abuso? Quais são os temas mais comuns no grupo? Qual é o perfil das vítimas que se relacionam nesse grupo? Que tipo de avanços vocês acham que conseguiram em grupo?

O grupo secreto é pequeno e formado somente por mulheres abusadas e mais velhas. Comentamos sobre vários assuntos. Sou pouco participativa, pois criei o grupo para elas e nem sempre elas estão dispostas a falar. São poucas que tomam iniciativa de colocarem algum assunto, mas quando colocam sempre discutimos o tema. Muitas desabafam e são ajudadas por outras através de outros meios. Sei que o grupo está as ajudando, mas procuro me envolver pouco, pois é preciso que elas falem e dou espaço para isso. O espaço é todo delas. E eu preciso respeitar os seus limites.

Como os médicos de diferentes especialidades costumam lidar quando você precisa falar que sofreu abuso? Eles estão preparados ou dispostos a entender esses casos? Você já teve alguma experiência muito ruim com médico que não soube lidar com isso?

Há médicos e médicos. A maioria das experiências foi ruim, porém encontrei pessoas incríveis que me ajudaram muito. Deve ser duro e estranho a eles lidar com uma abusada sexualmente, pois compreendem que não é só a parte física, mas também emocional. Muitos ficam desconfortáveis e acabam sendo um tanto grosseiros, outros fingem que não há nada, e poucos procuram ajudar. Não gosto de médicos ou dentistas e somente vou quando estou realmente nada bem.

Você costuma abraçar os seus filhos? O que significa um abraço para você?

O toque é muito difícil para mim... Somente esse ano, após uma longa conversa com uma psiquiatra, é que comecei a abraçá-los e verbalizar o meu carinho. Mas sempre fui uma mãe carinhosa e presente. Esse é o maior feito meu que considero, meus filhos sabem disso e valorizam. Sei que sou uma boa mãe e expressei meu amor de outros vários jeitos. O abraço é um acréscimo e meu filho adorou e corresponde sempre. Sou extremamente verdadeira com os meus sentimentos e é por isso que todos sabem que quando expressei o meu amor e carinho é pra valer.

Se você pudesse escolher uma consequência do abuso para desaparecer magicamente, qual seria? Por quê?

Insônia. Sono é a vida.

Você passou pelo abuso sexual e psicológico por muitos anos. Como você acha que conseguiu ser forte durante a infância, adolescência e juventude? E hoje, de onde você tira forças para continuar a sua batalha e ainda ajudar outras pessoas?

Para poder sobreviver, adquirir resistência e resiliência. Também sou uma pessoa altamente teimosa e determinada.

Na época, você pensou em pedir ajuda para alguém? Pensou em denunciar o seu pai para a polícia? Do que você tinha medo? De que forma ele te ameaçava?

Na minha época não se falava em sexo (tabu) e muito menos em abuso sexual. Principalmente numa família tradicional e abastada como a minha. A quem iria pedir ajuda? Meu pai foi um sociopata, se eu falasse, ele me internava. Eu não tinha medo, mas caso não cedesse, ele iria abusar da minha irmã. Era essa sua maior ameaça, além da internação. O que eu sentia ao ver a figura dele era um verdadeiro pavor... muita perversidade.

Você diz que é contra o aborto, mas a favor em casos de abuso. Como foi para você tomar essa decisão? O que significou para você conseguir fazer um aborto? Você acha que conseguiria lidar com um filho fruto de um estupro? Pelo seu relato, o aborto foi um processo muito perigoso. Você teve medo? Como você se recuperou da hemorragia?

Eu sou totalmente contra o aborto, a não ser em casos de estupro. Pois acredito que a criança é que paga o preço da rejeição. Sei que não são todas, porém a grande maioria. Se eu pudesse, teria tido esse filho. Mas não tive escolha. Não sei como iria lidar com tudo, acredito que bem, já que sempre diferenciei o abuso das outras coisas. Fiz o aborto na USP, no banheiro das Ciências Sociais. Apaguei da mente os detalhes de como melhorei, mas até hoje sinto um vazio por dentro. E não sei como agiria se fosse hoje, pois as coisas mudaram. Talvez, se fosse hoje, eu não engravidaria, pois foi falha de um lote de pílulas e muitas outras mulheres engravidaram. E hoje em dia o abuso sexual deixou de ser um tabu...

Queria que você me explicasse melhor o porquê você é contrária ao aborto em casos que não sejam de estupro.

Sou contrária ao aborto porque engravida somente quem quer. Tanta prevenção hoje em dia!!! Então, se engravidou, assume. Questão de princípios. Sabemos que o bebê é formado nas primeiras semanas, tem vida. Aborto é assassinato. Mas ter um filho fruto de um estupro é assassinar os sentimentos da futura criança, isso se a mãe não quiser o bebê. Na comunidade tenho mães de filhos que são frutos de estupro e ora elas rejeitam as crianças ou ora as superprotegem, sufocam.

Como você se descreve fisicamente? O que mais gosta em você?

Não gosto de falar de mim mesma... mas há uma postagem no blog onde descrevo o que gosto em mim (exercício com uma psiquiatra).

Que coisas no seu dia a dia te dão prazer?

Leitura e ver TV.

Voltando à sua experiência, queria saber se você tem alguma crença religiosa. Qual é a importância da sua religião hoje para você? Na sua infância e juventude a sua família frequentava alguma denominação religiosa? Você mudou ou decidiu seguir essa formação religiosa?

Sou Espírita Kardecista, mas isso não tem nada haver com o abuso.

Também gostaria de saber sobre os seus planos para o futuro. O que você pretende fazer quando mudar para São Paulo? Que vida você gostaria de ter daqui a 10 anos?

Eu não tenho planos para futuro. Aprendi a viver um dia por vez e nem sei se estarei viva daqui a 10 anos.